

Relatório e Contas • 2016



BANCO NACIONAL DE ANGOLA



BNA BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Av. 4 de Fevereiro, nº 151 - Luanda, Angola
Caixa Postal 1243
Tel: (+244) 222 679 200 - Fax: (+244) 222 339 125
www.bna.ao





Índice Geral

Mensagem do Governador	9
Sumário Executivo	13

PARTE I – CONTEXTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

1. Economia Internacional	15
1.1. Crescimento da Economia Mundial.....	17
1.2. Economias Desenvolvidas	18
1. Estados Unidos da América.....	18
Eleições presidenciais	18
2. Zona Euro - Os incentivos à economia	19
3. Japão – Os títulos públicos a 10 Anos registam valores negativos pela primeira vez.....	20
3. Reino Unido - O Brexit.....	21
1.3. Economias Emergentes e em Desenvolvimento	22
4. Brasil – O Impedimento.....	22
5. Rússia	23
6. Índia – A desmonetização	24
7. China – A queda acentuada do mercado accionista.....	25
1.4. África Subsariana	26
1.5. Mercado das Commodities.....	28
8. Commodities Energéticas	28
9. Commodities Alimentares	29
2. Economia Nacional	29
2.1. Sector Real	29
2.2. Sector Fiscal	35
2.2.1. Receitas Públicas.....	36
2.2.2. Despesas Públicas	38
2.2.3. Saldos Fiscais e Financiamento	39
2.2.4. Dívida Pública	41

PARTE II – SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO

3. Desempenho do Sistema Bancário Angolano.....	45
3.1. Actividade do Sistema Bancário	45
3.2. Principais Indicadores do Sistema Bancário	48
4. Sistemas de Pagamentos	49
4.1. Regulamentação dos Instrumentos de Pagamento.....	50
4.2. Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR).....	50
4.3. Subsistemas de Compensação.....	51
4.4. Controlo e Acompanhamento do SPA	52

PARTE III – POLÍTICAS DO BANCO CENTRAL E DESEMPENHO DOS MERCADOS ..

5. Política Monetária e Gestão de Liquidez	55
--	----

5.1. O Quadro Operacional da Política Monetária – Instrumentos de Política	55
5.2. Objectivos e Medidas de Política Monetária	56
5.2.1. Medidas de Política	56
5.3. Mercado Monetário	57
5.3.1. Mercado Primário de Títulos Públicos	57
5.3.2. Operações de Mercado Aberto (OMA)	59
5.3.3. Facilidades Permanentes de Liquidez	59
5.4. Mercado Monetário Interbancário	59
6. Política Cambial	60
6.1. Objectivos e Metas da Política Cambial	60
6.2. Instrumentos de Política Cambial	60
6.2.1. Mercado Cambial Primário	60
6.2.2. Mercado Cambial Secundário	63
7. Reservas Internacionais	63
8. Impactos das Operações de Mercado sobre a Base Monetária	64
9. Os Agregados Monetários e a Balança de Pagamentos	66
9.1. Evolução dos Agregados Monetários	66
9.2. Desempenho da Balança de Pagamentos	70
10. Política de Gestão de Reservas	72
10.1. Objectivos e Metas da Política de Gestão de Reservas	72
10.2. Instrumentos e Medidas de Política de Gestão de Reservas	73
11. Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	73
11.1. Progressos da Regulação e Supervisão no âmbito da prevenção ao BC/FT	74
11.2. Comunicação com o SFA	75
11.3. Cooperação Nacional e Internacional	76
11.4. Relações de Correspondência Bancária em Angola	76
11.5. Governação Corporativa e sistema de controlo interno	78
PARTE IV – ACTIVIDADES RELEVANTES	79
12. Actividades do Banco Nacional de Angola	81
12.1. Comités Colegiais	81
12.1.1. Comité de Política Monetária	81
12.1.2. Comité de Estabilidade Financeira	81
12.1.3. Comité de Investimento	82
12.2. Organização e Gestão de Recursos	82
12.2.1. Desenvolvimento Organizacional	82
12.2.2. Gestão de Risco	87
12.2.3. Recursos Humanos	88
12.2.4. Centro de Desenvolvimento de Competências	89
12.2.5. Tecnologias de Informação	89
12.2.6. Gestão de Património e Serviços	90
12.2.7. Relações Internacionais	90
12.2.8. Comunicação Institucional	90
PARTE V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	93
1. Introdução	95
Performance Orçamental	95
Evolução dos resultados	98
Balanços em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	99
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	100
Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	100

PARTE VI – NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	103
1. Introdução	105
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas	106
2.1. Bases de apresentação	106
2.1.1. Alterações de políticas contabilísticas	106
2.1.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício	106
2.1.3. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros	108
2.1.4. Derrogações de normas e interpretações	110
2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas	112
2.2.1. Especialização de exercícios	112
2.2.2. Transacções em moeda estrangeira	112
2.2.3. Instrumentos financeiros	112
3. Ouro	125
4. Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	125
5. Aplicações em instituições de crédito	126
6. Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	127
7. Activos financeiros	129
8. Fundo monetário internacional	135
9. Activos financeiros concedidos ao estado	132
10. Investimentos em associadas e outras entidades	132
11. Activos tangíveis e intangíveis	133
12 – Outros valores activos	134
13 – Notas e moedas em circulação	136
14 – Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária	137
15 – Responsabilidades internas para com outras entidades	139
16 – Operações de venda com acordo de recompra	140
17 – Responsabilidades com pensões e outros benefícios	140
18 – Provisões	142
19 – Outros valores passivos	143
20 – Capital	144
21 – Diferenças de reavaliação	144
22 – Outras reservas e resultados transitados	145
23 – Contas extrapatrimoniais	145
24 – Juros e rendimentos similares	146
25 – Juros e encargos similares	147
26 – Rendimentos de serviços e comissões	147
27 – Encargos com serviços e comissões	148
28 – Resultados de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	148
29 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	148
Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica ascende a uma perda de Kz 230.200 Mil, representando as menos-valias obtidas com a alienação de títulos de dívida soberana estrangeira, classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda.	
30 – Resultados de investimentos em associadas e outras entidades	149
31 – Resultados cambiais	149
32 – Custos relativos à emissão de notas e moedas	150
33 – Resultados de alienação e outros activos	150
34 – Outros resultados operacionais	150
35 – Custos com pessoal	151
36 – Fornecimentos e serviços de terceiros	151
37 – Partes relacionadas	152

37.1 – Ministério das Finanças	153
37.2 – Empresa Interbancária de Angola (EMIS)	153
37.3 – Conselho de Administração do Banco	154
38 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros	154
39 - Responsabilidades contingentes	167
40 – Eventos subsequentes a data de referência	167
41 – Afecção do resultados de 2016	167

PARTE VII – CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO DE AUDITORIA.....	169
---	------------

PARTE VIII – RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	179
--	------------

PARTE IX – ANEXOS	185
--------------------------------	------------

1. Decisões do Comité de Política Monetária ao longo de 2016.....	187
2. Documentos normativos emitidos pelo BNA no decurso do ano de 2016.....	179
3. Relação das Actividades de Âmbito Internacional realizadas pelo BNA no decurso do ano 2016	192
4. Mapa estratégico – Organização dos Objectivos por Perspectivas.....	195

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Variação Acumulada Anual - Produtos Cesta Básica	33
Gráfico 2: Impostos não petrolíferos (em % do PIB)	37
Gráfico 3: Despesas Correntes (em % do PIB)	39
Gráfico 4: Saldos Fiscais (em % do PIB)	40
Gráfico 5: Dívida Pública (em % do PIB)	41
Gráfico 6: Evolução do Crédito Vencido.....	47
Gráfico 7: Rácios de Liquidez Geral e Imediata.....	48
Gráfico 8: Rácio de Solvabilidade.....	49
Gráfico 9: Estrutura do Sistema de Pagamentos de Angola	49
Gráfico 10: Stock de Títulos em 2016.....	58
Gráfico 11: Taxas de Juro no Mercado Primário em 2016	58
Gráfico 12: Taxas de Juro no Mercado Primário em 2016	59
Gráfico 13: Vendas de Divisas	62
Gráfico 14: Reservas Brutas e Rácio de Cobertura das Importações.....	64
Gráfico 15: Emissão versus Circulação Monetária em 2016 (Representação Financeira).....	66
Gráfico 16: Conta Corrente e Suas Componentes	70
Gráfico 17: Conta Financeira e Suas Componentes	72
Gráfico 18: Nível de Cumprimento de Requisitos de prevenção ao BC/FT do Relatório de GC/SCI de IFs bancárias	75
Gráfico 19: Maiores causas/factores nas decisões das IFs estrangeiras em encerrar ou restringir RCBs	77
Gráfico 20: Projectos em Curso	87

Índice de Quadros

Quadro 1: Produto Interno Bruto Mundial (em %).....	17
Quadro 2: Estrutura Percentual do PIB (Preços de 2002)	31
Quadro 3: Receitas Públicas	36
Quadro 4: Despesas Públicas	38
Quadro 5: Financiamento Líquido	40
Quadro 6: Volume e Montante de Operações Liquidadas no SPTR	50
Quadro 7: Número e Montante de Documentos Compensados do SCV/SCC	51
Quadro 8: Taxas de câmbio nos diversos mercados.....	62
Quadro 9: Base Monetária	64

Quadro 10: Síntese Monetária	67
Quadro 11: Agregados Monetários	67
Quadro 12: Principais Produtos Importados em 2016 (em USD Milhões).....	71
Quadro 13: Alocação por Classe de Activo a 31 de Dezembro de 2016.....	73
Quadro 14: Documentos Normativos emitidos ao longo de 2016	87
Quadro 15: Síntese do Balanço Orçamental	95
Quadro 16: Posição Financeira	96
Quadro 17: Posição Económica	98

Índice de Painéis

Painel 1 - Indicadores Macroeconómicos dos EUA.....	19
Painel 2 - Indicadores Macroeconómicos da Zona Euro	20
Painel 3 - Indicadores Macroeconómicos do Japão	21
Painel 4 - Indicadores Macroeconómicos do Reino Unido.....	22
Painel 5 - Indicadores Macroeconómicos do Brasil	23
Painel 6 - Indicadores Macroeconómicos da Rússia.....	24
Painel 7 - Indicadores Macroeconómicos da Índia	25
Painel 8 - Indicadores Macroeconómicos da China	26
Painel 9 - Indicadores Macroeconómicos de África do Sul	27
Painel 10 - Indicadores Macroeconómicos da Nigéria	28
Painel 11: Preços das Commodities Energéticas e Alimentares.....	29
Painel 12: Taxas de Crescimento do PIB Real e PIB Real por Sectores de Actividade.....	30
Painel 13: Taxa de Inflação e Componentes do IPC.....	32
Painel 14: Contribuição e Representatividade das Classes de Despesas na Inflação	33
Painel 15: Índice de Preços no Grossista (Taxas de variação, em %)	34
Painel 16: Núcleo de Inflação em 2016 (em %)	35
Painel 17: Estrutura do Activo Total (em %).....	46
Painel 18: Estrutura do Passivo Total (em %).....	47
Painel 19: Transferências Efectuadas no STC	51
Painel 20: Operações no Multicaixa em 2016.....	52
Painel 21: Emissão e Resgate de Títulos em 2016	57
Painel 22: Evolução das Taxas do MMI.....	60
Painel 23: Reserva Bancária - Depósitos Obrigatórios e Livres.....	65
Painel 24: Taxas de Juro do Crédito e dos Depósitos no Sistema Bancário (em f.d.p.).....	69
Painel 25: Gestão da Carteira de projectos em 2016.....	86

Mensagem do Governador

Depois de um crescimento acentuado ao longo de vários anos, interrompido pela crise financeira internacional de 2008, a economia ganhou robustez nos anos seguintes. No entanto, a partir de 2013 a economia voltou a ser abalada pela queda brutal dos preços do petróleo no mercado internacional, registando uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Acentuada nos finais de 2014, esta crise vem se arrastando até aos dias de hoje numa maré de incertezas, impondo uma série de desafios à eficácia da política económica nacional.

O aprofundar da crise económica internacional cruza dois marcos importantes da economia angolana: (i) o contínuo crescimento do sector não petrolífero, assinalando a redução da dependência do Sector Petrolífero, e (ii) a redução da taxa de inflação para um dígito, que atingiu um mínimo histórico de 6,9% em Junho de 2014. Em 2016, porém, a actividade económica abrandou de forma transversal a todos os sectores, o sector petrolífero apresentou uma contracção considerável da sua actividade e as receitas fiscais diminuíram tais como o afluxo de divisas para a nossa economia. Consequentemente, surgiu a necessidade de se proceder à desvalorização da taxa de câmbio no início do ano, perante a menor disponibilidade de divisas para liquidação de importações de bens e serviços tendo a taxa de inflação homóloga disparado, atingindo 42,0% no final do ano.

Ao longo de 2016, o BNA mostrou-se sistematicamente interventivo na formulação e implementação da política quer monetária, quer cambial, bem como ao nível da supervisão do sistema financeiro nacional, que acabou se tornando numa das principais pedras basilares da sua actuação.

Em termos de política monetária, a prossecução de uma política de cariz restritivo através do aumento das taxas de referência nos primeiros meses do ano e legislação reguladora de acesso ao mercado monetário, conduziram ao consequente ajustamento das taxas do mercado monetário interbancário e a uma diminuição da liquidez do sistema bancário.

Ao mesmo tempo, o volume das emissões de títulos públicos em moeda nacional, em 2016, foi superior em 118,1% face a 2015. Estas emissões tiveram como principal objectivo a criação de receitas em moeda nacional para a cobertura das despesas correntes e de investimento. O efeito líquido das emissões com Títulos do Tesouro, deduzidos os resgates, sobre a liquidez foi de contracção em cerca de Kz 518,4 Mil Milhões. Por conseguinte o endividamento público por emissão de Títulos do Tesouro em 2016 correspondeu a cerca de 104,5% da sua previsão para o ano.

Para além da restritividade da política monetária, o BNA conduziu uma política cambial cautelosa, ao realizar uma afectação de moeda estrangeira mais controlada, privilegiando os sectores-chave da economia. No início deste mesmo ano o BNA desvalorizou a moeda nacional de forma acentuada, prosseguindo de forma gradual até meados do ano. Desde então assistimos a uma relativa estabilidade da taxa de câmbio. Esta política cambial cautelosa permitiu proteger, de certa forma, as reservas internacionais, que apresentaram um ligeiro aumento entre 2016 e 2015. Paralelamente, o BNA assumiu publicamente a manutenção da taxa de câmbio estável até ao final do ano, o que permitiu aliviar a pressão cambial na altura.

O impacto dessas medidas sobre a Base Monetária foi contraccionista, como também resultou numa desaceleração do crescimento dos agregados monetários. Estes efeitos contribuíram efectivamente para que, nos últimos meses do ano, a inflação mensal iniciasse um processo de desaceleração e o spread da taxa de câmbio informal reduzisse.

Em matéria de supervisão, 2016 foi um ano bastante preenchido em termos de criação de leis e estabelecimento de normas com o intuito de aprimorar os mecanismos de controlo e supervisão do sistema financeiro angolano em sintonia com as normas e procedimentos do sistema internacional. Foi também em 2016 que sucedeu a adopção plena das normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro (IAS/IFRS), exercício iniciado em 2013. Certamente que desta forma, estão criadas as condições para o cumprimento das recomendações de Instituições Financeiras internacionais, a comparabilidade e transparência do desempenho financeiro das Instituições Financeiras nacionais numa escala global e naturalmente a melhoria contínua da informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras das referidas instituições.

Um outro ponto de realce em 2016 está relacionado com os esforços encetados pelo BNA no sentido de estabelecer e executar um Plano de Implementação Estratégica (PEIP), visando a implementação dos padrões internacionais de combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (BC/FT) do Grupo de Acção Financeira (GAFI). No que respeita à execução do PEIP, o BNA implementou as Recomendações do GAFI aplicáveis à sua actividade e à das Instituições Financeiras (IFs) bancárias e não bancárias sob sua supervisão. Como resultado, na visita do GAFI a Angola em Janeiro de 2016, foi verificado que o país perfilhou as deficiências estratégicas na prevenção do BC/FT e as incluiu nos seus planos de acção. Desta forma, Angola deixou de constar da Lista Cinzenta do GAFI e passou a ser considerado um país cooperante, deixando de necessitar da monitorização trimestral pelo grupo, conforme notícia publicada no site do GAFI.

Um outro desafio que o BNA tem tentado, de forma activa, ultrapassar relaciona-se com as relações de correspondência bancária que resultaram no impacto negativo, uma vez que os bancos ficaram limitados na execução de pagamentos associados a clientes com contratos internacionais celebrados em dólares norte-americano, em particular do sector extractivo, decorrendo em perdas de negócio dos bancos afectando, consequentemente, não só a sua rentabilidade, como também as importações de bens e serviços necessárias ao bom funcionamento da economia.

Tendo em conta o impacto da situação da relação dos bancos angolanos com os seus respectivos correspondentes bancários na nossa economia, o BNA efectuou encontros com várias instituições internacionais durante o ano de 2016, de modo a melhor compreender e poder encontrar uma solução para este constrangimento.

Em conclusão, mostra-se fundamental continuar a progredir no sentido de diversificar as bases de sustentação do crescimento económico e fortalecer o nosso sistema financeiro para que este se assuma, com real compromisso e perseverança, como motor para o aumento da produção nacional, através da captação de poupança garantindo o acesso ao crédito para o investimento às famílias.

O Governador
Valter Filipe Duarte da Silva



Sumário Executivo



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Sumário Executivo

Segundo as estimativas do FMI, o crescimento mundial em termos reais seria de 3,1%, em 2016, alavancado pelo crescimento das economias emergentes cuja taxa prevista era de 4,1%, enquanto se esperava para as economias avançadas e da África Subsaariana, crescimento de 1,6% e 1,4%, respectivamente. Afectaram negativamente o crescimento mundial no ano em análise, a redução do investimento e da actividade comercial, em função do baixo preço das commodities, assim como, os reduzidos níveis de consumo, reflectidos nos baixos níveis de inflação.

Para 2017, espera-se uma actividade económica mais intensa por força dos estímulos fiscais e monetários. Em termos quantitativos, prevê-se um crescimento mundial de 3,4% que será sustentado pelo crescimento das economias emergentes (4,5%) e avançadas (1,9%). Relativamente à África Subsaariana a previsão de crescimento é de 2,8%.

Entretanto, 2016 ficou marcado por uma queda significativa do preço das commodities energéticas logo no início do ano, com o petróleo a registar valores abaixo dos 30,0 USD/barril em Janeiro. No entanto, houve uma recuperação dos preços até ao final do ano (aumento de 47,1% no preço do Brent e de 33,9% no preço do WTI), derivada de vários factores, principalmente da assinatura do acordo celebrado entre os países membros da OPEP para reduzir a produção de petróleo. Apesar desta tendência crescente ao longo do ano, em termos médios anuais os preços do Brent e do WTI caíram 17,6% para os 44,1 USD/barril e 11,2% para os 43,3 USD/barril, respectivamente, face aos preços médios registados em 2015. Entretanto, o Índice de Preços dos Alimentos da Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) situou-se em média nos 161,6 pontos em 2016, o que representou uma queda de 1,5% face a 2015, em resultado da queda generalizada dos preços de todos os bens alimentares (excepto o açúcar e óleo).

A persistente redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais afectou naturalmente o preço de exportação das ramas angolanas, que diminuiu 16,4% em termos médios anuais, fazendo com que as receitas de exportação reduzissem 20,0% face ao ano anterior. Por outro lado, as despesas de importação reduziram 40,9% como forma de ajustamento à capacidade da economia de acumular divisas, o que acabou por resultar num saldo da conta de bens superavitário de USD 14.309,3 Milhões. O défice global da Balança de Pagamentos fixou-se em USD 17,3 Milhões (contra o défice de USD 3.035,5 Milhões do período homólogo), derivado essencialmente da redução do défice da Conta Corrente.

Desde o II Semestre de 2014, a taxa de inflação homóloga inverteu a tendência descendente que apresentava nos últimos anos, terminando o ano de 2016 em 42,0%. O comportamento da inflação ao longo do ano reflectiu sobretudo na depreciação da moeda nacional em cerca de 22,6%, bem como nas restrições à importação tanto de bens de consumo final como de bens de consumo intermédio. Adicionalmente, o corte do subsídio aos preços dos combustíveis que se traduziu num aumento “efectivo” dos preços dos serviços de transportes e a actualização dos preços das telecomunicações, tiveram reflexos sobre os preços dos bens e serviços no mercado interno.

Os factores acima referidos provocaram diversos constrangimentos no sector real da economia, entre os quais, dificuldade na importação de matérias-primas indispensáveis ao bom funcionamento da indústria transformadora e de outros sectores da economia, levando a um abrandamento do crescimento real do PIB não petrolífero em cerca de 0,31 p.p. para os 1,2%. Com efeito, o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (MPDT) estima que o PIB total tenha crescido em termos reais apenas 0,1%, com o sector petrolífero a contrair 2,3%.

Em termos de política fiscal, o Ministério das Finanças viu-se obrigado a rever o seu exercício orçamental para 2016, tal como já havia acontecido em 2015, a fim de assumir pressupostos mais conservadores face aos inicialmente adoptados, bem como fazer alguns reajustamentos nas despesas face à diminuição das receitas no ano em questão. Segundo dados preliminares do Ministério das Finanças, o défice orçamental do período foi de 3,2% (contra 3,3% em 2015). A dívida pública aumentou, passando de 64,6% do PIB em 2015 para 69,2% do PIB em 2016, principalmente devido ao aumento da dívida interna (titulada), para fazer face às necessidades de curto prazo do Tesouro.

No âmbito da política monetária, ao longo de 2016, o BNA optou por manter uma política monetária restritiva, mantendo a orientação de política do ano anterior, com o objectivo de reduzir a liquidez excedentária do sistema bancário e inverter as pressões sobre o nível geral de preços interno. Assim, ao longo do ano, o Banco Central decidiu aumentar a taxa de juro de referência para 16% (+5 p.p.), a taxa de juro de Facilidade de Cedência de Liquidez overnight para 20% (+7 p.p.), a taxa da Facilidade de Absorção de Liquidez com maturidade de 7 dias para 7,25% (+5,5 p.p.), o coeficiente de reservas obrigatórias em MN para 30% (+5 p.p.) e a taxa de redesconto para 20% (+5 p.p.). O aperto das condições monetárias, aliado a uma melhor coordenação das políticas, monetária e fiscal surtiu efeitos sobre a Base Monetária em Moeda Nacional, que contraiu 11,1% face ao ano anterior.

Relativamente ao sistema financeiro angolano, o crédito à economia continua a ser o item com maior peso na estrutura do activo dos bancos comerciais, apesar de ter perdido parte do seu peso a favor dos títulos e valores mobiliários, bem como outros activos. A migração de activos detidos em ME para MN no agregado do sistema financeiro persiste, sendo que o crédito em MN correspondeu a 70,5% do total da carteira no final de 2016. Contudo, o crédito vencido diminuiu 47,2% (de Kz 411,9 Mil Milhões em Dezembro de 2015 para Kz 217,6 Mil Milhões no final de 2016), resultante da reestruturação da carteira de crédito do sistema, tendo o rácio do crédito vencido sobre o crédito total sido de 6,0% em 2016 (11,5% em 2015). Do lado do passivo, os depósitos continuam a deter um peso preponderante, embora em menor escala face ao ano anterior. De um modo geral, o sistema bancário apresentou um desempenho satisfatório, exibindo posições favoráveis no que se refere aos principais rácios de rendibilidade, liquidez e solvabilidade.

Em matéria de supervisão, 2016 foi um ano bastante preenchido em termos de criação de legislação e estabelecimento de normas de forma a aprimorar os mecanismos de controlo e supervisão do sistema financeiro angolano em sintonia com as normas e procedimentos do sistema internacional. Igual destaque mereceu o tema da prevenção contra o branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, no âmbito do qual foram realizadas um conjunto de actividades de formação, sensibilização, inspecção e estabelecimento de protocolos de cooperação, com várias entidades nacionais e internacionais.

No presente relatório abordar-se-ão com maior detalhe, para além dos temas supra mencionados, as actividades desenvolvidas pelas diversas unidades de estrutura do Banco Nacional de Angola ao longo do ano. Destacamos as actividades desenvolvidas no âmbito do cumprimento dos objectivos estratégicos da Instituição, particularmente dos Departamentos de Gestão de Risco, Recursos Humanos, Desenvolvimento de Competências, Tecnologias de Informação, Gestão de Património e Serviços, Desenvolvimento Organizacional, Relações Internacionais e Comunicação Institucional. Serão também apresentadas, de forma detalhada, as demonstrações financeiras do BNA, referentes a 2016, acompanhadas das respectivas notas, do parecer do Conselho de Auditoria e, por fim, do parecer do Auditor Independente.



PARTE I – CONTEXTO ECONÓMICO-FINANCEIRO



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

1. Economia Internacional

1.1. Crescimento da Economia Mundial

O ano de 2016 foi caracterizado pelo abrandamento do Crescimento Económico Mundial (passando de 3,2% em 2015 para 3,1% em 2016) segundo os dados do *World Economic Outlook*¹. As Economias Emergentes e em Desenvolvimento mantiveram a sua trajectória face a 2015 enquanto as Economias Desenvolvidas apresentaram desacelerações. O arrefecimento da economia deveu-se sobretudo à redução do investimento e da actividade comercial, em função do baixo preço das *commodities*.

Para 2017, estima-se que haja um crescimento mundial em mais 0,3 p.p. do que em 2016, situando-se nos 3,4%, sendo as Economias Emergentes e em Desenvolvimento as que mais se destacarão. Uma actividade económica mais intensa por força dos estímulos fiscais e monetários, assim como a melhoria do preço das *commodities* estão na base dessa previsão.

Quadro 1: Produto Interno Bruto Mundial (em %)

	2014	2015	2016	2017	2018
CRESCIMENTO DO PIB (em %)¹			Estimativas	Previsões	
Economia Mundial	3,40	3,20	3,10	3,40	3,60
Economias Desenvolvidas	1,80	2,10	1,60	1,90	2,00
EUA	2,40	2,60	1,60	2,30	2,50
Zona Euro	0,90	2,00	1,70	1,60	1,60
Japão	0,00	1,20	0,90	0,80	0,50
Reino Unido	2,90	2,20	2,00	1,50	1,40
Economias Emergentes e em Desenvolvimento²	4,60	4,10	4,10	4,50	4,80
Rússia	0,60	-3,70	-0,60	1,10	1,20
China	7,30	6,90	6,70	6,50	6,00
Índia	7,30	7,60	6,60	7,20	7,70
Brasil	0,10	-3,80	-3,50	0,20	1,50
África Subsaariana	5,00	3,40	1,60	2,80	3,70
SADC	3,50	1,30	0,30	0,80	1,60

Fonte: FMI, World Economic Outlook (Update), Janeiro de 2017.

¹ Correspondem a taxas de crescimento anualizadas.

² Grupo de cinco países: Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietname.

Nas Economias Desenvolvidas, o crescimento económico recuou 0,5 p.p. passando de 2,1% em 2015 para 1,6% em 2016. No entanto, prevê-se um cenário oposto (uma recuperação) em 2017 com uma previsão de um crescimento de 1,9%.

Relativamente às Economias Emergentes e em Desenvolvimento, houve uma manutenção do crescimento económico em 4,1% em 2016 quando comparado com o crescimento de 2015 mas para 2017 prevê-se que o PIB cresça em 4,5%.

Na África Subsaariana, projecta-se um crescimento de 2,8% em 2017 face à estimativa de 1,6% para 2016. A previsão para 2017 tem por base uma maior produção petrolífera por parte da Nigéria devido às melhores condições de segurança, bem como à recuperação dos preços das *commodities*. O melhor desempenho do sector agrícola poderá alavancar o comércio na região.

¹ FMI, World Economic Outlook, Janeiro 2017

No que toca à SADC, estima-se uma quebra do crescimento em 1 p.p. para 0,3% em 2016 e antevê-se para 2017 uma aceleração da economia para 0,8%.

1.2. Economias Desenvolvidas

1. Estados Unidos da América

Eleições presidenciais

Segundo estimativas do FMI, o crescimento da economia norte-americana em 2016 foi de 1,6% tendo-se registado melhorias nos últimos trimestres do ano em função da recuperação das exportações e do aumento da procura interna, reflectindo-se no aumento da taxa de inflação.

As eleições presidenciais foram o grande marco político de 2016, alterando as perspectivas económicas, políticas e sociais do país. Durante a campanha e já depois de ter sido eleito Presidente dos EUA, Donald Trump anunciou que poderiam ser rompidos acordos comerciais de longa data tais como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Tratado Transpacífico, podendo vir a criar algumas barreiras ao nível do comércio internacional e dificultar a internacionalização de algumas empresas.

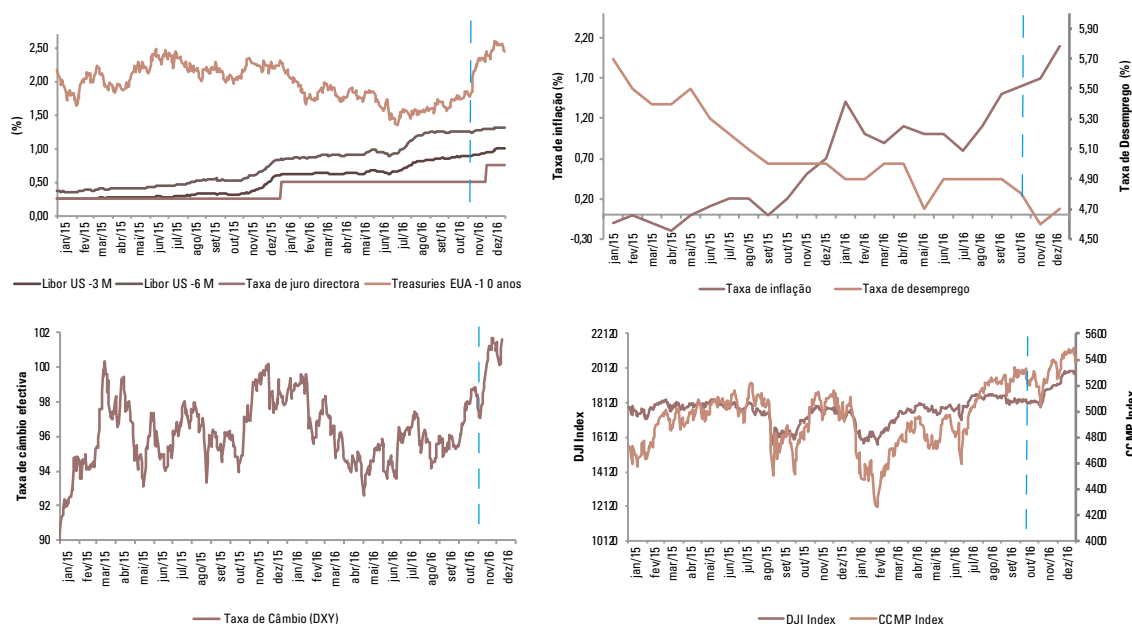
De realçar que os ganhos de emprego têm sido sólidos nos últimos meses levando a uma redução da taxa de desemprego para 4,7% em Dezembro, sendo que a inflação ultrapassou o objectivo de 2% no mesmo período, fruto da recuperação do mercado de trabalho e do preço das commodities.

O mercado monetário ficou marcado pela subida em Dezembro de 25 p.b. da taxa de juro de referência do FED, situando-se no intervalo de 0,50% e 0,75%. Esta subida já era há muito antecipada pelos mercados como se pode constatar pelo aumento precoce das taxas LIBOR. Segundo o FED, há perspectivas de aumentos graduais da taxa em 2017.

Com a eleição de Donald Trump surgiram expectativas de maiores estímulos orçamentais, tanto pela via do corte de impostos como da construção, recuperação e manutenção de infra-estrutura. Deste modo subiram as expectativas da inflação elevando assim a taxa de retorno das obrigações do Tesouro. Com a elevação dos juros registou-se uma apreciação global do Dólar norte-americano, acompanhada também pelo ressurgimento do mercado accionista. O Brexit teve um impacto de curta-duração no mercado accionista norte-americano, tendo este recuperado logo de seguida (em linha com o dólar).

Para 2017, é esperada uma expansão da política fiscal que poderá ser estimulante para a continuidade do crescimento económico. Perante este contexto é estimado um crescimento de 2,3%, segundo aponta o FMI.

Painel 1 - Indicadores Macroeconómicos dos EUA



Fontes: FED, Bloomberg²

Nota: A linha azul nos gráficos faz referência à data das eleições presidenciais nas quais Donald Trump foi eleito.

2. Zona Euro - Os incentivos à economia

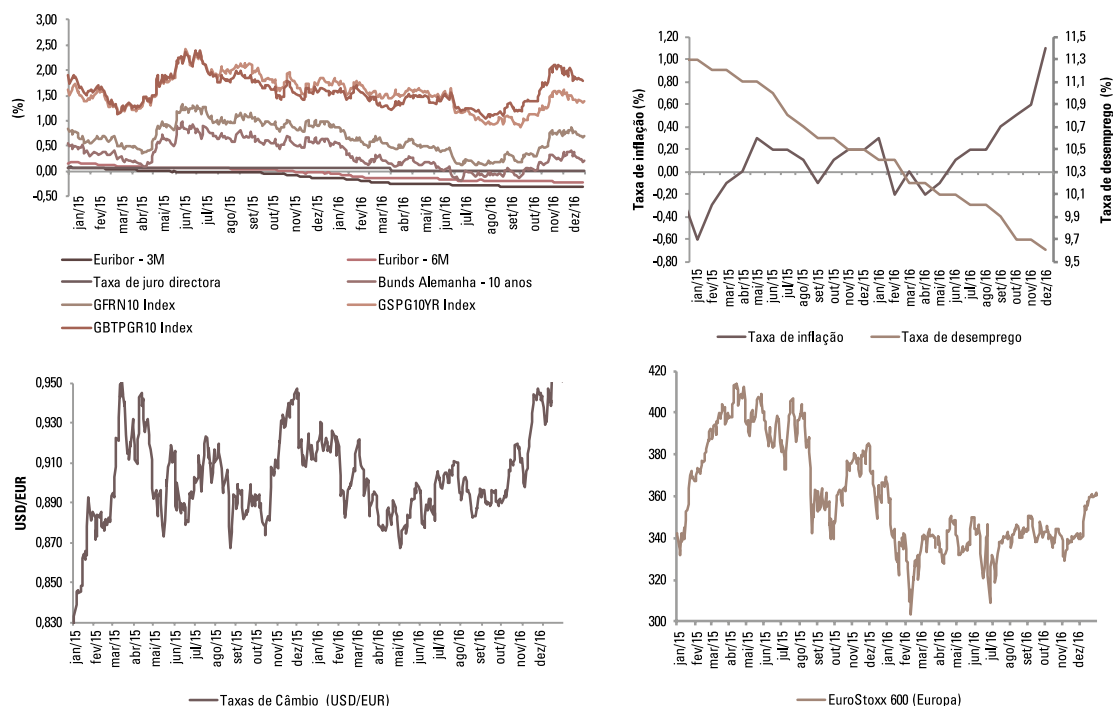
Na Zona Euro, segundo o FMI, verificou-se uma desaceleração do PIB em 0,3 p.p. em 2016, situando-se em 1,7%. No que toca ao ano de 2017, prevê-se uma ligeira desaceleração (0,1 p.p.) devido à revisão em baixa do crescimento da economia italiana. No entanto, o crescimento da economia alemã e espanhola foi revisto em alta, por força dos seus respectivos desempenhos no último semestre de 2016.

Em Março de 2016, o BCE baixou a sua taxa de referência de 0,05% para 0,00% (menos 5 p.b.), colocando a sua taxa de depósito em 0,40% negativos, manteve a sua política de compra de títulos de dívida e de operações de refinanciamento de longo prazo, o que evitou uma redução considerável do montante de compras num período de maior instabilidade. No final do ano, a taxa de inflação homóloga foi de 1,1% (contra os 0,2% em 2015), após um percurso oscilante dos preços no primeiro semestre, registando várias vezes deflação. No entanto, a partir de Junho iniciaram os sinais positivos da evolução do preço das *commodities* bem como das políticas expansionistas do BCE, no entanto ficando aquém do objectivo do BCE.

Registando um percurso inverso, a taxa de desemprego atingiu novos mínimos desde o começo da crise da Zona Euro. Relativamente ao câmbio, influenciado pelas eleições norte-americanas, o Euro apresentou uma maior depreciação em 3,3% em relação a 2015, finalizando o ano de 2016 em 0,951 face ao Dólar norte-americano.

² DXY – taxa de câmbio do Dólar (em relação a um cabaz de moedas) efectiva

Painel 2 - Indicadores Macroeconómicos da Zona Euro



Fonte: BCE, Bloomberg, Eurostat

3. Japão – Os títulos públicos a 10 Anos registam valores negativos pela primeira vez

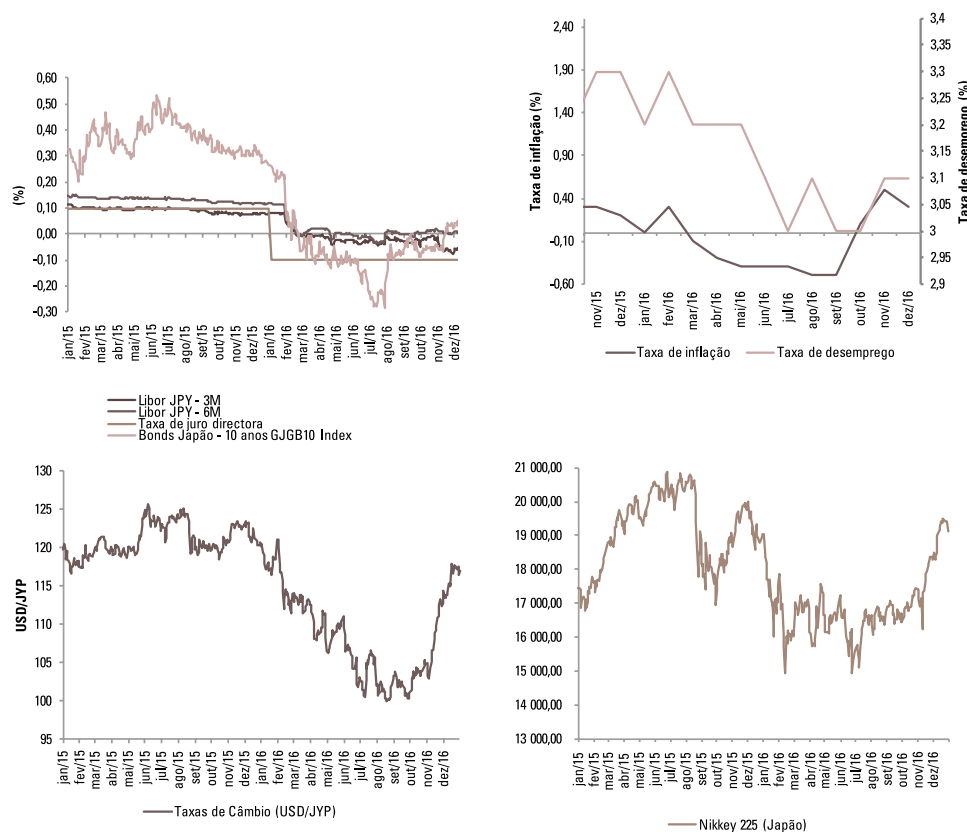
Na perspectiva do FMI, a economia japonesa terá crescido 0,9% em 2016, valor que se denota acima das projecções anteriores (0,5%) devido aos estímulos monetários e orçamentais em curso. No que concerne a 2017, a taxa de crescimento foi revista em baixa, registando um recuo face a 2016 de 0,1 p.p. devido ao seu desempenho no segundo semestre de 2016.

A primeira grande alteração na economia nipónica em 2016 foi o Banco do Japão (BOJ) ter fixado a taxa de remuneração das reservas excedentárias adicionais em -0,1%, contra 0,1%, a fim de combater os períodos de deflação que se têm verificado e estimular a economia incentivando o crédito.

Como se pode verificar abaixo, influenciados pelo Brexit, os títulos públicos a 10 anos registaram valores abaixo dos -0,1% pela primeira vez, perante um clima de insegurança e pessimismo vis-à-vis o longo prazo, incentivando dessa forma a procura por activos de refúgio como o Yen e as obrigações japonesas. A partir de Agosto, as incertezas dos investidores quanto à renovação e aprofundamento dos estímulos monetários levaram à queda do preço das obrigações e consequentemente à subida das taxas de retorno acima dos negativos 0,1% novamente.

Relativamente à inflação, esta apresentou uma trajectória decrescente, tendo sido influenciada pelo fraco consumo no período, no entanto registou-se no mercado de trabalho o valor mais baixo da taxa de desemprego desde 1995 (3,1%).

Os preços na economia registaram ao longo do ano, constantes níveis de deflação, no entanto, a partir de meados de Outubro houve uma mudança de comportamento que levou à reversão da taxa de inflação e do índice accionista, influenciada pela depreciação do Yen em relação a 2015, cuja posição em relação ao Dólar norte-americano passou de 120,2 em Dezembro de 2015 para 117,0 a 31 de Dezembro de 2016.

Painel 3 - Indicadores Macroeconômicos do Japão

Fonte: BOJ, Bloomberg, Ministry Affairs & Communications

Reino Unido – O Brexit

Segundo o FMI, a economia britânica cresceu 2,0% em 2016, crescimento esse que foi revisto em alta³ (1,8%). Para 2017, prevê-se uma taxa de crescimento de 1,5%, fruto do desempenho da economia nos últimos meses do ano.

2016, foi um ano que deixou marcas indeléveis na economia britânica, o *Brexit*⁴, como se pode verificar através dos indicadores macroeconômicos, a seguir analisados.

O Banco da Inglaterra (BoE) manteve o seu programa de estímulos ao longo do ano e reduziu a taxa directora para 0,25% fruto das incertezas que nublam as perspectivas de expansão do crescimento económico inglês, mesmo depois da vitória do Brexit buscando acalmar os investidores num período favorecido pela recuperação da inflação e de redução do desemprego, tendo este passado de 5,2% em 2015 para 4,8% em 2016.

Note-se que se registou, a partir de Setembro, uma tendência crescente na taxa de inflação, situando-se em 1,6% no final do ano, atingindo o valor mais elevado desde Agosto de 2014. Porém, o aumento das expectativas de inflação colocou pressões sobre as taxas de retorno das obrigações do Governo, não obstante a descida das taxas de juro directoras.

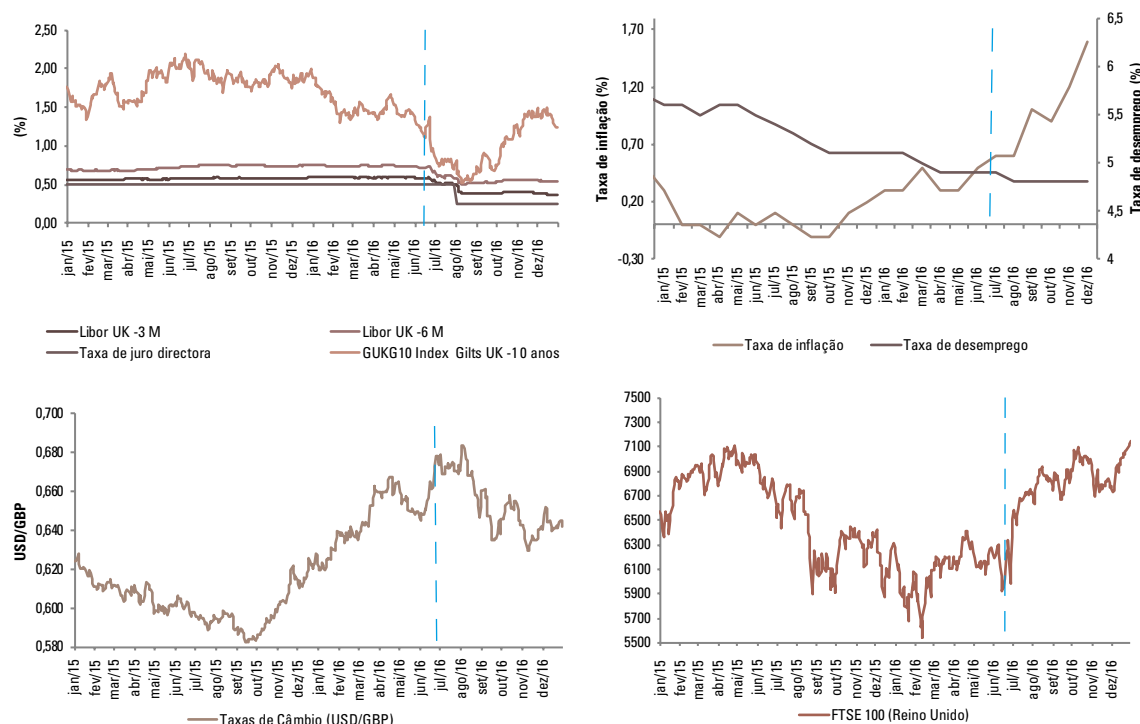
³ FMI, World Economic Outlook, Outubro 2016

⁴ Referendo realizado a 23 de Junho de 2016 na Grã-Bretanha que tinha como finalidade decidir o futuro do país na União Europeia. O referendo ficou apelidado de Brexit que é a junção da palavra Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída).

Resultado do referendo: 51,9% a favor e 48,1% contra.

Entretanto, após depreciação constante, a libra conheceu uma depreciação devido ao impacto do *Brexit*, voltando aos valores pré-*Brexit*, não obstante a recuperação acentuada do mercado accionista, no segundo semestre de 2016.

Painel 4 - Indicadores Macroeconómicos do Reino Unido



Fonte: BOE, Bloomberg, Office for National Statistics

Nota: A linha azul nos gráficos faz referência à data em que ocorreu o referendo no qual venceu o Brexit.

1.3. Economias Emergentes e em Desenvolvimento

4. Brasil – O Impedimento

A economia brasileira em 2016 foi marcada essencialmente pela tensão política no país com o caso do *Impeachment*⁵ a 31 de Agosto.

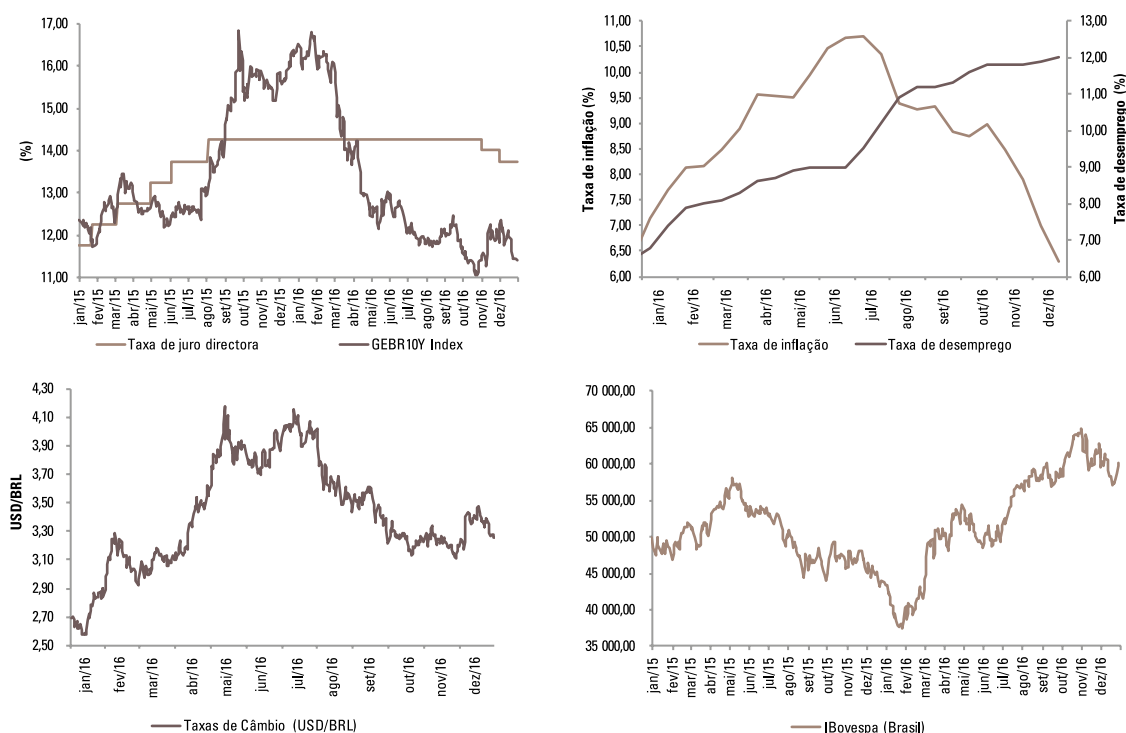
Não obstante, a melhoria dos preços das *commodities* bem como a redução das tensões políticas que tem assolado o Brasil, registou-se uma inversão do ciclo económico, estimou-se uma taxa de crescimento de 3,5% face a 3,8% em 2015. Para 2017, prevê-se um crescimento económico de 0,2%.

O Banco Central do Brasil reduziu a taxa de referência ao longo do ano em 0,50 p.p., terminando em 13,75%, contra 14,25% no início do ano.

Associada à evolução do preço das *commodities*, a entrada de capitais no Brasil provocou não só a apreciação do real como a subida do índice accionista, assim como uma acentuada melhoria no mercado obrigacionista, impactando provavelmente a taxa de inflação que em Dezembro de 2016, foi de 6,3%, contra 10,7% em Dezembro de 2015.

⁵ Impedimento

Painel 5 - Indicadores Macroeconómicos do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil, Bloomberg, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

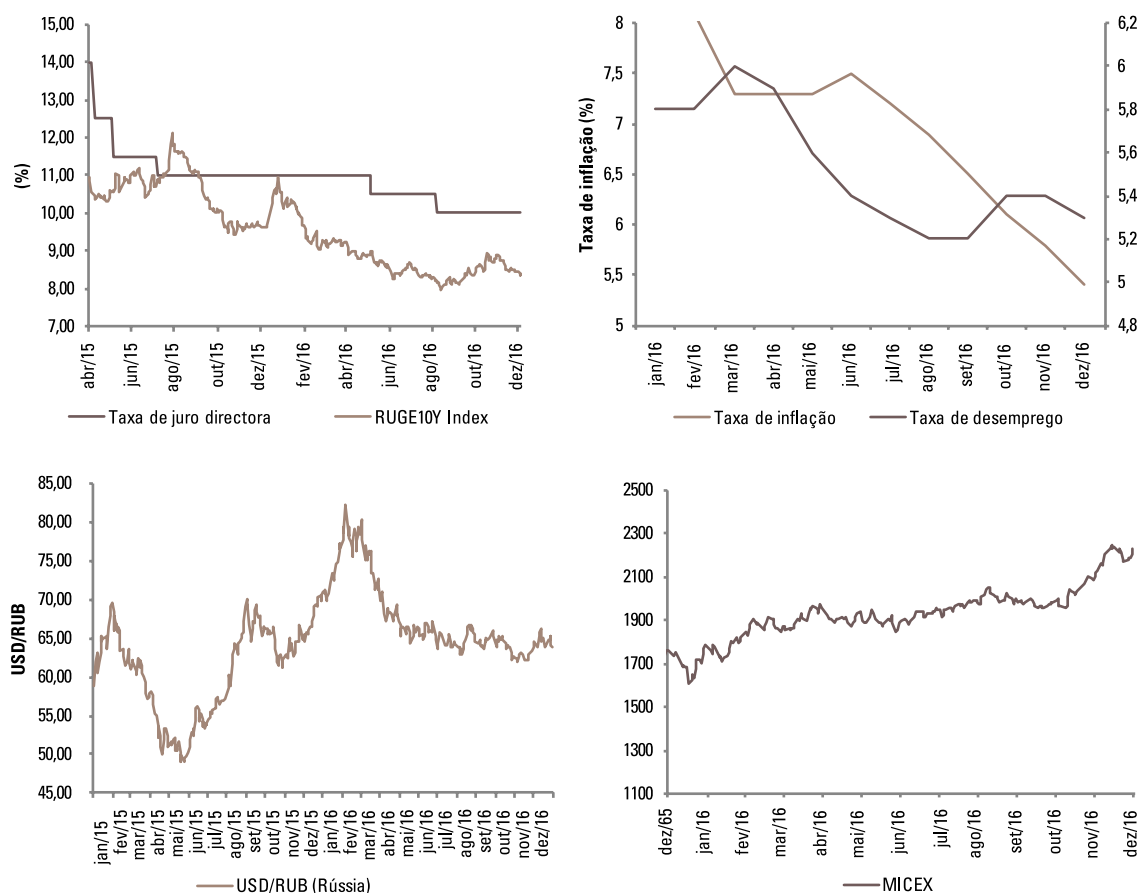
5. Rússia

Da mesma forma que no Brasil o FMI aponta para uma inversão do ciclo económico de recessão na Rússia, todavia não a ponto de travar a contracção desta economia, que estimou uma contracção 0,6% em 2016, contra 3,7% negativos em 2015. Este cenário deveu-se à melhoria dos preços das *commodities*. Em 2017, é previsto um crescimento de 1,1% para a economia russa.

O Banco Central Russo reduziu duas vezes a sua Taxa de Juro ao longo do ano situando-se em Dezembro em 10%, em linha com a tendência desinflacionista, marcada pela recuperação do preço das *commodities* e a consequente melhoria da economia culminando em menor desemprego.

A moeda russa registou uma apreciação até Abril, permitindo acentuar as pressões de redução da inflação na economia. Por seu turno, o índice accionista reagiu em termos bastante positivos às eleições norte-americanas, devido à boa relação entre Donald Trump e Vladimir Putin.

Painel 6 - Indicadores Macroeconómicos da Rússia



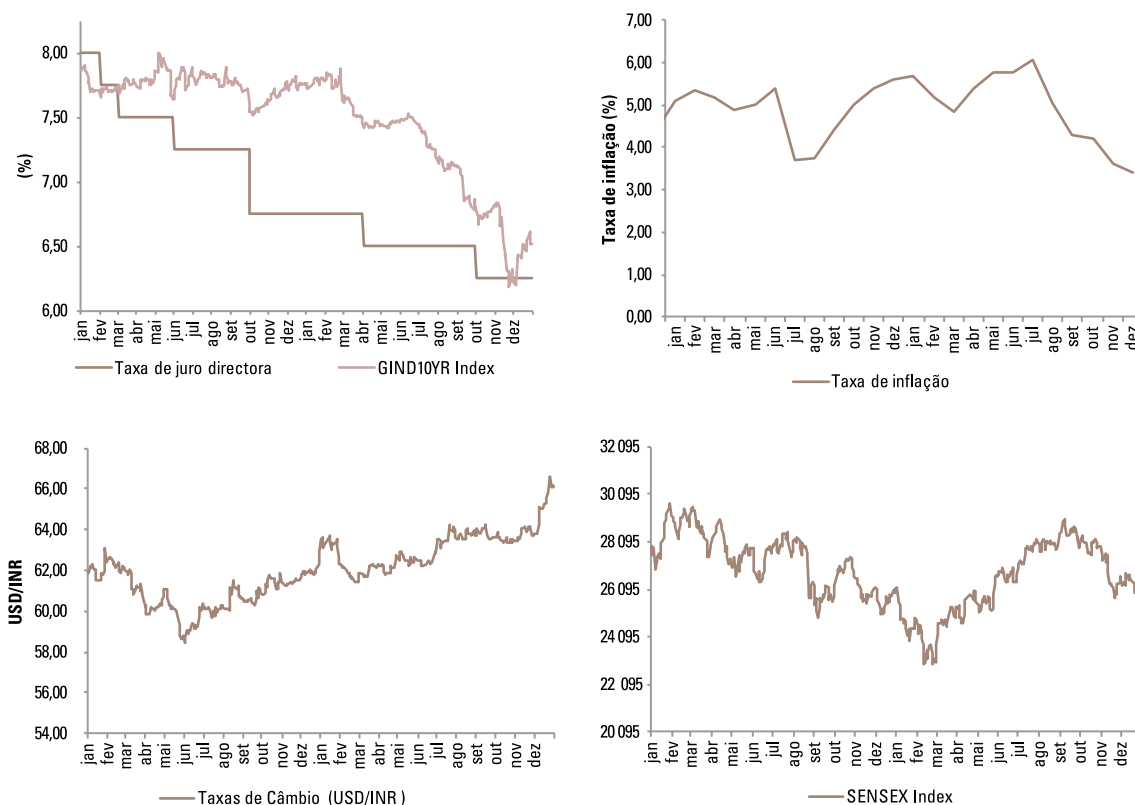
Fonte: Central Bank of Russia, Bloomberg, Federal Statistics Service

6. Índia – A desmonetização

De acordo com o FMI, o PIB indiano terá crescido 6,6% em 2016, valor abaixo das projecções anteriores (7,6%). Para o ano de 2017, a taxa de crescimento foi também revista abaixo das anteriores (0,6 p.p.). Estas evoluções devem-se às alterações no consumo resultantes da escassez de moeda.

Na Índia, o Banco Central reduziu a taxa directora em 0,5 p.p., que passou de 6,75% em Dezembro de 2015, para 6,25% em Dezembro de 2016, de forma a acompanhar a tendência de desinflação da economia.

A economia indiana, tal como as restantes economias emergentes, foi influenciada pela evolução do preço das *commodities* ao longo do ano, reflectindo-se no movimento da inflação. Para a diminuição da inflação na Índia contribuiu a desaceleração dos preços dos alimentos, que se deu, inclusivamente, após uma campanha do Banco Central que retirou de circulação as notas de maior valor facial, o que se veio a reflectir numa queda do consumo.

Painel 7 - Indicadores Macroeconómicos da Índia

Fonte: Reserve Bank of India, Bloomberg, Ministry of Labour & Employment

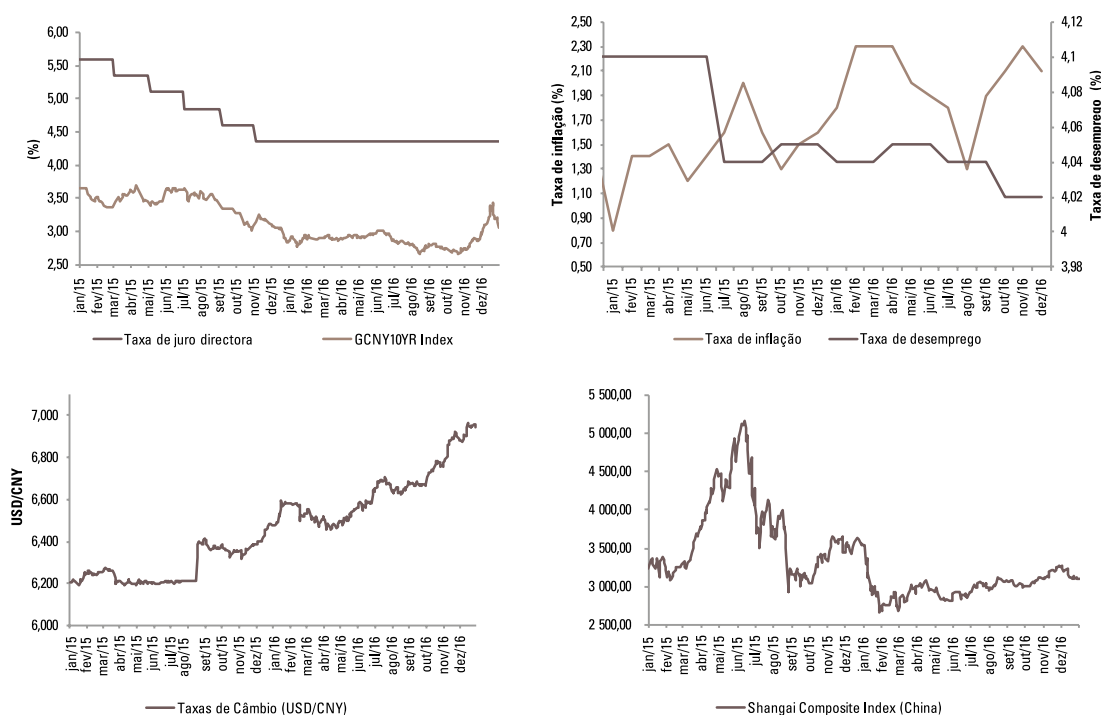
7. China – A queda acentuada do mercado accionista

O FMI aponta para uma desaceleração da economia chinesa para os 6,7% em 2016 (menos 0,2 p.p. relativamente a 2015), todavia acima do esperado, após se ter observado um forte investimento em infra-estruturas e no sector imobiliário. Prevê-se um crescimento de 6,5% para 2017, suportado pela continuidade das políticas expansionistas.

O mercado accionista registou uma queda no início do ano, fruto dos sinais de arrefecimento da economia chinesa, cujo impacto se estendeu a nível mundial, especialmente ao nível das *commodities*.

No mercado monetário, o Banco Central da China manteve inalterada a sua taxa de juro de referência em 4,35% ao longo de 2016, a sua moeda foi desvalorizada face ao dólar, fruto de uma política monetária do FED mais restritiva. A inflação registou 2,1% em Dezembro, face aos 1,6% (em Dezembro de 2015) tendo aumentado em 0.5 p.p.

Painel 8 - Indicadores Macroeconômicos da China



Fonte: Bank of China, Bloomberg, Ministry of Labour & Employment

1.4. África Subsariana

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Relativamente às economias que mais peso têm no PIB Subsariano, o FMI aponta para que em 2016 a economia sul-africana tenha tido uma taxa de crescimento de 0,3%, enquanto a Nigéria apresenta taxas de 1,5%, ambas revistas em alta. Para 2017, prevê-se que tanto a África do Sul como a Nigéria registem uma taxa de crescimento de 0,8%.

Nas economias da SADC, a inflação homóloga em Dezembro de 2016 apresentou-se, de um modo geral, em um nível mais baixo comparativamente ao período homólogo do ano anterior, situando-se em 20,0% no Malawi (menos 4,9 p.p. em relação a Dezembro de 2015), 7,5% na Zâmbia (menos 13,6 p.p.), 5,0% na Tanzânia (menos 1,8 p.p.) e 3,0% no Botswana (menos 0,1 p.p.).

No entanto destaca-se o caso moçambicano, cuja inflação em Dezembro de 2016 se situou nos 25,3%, contra os 10,6% no mesmo mês em 2015. Este fenómeno deveu-se à desvalorização do metical e às incertezas apontadas à economia moçambicana.

No que toca ao mercado monetário, os Bancos Centrais do Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe não alteraram as suas taxas de juro directoras.

O Banco Central da RDC aumentou a taxa de juro de referência em 7 p.p. para os 14,0%.

O Banco Central da Namíbia elevou a sua taxa de juro de 6,25% para os 7,00% (mais 0,75 p.p.) e o Banco da Suazilândia em 0,75 p.p. para os 6,5%, por forma a alinharem as suas taxas de referência com a da África do Sul de modo a evitar a saída de capital e preservar as suas reservas, respectivamente

O principal destaque no ano foi o Banco Central de Moçambique que elevou a sua taxa directora em 10,5 p.p. (para os 23,25%), diante da pressão dos preços e corte do rating por parte das principais agências internacionais. Também subiu a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 9,75% para os 10,75% (mais 1,0 p.p.) e a da Facilidade Permanente de Depósitos de 3,75% para os 4,25% (mais 0,5 p.p.), de modo a combater a inflação, que se agudizou devido à redução da oferta de produtos agrícolas em consequência da seca que assolou o país, à depreciação do Metical e ao agravamento dos preços na África do Sul.

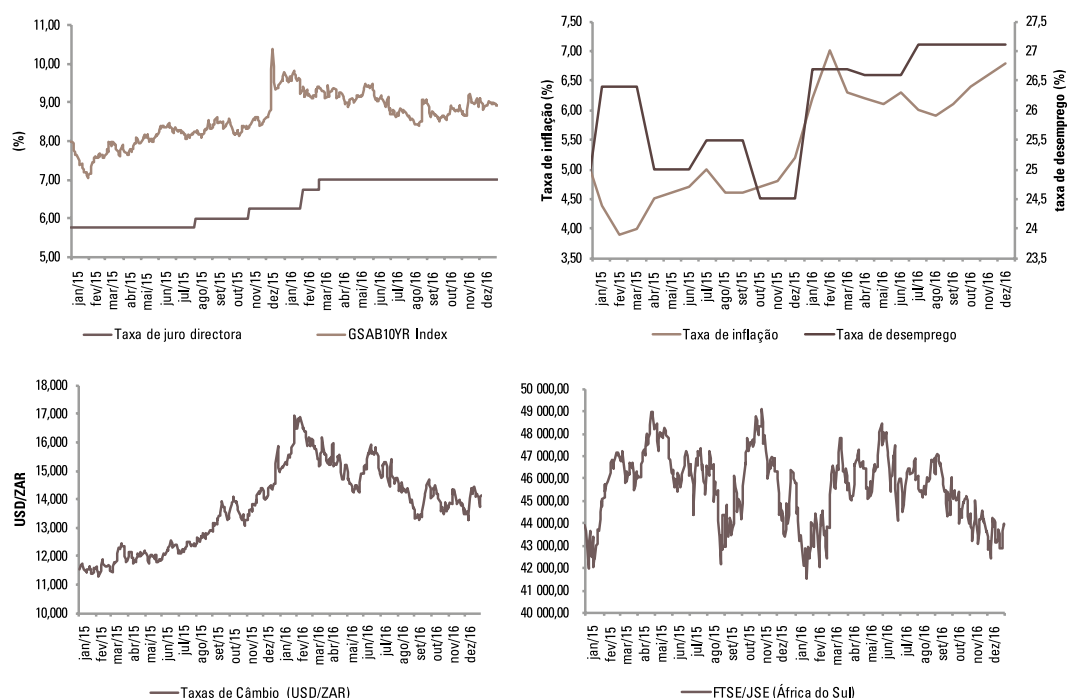
O Banco Central da África do Sul subiu a sua taxa de juro de referência de 6,25% para os 7,00% de Janeiro a Março, para precaver as pressões inflacionistas, mantendo a mesma constante até ao final do ano.

No mercado cambial, o Rand depreciou face ao dólar devido à tensão política registada no país, bem como à fuga de capitais. Outros motivos para este quadro foram os acontecimentos na Europa e os adiamentos do aumento da taxa de juro do FED.

A inflação homóloga aumentou 1,6 p.p. face aos 5,2% registados em Dezembro de 2015, apesar de ter apresentado períodos oscilantes, registando no início do ano uma desaceleração dos preços, devido à apreciação do Rand e ao aumento das taxas de juro.

A taxa de desemprego sul-africana continuou em níveis estruturalmente elevados, tendo aumentado no segundo semestre à medida que a instabilidade na economia e no mercado accionista se intensificava.

Painel 9 - Indicadores Macroeconómicos de África do Sul

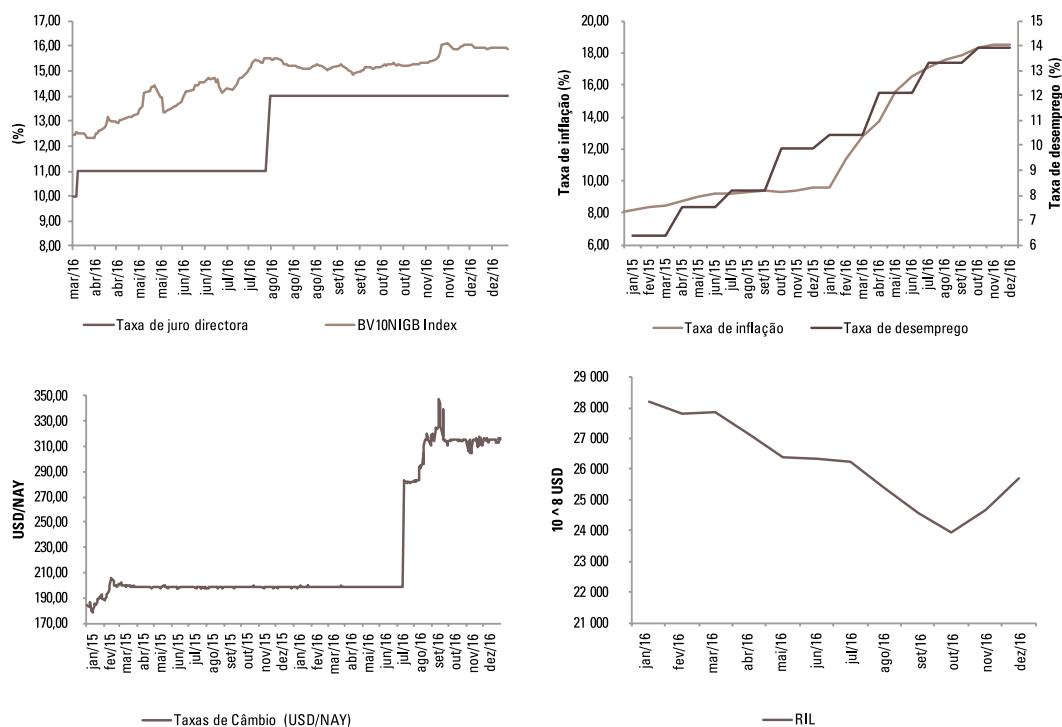


Fonte: South Africa Reserve Bank, Bloomberg, Statistics South Africa

Na Nigéria, o ano de 2016 foi marcado pela desvalorização da moeda nigeriana em 37,1%, após o Banco Central da Nigéria ter decidido que, a partir de Julho de 2016, a taxa de câmbio deixaria de ser administrada e, por conseguinte, ter adoptado um regime de taxa cambial flexível.

Ao longo do ano, o Banco Central Nigeriano subiu ainda por duas vezes a taxa de juro directora, a primeira em 1,00 p.p. para 11%, no mês de Abril e a segunda no mês de Agosto em 3,00 p.p. para 14% de forma a fazer face à inflação, que atingiu 18,6% acumulados no final do ano.

Painel 10 - Indicadores Macroeconómicos da Nigéria



Fonte: Central Bank of Nigeria, Bloomberg, National Bureau of Statistics

1.5. Mercado das *Commodities*

O ano de 2016 ficou marcado pela inversão da evolução do preço das *commodities* face a 2015. No entanto, em termos médios, os valores ainda se situam abaixo dos registados no ano anterior.

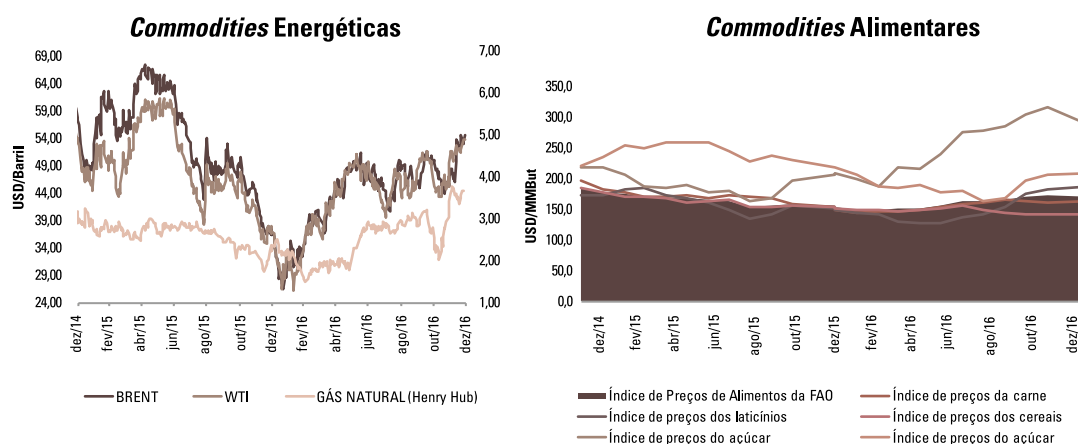
8. *Commodities* Energéticas

De acordo com os dados da OPEP, projectou-se um aumento de 1,33% da procura global por petróleo no ano de 2016, ou seja, um aumento em termos absoluto de aproximadamente 1,24 Milhões de barris diários para os 94,44 Milhões de barris diários. Para 2017, a previsão da procura foi revista em alta para os 95,60 Milhões de barris diários, o que representou um aumento de 1,16 Milhões de barris diários, ou seja mais 1,22%.

Do lado da oferta de petróleo mundial, destacou-se a revisão em alta da oferta dos países fora da OPEP em 16 Mil barris, para 57,1 Milhões de barris diários em 2016. Os dados recentes mostram que a produção média em 2016 se situou em 95,7 Milhões de barris diários, tendo a maior parcela (59,7%) sido oferecida pelos países fora da OPEP e cerca de 33,9% pela OPEP e 6,5% corresponde ao Gás natural oferecido pelos países da OPEP.

Apesar da tendência crescente ao longo do ano de 2016, os preços médios do petróleo do Mar do Norte (Brent), West Texas Intermediate (WTI) e do gás natural (medido pelo Henry Hub) caíram 17,6% para os 44,1 USD/barril, 11,2% para os 43,3 USD/barril e 5,1% para os 2,5 USD/MMBut, respectivamente.

A tendência crescente ao longo do ano de 2016 dos preços foi justificado nomeadamente por: (i) o acordo de corte de produção por parte dos países da OPEP; (ii) cortes de produção de países fora da OPEP (iii) o aumento da procura de petróleo por parte da Ásia; (iv) sinais de recuperação da economia norte-americana; e (v) revisão em alta das projecções da procura por parte da Agência Internacional de Energia.

Painel 11: Preços das Commodities Energéticas e Alimentares

Fonte: Bloomberg e FAO

Obs.: Gás Natural está expresso em USD/Milhões de BUT; Brent e WTI estão expressos em USD/barril

9. Commodities Alimentares

O Índice de Preços dos Alimentos da Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) situou-se em média em 161,6 pontos em 2016, o que representou uma pequena queda de 1,5% face à média do ano anterior, em resultado da queda generalizada dos preços de todos os bens alimentares (excepto o açúcar e o óleo).

As principais razões para a descida generalizada dos preços dos bens alimentares ao longo do ano foram; (i) a alteração de legislação na UE e Oceânia referente às quotas de leite assim como a dinâmica da procura mundial por produtos lácteos; (ii) as condições meteorológicas favoráveis que aumentou a oferta. O preço do açúcar foi o que mais se destacou ao longo do período em análise, tendo, no entanto, registado reduções a partir o mês de Outubro devido essencialmente ao nível satisfatório da oferta de açúcar da principal região produtora de açúcar do Brasil (o Centro Sul).

2. Economia Nacional

2.1. Sector Real

2.1.1. Actividade Económica

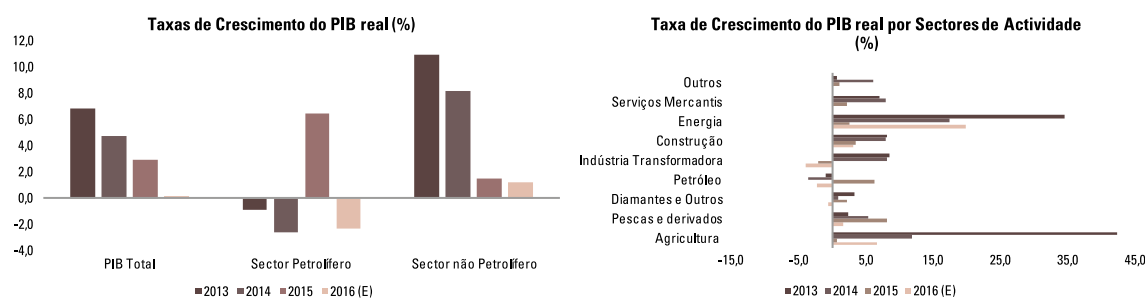
O ano de 2016 foi marcado pelo agudizar das dificuldades económicas, desencadeadas pela quebra na cotação internacional do Petróleo, a qual apresentou durante o período 2010-2014 um preço médio mensal a rondar os USD 100, reduzindo para cerca de metade em 2015 e mantendo-se sensivelmente nesse nível em 2016. Os impactos foram evidentes em todos os sectores da economia e, segundo as estimativas actualizadas em Janeiro de 2017, aponta-se para um crescimento real do Produto Interno Bruto agregado de 0,1% em 2016, sendo que este acomoda um crescimento real de 1,2% do Sector Não Petrolífero e um decréscimo de 2,3% do Sector Petrolífero.

Estas estimativas tiveram como pressupostos uma taxa de câmbio média de 164,0 USD/Kz, um preço médio do barril de petróleo de 40,9 USD/barril e uma taxa de inflação de 42,0%. Deste modo, a revisão efectuada distanciou-se do previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017), de 7,5% para 2016. Na base desta desaceleração do PIB face a 2015, esteve sobretudo, a contracção do sector petrolífero, que correspondeu a uma queda de 8,8 p.p., tendo em conta a diminuição da produção petrolífera de 649,5 Milhões para 634,4 Milhões Bbl em 2016.

Por outro lado, o sector não petrolífero apresentou um abrandamento do seu ritmo de crescimento de 0,31 p.p., transversal à maioria dos sectores, sendo que as excepções dizem respeito ao sector da Agricultura e Energia. Destaca-se o sector da indústria transformadora que apresentou uma contracção da sua actividade de 3,9% em 2016, após ter contraído 2,1% no ano anterior, devido principalmente à insuficiência de divisas para a importação de matérias-primas, subsidiárias, peças de substituição, assistência técnica e pagamento de salários de trabalhadores expatriados. Destacaram-se outros constrangimentos como a subida dos custos de produção, energia e combustíveis, bem como dos custos de capital por via do aumento das taxas de juro activas.

Tal como referido acima, os sectores da Energia e Agricultura são os únicos para os quais se estimou um aumento no ritmo de crescimento, em 17,39 p.p. e 5,95 p.p. face a 2015, correspondendo a expansões em 2016 de 19,9% e 6,7%, respectivamente. Para o caso da Energia, o aumento da actividade esteve ligado à entrada em funcionamento de novas estações eléctricas, bem como através de um maior aproveitamento da energia hidroeléctrica. No caso do sector da Agricultura, a aceleração ocorreu devido à dinamização das acções, no âmbito da Campanha Agrícola 2015-2016, por via de um conjunto de acções centradas no aumento da preparação mecanizada de terras e o incremento do uso de tracção animal, na distribuição dos insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, agro-químicos, tractores, charruas de tracção animal), na facilitação do Crédito Agrícola de Campanha e Investimento, que garantiram o êxito da campanha agrícola de 2016.

Painel 12: Taxas de Crescimento do PIB Real e PIB Real por Sectores de Actividade



Fonte: MPDT

Destacaram-se, como os sectores que mais contribuíram positivamente para o crescimento económico de 2016, o sector da Agricultura (com 0,77 p.p.) e da construção (com 0,34 p.p.), sendo os sectores Petrolífero, Indústria Transformadora e Diamantífero os que contribuíram negativamente para o crescimento económico com 0,70 p.p., 0,31 p.p. e 0,01 p.p., respectivamente.

Quadro 2: Estrutura Percentual do PIB (Preços de 2002)

Estrutura Percentual (%)	2013	2014	2015	2016 (E)
Sector primário (%)	46,21	44,65	45,36	45,41
Agricultura	11,24	11,97	11,71	12,47
Pescas e derivados	0,29	0,33	0,34	0,35
Diamantes e Outros	2,55	2,46	2,44	2,46
Petróleo	32,13	29,90	30,87	30,13
Sector Secundário (%)	18,94	19,56	19,20	19,23
Indústria Transformadora	8,32	8,59	8,17	7,84
Construção	10,43	10,76	10,82	11,14
Energia	0,19	0,21	0,21	0,25
Sector terciário (%)	34,86	35,79	35,44	35,37
Serviços Mercantis	26,46	27,29	27,09	27,04
Outros	8,40	8,50	8,35	8,33

Fonte: MPDT

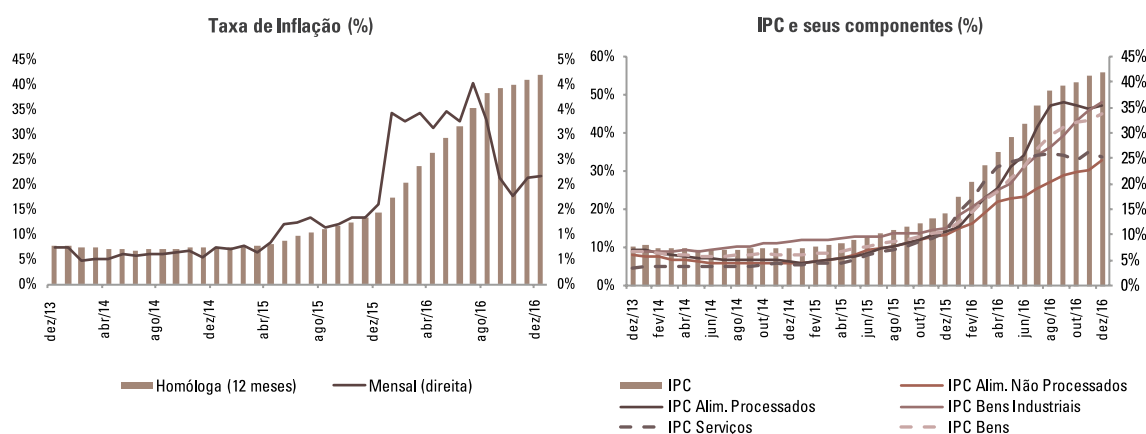
Desagregando o PIB global pelos sectores primário, secundário e terciário, denotou-se que o sector primário da economia manteve o maior peso na estrutura do PIB em 2016, com 45,4%, seguido do sector terciário com 35,4%. No ano em análise, a diversificação da economia ficou aquém do desejável, uma vez que o sector petrolífero continuou a registar um peso significativo na estrutura do PIB global, em detrimento de sectores como a Agricultura e a Indústria Transformadora.

As projecções do MPDT para 2017 apontam para um crescimento económico em termos reais de 2,6%, tendo como pressupostos uma produção petrolífera de 1,79 Milhões de barris/dia o qual inclui a produção do LNG, estimada em 121,4 Mil barris/dia de óleo equivalentes de petróleo por dia, a um preço do petróleo de 48,4 USD/barril, uma taxa de câmbio de Kz 165,9 por Dólar norte-americano e uma taxa de inflação no final de 2017 de 15,8%. Desta forma, projecta-se para o PIB do sector petrolífero, um crescimento de 3,2%, e para o PIB do sector Não Petrolífero um crescimento de 2,3%. Segundo estas projecções, a Energia e a Agricultura são os sectores que mais se destacam, com crescimento de 40,2% e 7,3%, respectivamente, seguidos do sector da Indústria Transformadora com 4,0%.

2.1.2. Preços

No ano de 2016 assistiu-se à subida do Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Luanda, tendo a taxa de inflação homóloga aumentado 27,7 p.p. face a 2015 (14,3%), fixando-se em 42,0%. O comportamento da inflação ao longo do ano reflectiu sobretudo a depreciação da moeda nacional em cerca de 22,6%, bem como as restrições à importação, tanto de bens finais, como de bens intermédios. Paralelamente, o corte do subsídio aos preços dos combustíveis com impacto sobre o aumento dos preços dos serviços de transportes, bem como a actualização dos preços das telecomunicações, tiveram reflexos sobre os preços dos bens e serviços no mercado interno.

Painel 13: Taxa de Inflação e Componentes do IPC (variação homóloga)



Fonte: INE

O perfil ascendente dos preços ao longo do ano deveu-se à variação dos preços registada tanto na categoria de Bens (45,0%) como dos Serviços (33,9%) superior aos valores registados no ano anterior, de 14,3% e 14,1%, respectivamente. Na categoria de Bens, os Bens Industriais foram os que mais variaram (48,2%), em que o Fósforo, o Sapato para Criança e os Insecticidas aparecem no topo da lista com variações de 196,5%, 175,5% e 148,7%, respectivamente, seguidos dos Bens Alimentares (43,0%), em que os produtos com variações mais elevadas foram o Sal (125,4%), o Açúcar Branco (113,4%) e o Chispe de Porco (94,4%).

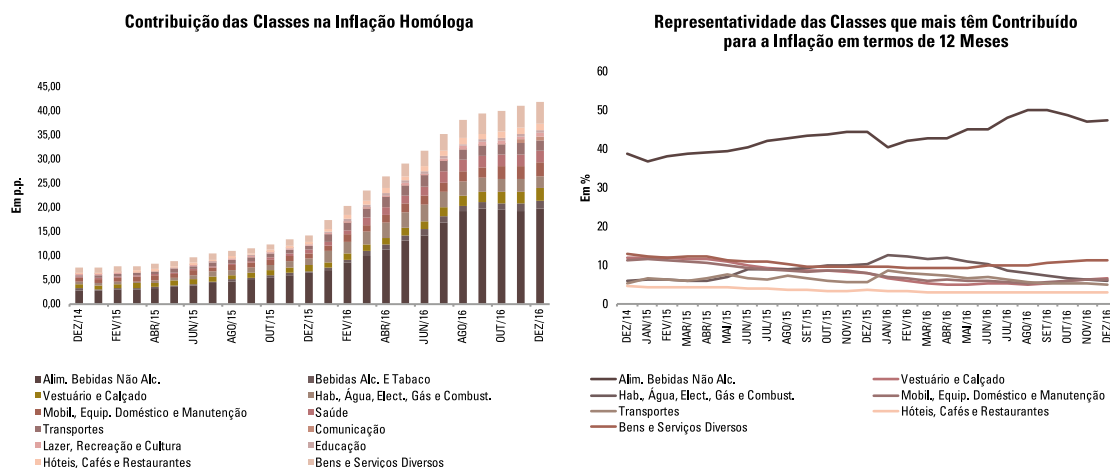
No entanto, o panorama geral difere consideravelmente em termos de contribuições, tendo os Bens contribuído com 32,6 p.p. e os serviços com 9,4 p.p. para a inflação acumulada em 2016, comparando com os 10,4 p.p. e os 3,9 p.p. do final de 2015, respectivamente. Os Bens Alimentares registaram uma contribuição de 19,0 p.p., superior ao registado no ano anterior (6,2 p.p.), enquanto a categoria de Bens Industriais observou uma contribuição de 13,6 p.p., também superior ao observado em 2015 (4,2 p.p.).

Frisa-se que, a classe da Saúde foi a que registou a variação mais elevada no período em análise (75,6%) nomeadamente, nos serviços de análises e radiografias, seguida da classe de Bens e Serviços Diversos (64,9%), onde os artigos e produtos de cuidado pessoal, como os artigos de bijuteria, joalheria e relojoaria foram os que mais subiram e a classe de Bebidas Alcoólicas e Tabaco (53,8%), com especial destaque para a parcela do tabaco.

Em termos de contribuição, verifica-se que, em 2016, a classe de Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas foi a que apresentou a maior contribuição com 19,8%, seguida das classes de Bens e Serviços Diversos (4,7%) e de Vestuário e Calçado (2,8%).

Analisando a representatividade das classes, é possível verificar que a classe de Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas intensificou a sua representatividade na inflação total ao longo de 2016, dando continuidade à tendência iniciada no ano anterior.

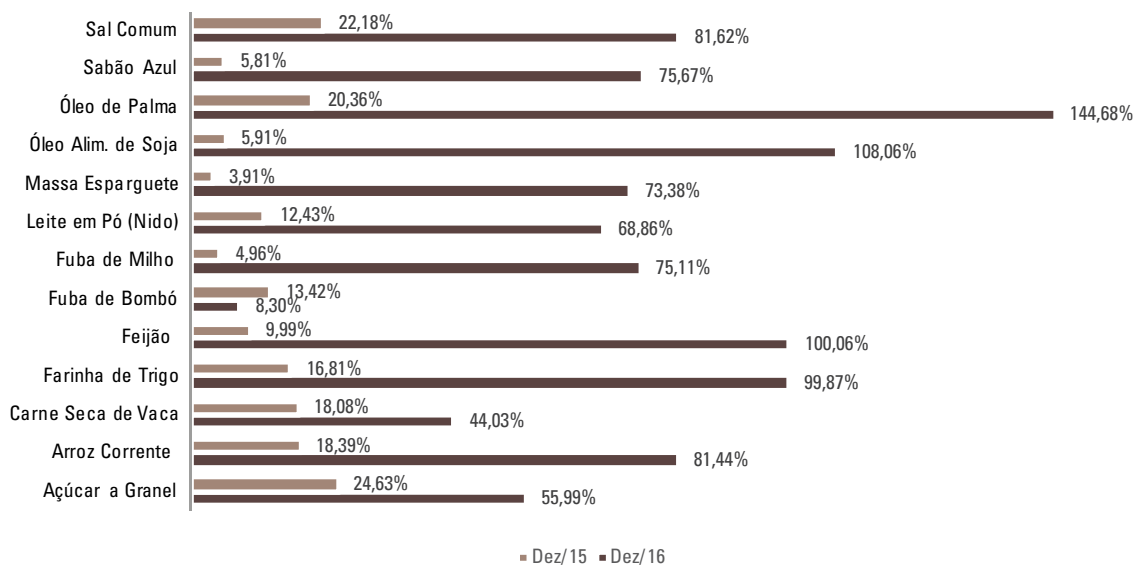
Painel 14: Contribuição e Representatividade das Classes de Despesas na Inflação



Fonte: INE

A Classe de Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas regista frequentemente as maiores variações e contribuições. Uma vez que a actual insuficiência de acesso a recursos externos para a importação de bens de consumo alimentar, entre outros, tornou-se relevante analisar a evolução dos preços dos produtos que compõem o cabaz elementar de consumo da população, a Cesta Básica. Neste seguimento, observou-se no ano de 2016 uma subida da variação acumulada do preço médio face a 2015 de todos os produtos da Cesta com excepção da Fuba de Bombó que registou uma inflação menor em 5,1 p.p. para 8,3%. Em termos agregados o preço médio da Cesta Básica aumentou 70,8% em 2016, acima dos 13,6% de 2015. Destacaram-se os produtos como o Óleo de Palma, o Óleo Alimentar de Soja e o Feijão, com as maiores variações, em 144,7%, 108,1% e 100,1%, respectivamente.

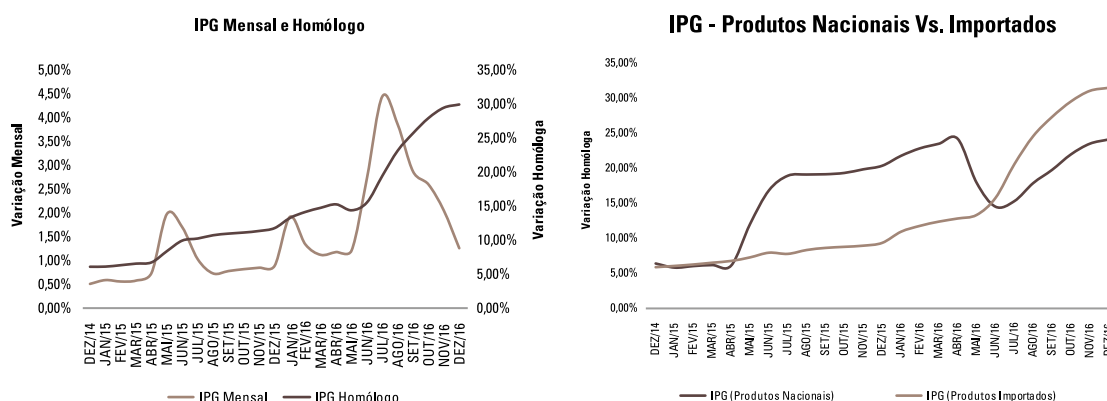
Gráfico 1: Variação Acumulada Anual - Produtos Cesta Básica



Fonte: INE

Relativamente ao Índice de Preços no Grossista (IPG), ao longo de 2016 e à semelhança do IPC, este indicador apresentou uma trajectória marcadamente ascendente ao evidenciar uma taxa de variação de 29,9%, contra os 11,7% registados em 2015. Para esta evolução do IPG, contribuíram tanto as variações dos preços dos produtos nacionais com 24,2% em 2016, o que correspondeu a mais 3,8 p.p. face a 2015, como a dos preços dos produtos importados em cerca de 31,6%. Enquanto para os produtos nacionais, a Secção da Pesca foi a que mais aumentou, com 31,0%, para os importados, foi a secção da Industria Transformadora com 31,7%.

Painel 15: Índice de Preços no Grossista (Taxas de variação, em %)



Fonte: INE

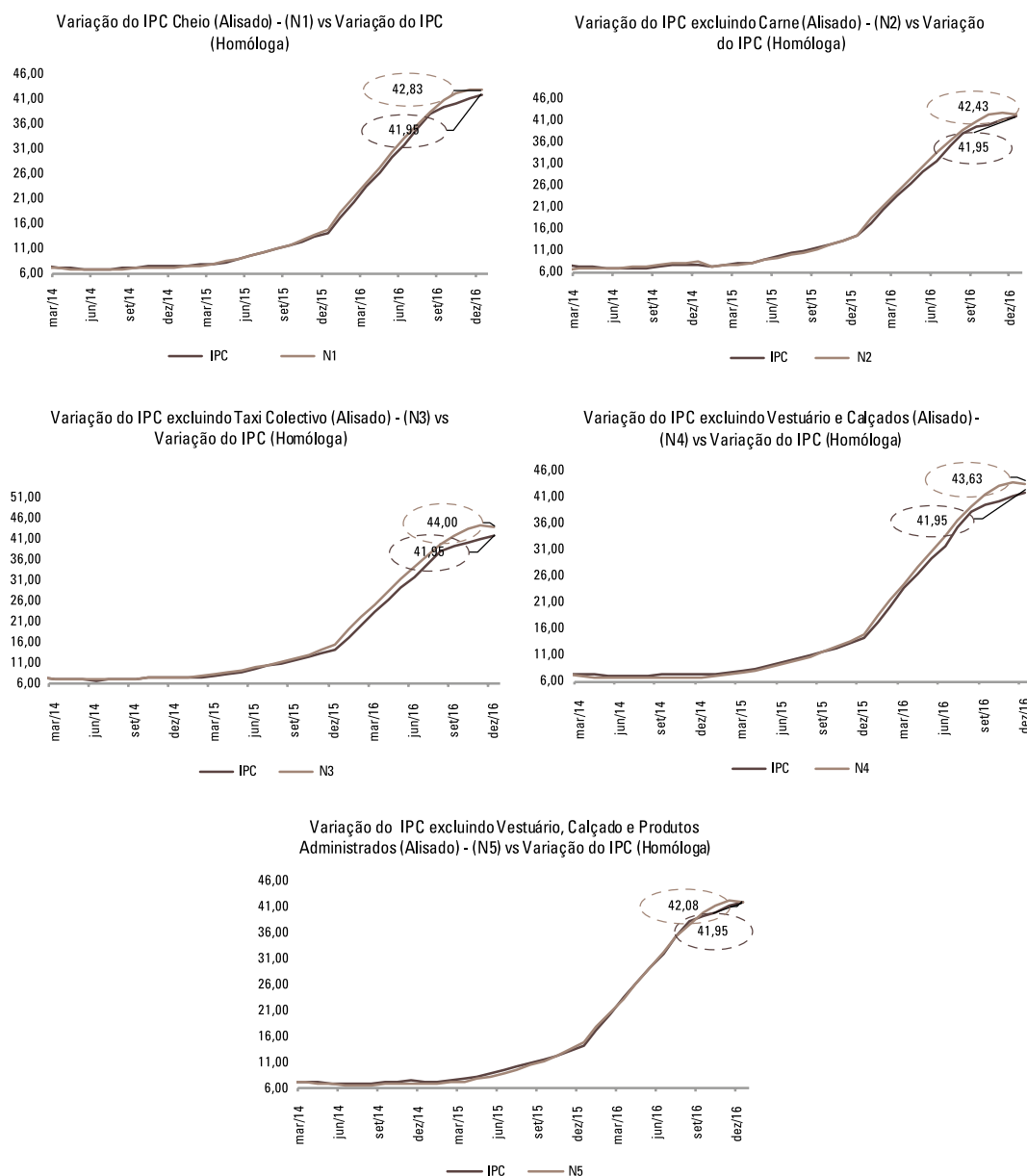
Daqui pode concluir-se que os produtos com os maiores aumentos de preços no grossista foram os produtos importados, possivelmente por terem sido afectados quer pela desvalorização da moeda nacional e escassez de divisas, quer pelo aumento dos preços dos combustíveis e da electricidade. Sendo que os primeiros forjaram o recurso ao mercado informal e os segundos o encarecimento das estruturas de distribuição e redistribuição.

Evolução do Núcleo da Inflação

O núcleo de inflação, medida desenhada para detectar mudanças de carácter de preços, consiste em definir a parte da inflação que é relevante. Assim, após a análise dos indicadores do núcleo da inflação definidos no modelo de determinantes da inflação para Angola, notou-se que ao longo do ano de 2016, os mesmos apresentaram uma tendência crescente. Com efeito, os indicadores do núcleo de inflação atingiram as seguintes taxas acumuladas no ano em análise:

- O IPC cheio alisado (N1) variou 42,8% superior em 27,9 p.p. em relação a 2015;
- O IPC excluindo a Carne (N2) variou 42,4% marcadamente superior aos 14,6% em 2015;
- O IPC excluindo o Táxi Colectivo (N3) variou 44,0%, correspondendo a mais 28,6 p.p. do que em 2015;
- O IPC excluindo o Vestuário e Calçado (N4) variou 43,6%, superior aos 14,8% registados no ano anterior;
- O IPC excluindo o Vestuário, Calçado e Produtos Administrados (N5) variou 42,1% acima dos 14,9% em igual período do ano anterior.

Segundo os dados expostos verifica-se que todos os indicadores do núcleo da inflação apresentaram taxas de variação acumuladas no ano superiores às do IPC global e que o IPC excluindo o Táxi Colectivo foi o indicador que registou a maior variação média anual.

Painel 16: Núcleo de Inflação em 2016 (em %)

Fonte: INE e BNA

2.2. Sector Fiscal

A degradação conjuntural referida no capítulo anterior e as incertezas daí decorrentes motivaram a revisão do OGE para 2016 (à semelhança do que havia ocorrido no ano anterior), que apresentou uma nova proposta de exercício orçamental, levando em linha de conta pressupostos macroeconómicos mais conservadores face aos iniciais, nomeadamente, um preço médio do barril de petróleo de 40,9 USD (contra os 45,0 USD assumidos na versão anterior do OGE para 2016), uma taxa de crescimento real do PIB de 1,1% (mais modesta do que o valor tido como pressuposto no OGE inicial de 3,3%) e, entre outros, uma taxa de inflação de 38,5% (superior aos 11,0% no OGE inicial).

Esta revisão do OGE trouxe uma perspectiva ainda mais cautelosa face à versão inicial, de modo a acomodar o impacto da queda do preço do petróleo e as expectativas de abrandamento da actividade económica. Para além dos ajustes

do lado da receita, houve também um maior rigor na execução das despesas, principalmente ao nível das Despesas Correntes. Por outro lado, a versão revista do OGE apresenta uma maior abertura para a execução de despesas de capital, isto é, investimentos públicos, de forma a criar condições para um crescimento económico mais robusto, com um consequente aumento do défice, recorrendo para tal aos desembolsos externos ao nível das linhas de crédito já contratadas.

Desta forma, o OGE revisto reflectiu uma diminuição das receitas em cerca de 0,9% face ao OGE inicial, com as receitas do sector petrolífero a diminuir 9,1% e as receitas do sector não petrolífero a aumentar 0,7%. Esta diminuição das receitas petrolíferas explica-se pela diminuição do preço médio do barril de petróleo acima referida, bem como uma diminuição das quantidades exportadas ao longo do ano para 654,6 Milhões de barris, contra os 689,4 Milhões de barris inicialmente previstos.

Do lado da despesa, a versão revista do OGE para 2016 preconizou um aumento de 4,4% das despesas totais, com as despesas correntes a aumentar 1,3%, mas cujas componentes apresentaram comportamentos díspares: enquanto as despesas com remunerações aumentaram 4,4% e as despesas com juros 43,7%, as despesas com bens e serviços diminuíram 14,8% e com subsídios 2,2%. As despesas de capital foram incrementadas em 17,8%.

Tendo em conta a distribuição da despesa pelas funções do Estado, salienta-se que o sector económico viu o seu orçamento aumentado em 35,5% face ao OGE inicial (com um maior enfoque nos sectores dos combustíveis e energia e dos transportes). As despesas com defesa, segurança e ordem pública mantiveram o seu orçamento, enquanto as despesas do sector social reduziram 2,9% e as despesas com serviços públicos gerais viram o seu orçamento reduzido em 1,7%. No campo das outras despesas, nomeadamente as despesas com operações da dívida pública, estas receberam um incremento de 20,7% face ao orçamento inicial, numa perspectiva de cumprimento das obrigações do Estado e continuidade da capacidade de financiamento no futuro.

2.2.1. Receitas Públicas

Os dados orçamentais estimados do Ministério das Finanças para 2016 apontam para uma redução da Receita Total de 10,2%, ao passar de Kz 3.366,7 Mil Milhões em 2015 para Kz 3.022,8 Mil Milhões em 2016. A Receita Petrolífera passou de Kz 1.897,7 Mil Milhões em 2015 para Kz 1.497,9 Mil Milhões em 2016 (representando uma diminuição de 21,1%). Por sua vez, a Receita Não Petrolífera passou de Kz 1.144,3 Mil Milhões para Kz 1.212,0 Mil Milhões, o que corresponde a um aumento de 5,9% relativamente a 2015.

Quadro 3: Receitas Públicas

	2014	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.	2015	2016 Prel.	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.
	Em mil milhões de Kz					Taxas de Execução		Em % do PIB			
Receitas	4 402,64	3 366,70	3 514,50	3 484,60	3 022,80	113,42	86,75	27,33	24,72	20,64	18,04
Receitas Correntes	4 402,11	3 365,70	3 514,50	3 484,60	3 021,96	113,38	86,72	27,32	24,72	20,64	18,03
Impostos	4 098,02	3 042,00	3 235,10	3 092,00	2 709,89	110,37	87,64	24,69	22,75	18,32	16,17
Petrolíferos	2 969,78	1 897,70	1 689,70	1 535,50	1 497,92	151,55	97,55	15,40	11,88	9,10	8,94
Não petrolíferos	1 128,25	1 144,30	1 545,40	1 556,54	1 211,96	80,59	77,86	9,29	10,87	9,22	7,23
Contribuições sociais	86,86	150,70	153,00	153,00	155,76	117,78	101,80	1,22	1,08	0,91	0,93
Doações	1,52	1,19	-	-	1,37	79,66	-	0,01	-	-	0,01
Outras receitas	215,71	172,80	126,40	239,60	154,94	192,51	64,67	1,40	0,89	1,42	0,92
Receitas de capital	0,54	1,10	-	-	0,84		-	0,01	-	-	0,01

Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016 (Dados Preliminares)

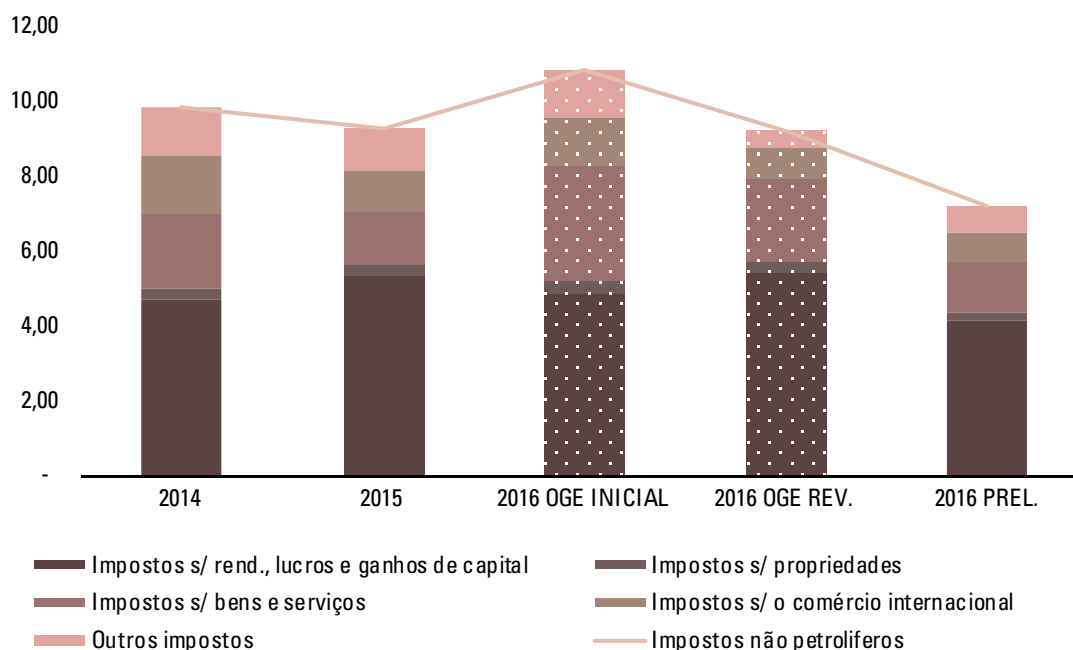
A maior fragilidade da conjuntura económica verificada ao longo do ano de 2016 reflectiu-se na arrecadação de receitas em 2016 quando comparado com 2015, com a execução das receitas a ficar aquém do previsto no OGE revisto: os dados estimados para 2016 apontaram para uma taxa de execução das receitas totais de 86,8% face ao OGE revisto, para a qual contribuiu principalmente a fraca execução dos impostos não petrolíferos (de 77,9% face ao programado), uma vez que os impostos petrolíferos executaram em 97,6% do valor orçamentado.

A taxa de execução das receitas petrolíferas foi em linha com o programado uma vez que o preço do petróleo estimado para o ano em análise estava em linha com o pressuposto de 40,9 USD/bbl, tendo-se registado uma ligeira quebra ao nível da produção, estimada em cerca de 3,4% face ao que havia sido considerado no OGE revisto.

Em termos homólogos de 2015, as receitas petrolíferas apresentaram uma queda de 21,1% que reflectiu essencialmente a queda do preço médio do petróleo entre 2015 e 2016 de cerca de 18,2%, embora as quantidades exportadas em 2016 tenham aumentado 3,9% face a 2015.

Contribuíram também para a evolução das receitas correntes, mas em menor grau, as contribuições sociais que evidenciaram uma taxa de execução na ordem dos 101,8%.

Gráfico 2: Impostos não petrolíferos (em % do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016

O menor desempenho da execução das receitas não petrolíferas (77,9%), por sua vez, foi consistente com o nível da actividade económica transversal a todos os sectores de actividade abaixo do esperado.

Porém, é de notar que a arrecadação de impostos referente à actividade desse sector aumentou ligeiramente (em 5,9% em termos homólogos de 2015), tendo a mesma sido apurada em Kz 1.212,0 Mil Milhões em 2016 (contra os Kz 1.144,3 Mil Milhões em 2015). No entanto, o OGE revisto para 2016 previa impostos não petrolíferos na ordem de 9,2% do PIB, tendo estes ficado abaixo em 7,2% do PIB (contra os 9,3% do PIB em 2015).

Destaca-se, entre as receitas não petrolíferas, o aumento significativo dos impostos sobre bens e serviços em 32,1% face ao período homólogo de 2015, dos impostos sobre propriedades em 20,6% e dos impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital em 4,3%, embora todos eles tenham apresentado taxas de execução abaixo dos 84,0%. Por sua vez, os impostos sobre o comércio exterior registaram uma diminuição na ordem dos 1,8% em termos homólogos (e uma execução de 84,0% do valor previsto no OGE revisto para 2016), em linha com a diminuição das importações registadas ao longo de todo o ano em análise.

2.2.2. Despesas Públicas

O Ministério das Finanças estima uma diminuição da Despesa Total em 5,7%, passando de Kz 3.773,7 Mil Milhões em 2015 para Kz 3.560,1 Mil Milhões em 2016. As Despesas Correntes sofreram uma diminuição de 6,1% em relação ao ano anterior, principalmente justificada pelo corte de 35,2% no valor das Despesas em Bens e Serviços e dos Subsídios em cerca de 46,2%. No geral, as Despesas Totais apresentaram uma execução abaixo do programado (79,4% face ao previsto), devido principalmente à execução abaixo do previsto das despesas relacionadas com bens e serviços, transferências correntes e despesas de capital. Por outro lado, o aumento das taxas de juro da dívida interna titulada ao longo de 2016 levou a que a rubrica referente a juros executasse acima do previsto, tendo aumentado 68,1% face ao ano anterior.

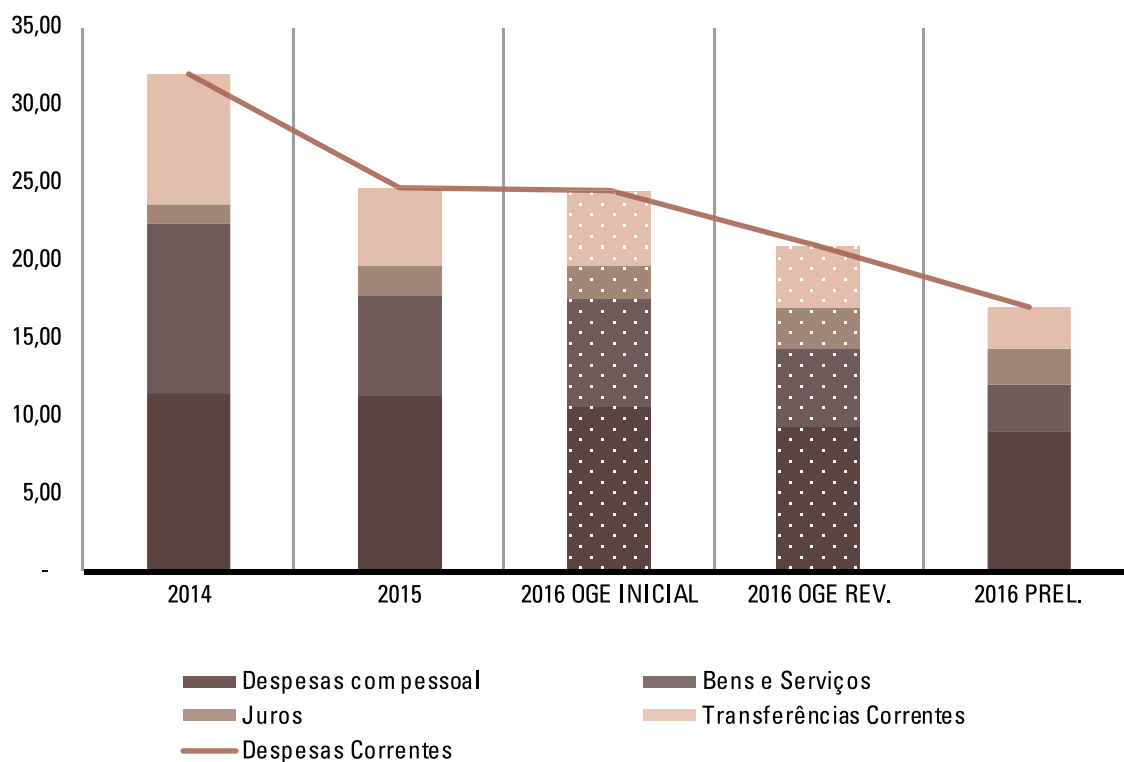
Quadro 4: Despesas Públicas

	2015 OGE Rev.	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.	2015	2016 Prel.	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.
	Em mil milhões de Kz					Taxas de Execução		Em % do PIB			
Despesas	3 499,11	3 773,70	4 295,70	4 484,60	3 560,12	94,59	79,39	30,63	30,21	26,57	21,25
Despesas correntes	2 862,34	3 037,50	3 480,10	3 523,50	2 851,57	97,68	80,93	24,65	24,48	20,87	17,02
Remuneração dos empregados	1 487,88	1 390,52	1 497,40	1 562,60	1 496,98	93,46	95,80	11,29	10,53	9,26	8,93
Bens e serviços	692,24	787,20	995,20	847,60	510,43	81,06	60,22	6,39	7,00	5,02	3,05
Juros	230,98	248,50	307,40	441,70	380,16	107,56	86,07	2,02	2,16	2,62	2,27
Transferências correntes	451,25	611,90	680,20	671,50	464,01	132,04	69,10	4,97	4,78	3,98	2,77
Subsídios	154,33	278,50	370,10	361,90	149,78	160,28	41,39	2,26	2,60	2,14	0,89
Despesas de Capital	636,80	736,20	815,60	961,10	708,56	80,71	73,72	5,98	5,74	5,69	4,23
PIP	600,00	719,40	815,60	961,10	708,55	-	73,72	5,84	5,74	5,69	4,23
Outros	14,66	16,74	-	-	0,01	-	-	0,14	-	-	0,00

Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016 (Dados Preliminares)

As Despesas Correntes situaram-se nos Kz 2.851,6 Mil Milhões e revelaram uma taxa de execução de 80,9% face ao programado. Destaca-se, nesta rubrica, a redução das despesas com bens e serviços, devido à necessidade de se controlar o nível de despesas e de o reajustar à menor capacidade do Estado em arrecadar receitas, quer petrolíferas, quer não petrolíferas. Estas despesas com bens e serviços ficaram também aquém do previsto no OGE revisto, executando apenas 60,2% do programado. Por outro lado, as despesas com pessoal aumentaram 7,7% face a 2015, embora tivessem executado em 95,8% do programado.

Em situação inversa encontram-se as despesas com juros da dívida, que se situaram nos Kz 380,2 Mil Milhões, o que representa uma expansão de 53,0% face ao ano anterior e uma taxa de execução de 86,1% face ao previsto no OGE revisto. Do total dos juros da dívida, 63,0% correspondem a juros da dívida interna, enquanto os restantes 37,0% correspondem a juros da dívida externa. As despesas com juros aumentaram significativamente devido à maior necessidade de financiamento do Estado verificada em 2015 e 2016, o que levou ao aumento dos juros da dívida interna titulada e das quantidades de títulos emitidos. De referir que a componente referente aos juros internos executou 8,8% acima do previsto no OGE revisto, enquanto a despesa com juros externos apenas executou 63,5%.

Gráfico 3: Despesas Correntes (em % do PIB)

Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016

As despesas relacionadas com as transferências correntes, nas quais se inserem os subsídios, diminuíram 24,2% face ao ano anterior tendo executado apenas 69,1% do montante previsto no OGE revisto. Dentro desta rubrica, destaca-se a diminuição das despesas com subsídios face ao ano anterior, em virtude da redução dos subsídios aos preços e dos subsídios operacionais no início de 2016, dando continuidade à política iniciada em 2015.

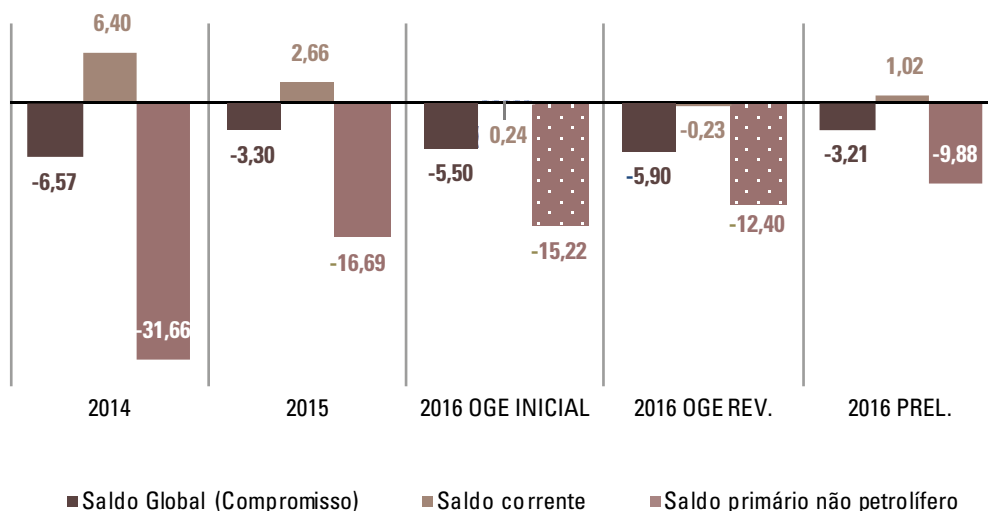
As Despesas de Capital (com uma taxa de execução de 73,7% face ao programado) evidenciaram, igualmente, uma queda de 3,8% face ao período homólogo em resultado, sobretudo, da contracção das despesas relativas aos programas de investimento público.

2.2.3. Saldos Fiscais e Financiamento

Os dados preliminares disponibilizados pelo Ministério das Finanças para o ano de 2016 apontam para um défice global (compromisso) de Kz 537,3 Milhões, correspondente a 3,2% do PIB, o que representa uma melhoria residual face a 2015, mas substancial face ao projectado no OGE revisto de 2016.

Em termos gerais, este défice global menos profundo que o esperado foi resultado da execução das receitas totais abaixo do valor inscrito no OGE revisto, ao mesmo tempo que as despesas totais executaram ainda menos face à execução das receitas.

Gráfico 4: Saldos Fiscais (em % do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016

O saldo corrente apresentou uma deterioração face ao ano de 2015, correspondendo a 1,0% do PIB, uma vez que as Receitas correntes diminuíram em maior amplitude (10,2%) quando comparado com a diminuição das despesas correntes (6,1%). No entanto, destaca-se que o resultado a nível do saldo corrente foi melhor do que o antecipado, uma vez que o OGE revisto previa um défice neste saldo. Por outro lado, o saldo primário não petrolífero melhorou a sua posição, passando de um saldo deficitário de 44,6% do PIB em 2015 para um saldo deficitário de 9,9% do PIB em 2016, potenciado pelo aumento gradual da arrecadação de impostos associados ao sector não petrolífero, aliado a um maior controlo das despesas públicas.

Quadro 5: Financiamento Líquido

	2014	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.	2014	2015	2016 OGE Inicial	2016 OGE Rev.	2016 Prel.
	Em Kz Mil Milhões					Em % do PIB				
Financiamento líquido	303,20	269,30	781,20	1 000,00	537,33	2,64	2,19	5,49	5,92	3,21
Financiamento interno (líquido)	-134,40	28,80	-277,70	189,40	97,85	-1,17	0,23	-1,95	1,12	0,58
Activos	-774,80	-579,60	-328,10	-406,60	-894,77	-6,74	-4,70	-2,31	-2,41	-5,34
Passivos	640,40	608,40	50,40	596,00	992,62	5,57	4,94	0,35	3,53	5,92
Crédito líquido obtido	640,40	608,40	110,80	656,40	1 052,97	5,57	4,94	0,78	3,89	6,28
Desembolsos	1 855,50	1 378,60	1 395,20	2 089,40	1 786,97	16,14	11,19	9,81	12,38	10,66
Amortizações	-1 215,10	-770,20	-1 284,40	-1 433,00	-734,00	-10,57	-6,25	-9,03	-8,49	-4,38
Reservas técnicas de seguro	-	-	-	-60,35	-60,35	-	-	-	-0,36	-0,36
Financiamento Externo (líquido)	437,58	240,50	1 058,90	810,50	439,48	3,81	1,95	7,45	4,80	2,62
Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	437,58	240,50	1 058,90	810,50	439,48	3,81	1,95	7,45	4,80	2,62
Empréstimos líquidos recebidos	437,58	240,50	1 058,90	810,50	439,48	3,81	1,95	7,45	4,80	2,62
Desembolsos	731,53	578,60	1 518,00	1 384,20	812,73	6,36	4,70	10,68	8,20	4,85
Amortizações	-293,95	-338,10	-459,10	-573,70	-373,25	-2,56	-2,74	-3,23	-3,40	-2,23

Fonte: Ministério das Finanças – Programação Macro Fiscal 2016 (Dados Preliminares)

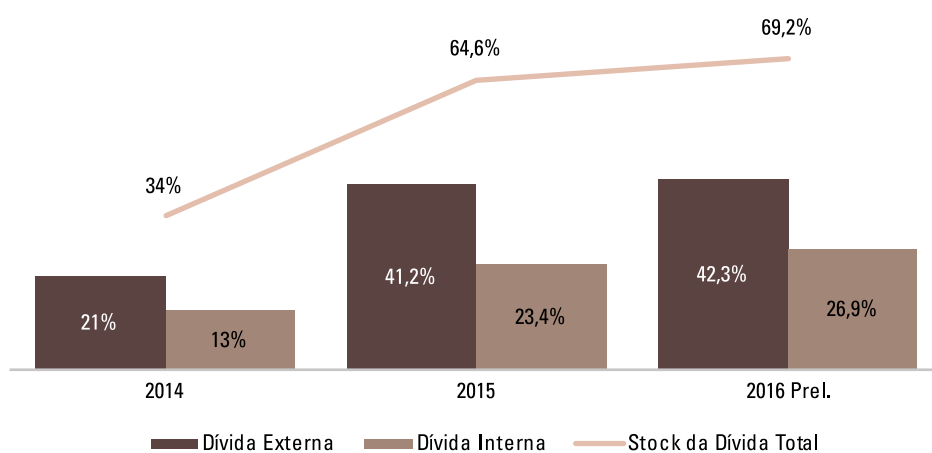
Em termos de financiamento, o Tesouro Nacional recorreu não só ao financiamento interno, com a emissão de títulos públicos, nomeadamente de Bilhetes e Obrigações do Tesouro num montante líquido total de Kz 1.050,1 Mil Milhões (o que representou um aumento de 44,6% face ao ano anterior), tendo também recorrido ao financiamento externo, com empréstimos líquidos num montante total de Kz 439,5 Mil Milhões (correspondendo a um aumento de 82,8% face a 2015). Este recurso à emissão de dívida interna titulada, foi necessário para assegurar a execução do Orçamento ao longo do ano, de forma a melhor gerir as necessidades de tesouraria de curto prazo.

2.2.4. Dívida Pública

Em resultado da necessidade de tesouraria de curto prazo ao longo de 2015, o stock da dívida interna ascendeu a USD 27.398,2 Milhões, sendo exclusivamente constituída por títulos públicos, passando de 23,4% do PIB em 2015 para 26,9% do PIB em 2016. Por sua vez, o stock da dívida externa ascendeu aos USD 43.037,7 Milhões, passando a representar 42,3% do PIB, contra 41,2% do PIB em 2015.

Desta forma, a dívida pública total situou-se nos USD 70.435,9 Milhões, representando 69,2% do PIB, contra os 64,6% em 2015. Esta evolução reflectiu o aumento tanto do endividamento externo como do endividamento interno para fazer face às necessidades de financiamento do Tesouro como forma de compensar a dificuldade de arrecadação de receitas face à conjuntura.

Gráfico 5: Dívida Pública (em % do PIB)



Fonte: BNA

Através da análise da dívida, é visível o aumento da sua componente interna em 2016 a um ritmo mais acelerado do que a dívida externa, com a primeira a crescer 28,5% em apenas um ano, enquanto a segunda cresceu 14,8%. O Tesouro recorreu ao financiamento interno, nomeadamente à emissão de BT e OT para cobrir as suas necessidades de tesouraria, o que poderá ter limitado o financiamento ao sector privado e consequentemente a actividade económica. Por outro lado, com o aumento do peso da dívida pública no PIB, também é possível que as taxas de juro continuem a sofrer pressões “altistas” como já foi verificado ao longo dos últimos dois anos, uma vez que existe a possibilidade de os investidores exigirem prémios de risco cada vez mais elevados à medida que o rácio Dívida/PIB cresce e a arrecadação quer de cambiais quer de receitas em moeda nacional vai diminuindo.



PARTE II – SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO



BNA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

3. Desempenho do Sistema Bancário Angolano

3.1. Actividade do Sistema Bancário

No pretérito ano de 2013, o Banco Nacional de Angola (BNA) deu início ao processo de adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS) para o sector bancário, a partir do exercício económico de 2016. Neste sentido, o BNA efectuou um diagnóstico com objectivo de aferir o processo e grau de implementação efectiva do CONTIF, de igual modo, procedeu ao levantamento das matérias mais relevantes para o sector bancário, nas quais verificou que existia uma divergência significativa entre a actual versão do CONTIF e as IAS/IFRS

Deste modo, o BNA adoptou, por referência, as IAS/IFRS assente em princípios e estabeleceu para as instituições financeiras os seguintes critérios:

- i. Instituições com um total de activo superior a KZ 300 Mil Milhões, em base individual;
- ii. Instituições cotadas em bolsa e/ou subsidiárias de entidades cotadas em bolsa;
- iii. Instituições subsidiárias de entidades sedeadas no estrangeiro;
- iv. Instituições sedeadas no território nacional com subsidiárias sedeadas no estrangeiro; e,
- v. Subsidiárias de instituições sedeadas no território nacional que cumpram com algum dos critérios anteriores.

Considerando a relevância e a complexidade do projecto, com vista ao cumprimento cabal dos objectivos preconizados e conferir uma melhor orientação às instituições financeiras, o BNA definiu um cronograma de actividades e publicou as seguintes normas:

- Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho – Adopção Plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- Instrutivo n.º 05/2016, de 08 de Agosto - Perdas por imparidade para a carteira de crédito;
- Instrutivo n.º 06/2016, de 08 de Agosto - Divulgações de instrumentos financeiros;
- Instrutivo n.º 07/2016, de 08 de Agosto - Método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros;
- Instrutivo n.º 08/2016, de 08 de Agosto – Locações;
- Instrutivo n.º 09/2016, de 08 de Agosto - Títulos e valores mobiliários;
- Instrutivo n.º 10/2016, de 08 de Agosto - Benefícios dos empregados;
- Instrutivo n.º 11/2016, de 08 de Agosto – Tratamento das perdas por imparidade na carteira de crédito.

Com base ao referido processo augura-se que haja maior comparabilidade e transparência do desempenho financeiro das instituições financeiras sob a supervisão do BNA, numa escala global, bem como a melhoria contínua da informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras a nível internacional, cumprindo desse modo com as recomendações dos organismos internacionais, nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

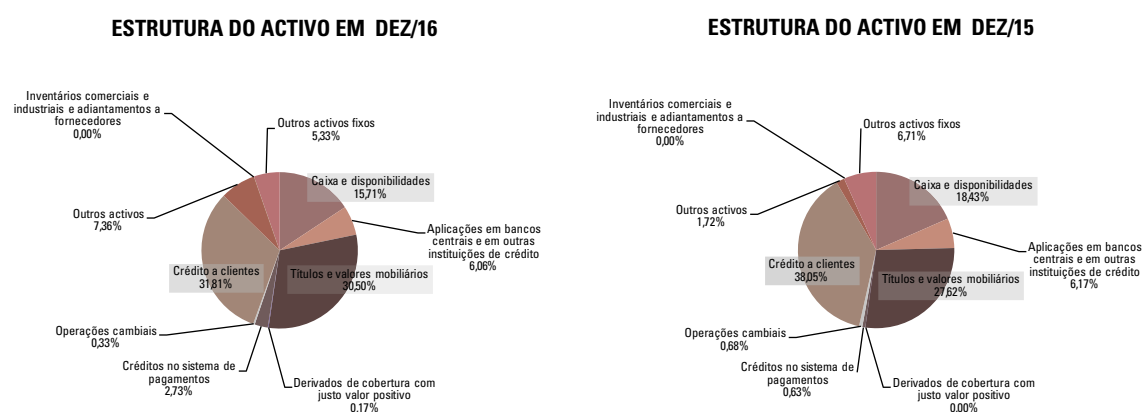
No que diz respeito ao reconhecimento internacional, sublinha-se que, em Setembro de 2014, a IFRS Foundation publicou no seu sítio da internet, o perfil de Angola, no que concerne à adopção das IAS/IFRS, o qual foi seguidamente actualizado em Setembro de 2015. Assim, a publicação do perfil de Angola representa um marco relevante no processo de reconhecimento internacional da adopção plena das IAS/IFRS pelo sector bancário, o que permitirá que Angola esteja no grupo de países que exigem ou permitem a aplicação das IAS/IFRS.

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam quinze instituições bancárias que cumpriam com pelo menos um dos requisitos acima mencionados, que adoptaram as IAS/IFRS e que deverão publicar as suas demonstrações financeiras em conformidade com as IAS/IFRS.

No final do ano em análise, o Activo do sistema bancário atingiu um montante de cerca de Kz 10.041,4 Mil Milhões comparativamente aos Kz 8.386,5 Mil Milhões registados em Dezembro de 2015, representando um aumento de cerca de Kz 1.654,0 Mil Milhões (19,7%), menos 1,5% em termos reais, motivado sobretudo pelo aumento de títulos e valores mobiliários em cerca de Kz 747,2 Mil Milhões (32,3%).

Relativamente à estrutura de negócios da banca, apesar do crédito ter abrandado, manteve-se como a maior aplicação com 31,81% dos activos, seguindo-se os títulos e valores mobiliários que aumentaram progressivamente, representando 30,50% e as disponibilidades com 15,71%.

Painel 17: Estrutura do Activo Total (em %)



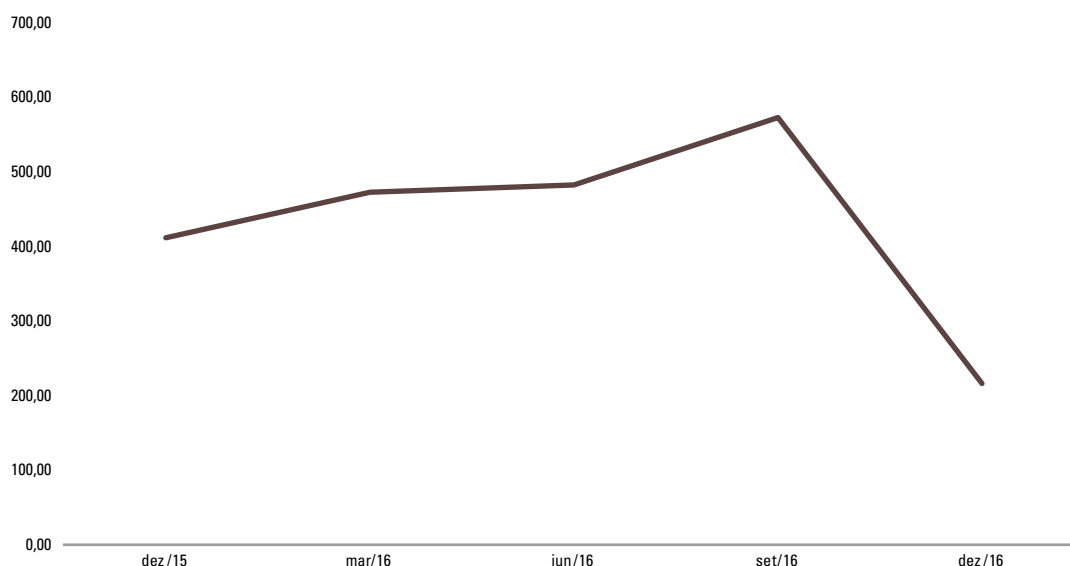
Fonte: BNA

A nível de moeda, os activos em MN representaram 59,6% do total dos activos, tendo diminuído o seu peso 4,36 p.p. em relação ao período homólogo apesar de ter aumentado 11,5% (Kz 618,7 Mil Milhões). Por sua vez, os activos em ME registaram um aumento superior de 34,2% (Kz 1.034,6 Mil Milhões), devido principalmente à variação da taxa de câmbio.

O crédito total do sistema bancário cifrou-se em Kz 3.621,6 Mil Milhões contra Kz 3.593,2 Mil Milhões registados no período homólogo, tendo aumentado 0,79%, face ao ano anterior. Porém em termos reais o crédito total diminuiu em 9,9% comparativamente ao período homólogo.

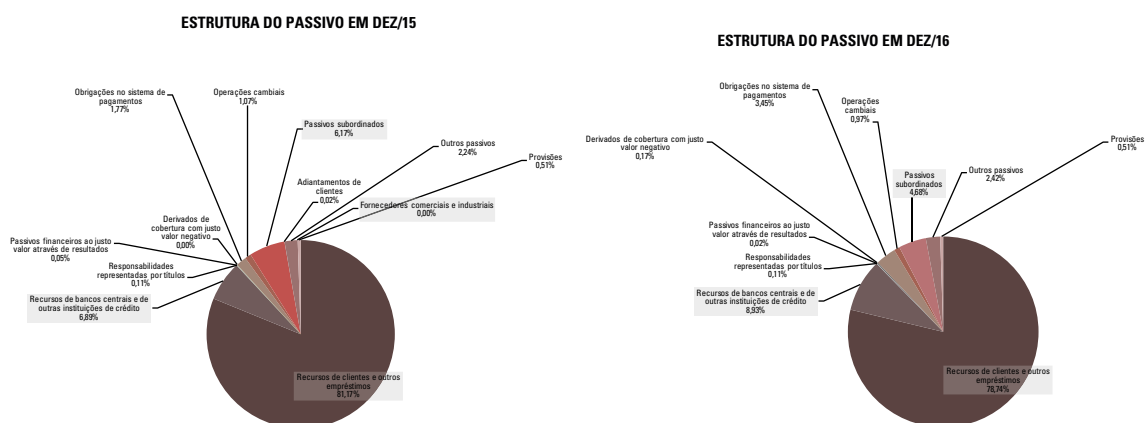
No que concerne à distribuição por moedas, o crédito em MN aumentou 2,7% face ao período homólogo, correspondendo a um peso de 70,5% do total da carteira. Contrariamente, o crédito em ME diminuiu em cerca de 3,5% representando 29,5% da carteira total.

O crédito vencido registou uma diminuição de Kz 194,2 Mil Milhões (47,2%), passando de Kz 411,8 Mil Milhões em Dezembro de 2015 para Kz 217,6 Mil Milhões no final de 2016, resultante dos créditos transferidos para prejuízo. Com efeito, o rácio de crédito vencido relativamente a crédito total diminuiu de 11,5% em Dezembro de 2015 para 6,0% em Dezembro de 2016.

Gráfico 6: Evolução do Crédito Vencido

Fonte: BNA

O passivo do sistema bancário totalizou Kz 8.920,5 Mil Milhões em Dezembro de 2016, registando assim um aumento de Kz 1.412,2 Mil Milhões (18,8%) face ao período homólogo de 2015, resultante do aumento dos depósitos em 15,3%. A maior fonte de captação de recursos das instituições financeiras bancárias continua a ser os depósitos, que se fixaram em Kz 7.024,2 Mil Milhões no final de 2016 representando 78,7% sobre o passivo total. Contudo, deduzindo o efeito da variação da taxa de câmbio, os depósitos totais apenas aumentariam em 2,4% face ao ano anterior. Importa referir que os depósitos a prazo com um aumento de 19,1% foram os que mais contribuíram para o aumento da carteira. À semelhança do Activo, o passivo apresentou-se predominantemente em moeda nacional, representando cerca de 66,0% do volume total de obrigações do sistema bancário, tendo diminuído 0,5 p.p.

Painel 18: Estrutura do Passivo Total (em %)

Fonte: BNA

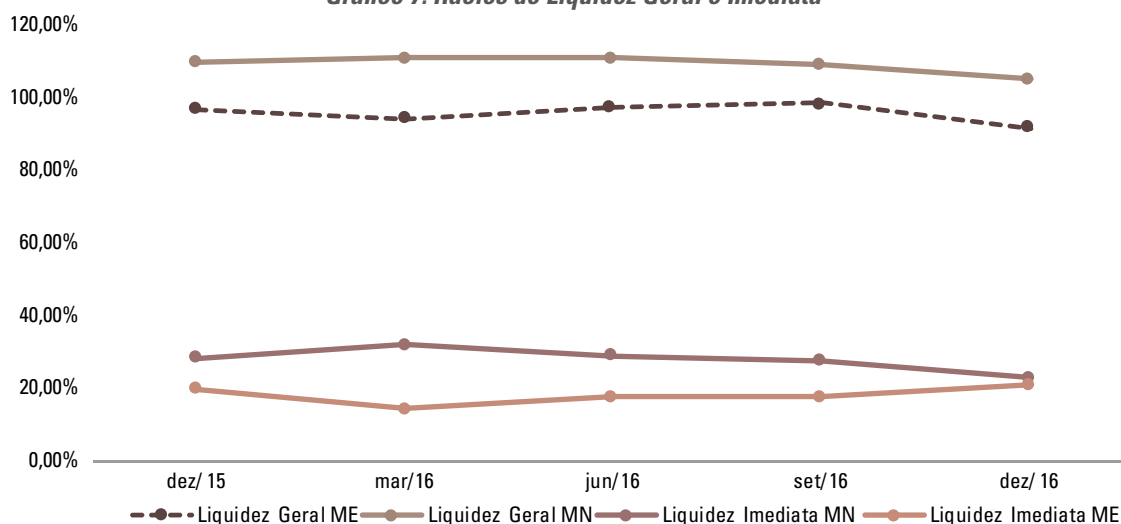
Em Dezembro de 2016, o resultado líquido da banca situou-se em Kz 220,08 Mil Milhões, abarcando um aumento de Kz 81,38 Mil Milhões (58,67%) em relação a 2015, influenciado pelo aumento dos proveitos de créditos, proveitos de títulos e valores mobiliários, bem como dos resultados cambiais. Todavia, retirando o efeito cambial o resultado líquido registaria um aumento inferior de 54,49%.

3.2. Principais Indicadores do Sistema Bancário

No final de 2016, em função do aumento dos resultados, observou-se um impacto positivo na rentabilidade no sistema, tendo o ROE⁷ e o ROA⁸ aumentado de 12,76% para 15,75% (2,89 p.p.) e de 1,67% para 2,21% (0,54 p.p.), respectivamente. Por sua vez, a margem financeira aumentou 56,59%, tendo-se situado em Kz 466,1 Mil Milhões em Dezembro de 2016, devido ao aumento dos proveitos de crédito a clientes e proveitos de títulos e valores mobiliários em cerca de Kz 133,8 Mil Milhões (45,3%) e Kz 93,3 Mil Milhões (57,4%) respectivamente.

Com o ligeiro aumento do preço do petróleo, observou-se alguma recuperação no mercado cambial, permitindo a estabilização da taxa de câmbio, aumentando ligeiramente o acesso às divisas, consequentemente, o rácio de liquidez imediata em moeda estrangeira do sistema bancário aumentou de 19,8% para 21,3%, reflectindo uma ligeira recuperação da capacidade de cobertura das obrigações em moeda estrangeira de curto prazo com clientes. Entretanto, o rácio de liquidez imediata em moeda nacional diminuiu de 27,9% para 22,7%, devido à diminuição das disponibilidades em cerca de 9,6% (Kz 107,3 Mil Milhões).

Gráfico 7: Rácios de Liquidez Geral e Imediata



Fonte: BNA

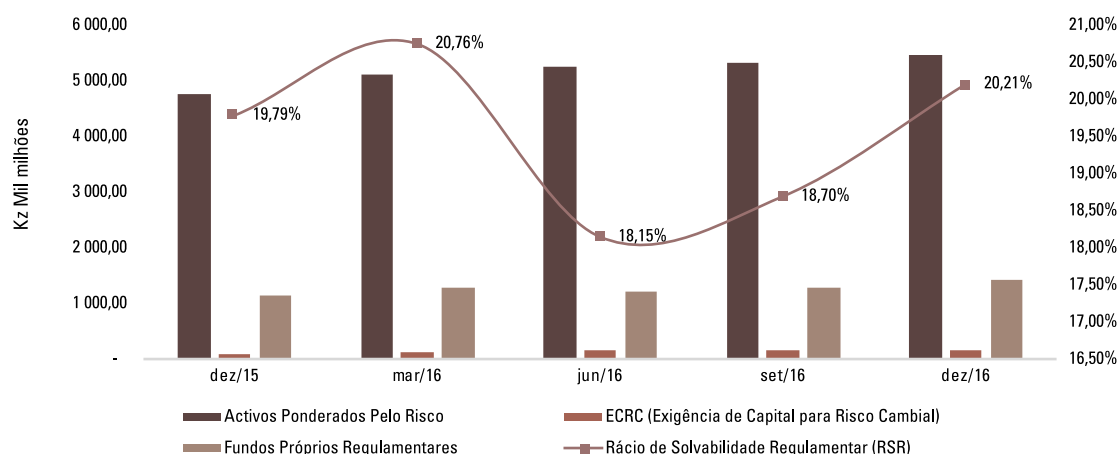
O rácio de transformação (crédito/depósitos) do sistema bancário angolano diminuiu de 59,0% para 51,6% devido à diminuição do crédito face aos depósitos.

No final de 2016, o agregado dos bancos em actividade no sistema financeiro detinha Fundos Próprios Regulamentares (FPR) de Kz 1.419,7 Mil Milhões, Exigência de Capital para o Risco Cambial (ECRC) de Kz 155,1 Mil Milhões e Activos Ponderados pelo Risco (APR) de Kz 5.472,7 Mil Milhões, perfazendo um rácio de solvabilidade de 20,21% contra 19,79% registados no período homólogo de 2016, motivado ao aumento dos fundos próprios de base (capital social e resultados).

⁷ Rentabilidade dos Capitais: corresponde à capacidade de geração de lucro dos capitais próprios, ou seja, corresponde ao rácio entre os Resultados Líquidos de uma organização num determinado período e o valor dos seus capitais próprios existente no final desse mesmo período.

⁸ Rentabilidade do Activo: permite avaliar a capacidade dos activos de uma determinada organização em gerar resultados, e calcula-se pelo rácio entre o valor dos Resultados Líquidos e o valor do Activo Total.

Gráfico 8: Rácio de Solvabilidade



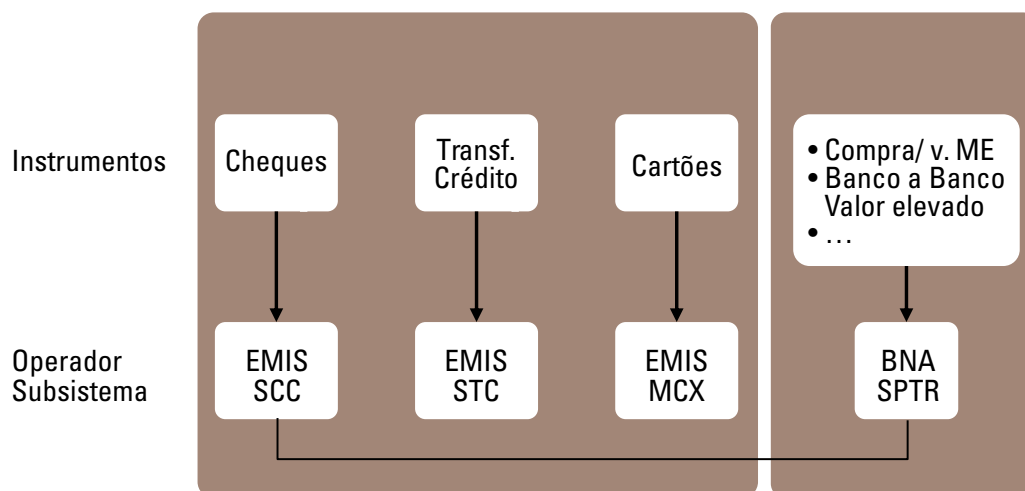
Fonte: BNA

De modo geral, o sistema bancário angolano continuou a demonstrar resiliência suficiente para suportar riscos adversos, com o rácio de solvabilidade a situar-se acima do limite mínimo regulamentar de 10%, conforme estabelecido no Aviso N.º 05/07, de 12 de Setembro.

4. Sistemas de Pagamentos

O Sistema de Pagamentos de Angola (SPA) é composto por três subsistemas de compensação - Subsistema de Compensação de Cheques (SCC), Subsistema Multicaixa (MCX) e Subsistema de Transferências a Crédito (STC) - e um subsistema de liquidação - Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR), onde são liquidados os saldos das compensações, bem como as operações efectuadas no Sistema de Gestão de Mercado de Activos (SIGMA) e transferências interbancárias individuais de fundos de valor igual ou superior a Kz 5 Milhões, ou ainda as transferências de carácter urgente solicitadas por clientes bancários de valor inferior ao indicado.

Gráfico 9: Estrutura do Sistema de Pagamentos de Angola



Fonte: BNA

4.1. Regulamentação dos Instrumentos de Pagamento

No âmbito das suas funções de regulador, o BNA manteve consultas com os intervenientes do SPA através de reuniões do Conselho Técnico do Sistema de Pagamentos de Angola (CTSPA).

Na actividade normativa de 2016, no âmbito da regulamentação relacionada com instrumentos e subsistemas de pagamentos, foram publicados o Instrutivo 01/16, de 22 de Janeiro sobre a Regulamentação dos subsistemas de Compensação e Liquidação, e igualmente a Directiva 03/16, de 31 de Agosto sobre a Penalização dos Incumprimentos do Valor das Garantias da Câmara de Compensação Automatizada de Angola.

4.2. Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR)

Tendo em consideração o papel central do SPTR como sistema de liquidação por bruto em tempo real, a sua disponibilidade é imprescindível para o regular funcionamento do SPA, assim como para a estabilidade do sector financeiro. Em termos operacionais, o SPTR teve 250 sessões, correspondentes aos dias úteis do ano, cujas horas médias de abertura e fecho foram 07h47 e 18h21⁹, respectivamente.

Quadro 6: Volume e Montante de Operações Liquidadas no SPTR

	Volume			T.V.H. 2016/2015	Montante (Kz Mil Milhões)			T.V.H. 2016/2015
	2014	2015	2016		2014	2015	2016	
Total	318 097	323 048	239 081	-25,99%	105 275	70 224	43 818	-37,60%
Interb.	12 505	10 801	5 238	-51,50%	29 804	12 664	3 144	-75,17%
SIGMA	15 779	17 274	25 473	47,46%	61 695	43 741	29 275	-33,07%
Lev/Dep	15 372	11 263	9 544	-15,26%	2 261	1 849	1 825	-1,28%
Clientes	271 053	277 486	197 985	-28,65%	9 595	9 450	8 901	-5,80%
Outros	3 388	6 224	841	-86,49%	1 919	2 521	673	-73,30%

Fonte: BNA

Em termos de volume de operações, destacam-se as ordenadas por clientes bancários que totalizaram 198 Mil (82,8% do número global), correspondendo a uma redução de 28,7% em relação ao ano anterior. Como consequência, o número total de operações liquidadas no SPTR registou uma diminuição de 26,0% face ao ano de 2015.

O montante de operações liquidadas em 2016, excluindo os saldos de compensação, apresentou um decréscimo de 37,6% face ao total de 2015, em virtude da redução verificada a nível das operações interbancárias e do SIGMA, cujos decréscimos foram de 75,2% e 33,1%, respectivamente.

⁹ Fecho tardio da aplicação (segundo o MPN-SPTR, o fecho do SPTR deve acontecer às 17h), devido à necessidade de liquidação das operações dos Mercados de Activos e Cambial e, principalmente, para garantir a liquidação das operações do MINFIN, relacionadas essencialmente com pagamento de salários da função pública e outras despesas do Estado.

4.3. Subsistemas de Compensação

Em termos globais, no ano de 2016, os subsistemas de compensação do SPA obtiveram um crescimento em volume e em montante das operações de cerca de 24,4% e 61,7%, respectivamente, face a 2015. O Subsistema Multicaixa foi o que registou maior predominância no SPA em termos de volume e montante de operações, com pesos de 96,6% e 53,0%, respectivamente.

Quadro 7: Número e Montante¹⁰ de Documentos Compensados do SCV/SCC

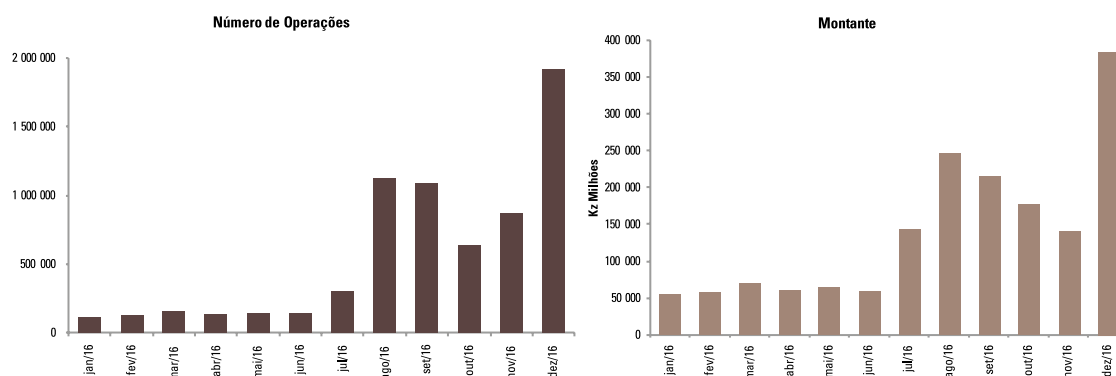
Subsistema	Número			T.V.H. 2016/2015	Montante (Kz Milhões)			T.V.H. 2016/2015
	2014	2015	2016		2014	2015	2016	
Instrumento ou operação	2014	2015	2016	2016/2015	2014	2015	2016	2016/2015
SCV_SCC	611 057	500 043	427 603	-14,49%	1 354 032	1 048 349	1 131 784	7,96%
Cheques	606 986	500 043	427 603	-14,49%	1 316 284	1 048 349	1 131 784	7,96%
Doc. de Crédito	3	0	0	-	15 105	0	0	-
Ord. de Saque	4 068	0	0	-	22 643	0	0	-
MCX	135 797 121	165 166 657	200 665 689	21,49%	1 570 034	2 017 587	3 156 945	56,47%
Levantamentos	88 199 534	100 235 743	112 757 866	12,49%	976 659	1 107 278	1 402 113	26,63%
Pagamentos	47 597 587	64 930 914	87 907 823	35,39%	593 375	910 309	1 754 831	92,77%
STC	860 035	1 311 662	6 681 641	409,40%	461 618	620 778	1 671 636	169,28%
Transferências a Crédito	860 035	1 311 662	6 681 641	409,40%	461 618	620 778	1 671 636	169,28%

Fonte: BNA

Com a substituição do SCV pelo SCC, o cheque passou a ser o único instrumento de pagamento em suporte de papel compensado no SPA, correspondendo a 100% das quantidades e dos montantes deste novo subsistema. Em 2016, foram compensados 427 Mil cheques no montante de Kz 1.131.784 Milhões.

Em 2016, o Subsistema de Transferências a Crédito (STC) processou 6,68 Milhões de transferências, num montante de Kz 1.671.636 Milhões. O número e montante de operações processadas nesse subsistema apresentaram um crescimento mais do que proporcional (mais de 100%) devido ao aumento significativo das operações do Ministério das Finanças nesse subsistema.

Painel 19: Transferências Efectuadas no STC

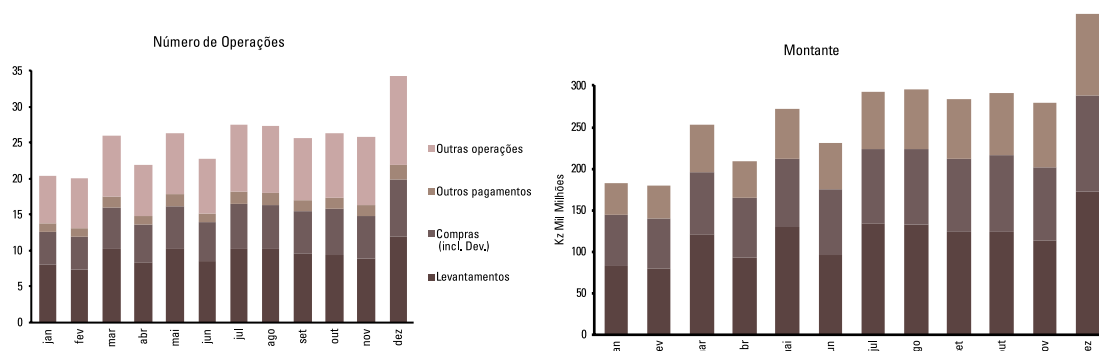


Fonte: BNA

¹⁰ Não inclui saldos de compensação.

Na rede Multicaixa, em 2016, foram registadas cerca de 200 Milhões de operações, o que corresponde a um aumento de 21,5% face ao ano anterior, das quais 56,2% foram levantamentos e 43,8% pagamentos. O Multicaixa é o subsistema com maior número de operações processadas no SPA, reflectindo assim as suas características de subsistema de operações de retalho. A quota de cartões activos na rede Multicaixa registou um aumento de 5,2% em 2016, tendo as operações financeiras registado um crescimento de 21,3%. Os números acima referenciados deixam concluir que existe maior aderência ao uso de cartões de débito por parte dos agentes económicos para as suas transacções.

Painel 20: Operações no Multicaixa em 2016



Fonte: BNA

4.4. Controlo e Acompanhamento do SPA

O controlo e acompanhamento dos sistemas de pagamentos é uma das funções dos bancos centrais, que têm por finalidade assegurar que os sistemas de pagamentos sejam seguros, eficientes e eficazes, para promover a segurança e a excelência do seu funcionamento, através da minimização de potenciais riscos e, desta forma, garantir a estabilidade das instituições financeiras e dos mercados.

As acções no âmbito da actividade de oversight traduziram-se em análises e inspecções periódicas ou eventuais, determinadas por eventos específicos, usando a metodologia de referência para o efeito e os instrumentos mencionados no documento “Política de Vigilância do BNA”.

Durante o ano de 2016, foram elaborados relatórios-síntese mensais de oversight, contendo a avaliação global qualitativa e quantitativa sobre os subsistemas do SPA (inclui aspectos relacionados com disponibilidade e incidentes), acções relevantes a nível do SPA, com base em análises de dados estatísticos recolhidos sobre os subsistemas do SPA (SPTR, STC, SCV/SCC e MCX), bem como sobre remessas de valores, contas bancárias e clientes, informações que foram remetidas pelos operadores e participantes do SPA.



PARTE III – POLÍTICAS DO BANCO CENTRAL E DESEMPENHO DOS MERCADOS



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

5. Política Monetária e Gestão de Liquidez

5.1. O Quadro Operacional da Política Monetária – Instrumentos de Política

Em 2011, foi criado um Novo Quadro Operacional para a condução da Política Monetária (NQOPM), contendo um conjunto de instrumentos e de medidas, que se esperam benéficas para uma maior eficácia e coordenação das acções das autoridades nacionais no domínio do combate à inflação. No âmbito do referido quadro passou a ser definida uma taxa básica de juros, como o principal indicador do curso da política monetária. O referido quadro dota o BNA de uma série de instrumentos de Política Monetária, nomeadamente:

a) Facilidades Permanentes de Cedência e Absorção de Liquidez:

As Facilidades Permanentes de Gestão de Liquidez são realizadas por iniciativa das instituições financeiras bancárias, apresentam uma frequência diária e têm como objectivo ceder e absorver liquidez no prazo overnight bem como controlar as taxas de juro do mercado interbancário, uma vez que definem um corredor (tecto e piso) para a taxa de juro na maturidade “overnight” do MMI.

As Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez são operações reversíveis suportadas por Títulos Públicos em moeda nacional (BT, OT e TBC) de qualquer maturidade, destinadas a ceder liquidez às Instituições Financeiras Bancárias pelo prazo “overnight”. A taxa de juro desta facilidade é predefinida pelo BNA, em reunião de CPM.

Por outro lado, as Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez correspondem a depósitos constituídos pelas instituições financeiras bancárias junto do BNA, destinados a absorver liquidez, sem limites para os montantes depositados. O BNA tem disponível operações com maturidades overnight (FAO) e a sete dias (FAL7), tendo esta última sido introduzida em Dezembro de 2015.

b) Operações de Mercado Aberto (OMA):

Apesar de o NQOPM criado em 2011 prever a utilização de Operações de Mercado Aberto com várias especificações e diferentes modos de operacionalização, o BNA tem recorrido apenas às Operações Ocasionais de Regularização, quer de cedência, quer de absorção de liquidez. Estas operações são executadas por iniciativa do BNA, através de leilões, podendo também ser utilizados procedimentos bilaterais.

Nas operações de cedência de liquidez, o BNA toma a iniciativa de comprar títulos dos bancos comerciais. Como pagamento dos títulos, o BNA credita a conta dos bancos comerciais no Banco Central, o que implica um aumento na quantidade de reservas possuídas pelos bancos comerciais e logo, uma expansão da base monetária.

Nas operações de absorção de liquidez, por sua vez, o BNA toma iniciativa de vender títulos aos bancos comerciais. Como pagamento dos títulos, o BNA debita a conta dos bancos comerciais, o que implica uma redução na quantidade de reservas detidas pelos bancos comerciais e logo, uma contracção da base monetária.

c) Reservas Obrigatórias:

O coeficiente de reservas obrigatórias é um instrumento de Política Monetária que visa controlar os níveis de liquidez na economia para além de garantir a protecção dos depositantes. O BNA pode definir a taxa de reservas obrigatórias a ser aplicada quer em termos de moeda nacional como de moeda estrangeira. Assim, um aumento ou redução do referido coeficiente influencia a liquidez no mercado monetário no sentido oposto (redução ou aumento).

Para além de ter sob a sua responsabilidade a condução da política monetária, o BNA também assume um papel de prestamista de última instância, salvaguardando a disponibilização de liquidez, num prazo mais alargado, às instituições financeiras bancárias que tenham dificuldades ocasionais de liquidez. Estas operações de Redesconto são realizadas através de contrato formal e o BNA aceita, como colateral, uma gama muito mais variada de activos, abrangendo títulos e valores mobiliários, créditos e direitos creditórios. Este instrumento é também considerado empréstimo remunerado à uma designada taxa de desconto.

As operações de Redesconto permitem colmatar lacunas de liquidez no sistema financeiro e servir de apoio a bancos com dificuldades de tesouraria. Para o efeito, são estabelecidos dois níveis para as operações de Redesconto: as operações de redesconto de I Nível e as de II Nível. Enquanto as primeiras se destinam à correcção de desequilíbrios de curto prazo no fluxo de caixa das instituições financeiras (mas que ainda não configure desequilíbrio estrutural), as segundas destinam-se a possibilitar o ajuste patrimonial de instituições financeiras com desequilíbrio estrutural. Qualquer uma destas operações é efectuada a pedido da instituição financeira em causa e devidamente aprovado pelo BNA. Sendo esta um instrumento de cedência de liquidez numa última instância, a taxa de juros que lhe está associada deve, regra geral, ser superior a todas as restantes taxas para operações semelhantes. Como prestamista de última instância, o BNA também concede crédito ao Governo pela via monetária ou através de títulos públicos em condições específicas.

5.2. Objectivos e Medidas de Política Monetária

O objectivo final da política monetária é o bem-estar da sociedade. Embora seja difícil discordar deste objectivo, certamente existe grande divergência entre os economistas de como implementá-lo na prática. Os monetaristas enfatizam a estabilidade do nível de preços; os economistas keynesianos preferem o nível de emprego. A controvérsia sobre a curva de Phillips terminou convencendo os economistas keynesianos que no longo prazo a política monetária afecta somente o nível de preços e não o nível de actividade económica. Todavia, os economistas keynesianos acreditam que mesmo assim o banco central pode contribuir para que a duração de uma recessão seja abreviada com uma política monetária mais expansionista.

Para o efeito, o BNA baseado no Quadro Operacional de Política Monetária criado em 2011, recorreu aos instrumentos nele plasmados, nomeadamente às Operações de Mercado Aberto (OMA) e às Facilidades de Absorção de liquidez e os demais instrumentos de regulação de liquidez.

O impacto agregado das operações monetárias sobre a Base Monetária, no período em análise, foi de contracção.

5.2.1. Medidas de Política

Ao longo do ano de 2016, o BNA aumentou a taxa de juro de referência para 16% (+5 p.p.), a taxa de juro de Facilidade de Cedência de liquidez Overnight para 20% (+7 p.p.) e a taxa da Facilidade de Absorção de liquidez com maturidade de 7 dias para 7,25% (+5,5 p.p.).

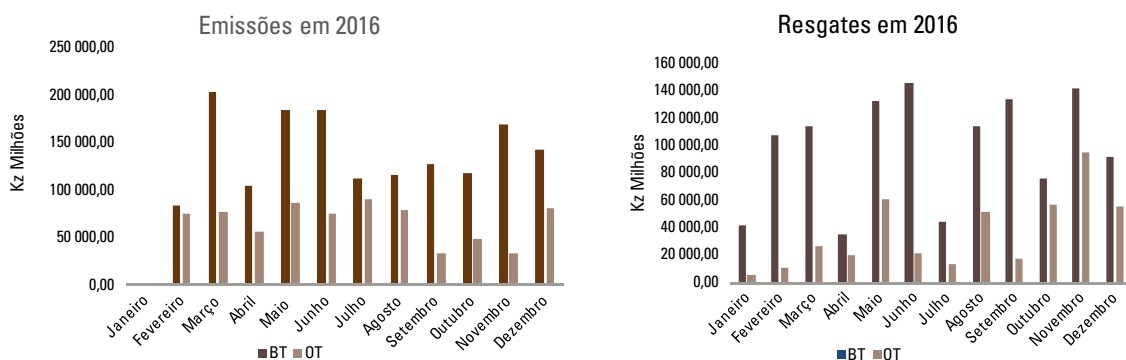
O Coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional aumentou em Abril de 2016 para 30%, com o objectivo de reduzir a liquidez excedentária das Instituições Financeiras. O Coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira, por sua vez, manteve-se ao longo de todo o ano de 2016 nos 15,0%.

5.3. Mercado Monetário

5.3.1. Mercado Primário de Títulos Públicos

A emissão de títulos do Tesouro em moeda nacional, em 2016, situou-se em Kz 2.282,3 Mil Milhões, dos quais Kz 1.546,0 Mil Milhões em Bilhetes do Tesouro (BT) e Kz 736,3 Mil Milhões em Obrigações do Tesouro (OT). Comparativamente a 2015, o volume das emissões de títulos públicos em moeda nacional, em 2016, foi superior em cerca de 118,1%. As emissões visaram, para além do pagamento do serviço da dívida interna titulada, a criação de receitas em moeda nacional para a cobertura das despesas correntes e de investimento, do programa anual do Executivo, em conformidade com o Orçamento Geral do Estado.

Painel 21: Emissão e Resgate de Títulos em 2016



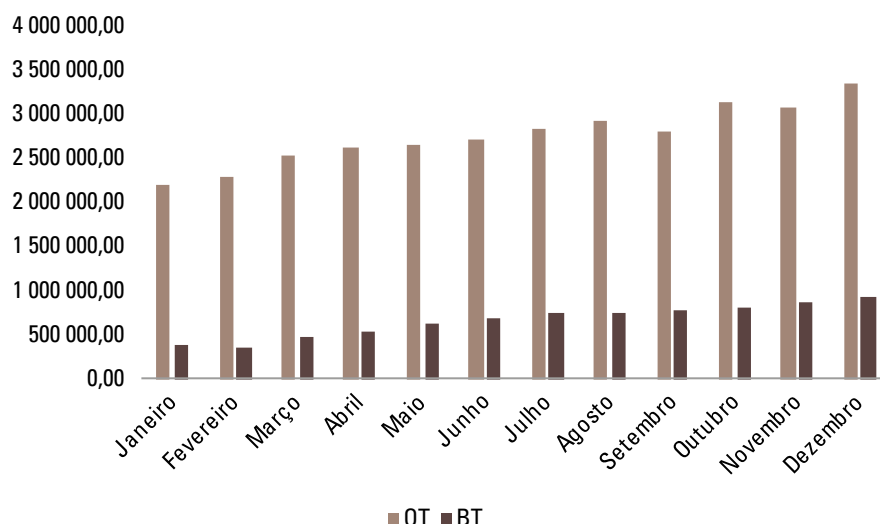
Fonte: BNA

Por outro lado, os pagamentos do Tesouro Nacional decorrentes do resgate de títulos públicos ocorridos em 2016 totalizaram Kz 1.607,3 Mil Milhões, dos quais Kz 1.176,0 Mil Milhões por resgates de Bilhetes do Tesouro e Kz 431,3 Mil Milhões por resgates de Obrigações do Tesouro. Comparativamente a 2015, o volume do serviço da dívida pública interna titulada foi superior em 100%, devido fundamentalmente ao aumento do volume das emissões ocorridas em 2016.

O stock de títulos públicos em moeda nacional, a 31 de Dezembro de 2016, situou-se nos Kz 4.307,0 Mil Milhões, dos quais cerca de Kz 941,4 Mil Milhões (21,9%) em Bilhetes do Tesouro e Kz 3.365,6 Mil Milhões (78,1%) em Obrigações do Tesouro. Comparativamente ao ano de 2015, observou-se em 2016 um aumento do stock em cerca de 75,6%.

O efeito líquido das emissões com Títulos do Tesouro (BT e OT) sobre a liquidez foi de contracção em cerca de Kz 518,4 Mil Milhões, em resultado do volume das emissões ter sido superior ao volume de pagamentos de resgates e juros ocorridos no ano. O endividamento público por emissão de Títulos do Tesouro em 2016 correspondeu a 104,5% da sua previsão para o ano.

Gráfico 10: Stock de Títulos em 2016

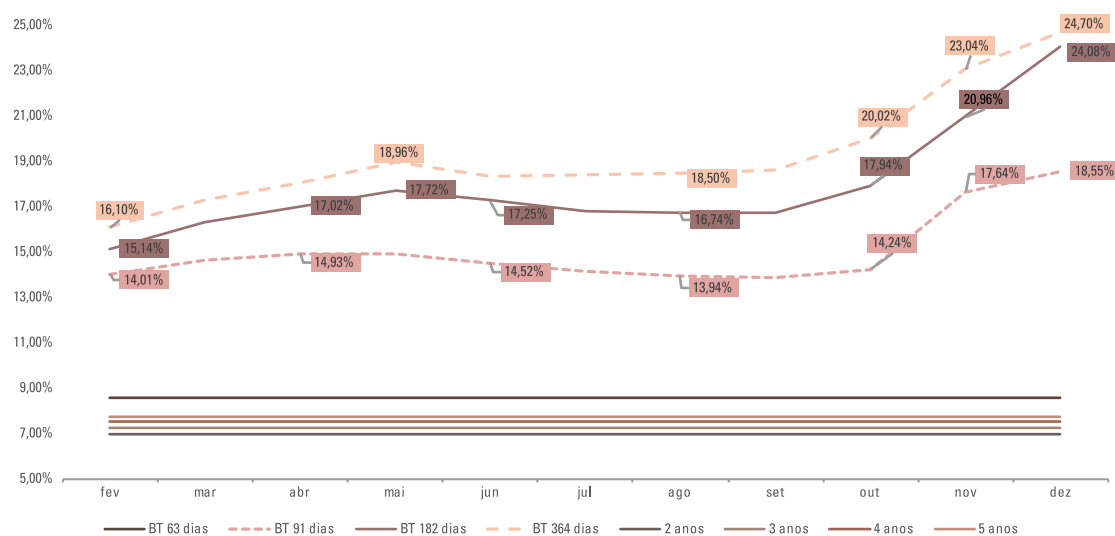


Fonte: BNA

Relativamente às taxas de juro no mercado primário, estas apresentaram uma tendência crescente em todas as maturidades.

No final do ano de 2016, as taxas médias de juro nominais dos Bilhetes do Tesouro situavam-se em 18,6%, 24,1% e 24,7%, para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, respectivamente. Face ao ano anterior, as taxas nominais dos títulos de curto prazo apresentaram aumentos de 4,7 p.p., 9,1 p.p. e 9,4 p.p., respectivamente.

Gráfico 11: Taxas de Juro no Mercado Primário em 2016



Fonte: BNA

Relativamente aos títulos do Tesouro Nacional de médio e longo prazo, nomeadamente as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional, as taxas de juro nominais das Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio mantiveram-se inalteradas, ao longo do ano, nos 7,0%, 7,3%, 7,5% e 7,8% para as maturidades a 2,3,4 e 5 anos, respectivamente.

5.3.2. Operações de Mercado Aberto (OMA)

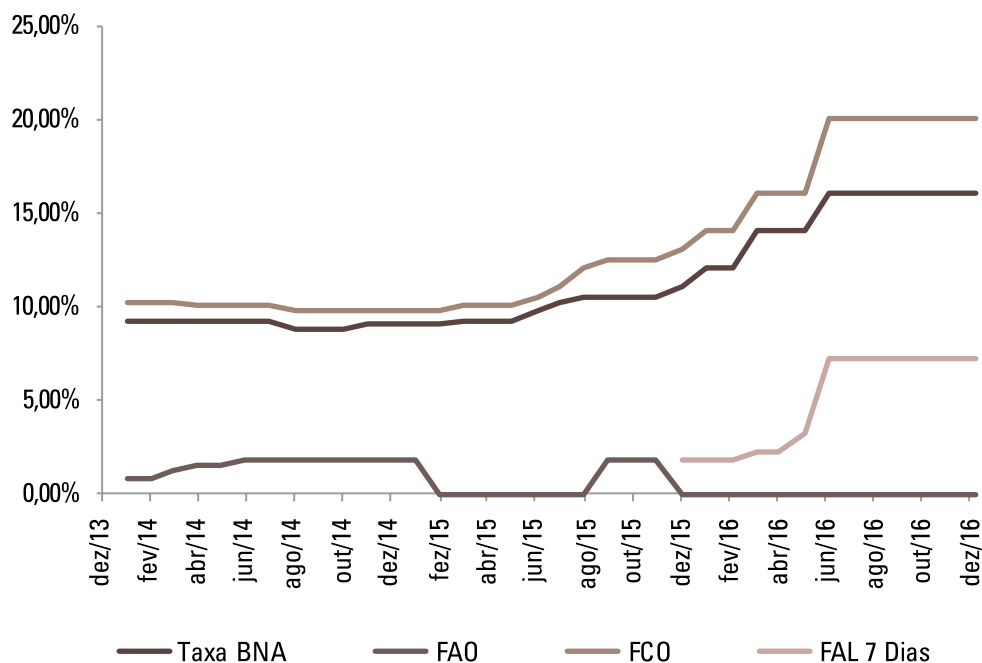
No âmbito da regularização de liquidez através das operações monetárias, o volume global das Operações de Mercado Aberto (OMA), para absorção de liquidez em 2016, foi de Kz 577,00 Mil Milhões e o seu impacto na liquidez foi contraccionista em Kz 1,01 Mil Milhões. Comparativamente ao ano de 2015, o volume de Operações de Mercado Aberto em 2016 foi superior em cerca de 505,7%.

As taxas de juro médias das OMA para as maturidades a 28 e 63 dias aumentaram ao longo do ano 3,5 p.p. e 3,0 p.p. fixando-se em 11,0% e 13,0%, respectivamente.

5.3.3. Facilidades Permanentes de Liquidez

Em 2016, o recurso às operações de Facilidade de Cedência de Liquidez (FCO) permitiu que as instituições bancárias acedessem ao financiamento overnight do BNA nos termos regulamentares. O volume dessas operações no ano ascendeu a um valor médio mensal de Kz 41,0 Mil Milhões, com maior incidência no III Trimestre de 2016.

Gráfico 12: Taxas de Juro no Mercado Primário em 2016

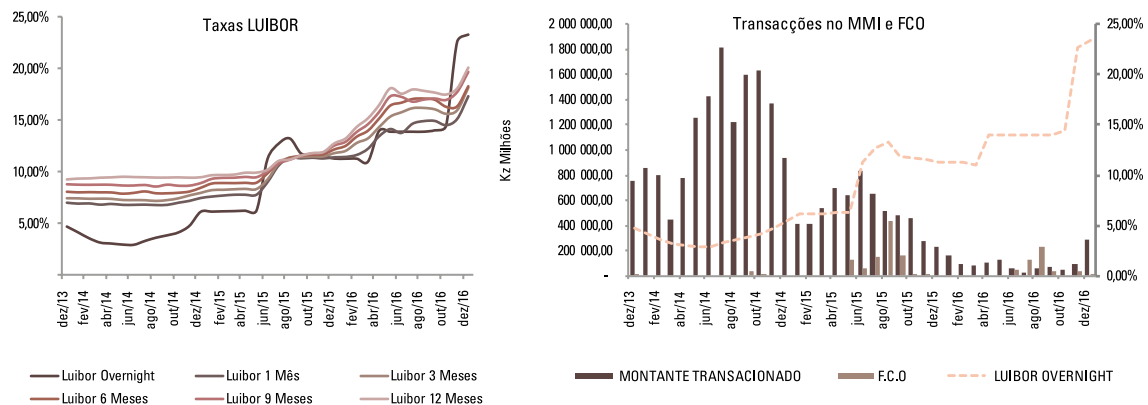


Fonte: BNA

5.4. Mercado Monetário Interbancário

No que respeita ao mercado monetário interbancário, em 2016, as operações de cedência de liquidez sem garantia entre as instituições bancárias baixaram a um volume médio mensal de Kz 106,6 Mil Milhões, tendo-se observado uma redução de cerca de 79,7% comparativamente ao ano de 2015.

Painel 22: Evolução das Taxas do MMI



Fonte: BNA

A taxa LUIBOR overnight, apurada com base nas operações de cedência de liquidez sem garantia entre as instituições bancárias, observou uma tendência de aumento ao longo de todo o ano de 2016, com maior incidência no mês de Novembro, reflectindo a tendência da inflação no período. Nesse mês de Novembro, a taxa LUIBOR situou-se nos 22,7% (contra os 14,3% no mês de Outubro), apresentando um aumento de 8,4 p.p. Em Dezembro de 2016, a taxa LUIBOR overnight situou-se nos 23,4%, registando um aumento de 12,0 p.p. face ao ano de 2015, em que a taxa se situava em 11,3%.

A taxa LUIBOR nas restantes maturidades, 1, 3, 6, 9 e 12 meses, apresentaram uma tendência similar, situando-se nos 17,4%, 18,2%, 18,3%, 19,7% e 20,2%, respectivamente, para cada uma das maturidades.

6. Política Cambial

6.1. Objectivos e Metas da Política Cambial

Para além dos instrumentos de Política Monetária, o BNA pode influenciar a liquidez do sistema recorrendo aos seus instrumentos de política cambial. De referir que, dada a dependência da economia angolana face ao exterior, tanto pelo facto de o petróleo ser a principal fonte de receitas em moeda estrangeira, como pelo facto do país ser importador líquido, isto é grande parte dos insumos produtivos e de bens e serviços consumidos internamente são importados, o mercado cambial ganha uma visibilidade especial e um peso determinante no controlo da inflação.

6.2. Instrumentos de Política Cambial

O regime cambial em vigor em Angola é um regime de câmbio administrado (dirty floating), através do qual o BNA controla a taxa de câmbio, comprando e vendendo a moeda estrangeira. Assim, por este meio, o BNA pode gerir a liquidez existente no sistema, provocando uma expansão ou contracção da base monetária através da compra ou venda de divisas ao mercado, buscando influenciar o comportamento da taxa de câmbio.

6.2.1. Mercado Cambial Primário

Na sequência da redução do preço do petróleo no mercado internacional a partir de meados de 2014, o BNA de modo a ajustar os procedimentos de realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira, com o objectivo de preservar o equilíbrio entre a operacionalização do mercado cambial e os objectivos de política cambial, publicou

o Instrutivo nº 10/15 de 4 de Junho, que estabelece que as sessões podem ser de venda ou de compra de moeda estrangeira, realizadas sob a forma de leilão ou através de venda directa.

O Executivo prevendo constrangimentos a nível da oferta de divisas no mercado, tendo em conta as projecções do preço do petróleo, que apontavam cotações inferiores às verificadas em 2015, definiu através do documento denominado, Linhas Mestras da Estratégia para a Saída da Crise Derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional, que o BNA devia efectuar venda de divisas priorizando determinados sectores, visando nomeadamente:

(i) garantir a manutenção do emprego (matérias primas e outros insumos, equipamento e peças de reposição, salários de técnicos especialistas e operações do sector petrolífero); (ii) a contenção da inflação (bens alimentares e outros de consumo corrente de primeira necessidade e combustíveis); (iii) a saúde e a educação das populações (medicamentos, livros, material escolar e salários de médicos e professores estrangeiros); e (iv) a realização de despesas prioritárias do Estado (operações inadiáveis).

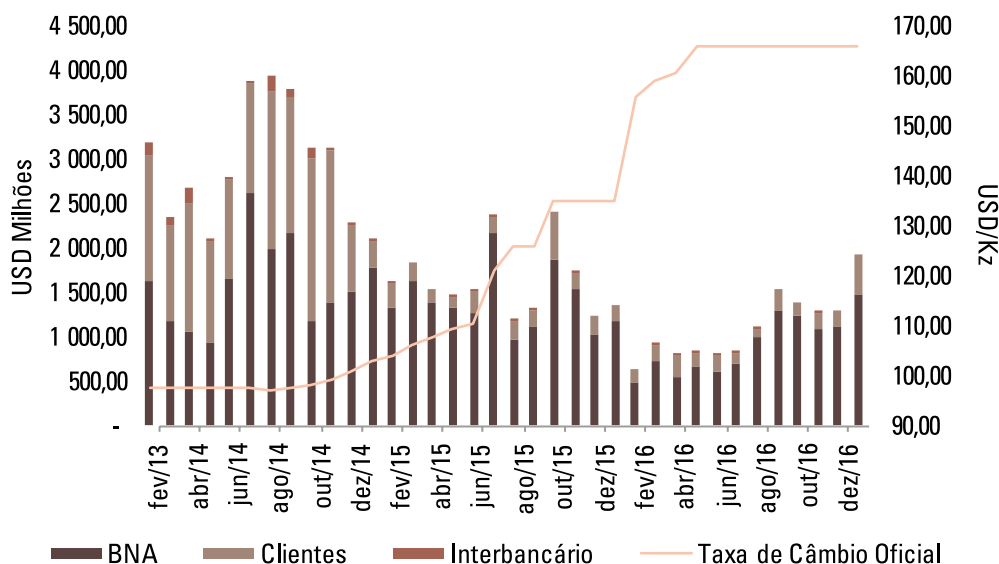
Assim, as vendas de divisas passaram a ser predominante sob a forma de vendas directas, com o objectivo de permitir uma melhor gestão dos recursos escassos, bem como assegurar que o controlo destas operações pudesse ser efectuado. A alocação de divisas sob a forma de leilões, por um lado, não garante que os bancos utilizem os recursos disponibilizados para os sectores ou entidades que o Executivo elegeu como prioritárias, e por outro lado, em função da dispersão e das vicissitudes técnicas e operacionais dificulta a capacidade de controlo da execução desses recursos, para que os mesmos não sejam utilizados para fins diversos para os quais foram disponibilizados.

Nesta conformidade, o BNA passou a interagir com os Departamentos Ministeriais para que estes indicassem as entidades e operações prioritárias de modo a alcançar os objectivos definidos no documento Linhas Mestras da Estratégia para a Saída da Crise Derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional.

Contudo, atendendo ao facto de que o BNA não estava preparado, quer em termos tecnológicos, como humanos, para fazer face ao aumento vertiginosos de operações por executar, surgiram algumas insuficiências que, no entanto, não comprometeram o êxito do Programa, uma vez que se observou, de facto, o aumento da oferta de bens e, consequentemente, a desaceleração do ritmo de crescimento dos preços na economia, principalmente no terceiro quadrimestre do ano.

Fruto da necessidade de divisas para a importação de bens e serviços bem como a realização de diversos compromissos externos, foram colocados no mercado cambial durante o ano de 2016, através de leilões e vendas directas realizadas no mercado primário, recursos cambiais cifrados em USD 10.874,1 Milhões, tendo sido observado um decréscimo de 37,8% comparativamente ao ano de 2015. Os bancos comerciais adquiriram dos seus clientes, incluindo as companhias petrolíferas, USD 2.313,9 Milhões, contra USD 2.669,2 Milhões no ano anterior. No mercado interbancário foram transaccionados USD 12,1 Milhões (contra USD 7,4 Milhões em 2016). No total, as divisas adquiridas pelos bancos somaram USD 13.200,1 Milhões, contra USD 20.160,9 Milhões no ano anterior, ou seja, um decréscimo de 34,5%.

Gráfico 13: Vendas de Divisas



Fonte: BNA

As vendas de divisas directas para assegurar questões prioritárias, isto é, excluindo os leilões de vendas de divisas do BNA aos bancos comerciais, situaram-se nos USD 9.133,3 Milhões, o que corresponde a uma diminuição de 6,7% face ao ano anterior em que se situaram nos 9745,2 Milhões.

Em 2016, no mercado primário, a taxa de câmbio de referência do Kwanza face ao dólar norte-americano fechou com uma cotação de Kz 165,9 contra Kz 135,3 em Dezembro de 2015. Assim, em 2016 observou-se uma depreciação nominal de aproximadamente 22,6%, contra uma depreciação de 31,5% em 2015. De referir que esta desvalorização em 2016 ocorreu principalmente até meados de Abril, tendo-se verificado um período de estabilidade da cotação da moeda nacional até o fim do ano.

Quadro 8: Taxas de câmbio nos diversos mercados

	dez / 2012	dez / 2013	dez / 2014	dez / 2015	dez / 2016
Mercado Primário (USD/Kz)	95,826	97,619	102,863	135,315	165,903
Variação Média	0,57%	1,87%	5,37%	31,55%	22,60%
Mercado Secundário - Divisas (USD/Kz)	97,672	98,807	103,727	144,610	193,955
Variação Média	0,95%	1,16%	4,98%	39,41%	34,13%
Mercado Informal (USD/Kz)	104,833	104,667	123,750	264,583	474,167
Variação Média	2,36%	-0,16%	18,23%	113,80%	79,21%
Casas de Câmbio (USD/Kz)	101,053	101,920	117,900	221,079	378,400
Variação Média	0,68%	0,86%	15,68%	87,51%	71,16%

Fonte: BNA

6.2.2. Mercado Cambial Secundário

Por outro lado, as vendas de divisas dos bancos comerciais aos seus clientes em 2016 diminuíram 42,8% face ao ano anterior para os USD 10.547,1 Milhões (USD 18.432,2 Milhões em 2015), o que corresponde a uma execução de 79,1% das divisas que adquiriram através das várias fontes (BNA, Clientes e Mercado interbancário). Do total das vendas de divisas aos bancos comerciais, 54,9% foram destinados às operações de mercadorias, 38,0% para as operações de invisíveis, 4,4% para reposição cambial, 1,8% para operações de capitais e 0,9% destinadas às casas de câmbio. Em termos gerais e relativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento do peso das operações de mercadorias (em mais 4,0 p.p.) e das operações de invisíveis (em mais 0,6 p.p.) no total das vendas de divisas e uma redução do peso das operações de reposição cambial (em menos 3,2 p.p.), das casas de câmbio (em menos 1,3 p.p.) e das operações de capitais (em menos 0,2 p.p.) no total das vendas de divisas.

O comportamento da taxa de câmbio do mercado secundário respondeu às fortes pressões da procura de moeda estrangeira, dada a sua escassez resultante da queda da capacidade das reservas cambiais em sustentar as necessidades dos clientes.

A taxa de câmbio do mercado secundário de divisas depreciou-se no final do ano de 2016 em relação ao período homólogo do ano anterior em 22,7%, ao passar de Kz 137,7 por dólar norte-americano em Dezembro de 2015 para os Kz 169,0 em Dezembro de 2016. No período em análise, a taxa de câmbio do mercado secundário de notas em relação ao Dólar norte-americano atingiu a cotação de Kz 194,0 contra Kz 144,6 em 2015, tendo sido observada uma depreciação nominal de 34,1% contra 36,7% do ano anterior.

Em consequência da conjuntura do mercado cambial, em todos os segmentos de mercado observaram-se depreciações, todavia com uma tendência estável no mercado formal com realce para uma tendência crescente no mercado cambial secundário.

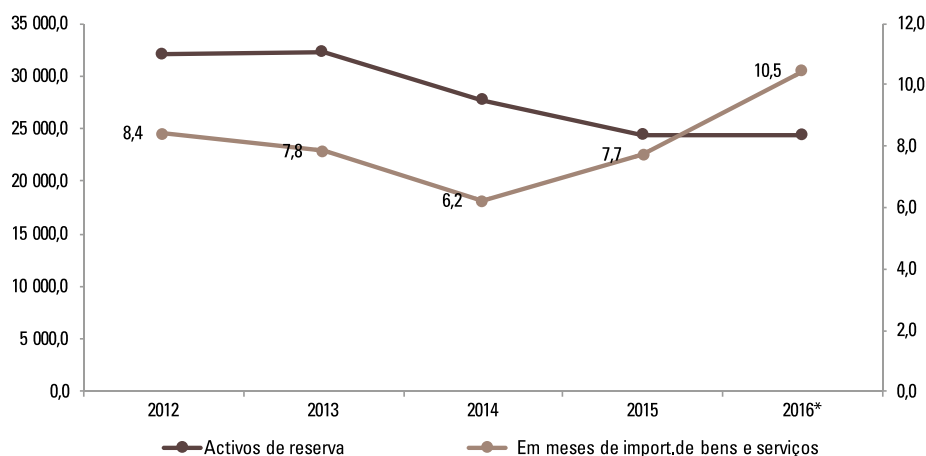
A pressão que se observou no mercado cambial concorreu para os níveis de depreciação observados, dada a necessidade de importações de bens e serviços para satisfazer a procura interna por bens e serviços.

Resumindo, apesar das medidas tomadas pelo BNA no sentido de atenuar a pressão sobre o mercado cambial, este permaneceu ainda com alguns desequilíbrios durante o ano de 2016, como reflexo dos problemas de liquidez no mercado cambial bem como das expectativas de desvalorização e dos controlos cambiais.

7. Reservas Internacionais

A posição das reservas internacionais brutas no final de 2016 foi de US\$ 24.325,2 Milhões (23,9% do PIB), contra USD 24.419,5 Milhões (21,2% do PIB) do final de 2015, correspondente a uma cobertura de 11,4 meses de importação, contra 7,7 meses em 2015. Apesar da redução das receitas de exportação de petróleo e da intervenção do Banco Nacional de Angola no mercado cambial para atender a procura, a variação percentual negativa das reservas brutas em 2016 foi de apenas 0,3%, comparativamente ao ano de 2015.

Gráfico 14: Reservas Brutas e Rácio de Cobertura das Importações



Fonte: BNA

Em termos gerais, as reservas internacionais brutas no final de 2016 permaneceram em níveis confortáveis, com uma cobertura acima da meta dos seis meses de importação de bens e serviços (meta de convergência da SADC), apesar das incertezas e a volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional.

8. Impactos das Operações de Mercado sobre a Base Monetária

Analisando o Balanço do BNA verifica-se que, em 2016, a Base Monetária Ampla contraiu em 5,4% relativamente ao ano anterior, situando-se nos Kz 1.584,2 Mil Milhões, derivado essencialmente, da contracção da Base Monetária Restrita em 7,1%, tendo as Outras Obrigações face às Outras Instituições Financeiras Monetárias (OIFM) registado uma expansão de 57,1% relativamente ao ano anterior. Em particular, a Base Monetária Restrita em MN, apresentou uma contracção de 10,5% em 2016.

Quadro 9: Base Monetária

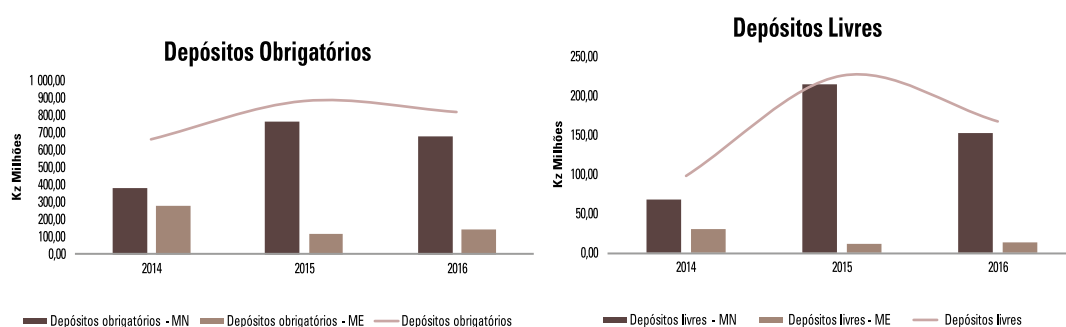
	2014	2015	2016	2015	2016
	Em Kz mil milhões			T.V.H. (%)	
Base Monetária ampla	1 580,65	1 675,45	1 554,4	6,0	-7,2
Base Monetária Restrita	1 237,69	1 631,40	1 485,4	31,8	-8,9
Notas e Moedas em Circulação	477,98	519,59	496,4	8,7	-4,5
Reserva bancária	759,72	1 111,81	989,1	46,3	-11,0
Depósitos obrigatórios	661,85	885,21	821,2	33,7	-7,2
Depósitos obrigatórios -MN	384,82	765,59	682,3	98,9	-10,9
Depósitos obrigatórios -ME	277,03	119,62	138,9	-56,8	16,2
Depósitos livres	97,86	226,60	167,8	131,6	-25,9
Depósitos livres - MN	67,73	214,39	153,7	216,5	-28,3
Depósitos livres - ME	30,13	12,21	14,2	-59,5	16,1
Outras Obrigações face a outras instit. monetárias	342,96	44,05	68,9	-87,2	56,5
Memorando:					
Base monetária ampla em moeda nacional	1 273,49	1 543,62	1 401,3	21,2	-9,2
Base monetária restrita em moeda nacional	930,53	1 499,57	1 332,3	61,2	-11,2

Fonte: BNA

A contracção da Base Monetária Restrita em 2016 reflectiu não só a diminuição da reserva bancária em 9,3%, mas também das notas e moedas em circulação em 2,6%. A evolução negativa da reserva bancária está associada, por um lado, à contracção significativa dos depósitos livres em moeda nacional em 28,3%, em grande parte devido à aplicação em Facilidades de Absorção de Liquidez a 7 dias. Os depósitos obrigatórios em moeda nacional contraíram 10,9%, com a queda a ocorrer principalmente no mês de Dezembro.

Os depósitos obrigatórios em ME e os depósitos livres em ME, por sua vez, registaram uma expansão de 16,1% e 179,0%, respectivamente, reflexo da desvalorização cambial, sendo que tirando o efeito cambial, os depósitos obrigatórios em ME diminuíram 5,3% e os depósitos livres em ME expandiram 129,4%.

Painel 23: Reserva Bancária - Depósitos Obrigatórios e Livres



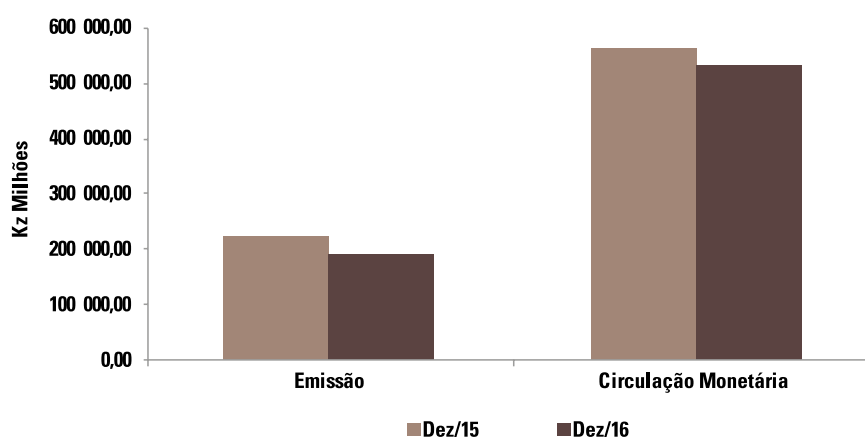
Fonte: BNA

Em 2016, a contracção da Base Monetária Ampla em termos nominais teve como contrapartidas a diminuição em 15,2% dos Activos internos líquidos, não obstante o aumento das Reservas internacionais líquidas (RIL) em 5,1%, em moeda nacional. Contudo, importa referir que a evolução positiva desta rubrica reflectiu a depreciação cambial de 22,6% ocorrida nos últimos 12 meses. Quando analisadas em dólar norte-americano, as reservas internacionais líquidas apresentaram uma redução de cerca de 14,3% face ao ano anterior, reflectindo a deterioração das contas externas, associada à manutenção em baixa do preço do petróleo e à elevada necessidade de importações de bens e serviços, o que provocou fluxos de saída de divisas superiores às entradas.

O exercício de 2016 caracterizou-se, no tocante à emissão monetária, por uma política prudente, tendo-se privilegiado a recirculação, sem prejuízo da qualidade e quantidade de notas e moedas à disposição da economia. Assim, durante o período em análise a emissão monetária registou uma redução de cerca de 52,0% relativamente ao período anterior, com a emissão de 145,0 Milhões de notas, contra 302,1 Milhões de notas em 2015, isto é, menos 157,1 Milhões de notas emitidas em 2016. Financeiramente, registou-se igualmente uma redução no valor emitido na ordem dos 14,7% ou seja, menos Kz 32.975,0 Milhões.

Quanto à Circulação Monetária, a sua composição no período em análise foi constituída por 471,9 Milhões de notas e por 334,4 Milhões de moedas metálicas. Isto representou financeiramente, um total de Kz 506.005,6 Milhões sendo 99,5% em notas (Kz 503.475,6 Milhões) e 0,5% em moedas metálicas (Kz 2.530,0 Milhões).

Gráfico 15: Emissão versus Circulação Monetária (Representação Financeira)



Fonte: BNA

Em síntese, importa realçar que, em termos de política monetária, o BNA adoptou uma conduta prudente ao longo de 2016. Com efeito, aumentou as suas taxas directoras, aumentou os requisitos de reservas dos depósitos em Kwanzas e retomou a utilização de instrumentos para a absorção de liquidez. Porém, apesar destes esforços, verificou-se ainda um excesso de liquidez no sistema bancário, em grande parte devido ao aumento do crédito líquido ao Governo Central e do crédito as outras instituições financeiras monetárias. Sendo assim, em 2017, a política monetária deverá continuar a visar uma redução significativa do excesso de liquidez através dos seus instrumentos de política monetária, e uma coordenação e colaboração estreita com os bancos que enfrentam problemas de liquidez de forma a reduzir ou mesmo eliminar as suas necessidades de liquidez.

9. Os Agregados Monetários e a Balança de Pagamentos

9.1. Evolução dos Agregados Monetários

O ano de 2016 foi caracterizado por uma expansão monetária, não obstante a adopção de uma política monetária restritiva por parte do BNA e a forte desaceleração da actividade económica nacional. Com efeito, a oferta de moeda em sentido mais lato, representada pelo agregado monetário M3 e o agregado monetário M2, cresceram 14,3% e 14,4%, respectivamente, face ao ano anterior.

Quadro 10: Síntese Monetária

	2014	2015	2016	2015	2016
	Em Kz mil milhões			T.V.H. (%)	
Activos Externos Líquidos	3 082,40	3 570,44	3 973,43	15,8	11,3
BNA	2 889,36	3 361,05	3 637,01	16,3	8,2
Reservas Internacionais Líquidas	2 787,74	3 283,52	3 550,20	17,8	8,1
Bancos Comerciais	193,03	209,39	336,42	8,5	60,7
Activo interno líquido	2 027,72	2 141,46	2 546,35	5,6	18,9
Crédito Interno líquido	3 015,87	3 821,20	4 435,62	26,7	16,1
Crédito Líquido ao Governo Central	69,17	351,75	998,99	408,6	184,0
Crédito ao Governo Central	2 001,79	2 582,17	3 672,97	29,0	42,2
Depósitos do Governo Central	1 932,62	w2 230,42	2 673,98	15,4	19,9
Crédito à Economia	2 946,70	3 469,35	3 436,63	17,7	-0,9
Outros activos líquidos	-988,15	-1 679,74	-1 889,27	70,0	12,5

Fonte: BNA

Nota 1 - a partir de Agosto de 2011, as contas do BNA são baseadas na revisão do Plano de Contas e a partir de Julho de 2014 são baseados no novo Plano de Contas.

Nota 2 - A partir de Janeiro de 2011, há uma quebra metodológica nas séries temporais, devido à melhoria na classificação e sectorização das contas das outras Instituições Financeiras Monetárias (OIM).

Em contrapartida da expansão monetária, realça-se o crescimento em 8,1% dos activos externos líquidos no BNA, com as reservas internacionais líquidas a expandirem 5,1%, quando convertidas para moeda nacional. Note-se, no entanto, que este crescimento foi justificado sobretudo pelo efeito da depreciação da taxa de câmbio ocorrida nos últimos 12 meses pois, considerando as reservas internacionais líquidas em USD, estas reduziram cerca de 14,3% face ao ano anterior. Registou-se também uma expansão de 59,8% dos Activos Externos dos Bancos Comerciais.

O aumento do crédito líquido à Administração Central determinou a expansão do crédito interno líquido em 13,2% face ao ano anterior, uma vez que o crédito à economia diminuiu 2,4%.

O crédito líquido ao Governo Central aumentou significativamente em 167,8% face ao ano anterior, explicado pelo aumento de 39,2% no crédito concedido ao Governo Central para fazer face às suas necessidades de tesouraria, tendo os depósitos do Governo Central no sistema bancário aumentado apenas 18,9%. Não obstante o expressivo aumento, é substancialmente mais reduzido que no ano transacto (408,6%).

Quadro 11: Agregados Monetários

	2014	2015	2016	2015	2016
	Em Kz mil milhões			T.V.H. (%)	
M3	5 110,12	5 711,90	6 519,78	11,8	14,1
M2	5 103,48	5 703,75	6 515,97	11,8	14,2
M1	3 096,86	3 419,82	3 844,72	10,4	12,4
Notas e Moedas em poder do público	339,67	380,70	386,20	12,1	1,4
Depósitos à Ordem	2 757,19	3 039,12	3 458,52	9,8	27,7
Depósitos à ordem- MN	1 905,24	2 263,77	2 575,55	18,8	13,8
Depósitos à ordem - ME	851,95	775,35	882,97	-9,0	13,9
Quase-Moeda	2 006,62	2 283,92	2 671,25	13,8	17,0
Depósitos a Prazo - MN	1 166,64	1 258,27	1 553,71	7,9	23,5
Depósitos a Prazo - ME	839,98	1 025,65	1 117,55	22,1	9,0
Outros Instrumentos equiparáveis a depósitos*	6,63	8,16	3,80	23,1	-53,4

* Inclui títulos e acordos de recompra em moeda nacional e estrangeira

Fonte: BNA

O agregado monetário M2 totalizou os Kz 6.525,1 Mil Milhões (contra os Kz 5.703,7 Mil Milhões em 2015), representando um aumento de 14,4%, em resultado da evolução positiva tanto dos passivos monetários (13,8%) como dos passivos quase monetários (16,9%).

O crescimento das notas e moedas em poder do público (3,9%), dos depósitos à ordem em moeda nacional (13,8%) e dos depósitos à ordem em moeda estrangeira (13,9%) explicou o comportamento dos passivos monetários (M1), enquanto o aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional (24,9%) e em moeda estrangeira (7,2%) explicou o comportamento dos passivos quase-monetários.

De realçar que a reduzida evolução das Notas e Moedas em Poder do Público é fruto da contracção da liquidez bancária por parte do BNA.

O M2 em MN, por sua vez, aumentou 16,4% face ao ano anterior (situando-se em Kz 4.542,1 Mil Milhões).

Em termos agregados, em 2016, os depósitos no sistema bancário situaram-se nos Kz 6.129,3 Mil Milhões, registando um aumento de 15,1%, representando uma aceleração relativamente ao ano anterior em que os depósitos totais cresceram cerca de 11,8%. A evolução positiva dos depósitos em 2016 deveu-se ao aumento registado tanto nos depósitos à ordem (13,8%) como nos depósitos a prazo (16,9%). Nos depósitos à ordem destaca-se, essencialmente, a diminuição dos depósitos do sector público excluindo a administração central em 33,3%, mas um aumento dos depósitos à ordem das Outras instituições financeiras não monetárias em 24,8% e do sector privado em 16,7%. Nos depósitos a prazo todas as rubricas registaram um aumento, destacando-se o dos depósitos das Outras Instituições Financeiras não Monetárias em 78,0% face ao ano anterior.

O crédito à economia e, em particular, o crédito ao sector privado (que representou 96,3% do total do crédito concedido) apresentou uma diminuição de 0,4% face ao ano anterior.

Relativamente, ao crédito por sectores de actividade registou um aumento de 0,7%, em particular, destaca-se aumento do crédito ao sector da Educação em 89,5%, sector, bem como aos sectores, produção e distribuição de electricidade, gás e água aumentou (49,0%), dos transportes (37,0%) e Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura (27,5%). Por outro lado, a diminuição do crédito a Famílias com Empregados Domésticos em 83,4%, a Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais em 17,7%, Indústria Transformadora em 16,7% e à Particulares em 16,1%.

Em termos de peso no total do crédito concedido à economia realça-se que, em 2016, o mesmo teve como principal destino as empresas ligadas ao sector de “Comércio por Grosso e a Retalho” que se apropriou de 23,6% do total do crédito concedido à economia (20,3% em 2015), seguido dos “Particulares” com 15,0% (18,0% em 2015), “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas” com 14,0% (13,9% em 2015) e “Construção” com 12,1% (11,7% em 2015) e das empresas ligadas aos sectores de “Serviços Sociais” com 11,8% (15,0% em 2015).

Em 2016, houve um aumento do peso do crédito concedido sobretudo ao “Comércio por Grosso e a Retalho” (3,4 p.p.), à “Agricultura, Produção animal, caça e silvicultura” (1,3 p.p.), à categoria “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (0,5 p.p.), à “Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões” (0,4 p.p.) e uma redução do peso do crédito concedido sobretudo aos particulares (3,0 p.p.).

Relativamente às condições de financiamento no sector bancário, realça-se que, em 2016, as taxas de juro praticadas nas operações activas ao sector empresarial em MN registaram, em termos médios do ano, uma diminuição na maturidade “até 180 dias” de 1,2 p.p. face a 2015, enquanto as maturidades de “180 dias até 1 ano” e “mais de 1 ano” apresentaram aumentos de 1,4 p.p. e de 0,7 p.p., respectivamente. As taxas de juro do crédito empresarial em MN oscilaram, em termos médios anuais, entre os 14,6% e os 15,7%.

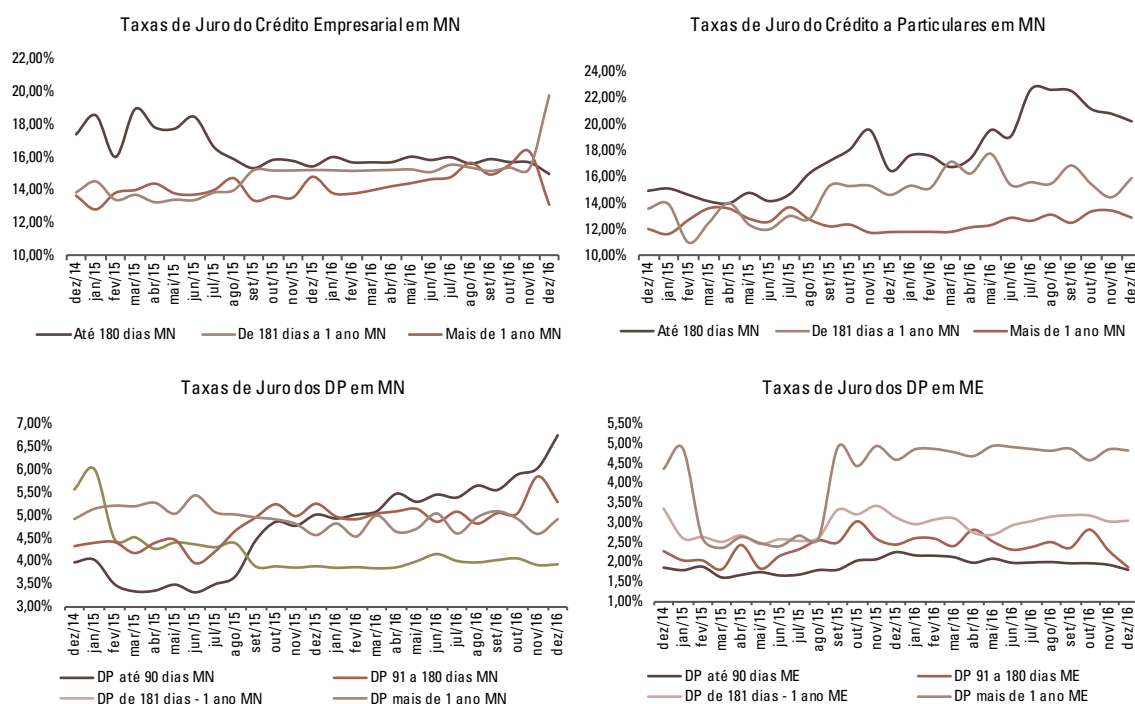
Entretanto, as taxas de juro praticadas nas operações activas a particulares também apresentaram comportamentos mistos, com a taxa de juros na maturidade mais curta a aumentar 4,1 p.p. em termos médios face a 2015, enquanto

a maturidade mais longa registou uma diminuição muito ligeira de 0,1 p.p.. Em termos médios anuais de 2016, as taxas neste segmento de crédito oscilaram entre os 12,6% e os 19,8% nas diferentes maturidades.

Relativamente às condições de financiamento no sector bancário, realça-se que, em 2016, as taxas de juro praticadas nas operações activas ao sector empresarial em MN registaram, em termos médios do ano, uma diminuição na maturidade “até 180 dias” de 1,2 p.p. face a 2015, enquanto as maturidades de “180 dias até 1 ano” e “mais de 1 ano” apresentaram aumentos de 1,4 p.p. e de 0,7 p.p., respectivamente. As taxas de juro do crédito empresarial em MN oscilaram, em termos médios anuais, entre os 14,6% e os 15,7%.

Entretanto, as taxas de juro praticadas nas operações activas a particulares também apresentaram comportamentos mistos, com a taxa de juros na maturidade mais curta a aumentar 3,6 p.p. em termos médios face a 2015, enquanto a maturidade mais longa registou um aumento de 1,2 p.p. Em termos médios anuais de 2016, as taxas neste segmento de crédito oscilaram entre os 13,0% e os 20,0% nas diferentes maturidades.

Painel 24: Taxas de Juro do Crédito e dos Depósitos no Sistema Bancário (em f.d.p.)



Fonte: BNA

O comportamento de ligeira subida das taxas de juro activas sobre o crédito empresarial e a particulares deverá reflectir o desfasamento existente no mecanismo de transmissão da política monetária restrita do Banco Central, sendo que o aumento do risco de crédito no sistema e o aumento do crédito malparado são factores que poderão pressionar as taxas futuramente.

Por sua vez, as taxas de juro praticadas nas operações passivas em MN registaram aumentos ligeiros, em termos médios, nas maturidades “até 90 dias” e “mais de 1 ano”. Por sua vez, as taxas de juro praticadas nas operações passivas em ME, apresentaram diminuições em todas as maturidades, excepto na maturidade “mais de 1 ano”. As taxas de juro passivas em MN oscilaram, em termos médios anuais, entre os 3,9% e os 6,8%, enquanto as taxas de juro passivas em ME oscilaram entre os 2,0% e os 4,8%.

De destacar ainda que, a partir de Outubro, mas com principal incidência em Dezembro de 2016, as contas de Depósitos à Ordem começaram a ser remuneradas, em 1,0% em MN e 2,2% em ME.

9.2. Desempenho da Balança de Pagamentos

A informação da Balança de Pagamentos reflecte o conjunto de transacções reais e financeiras a serem realizadas pelo País com o resto do mundo durante o ano de 2016.

A redução do preço médio do petróleo bruto e a consequente queda das receitas de exportação das ramas angolanas influenciou, negativamente, a posição externa da economia angolana. Porém, o saldo global da Balança de Pagamentos em 2016, foi superavitário na ordem de USD 404,0 Milhões contra o saldo deficitário na ordem de USD 3.035,7 Milhões do período homólogo, cujo desempenho foi impulsionado principalmente pela melhoria do défice da Conta Corrente.

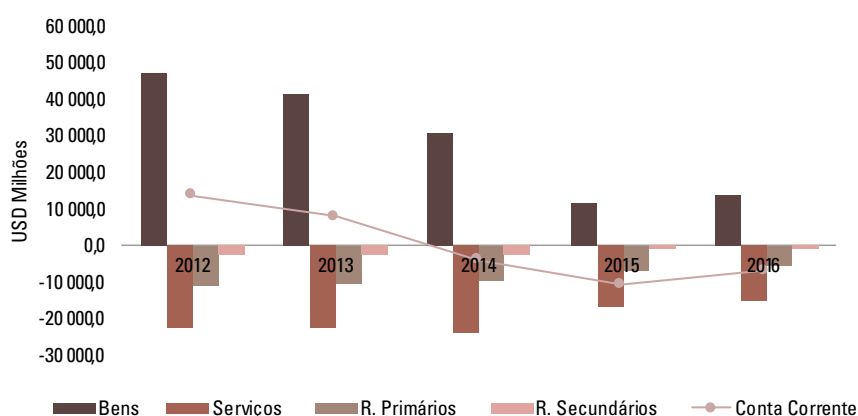
Conta Corrente

A conta corrente da balança de pagamentos registou uma melhoria significativa do seu saldo deficitário em 70,1%, ao passar de USD 10.272,8 Milhões, em 2015 para USD 3.071,0 Milhões em 2016. Deste modo, o défice da conta corrente em 2016 corresponde a 3,0% do PIB, contra 8,9% observado em 2015.

Para a obtenção deste resultado, a conta de bens surge como a principal factor ao apresentar uma melhoria do seu saldo superavitário na ordem de 16,5% que se situou em USD 14.548,4 Milhões em 2016, contra USD 12.488,6 Milhões em 2015, continuando assim a desempenhar um papel importante nas contas externas. Esta melhoria deveu-se fundamentalmente à redução das despesas de importação em 37,0%, apesar da queda das receitas de exportação em 16,9%.

Para as restantes contas, verificou-se uma melhoria do saldo deficitário das contas de serviços na ordem de 25,7%, de rendimentos primários (que inclui salários, lucros e juros) em 11,0% e um ligeiro agravamento dos rendimentos secundários (que inclui doações, remessas e outras transferências) na ordem dos 45,5%.

Gráfico 16: Conta Corrente e Suas Componentes



Fonte: BNA

Os factores que estiveram na base do desempenho pouco favorável das exportações do país foram nomeadamente, a queda do preço médio do petróleo bruto em 16,2%, bem como a ligeira redução do volume de exportações de petróleo em 2,7%. O preço médio de petróleo das ramas angolanas passou de USD 50,0 por barril em 2015 para USD 41,8 por barril em 2016, ao passo que o volume de exportações de petróleo passou de 628,3 Milhões de barris para 611,2 Milhões de barris, respectivamente.

Por sua vez, as importações de mercadorias registaram uma diminuição de USD 7.652,5 Milhões, com realce para a queda das importações de máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos (USD 2.412,0 Milhões), material de construção (USD 1.555,5 Milhões), combustível (USD 1.305,6 Milhões), veículos (USD 807,7 Milhões), bem como os bens alimentares (USD 659,4 Milhões).

Quadro 12: Principais Produtos Importados em 2016 (em USD Milhões)

CATEGORIA DE PRODUTOS	2015	2016*	Variação Relativa
Máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos	5 600,2	3 096,8	-44,7%
Bens alimentares	3 006,5	2 283,9	-24,0%
Combustível	3 018,0	1 490,3	-50,6%
Material de construção	2 509,5	1 131,2	-54,9%
Produtos químicos	1 087,5	856,3	-21,3%
Obras diversas	1 026,5	559,4	-45,5%
Aeronaves e embarcações	224,8	418,9	86,4%
Plásticos, borrachas, pele e couros	650,7	416,5	-36,0%
Veículos	1 156,3	336,6	-70,9%
Têxteis e vestuário	434,0	258,3	-40,5%
Outros	1 978,4	1 665,7	-15,8%
Total Geral	20 692,5	12 514,0	-39,5%

Fonte: BNA

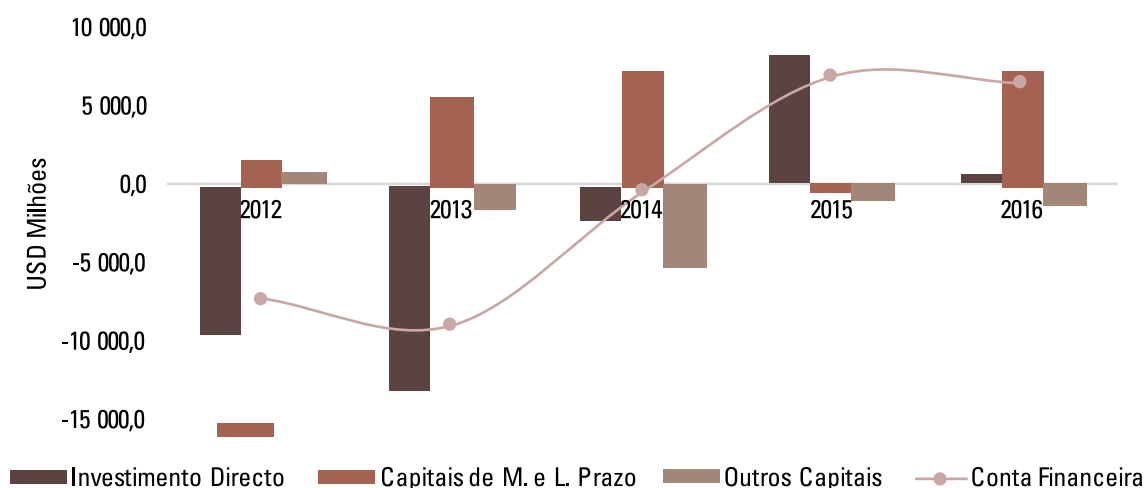
Tendo em conta que a produção agro-industrial do País ainda é insuficiente para satisfazer a demanda interna, as importações de bens alimentares continuam a representar um peso expressivo na estrutura das importações. O custo com a importação de bens alimentares em 2016 situou-se na ordem de USD 2.347,0 Milhões, contra USD 3.006,5 Milhões registados no ano precedente, uma diminuição de 21,9%.

Em 2016, Portugal foi o principal país de procedência dos bens importados relegando a China para a segunda posição, com um custo avaliado em USD 1.788,0 Milhões, contra USD 2.627,1 Milhões registados em 2015. As categorias de bens com maior peso nas importações provenientes de Portugal foram, designadamente, as máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos, os bens alimentares e os produtos químicos que tiveram um peso de 23,9%, 23,7% e 11,8%, respectivamente, do valor total.

Conta de Capital e Financeira

A conta capital e financeira em 2016 apresentou um superavit de USD 6.029,2 Milhões, contra USD 6.927,3 Milhões em 2015, uma redução de USD 898,2 Milhões. Este resultado é explicado, essencialmente, pela redução do investimento directo estrangeiro (IDE) líquido para USD 1.356,7 Milhões contra USD 8.235,5 Milhões registado em 2015, representando uma redução de 83,5%. De realçar que o investimento directo estrangeiro mantém uma forte relação com o desempenho do sector petrolífero, na medida que o fluxo de entrada do IDE depende, sobretudo, da execução de projectos ligados maioritariamente ao sector petrolífero.

Gráfico 17: Conta Financeira e Suas Componentes



Fonte: BNA

A saída de capitais tanto através do investimento angolano no exterior como pela recuperação do investimento directo estrangeiro em Angola, fixou-se em USD 12.068,3 Milhões, contra USD 7.940,9 Milhões em 2015, um aumento na ordem dos 52,0%.

No que concerne ao endividamento externo, verificou-se um aumento dos desembolsos em USD 7.801,1 Milhões, ao passar de USD 5.694,8 Milhões em 2015 para USD 13.495,8 Milhões em 2016, enquanto a amortização da dívida externa passou de USD 6.086,3 Milhões em 2015 para USD 6.508,3 Milhões do período em análise. Assim, o fluxo líquido relacionado com a dívida externa apresentou um superavit na ordem de USD 6.987,6 Milhões em 2016, contra o saldo negativo de USD 391,5 Milhões em 2015.

A conta capital tem apresentado valores residuais ao longo dos anos, sendo o saldo da conta capital e financeira praticamente determinado pela conta financeira.

10. Política de Gestão de Reservas

10.1. Objectivos e Metas da Política de Gestão de Reservas

As Reservas Internacionais Brutas têm como princípios-base da sua gestão a preservação do capital, a elevada liquidez dos activos financeiros que a compõem e a obtenção de retorno ajustado ao perfil conservador do Banco Nacional de Angola enquanto Banco Central, à luz da política de investimentos aprovada pelo Comité de Investimentos.

As metas da gestão das reservas internacionais materializadas através da política de Investimentos visam:

- Garantir a liquidez necessária para cumprimento das obrigações soberanas de curto prazo em moeda estrangeira e os objectivos da estabilidade do valor da moeda nacional;
- Diversificar a carteira tendo em conta as oportunidades de investimento;
- Gerir com parcimónia os activos que compõem as reservas internacionais, considerando que estes representam, quer uma garantia para o país, quer uma parcela significativa da sua riqueza.

10.2. Instrumentos e Medidas de Política de Gestão de Reservas

Para efeitos do cumprimento da política de investimento, as reservas internacionais estão segmentadas em três tranches: a) de liquidez; b) intermédia; e c) de investimento, sendo elegíveis, de acordo com a política de Investimento, os instrumentos do mercado monetário, os instrumentos de rendimento fixo (soberanos, supranacionais, agências governamentais e corporativa com elevada qualidade), os instrumentos de renda variável que garantem a preservação de capital e o Ouro Monetário.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, as Reservas Internacionais Brutas contraíram 0,3% no ano, situando-se em USD 24.352,5 Milhões, devido a uma gestão prudente das disponibilidades cambiais e uma maior contenção da despesa fiscal.

Os investimentos com os recursos que compõem as Reservas Internacionais Brutas são efectuados adoptando uma estratégia activa, com perfil conservador, de acordo com as boas práticas da gestão das reservas emanadas dos organismos multilaterais, designadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Quadro 13: Alocação por Classe de Activo a 31 de Dezembro de 2016

Classes de Activo	
Instrumentos do mercado monetário (Depósitos Bancário e Equivalentes)	43%
Títulos de Dívida (Soberanas, Supranacionais e Agências Governamentais)	49%
Ouro	3%
Outros Investimentos	5%
	100%

Fonte: BNA

A exposição por moeda, no final do exercício, repartiu-se em 73,0% em Dólar norte-americano, 11,0% em Euro, 10,0% em Libra esterlina e 6,0% em outras moedas.

A qualidade de crédito da carteira sob gestão do Banco Nacional de Angola é de 70,0% em entidades com notação de rating considerado como um bom grau de investimento (superior a BB). A duração média da carteira sob gestão fechou em torno dos 3 anos, sendo que o nível de liquidez dos activos se situou acima dos 95,0%. O Valor em Risco total da carteira saldou-se em 2,8% no final de 2016, representando a perda máxima esperada dos investimentos efectuados. A rentabilidade anualizada dos investimentos com as reservas internacionais situou-se em torno de 3,0%, inferior em 200 p.b. comparativamente ao exercício de 2015, considerando a manutenção de um ambiente de baixas taxas de juros para os instrumentos monetários e de rendimento fixo.

11. Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

O BNA, enquanto autoridade de supervisão, tem como objectivos estratégicos garantir a solidez e estabilidade do Sistema Financeiro Angolano. No âmbito da prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (BC/FT), Angola assumiu o compromisso de executar um Plano de Implementação Estratégica (PEIP), o qual visa a implementação dos padrões internacionais de combate ao BC/FT do Grupo de Acção Financeira (GAFI).

No que respeita à execução do PEIP, o BNA implementou as Recomendações do GAFI aplicáveis à sua actividade e à das Instituições Financeiras (IFs) bancárias e não bancárias sob sua supervisão. Como resultado na visita do GAFI a Angola em Janeiro de 2016, foi verificado que o país endereçou as deficiências estratégicas na prevenção do BC/FT e incluiu tais deficiências nos seus planos de acção. Desta forma, Angola deixou de constar da Lista Cinzenta do GAFI e passou a ser considerado um país cooperante, deixando de necessitar da monitorização trimestral pelo grupo, conforme notícia publicada no site do GAFI.

11.1. Progressos da Regulação e Supervisão no âmbito da prevenção ao BC/FT

Em 2016, o BNA emitiu a seguinte regulação nos termos da prevenção ao BC/FT, Instrutivo N.º 24/16, de 16 de Novembro, que estabelece os deveres de identificação e de diligência reforçada aplicáveis às pessoas de perfil de risco elevado, independentemente da nacionalidade, local de residência ou jurisdição do respectivo exercício de funções.

O BNA, no âmbito de suas actividades de supervisão on-site e off-site, procurou descrever e sistematizar as actividades de supervisão de prevenção do BC/FT realizadas em 2016, sendo:

(i) Actividades de supervisão on-site

Ano	Descrição das actividades desenvolvidas
2016	<ul style="list-style-type: none">• Realização de inspecção prudencial a 22 IFs bancárias;• Realização de inspecção no âmbito da cooperação com a UIF, a 2 IFs não bancárias;• Realização de inspecção no âmbito da cooperação com a Procuradoria, a 1 IF não bancária;• Reunião prudencial com 6 Instituições Financeiras.

O resultado global das inspecções on-site das IFs bancárias mostrou o seguinte:

% de cumprimento dos requisitos	Nível de cumprimento dos requisitos	Total de IFs
>75%	Bom	6
65%-75%	Satisfatório	5
50%-65%	Insuficiente	2

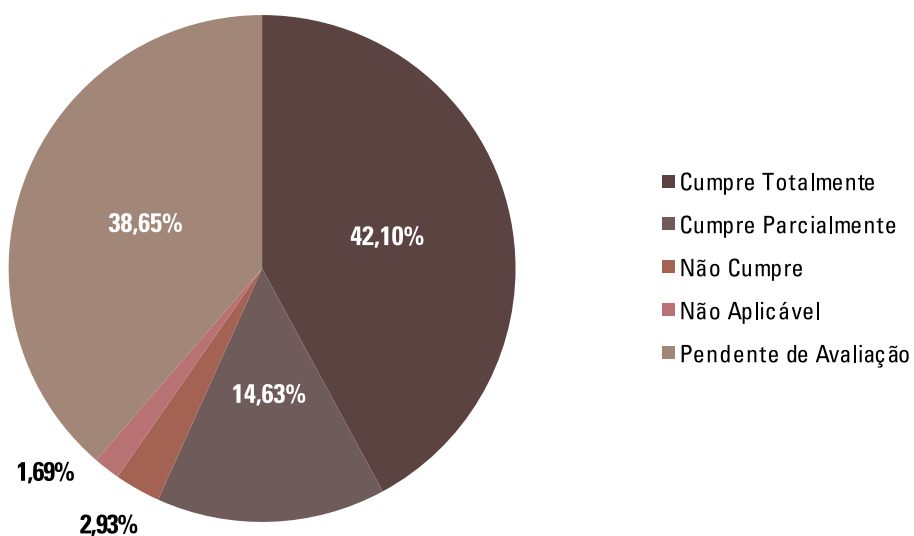
-	Em fase de análise	O restante das IFs ainda está em fase de inspecção <i>on-site</i>
Verifica-se que a maior parte das Instituições inspeccionadas em 2016 se encontra num nível Bom de implementação dos requisitos de prevenção ao BC/FT e que ainda há uma quantidade elevada de Instituições Financeiras que devem empenhar-se para cumprir com a regulamentação em vigor.		

(ii) Actividades de supervisão off-site

Ano	Descrição das actividades desenvolvidas
2016	<ul style="list-style-type: none">• Análise do Capítulo de Prevenção de BC/FT do Relatório de GC/SCI de 27 IFs não bancárias e 27 IFs bancárias;• Análise do Questionário de Auto-Avaliação de 25 IFs bancárias e 36 IFs não bancárias;• Envio do Relatório de RCBs (nota de rodapé às IFs bancárias);• Envio de estatísticas de prevenção ao BC/FT à UIF;• Envio do Questionário do ESAAMLG (nota de rodapé sobre RCBs).

Como resultado das acções de supervisão off-site , temos o seguinte:

Gráfico 18: Nível de Cumprimento de Requisitos de prevenção ao BC/FT do Relatório de GC/SCI de IFs bancárias



Fonte: BNA

Assim, verifica-se que as instituições financeiras cumprem com cerca de 42,1% dos requisitos de prevenção ao BC/FT adjacentes aos processos, políticas e procedimentos internos. Porém, cerca de 38,7% dos requisitos carecem de averiguação *in loco* para se confirmar a sua implementação efectiva.

11.2. Comunicação com o SFA

Em 2016, no âmbito da prevenção do BC/FT, o BNA realizou as seguintes actividades de disseminação da informação ao SFA.

¹¹ Análises do Capítulo de prevenção ao BC/FT do Relatório de GC/SCI de 2015 de 27 IFs bancárias.

Actividades	Descrição
Workshops	<ul style="list-style-type: none"> Realização em 2016 de um workshop, em parceria com o FMI, sobre Relações de Correspondência Bancária em Angola em Novembro.
Seminários	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Seminário de Prevenção ao BC/FT em Junho, no qual foi abordada a importância da abordagem baseada no risco, onde foram convidadas 3 IFs para partilharem as experiências nos temas da implementação da abordagem baseada no risco e os aplicativos informáticos de suporte. Por fim, foram também apresentados os resultados da supervisão até a data. Elaboração de Seminário de Prevenção ao BC/FT em Julho, no qual foi abordado os progressos do BNA na prevenção ao BC/FT, a importância do investimento na área de prevenção ao BC/FT, bem como as deficiências detectadas nas inspecções realizadas entre Novembro de 2015 e Abril de 2016. Elaboração de Seminário de Prevenção ao BC/FT em Novembro de 2016, com a participação da UIF, sobre prevenção do BC/FT e a sua relação/ impacto nas Relações de Correspondência, bem como as acções do BNA no âmbito da prevenção do BC/FT.
Formação	<ul style="list-style-type: none"> Participação em Seminário nas Ilhas Maurícias em Maio de 2016 sobre o Desafio da Supervisão Baseada no Risco; Participação em Seminário em Novembro de 2016 sobre Correspondência Bancária em Cape Town.

11.3. Cooperação Nacional e Internacional

Em 2016, foram estabelecidos os seguintes protocolos de troca de informação nos processos de supervisão:

Ano	Descrição das actividades desenvolvidas
2016	<ul style="list-style-type: none"> Protocolo estabelecido com a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros com vista à cooperação e troca de informação no âmbito da prevenção do BC/FT. Protocolo entre o BNA e a Comissão do Mercado de Capitais com vista à cooperação e troca de informação no âmbito da prevenção do BC/FT entre os supervisores do SFA.

11.4. Relações de Correspondência Bancária em Angola

No período entre 2013 e 2014, os primeiros sintomas relacionados com as contas nos bancos correspondentes dos bancos do SFA começaram a reflectir-se, resultando num maior rigor exigido aos bancos correspondentes relativamente aos fluxos de transferências e ao conhecimento quer do ordenante, quer do beneficiário, bem como a finalidade das referidas operações, sob pena de aplicação de avultadas multas.

Com efeito, o BNA tem vindo a realizar no Sistema Financeiro Angolano um trabalho profundo, no que toca à emissão e publicação de leis e regulamentos, e comunicação com o SFA sobre o tema, destacando-se:

(i) Regulação

Ano	Descrição das actividades desenvolvidas
Aviso n.º 25/2012, de 14 de Agosto	Estabelece as regras específicas aplicáveis às IFs bancárias que pretendem estender as suas actividades através da contratação de correspondentes bancários.
Directiva n.º 02/DRO/DSI/2015, de 10 de Dezembro	Directiva que publica o Guia sobre a prevenção do BC/FT em relações de correspondência bancária.

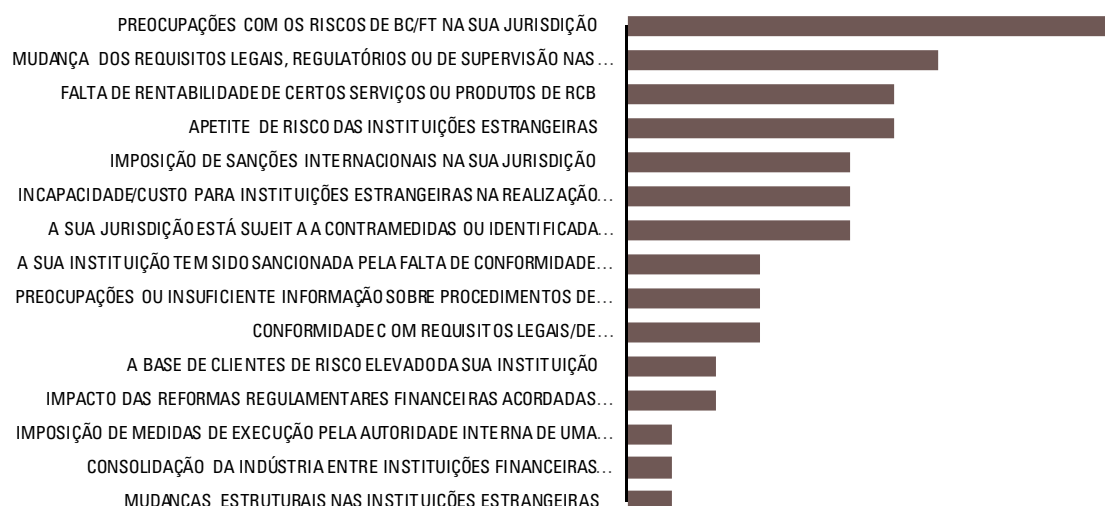
(ii) Actividades de supervisão on-site e off-site

Nas actividades de supervisão elencadas acima, ressalta-se que as Relações de Correspondência Bancária (RCBs) também foram alvo de análise, especialmente no seguinte:

- Inspeções on-site sobre os requisitos de identificação de Diligência dos clientes;
- Envio de Questionários de RCBs do BNA e do ESAAMLG a IFs bancárias.

Como resultado dos questionários acima, verifica-se como maiores causas/factores de encerramento das RCBs, o seguinte:

Gráfico 19: Maiores causas/factores nas decisões das IFs estrangeiras em encerrar ou restringir RCBs



Fonte: BNA

Conforme demonstrado, apesar dos intensos esforços do BNA, a preocupação com os riscos de BC/FT ainda é a maior causa de encerramento/restrrição das RCBs.

Por fim, as RCBs constituem um importante meio para facilitar o movimento transfronteiriço de fundos, permitindo às instituições financeiras o acesso a serviços financeiros em diversas moedas e jurisdições estrangeiras, apoiando as trocas comerciais e os fluxos de remessas internacionais e promovendo a inclusão financeira.

Com efeito, o encerramento de RCBs aos bancos comerciais angolanos associado aos constrangimentos do sector petrolífero durante o ano de 2016, resultaram num impacto negativo, uma vez que os bancos ficaram limitados na execução de pagamentos associados a clientes com contratos internacionais celebrados em moeda estrangeira, em particular do sector extractivo, perda de negócio dos bancos e, consequentemente, a sua rentabilidade, bem como a queda das importações.

¹² ESAAMLG- Grupo de Países da Região Sul e Leste da África contra BC/FT

(iii) Comunicação com Organismos Internacionais e com o SFA

Tendo em conta o impacto da situação da relação dos bancos angolanos com os seus respectivos correspondentes na economia do país, a Administração do BNA efectuou vários encontros, durante o ano de 2016, com entidades Americanas, tais como a Federal Reserve Bank of New York, Departamento do Tesouro Americano, Departamento de Estado, Departamento da Justiça, e a Câmara do Comércio dos Estados Unidos – Angola, entidades europeias, representantes dos principais Correspondentes Bancários Internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de modo a melhor compreender e poder encontrar uma solução para este problema.

Com efeito, ficou em aberto a possibilidade de se manter relações com as autoridades americanas, incluindo o suporte de assistência técnica em matéria de supervisão prudencial e combate ao BC/FT.

11.5. Governação Corporativa e sistema de controlo interno

No âmbito de Governação Corporativa (GC) em 2016, de um modo global, os resultados são melhores do que os obtidos em 2015, com níveis de incumprimento e de cumprimento parcial bastante melhorados.

Nesse âmbito, ainda existem temas que devem ser implementados com maior rigor pelas IFs, nomeadamente, Comité de Gestão do Risco, Comité de Controlo Interno e Segregação de Funções.

No que respeita ao Sistema de Controlo Interno (SCI), constata-se que, em 2016, os resultados de cumprimento de requisitos foram globalmente melhores do que os do SFA em 2015, com uma maior incidência de requisitos cumpridos na totalidade e uma menor representatividade de requisitos cumpridos parcialmente e em situação de incumprimento. No mesmo sentido de GC, o SCI ainda inclui temas que devem ser melhor desenvolvidos, relacionados nomeadamente com o Sistema de gestão do Risco e Monitorização do Sistema de Controlo Interno.



PARTE IV – ACTIVIDADES RELEVANTES



BNA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

12. Actividades do Banco Nacional de Angola

12.1. Comités Colegiais

O Banco Nacional de Angola, segundo a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho, tem como principais funções assegurar a preservação do valor da moeda nacional e participar na definição das políticas monetária, financeira e cambial.

Neste âmbito, compete ao Banco Nacional de Angola a execução, acompanhamento e controlo das políticas monetárias, cambial e de crédito, a gestão do sistema de pagamentos e administração do meio circulante no âmbito da política económica do País.

Por forma a estabelecer directrizes para a implementação das suas principais atribuições, o Banco Nacional de Angola instituiu três comités colegiais, nomeadamente o Comité de Política Monetária, o Comité de Estabilidade Financeira e o Comité de Investimentos.

12.1.1. Comité de Política Monetária

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola tem como objectivo definir o curso da Política Monetária e estabelecer a Taxa Básica de Juros – a Taxa BNA – bem como as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e de absorção de liquidez.

O Comité é constituído pelo Governador do Banco Nacional de Angola, que o preside, pelos Vice-Governadores e pelos Administradores do BNA. Como convidados às reuniões de periodicidade mensal do CPM constam também os Directores dos Departamentos de Estudos Económicos (que exerce a função de secretariado), de Mercados de Activos e de Estatística do Banco Nacional de Angola¹³.

Ao longo do ano de 2016, o CPM acompanhou a evolução da conjuntura económica quer a nível nacional quer a nível internacional, com base na qual tomou decisões no âmbito das suas funções. A evolução da taxa de inflação que, em termos homólogos, apresentou uma tendência marcadamente crescente ao longo do ano, foi um dos indicadores que justificou a tomada de decisão no sentido de aumento das taxas de juro directoras ao longo do exercício.

12.1.2. Comité de Estabilidade Financeira

De acordo com o Despacho de 08 de Maio de 2012, o BNA criou o Comité de Estabilidade Financeira (COMEF), um órgão de consulta do Conselho de Administração no domínio da estabilidade financeira, apoiando na definição de directrizes e estratégias para a mitigação do risco sistémico, assim como na adopção de políticas macro-prudenciais em articulação com as demais entidades de supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Compete ao COMEF, por um lado, definir os mecanismos de prevenção e os planos de contingência para a solução de crises financeiras e, por outro, avaliar a execução macroeconómica e o comportamento das principais variáveis que possam afectar a estabilidade financeira, incluindo a situação do sistema financeiro mundial na perspectiva do risco sistémico e probabilidade de contágio a nível doméstico. Para o efeito, é analisado e avaliado o comportamento dos principais indicadores de crescimento, rentabilidade, liquidez e solvência do sistema financeiro angolano, propondo políticas que promovam a sua solidez e eficiência.

Este Comité é presidido pelo Governador do BNA e integra os demais membros do Conselho de Administração, membros do corpo directivo do BNA cujas matérias têm relação com a estabilidade financeira, podendo ainda participar outras

¹³ São também convidados, sem direito à palavra, os Directores dos Departamentos de Supervisão Prudencial, Gestão de Reservas, Desenvolvimento Organizacional e Gabinete Jurídico.

entidades Reguladoras do Sistema Financeiro e individualidades convidadas. O COMEF reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente.

No ano de 2016, foram realizadas quatro reuniões trimestrais, nas quais foram analisadas as vulnerabilidades do sistema financeiro angolano e as acções implementadas para a mitigação dos diferentes riscos que promovem a instabilidade financeira, ao nível da conjuntura macroeconómica, sector externo, mercado monetário, sistema de pagamentos e sistema financeiro, destacando-se:

- 1) O acompanhamento dos requisitos de Branqueamento de Capital e Financiamento ao Terrorismo no sistema financeiro;
- 2) Monitorização do nível de cumprimento dos requisitos do normativo de governação corporativa e sistemas de controlo interno;
- 3) Acompanhamento do projecto de adequação plena das Normas Internacionais de Contabilidade /Normas Internacional de Relato Financeiro (IAS/IFRS) por parte das Instituições Financeiras bancárias;
- 4) Apresentação e análise dos resultados do programa de avaliação da qualidade dos activos – AQA.

12.1.3. Comité de Investimento

O Comité de Investimento, enquanto colégio de apoio ao Conselho de Administração na definição da política de investimento, análise da execução dos investimentos, aprovação das directrizes e estratégias de investimento dos recursos das reservas internacionais brutas, sob gestão do Banco Nacional de Angola, realizou ordinariamente as 18ª e 19ª sessões, cujas deliberações de alcance focaram sobre:

- 1) A aprovação da estratégia de investimentos para 2016 virada para os três pilares fundamentais dos objectivos da gestão das reservas designadamente: i) a Segurança, mediante investimentos em activos, mercados e contrapartes seguros, de modo a salvaguardar a preservação do capital; ii) a Liquidez, cujo enfoque foi a aposta em activos com baixo risco de crédito e com elevada procura pelo mercado; e iii) o Retorno, objectivando a consecução de rentabilidade, no mercado interbancário internacional, de forma a mitigar o custo de oportunidade;
- 2) A identificação de fontes de financiamento das necessidades da Balança de Pagamentos que não impactassem sobre o volume das reservas internacionais brutas, designadamente as Operações de reverse repo;
- 3) A optimização da utilização das sociedades gestoras de activos (Gestores Externos), existentes na carteira, adequando as directrizes ajustadas ao actual contexto nacional, dotando a carteira de liquidez necessária para fazer face a um maior débito das reservas internacionais.

12.2. Organização e Gestão de Recursos

12.2.1. Desenvolvimento Organizacional

Em 2016, foram realizadas sessões de alinhamento com todas as unidades de estrutura e os respectivos Administradores de Pelouros com vista à elaboração da proposta do Plano Estratégico para o ciclo 2017 – 2022, tendo sido considerados os seguintes desafios:

- **Domínio da Política Monetária e Cambial**

- 1) Reforçar as normas e boas práticas no domínio da política monetária e cambial;
- 2) Assegurar um nível de reservas internacionais líquidas entre os 6 e os 9 meses de importações;

- **Domínio da Estabilidade do Sistema Financeiro**

- 3) Implementar o plano de adequação do sistema financeiro angolano às normas e boas práticas internacionais;
- 4) Fortalecer a credibilidade do Banco Central enquanto autoridade de regulação e supervisão;
- 5) Eliminar o risco reputacional do Sistema Financeiro Angolano para não ficar à margem do Sistema Financeiro Internacional;
- 6) Reforçar os mecanismos de prevenção e protecção sobre o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- 7) Reestabelecer as relações de correspondência bancária em operações em Dólar norte-americano;
- 8) Contribuir para a estabilidade e consolidação do sistema financeiro através do reforço das normas de Basileia II e III, Compliance, Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno;

- **Domínio do Sistema de Pagamentos**

- 9) Implementar o plano de expansão da infraestrutura tecnológica (TPA e multicaixas) do sistema de pagamentos angolano;
- 10) Implementar os meios electrónicos de pagamento e redução do uso de notas e moedas;
- 11) Generalizar o pagamento de salários através do crédito em conta;
- 12) Alargar e aprofundar a utilização de instrumentos de pagamentos desmaterializados pelo Estado e para pagamentos ao Estado;
- 13) Implementar o Sistema de Débitos Directos;
- 14) Implementar uma solução técnica local que permita a compensação de operações em moeda estrangeira;

- **Domínio do Sistema de Pagamentos**

- 15) Adequar a estrutura organizacional e os objectivos estratégicos, em linha com as boas práticas de Governança corporativa;
- 16) Adequar o Capital Humano às melhores praças internacionais (Inglaterra, Rússia, China e Estados Unidos de América);
- 17) Reforçar a Cultura de Gestão de Risco e Compliance, visando o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno;
- 18) Adequar os Sistemas de Informação de acordo com as boas práticas internacionais;
- 19) Contribuir para a capacitação dos recursos humanos em matérias de Coaching, desenvolvimento humano e prosperidade pessoal.

Não obstante a definição do novo ciclo do plano estratégico, é de referir o desenvolvimento de algumas iniciativas no domínio do desenvolvimento organizacional em linha com os objectivos definidos, das quais importam destacar a concretização das seguintes acções estratégicas:

- **No âmbito da adequação da organização interna - políticas, estrutura e processos - a missão e objectivos estratégicos do BNA**

- 1) Desenvolvimento de Pesquisas de Estruturas Orgânicas e Funcionais que resultaram na institucionalização das seguintes Unidades de Estrutura:
 - Gabinete de Relações Internacionais (GRI);
 - Academia ABC;
 - Departamento de Controlo do Sistema Financeiro (DCS);
 - Departamento de Museu da Moeda (DMM);
 - Gabinete de Gestão de Competências (GGC);
 - Provedoria de Serviços Financeiros (PSF).

- 2) Institucionalização do Programa de Reestruturação Orgânica e Funcional do Banco Nacional de Angola – PROF, ancorado nos seguintes pressupostos:
- Adequação da estrutura orgânica e funcional aos objectivos estratégicos;
 - Actualização das políticas de gestão do capital humano aos padrões internacionais;
 - Adequação do capital humano aos desafios do BNA;
 - Reforçar a cultura de gestão e risco e compliance, visando o fortalecimento do sistema de controlo interno;
 - Adequar os sistemas e as tecnologias informação às necessidades dos produtos e serviços do BNA.
- 3) Revisão e Adequação do Sistema Normativo, bem como actualização e implementação de normas e instrumentos de gestão interna:
- Metodologias de planeamento e gestão estratégica;
 - Metodologia de gestão de projectos;
 - Regulamento para gestão de projectos;
 - Regulamento do encontro de quadros;
 - Modelo de governação da metodologia de gestão de projectos.

• **No domínio da Consolidação e aprofundamento da cultura de gestão do risco e fortalecimento do sistema de controlo interno**

- 1) Consolidação dos processos de gestão de risco suportados em:
- Política, Normas, Processos e Procedimentos de gestão de risco financeiro e não financeiro;
 - Matrizes de risco das U.E. e do Perfil de Risco do BNA;
 - Normas de registo de incidentes.

• **No domínio da adequação de soluções tecnológicas às necessidades do BNA**

- 1) Implementação da Política de Backup e Retenção de Dados que visou:
- Dotar o BNA de ferramentas corporativas para suportarem o processo de cópias de segurança, o restauro e a recuperação de dados em caso de falha na infra-estrutura tecnológica;
 - Implementar mecanismos de alta disponibilidade, com redundância do processo de realização de backups, sites Principal e Secundário, que garantam a protecção e recuperação dos dados dentro dos prazos estabelecidos nos acordos de níveis de serviço.
- 2) Adequação do PIF às IFRS que visou:
- Evolução do Sistema de Supervisão das Instituições Financeira - SSIF com a implementação de funcionalidades para:
 - i. adopção plena IAS/IFRS;
 - ii. pacote de Fundos Próprios Regulamentares e Governação de Risco;
 - iii. Modelo de Avaliação de Instituições Financeiras,
 - iv. formação em BI e apoio funcional ao DSI;

- Evolução da central de Riscos de Crédito - CIRC prevendo funcionalidades para:
 - i. devolução da informação agregada às IF's;
 - ii. alteração à estrutura do ficheiro "XML" enviado pelas IF;
 - iii. criação e utilização de repositório de dados para BI (bilhetes de identidade) e validação de NIF (número de identificação fiscal);
 - iv. criação do módulo de Gestão de Multas e, v) Criação de acesso à CIRC para os clientes bancários.

3) Implementação o Portal do Trabalhador (ESS/MSS), que visou a:

- Parametrização do módulo de Recursos Humanos, (SAP-RH), de funcionalidades relacionadas com o Portal do Colaborador e disponibiliza-las sob forma de serviços no Portal Corporativo, assegurando a funcionalidade dos seguintes serviços:
 - i. redução de custos operacionais, licenças e manutenção com eliminação de um subsistema de intermediação – Gestão documental;
 - ii. melhorias no planeamento das tarefas e controlo actividades dos trabalhadores;
 - iii. optimização dos processos de controlo de efectividade, produtividade e avaliação de desempenho;
 - iv. melhorias no acesso à informação, nomeadamente nos planos de formação e de férias, nos pacotes de benefícios da organização.

• **No domínio da modernização da Infra-estrutura tecnológica.**

1) Transferência do CPD Primário do BNA/ Adequar as comunicações do CPD na EMIS que visou:

- Dotar o BNA de ferramentas corporativas para suportarem o processo de cópias de segurança, o restauro e a recuperação de dados em caso de falha na infra-estrutura tecnológica;
- Implementar mecanismos de alta disponibilidade, com redundância do processo de realização de backups, sites Principal e Secundário, que garantam a protecção e recuperação dos dados dentro dos prazos estabelecidos nos acordos de níveis de serviço.

• **No domínio da modernização das Infraestruturas físicas.**

- 1) Remodelação do edifício sede, contemplando uma reestruturação profunda e faseada de todas infra-estruturas de especialidade (rede de dados e voz, electricidade, segurança entre outras), mantendo a traça arquitectónica interior em áreas comuns de circulação, a melhoria das condições de habitabilidade e a adaptação dos espaços de trabalho.
- 2) A remodelação dos edifícios das representações regionais efectivas e futuras do Banco, que inclui a ampliação das respectivas Casas Fortes, a construção, modernização dos equipamentos das Salas de Recontagem e áreas afins, de acordo com requisitos que garantem maior segurança, fiabilidade e celeridade ao processo de recontagem.

A monitorização e controlo da carteira de projectos e programas do BNA é um processo transversal que abrange todos os âmbitos de actuação da Instituição, nomeadamente, Política Monetária e Cambial, Regulação e Supervisão das Instituições Financeiras, Gestão do Meio Circulante e dos Sistemas de Pagamentos, Governação Corporativa e Transparência Institucional, e Infra-estrutura Física e Tecnológica, e tem alcance e repercussão em termos de processos, sistemas de informação, pessoas e infraestruturas físicas e tecnológicas. Neste sentido, o ano em análise foi marcado pelo início de 17 projectos e pela conclusão de 10, nomeadamente:

10. Novos Projectos:

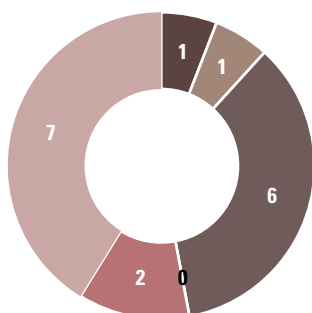
- Programa de Reestruturação Orgânica e Funcional – PROF – BNA;
- Projecto de Reestruturação do DCC;
- Projecto de Reestruturação do DEE;
- Projecto de Reestruturação do DES;
- Projecto de Reestruturação do DMA;
- Projecto de Reestruturação do DOB;
- Desenvolvimento do Novo Portal do Consumidor;
- Implementação do sistema de Gestão de Operações Cambiais de Angola;
- Implementação das salas de mercados para DGR e DMA;
- Implementação do Centro de Processamento de Dados nas instalações do BNA no Moxico e Cuando Cubango;
- Extensão do edifício Sede do BNA (EXCONFABRIL);
- Reabilitação da Creche do BNA;
- Reabilitação do edifício L2;
- Construção do edifício UIF;
- Reabilitação e ampliação do edifício da Delegação Regional (Huíla);
- Construção do Cash- Center;
- Requalificação do Mesanino.

11. Projectos Concluídos:

- Implementação da política de backup e retenção de dados;
- Transferência do CPD primário do BNA e adequação das comunicações do CPD na EMIS;
- Implementação dos dispositivos Cloud Control na plataforma nas Base de Dados Oracle;
- Adequação do Portal da Instituições Financeiras – PIF às IFRS;
- Implementação do módulo ESS/MSS da SAP – Portal do trabalhador;
- Capacitação em fotografias, gestão e catalogação de acervo fotográfico;
- Reabilitação do economato do BNA;
- Projecto Restauro BNA-SEDE – Conclusão do Piso 2 ALA NORTE (DES, GDO, DRI, GCI);
- Museu da Moeda;
- Reabilitação da Delegação Regional do Moxico.

Painel 25: Gestão da Carteira de projectos em 2016

Projectos Novos

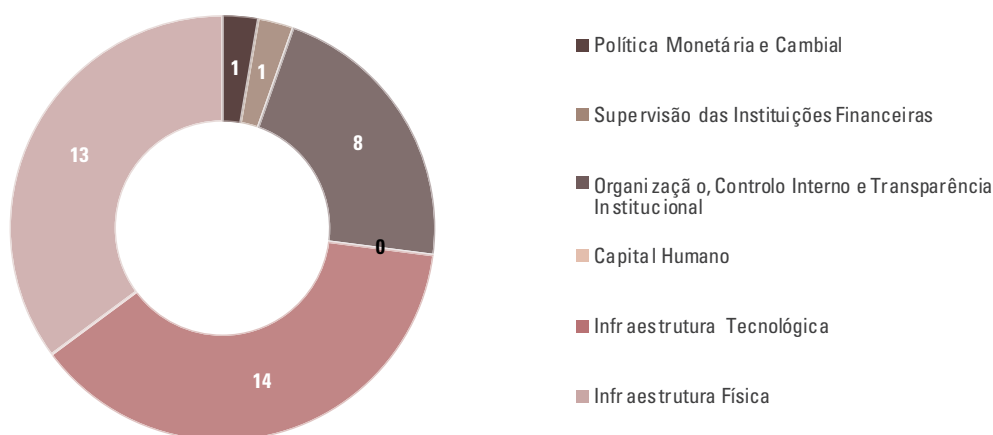


Projectos Concluídos



No cômputo geral, o portfólio do BNA passou a integrar 37 projectos, na sua grande maioria relacionados com infraestruturas físicas e tecnológicas.

Gráfico 20: Projectos em Curso



Fonte: BNA

No âmbito da actividade normativa e de normalização¹⁴, foram emitidos e normalizados um total de 168 documentos de comunicação interna e externa, sendo 14 Avisos, 28 Instrutivos e 126 despachos, distribuídos conforme tabela abaixo.

Quadro 14: Documentos Normativos emitidos ao longo de 2016

Ano	Despachos					Avisos		Instrutivos	
	Organização	Nomeações	Fim de Comissão de Serviço	Projectos	Circulação Monetária	Política Monetária e Cambial	Sistemas de Pagamentos	Política Monetária e Cambial	Sistemas de Pagamentos
2016	28	63	28	3	4	14	0	26	2
Total	126					14		20	

Fonte: BNA

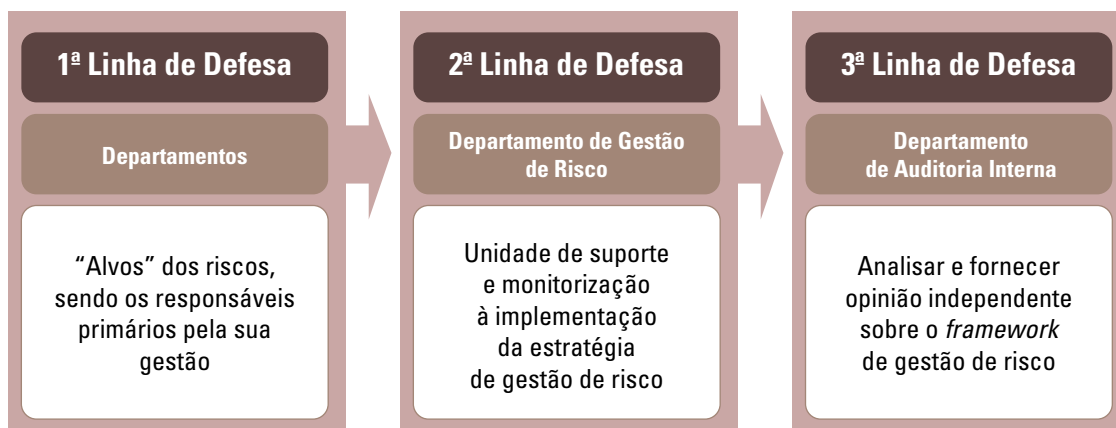
12.2.2. Gestão de Risco

O Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola (BNA) é responsável por assegurar a existência de um quadro efectivo de gestão de risco que seja capaz de mitigar os riscos financeiros e não financeiros decorrentes da sua actividade. Os riscos financeiros são, em grande parte, resultantes da carteira de investimento e das operações de concessão de liquidez, enquanto os riscos não financeiros incluem, entre outros, o risco operacional, compliance e a gestão de continuidade de negócio.

O BNA utiliza um modelo que constitui três linhas de defesa para a segregação das funções relacionadas com a gestão de risco.

¹³ Os detalhes dos documentos normalizados, no âmbito da consolidação e adequação do sistema normativo interno e do sistema financeiro, encontram-se disponíveis para consulta no Anexo 2.

Figura 1: Modelo das Três Linhas de Defesa



Durante o ano de 2016, o Departamento de Gestão de Risco deu sequência ao processo de implementação das funções de gestão de risco, com destaque ao Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio, visando o cumprimento do objectivo estratégico definido pelo Conselho de Administração do BNA respeitante a “Implementar a reestruturação orgânica e funcional do BNA, para fortalecer a governação corporativa e o sistema de controlo interno” e a linha de orientação estratégica “Consolidação e aprofundamento da cultura de gestão de risco e robustecimento do sistema de controlo interno”.

O BNA, tendo consciência das suas responsabilidades e da importância da sua actividade para economia nacional, assumiu esse compromisso e deu início à implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio, tendo como referência a norma ISO 22301, que visa:

- Assegurar o bem-estar e a segurança dos colaboradores;
- Proteger a reputação e imagem de solidez e confiança do BNA, assegurando a continuidade das funções críticas para a sua missão, cumprindo as expectativas do Estado, das entidades do Sistema Financeiro Nacional e Internacional;
- Cumprir com as obrigações legais, regulamentares e contratuais;
- Integrar a Gestão da Continuidade do Negócio (GCN) na cultura e nos processos de gestão corporativa do BNA, em linha com a sua estratégia de gestão do risco operacional.

12.2.3. Recursos Humanos

No âmbito do objectivo estratégico voltado para o desenvolvimento do capital humano, importa destacar as seguintes realizações em 2016:

- 1) A operacionalização do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do BNA, sob gestão de uma seguradora;
- 2) A continuidade das iniciativas de desenvolvimento e valorização contínua das competências dos trabalhadores, através da formação de curto prazo (seminários) e médio prazo (mestrados no país e no exterior, em diversas especialidades e universidades de referência). Além da formação técnico-profissional, o BNA continuou a apostar na aprendizagem da língua inglesa dos técnicos e gestores intermédios;
- 3) A implementação de projectos ligados à promoção social, prevenção, saúde e bem-estar dos trabalhadores;
- 4) O desenvolvimento do projecto ESS MSS, com vista à criação do Portal do RH, que tem como objectivo a descentralização da função RH, permitindo um maior envolvimento dos colaboradores nas actividades da responsabilidade do DRH, referentes à actualização de cadastro, gestão de tempos (efectividade), gestão da formação, entre outras funcionalidades;

- 5) A implementação da pré-reforma, com objectivo de garantir maior racionalização de recursos humanos disponíveis, tendo tido uma adesão de 2,0% dos trabalhadores;
- 6) O aumento de número de trabalhadores na ordem dos 9,0%, por via da criação de novas unidades de estrutura (Museu da Moeda, Academia, Provedoria do Consumidor, Gabinete de Intercâmbio e Relações Institucionais, Gabinete de Gestão de Competências e Departamento de Controlo do Sistema Financeiro);
- 7) O aumento de técnicos com formação superior (Licenciados, Mestres) em cerca de 3,0%, sendo que, dos 581 existentes actualmente, 490 detêm o grau académico de Licenciado e 91 o grau académico de Mestre. Ainda assim, este quadro leva a alguma reflexão, se considerarmos que aproximadamente 2/3 da população tem formação académica abaixo da Licenciatura;
- 8) Um esforço maior em busca do equilíbrio do género, e considerando que a diferença entre os colaboradores masculinos e femininos é de 1,8%, com predominância para o sexo masculino.

12.2.4. Centro de Desenvolvimento de Competências

No âmbito da sua missão e de acordo ao Plano Estratégico 2016-2017, ao longo do ano de 2016, esta unidade de estrutura desenvolveu um conjunto de actividades, destacando-se as seguintes:

- 1) Treze acções de formação, com uma participação de 130 formandos;
- 2) Criação e desenvolvimento de um programa de workshops, dos quais dois desenvolvidos em Luanda e quatro nas instalações do CDC em Benguela, tendo estes últimos contados com a participação de gestores do BNA e representantes dos bancos comerciais locais da província de Benguela. O referido programa contou com 110 participantes;
- 3) Realização de três palestras sobre o tema: “O Centro de Desenvolvimento de Competências (CDC) do BNA e sua missão”, nas Delegações Regionais de Cabinda, Huambo e Huíla, nas quais estiveram presentes trabalhadores das referidas delegações e convidados dos bancos comerciais das províncias;
- 4) Realização de seminário sobre Literacia Financeira, programa conjunto do BNA (DEF e CDC) e do Ministério da Educação, que contou com a presença de 55 participantes.

12.2.5. Tecnologias de Informação

Na vertente das tecnologias de informação e comunicação, os esforços estiveram focados na modernização, segurança e controlo da infra-estrutura de processamento e armazenamento de dados do BNA, bem como na melhoria do seu nível de disponibilidade e operacionalidade para atender a procura dos diversos processos de negócio, nomeadamente:

- 1) Implementação de mecanismos de alta disponibilidade e redundância no processo de protecção e recuperação de dados em caso de incidentes graves que poderão afectar a infraestrutura do BNA, com base em normas e padrões internacionalmente aceites;
- 2) Implementação e centralização das ferramentas de monitorização automática da infra-estrutura tecnológica, voltada à prevenção de incidentes ou falhas e mitigação dos riscos de paragem ou fraco desempenho dos sistemas.

Destaca-se ainda a actividade relacionada com o desenvolvimento da nova versão do SSIF (Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras), como suporte tecnológico na adopção das normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro, nomeadamente, as IAS (International Accounting Standards) e as IFRS (International Financial Reporting Standards) para o mercado financeiro angolano.

Igualmente, no âmbito da cooperação com os Bancos Centrais da CPLP e da SADC, o BNA participou em distintos fóruns de Sistemas e Tecnologias de informação, para a abordagem dos temas actuais nesse domínio, com destaque para a ciber segurança, governação de Tecnologias de Informação (TI) e planos de continuidade de negócio, cujo tratamento relativo às suas distintas vertentes insere-se nos projectos em curso e implementação de ferramentas específicas.

12.2.6. Gestão de Património e Serviços

Ao longo do ano de 2016, dando continuidade ao cumprimento do Plano Estratégico da Instituição e tendo em conta a Linha de orientação estratégica “Modernização das infra-estruturas físicas” foram levadas a cabo várias obras de reabilitação de edifícios adstritos ao património do BNA, bem como a adequação e modernização de edifícios no âmbito do processo de automatização do sistema de recontagem e casas fortes e estudos de impacto ambiental no âmbito do controlo dos níveis de poluição dos projectos de edificação.

São enumeradas abaixo as obras e projectos com maior impacto:

- 1) **Reabilitação do Edifício Sede** – A obra está a ser realizada por fases, estando neste momento 80% dos trabalhos concluídos, com objectivo principal de modernização e adequação da estrutura do Banco Nacional de Angola de modo a garantir melhores condições de trabalho.
- 2) **Construção do Museu da Moeda** – Obra concluída e inaugurada a 06 de Maio de 2016, com um impacto de muita relevância, e que permite dar a conhecer a história da moeda nacional, factores influentes no seu desenvolvimento e vantagens actuais na valorização da mesma.
- 3) **Reabilitação do Edifício da Delegação Regional do Huambo** – Obra em curso, tendo-se concluído 64% dos trabalhos, visando a modernização das infraestruturas do Banco Nacional de Angola.
- 4) **Reabilitação das Instalações do BNA no Cuando Cubango - Menongue** – Obra em curso, com 88% dos trabalhos concluídos.
- 5) **Reabilitação da Delegação Regional do BNA em Moxico - Luena** – Obra em curso, contando com 80% dos trabalhos concluídos.
- 6) **Ampliação e Alteração do Edifício da Delegação e Residência de Função de Cabinda** – Obra em curso, com 11% dos trabalhos concluídos.

12.2.7. Relações Internacionais

Durante o ano de 2016, o BNA participou em várias actividades promovidas pelos distintos organismos regionais e internacionais dos quais é membro, bem como por instituições congéneres ou similares com as quais mantém relações de cooperação bilateral, sendo de destacar as actividades constantes do quadro 3 dos Anexos do presente relatório.

12.2.8. Comunicação Institucional

O Gabinete de Comunicação Institucional tem por função prestar assessoria no domínio da comunicação institucional, assegurando a gestão da comunicação interna e externa de acordo com as linhas de orientação estratégica de comunicação aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco.

Neste sentido, no decurso de 2016, o GCI propôs, geriu e assegurou a implementação do Plano Anual de Comunicação que incluiu um conjunto de actividades relevantes, tendo em consideração o contexto de profundas reformas estruturais, com a finalidade de sublinhar a missão do Banco Nacional de Angola, enquanto autoridade monetária, cambial de regulação e de supervisão.

Destacaram-se, entre tais actividades, a preparação e divulgação da apresentação do plano de adequação às boas

práticas internacionais aos fazedores de opinião, tais como bancos comerciais, associações empresarias, a nível nacional, bem como a outros bancos centrais, associações bancárias e actores do sistema financeiro de Itália, África do Sul, Inglaterra e EUA, a nível internacional, visando o estabelecimento e manutenção de relações institucionais.

De forma a manter a sociedade devidamente informada sobre os desafios e funções do Banco Central, O GCI realizou em estreita colaboração com as diferentes unidades de estrutura do BNA, um leque de actividades externas destacando-se (i) a divulgação da campanha de comunicação sobre o programa “ABC de Educação Financeira”, (ii) palestras sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento ao Terrorismo, (iii) o seminário sobre Política Monetária e Cambial, (iv) o IV Fórum de Inclusão Financeira, (v) a Mesa redonda sobre Relações de Correspondência Bancária e sobre Ética e o bem comum no Sistema Financeiro, e (vi) palestras sobre Liderança e Alta Performance.

No que tange a responsabilidade social interna, deu-se início a uma campanha de doações (Coração Solidário), com a realização do almoço alusivo ao 40º aniversário da instituição, para o qual os trabalhadores contribuíram com ofertas, tendo sido arrecadados alimentos não perecíveis (arroz, massa alimentar, óleo vegetal, feijão, farinha de trigo, entre outros alimentos) destinados aos pacientes de hospitais.

Acresce-se ao resumo de actividades realizadas, a divulgação de comunicados e notas de imprensa ao Sistema Financeiro e público em geral, bem como a publicação dos normativos e relatórios na página electrónica da instituição



PARTE V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BNA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

1. Introdução

O Banco Nacional de Angola (BNA) é o Banco Central de Angola por lei está mandatado para promover o bem-estar económico e financeiro de Angola. O BNA está comprometido em manter os Angolanos informados sobre as suas políticas, operações e actividades.

De acordo com o previsto no artigo 86.º da Lei nº. 16/10 de 15 de Julho, são apresentadas as Demonstrações Financeiras do Banco Nacional de Angola (adiante designado por “BNA” ou “Banco”), relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa das operações em moeda estrangeira e as respectivas Notas anexas às Contas, aprovadas pelo Conselho de Administração numa sessão realizada a 13 de Julho de 2017.

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, em conformidade com os procedimentos e Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro, foram definidas como um objectivo do BNA, reflectindo o sentido da trajectória seguida pelo seu Conselho de Administração, tendo em vista a modernização do Modelo de Governação e de Gestão. Este objectivo consubstanciou-se na adopção parcial das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) como referencial contabilístico para a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Kwanzas.

Performance Orçamental

O orçamento do exercício económico de 2016 prevê um superavit de Kz 82.268.132 Mil. Todavia, o orçamento realizado até 31 de Dezembro de 2016 ascende a Kz 259.114.002 Mil, o que reflectiu um grau de execução de 315,0% face ao estimado. Assim, o resultado orçamental acumulado até ao período é explicado essencialmente pelos ganhos cambiais, juros e rendimentos similares e ganhos em operações financeiras, os quais representam cerca de 53,1%, 25,2% e 19,1% das receitas do Banco, respectivamente.

Quadro 15: Síntese do Balanço Orçamental

	Orçamento de 2016				
	Anual	Realizado até Dezembro	Grau de execução	Desvio	Realização homóloga
Receitas	180 965 460	418 743 104	231,4%	237 777 644	204 959 809
Despesas	(98 697 328)	(159 629 102)	161,7%	60 931 116	(130 973 209)
Despesas operacionais e financeiras	(27 480 542)	(111 080 192)	404,2%	83 599 650	(57 348 499)
Despesas administrativas	(52 802 139)	(40 653 264)	77,0%	(12 149 533)	(66 964 301)
Despesas de investimento	(18 414 647)	(7 895 646)	42,9%	(10 519 001)	(6 660 409)
Superavit/(Deficit)	82 268 132	259 114 002	315,0%	176 846 528	73 986 600

Fonte: BNA

Face ao orçamento aprovado foi possível apurar que, em linhas gerais, a execução das receitas encontra-se muito acima do estimado, com especial destaque para: (1) Ganhos cambiais, decorrentes da actualização da metodologia de apuramento das valias cambiais efectivas e a desvalorização cambial no período (5,0% de estimativa face aos 23,0% realizados até 31 de Dezembro). Este incremento é resultante ainda do facto de as valias cambiais de Outubro

terem sido registadas juntamente com o mês de Novembro de 2016; (2) Juros e rendimentos similares, resultantes das aplicações em instituições de crédito, dos descontos, dos juros de activos financeiros disponíveis para venda, investimentos detidos até a maturidade e facilidades permanentes de cedência de liquidez e; (3) Dos ganhos em operações financeiras, resultantes da distribuição de dividendos das aplicações geridas por entidades externas e dos proveitos provenientes dos investimentos sem compromisso futuro de capital.

Principais mutações na composição do Balanço

Quadro 16: Posição Financeira

Valores em milhares de KZ	2016	2015	Variação	
			Montante	%
ACTIVO	6.039.562.260	4.074.424.758	1.965.137.502	48%
Ouro	112.872.696	85.106.242	27.766.454	33%
Activos sobre o exterior	4.249.752.165	3.422.880.887	826.871.278	24%
Activos internos	1.603.004.474	464.628.948	1.138.375.526	245%
Activos tangíveis e intangíveis	37.174.512	31.727.460	5.447.052	17%
Outros valores activos	36.758.413	70.081.221	(33.322.808)	-48%
PASSIVO	5.183.092.585	3.452.173.548	1.730.919.037	50%
Notas e moedas em circulação	506.005.614	519.587.896	(13.582.282)	-3%
Reservas bancárias	1.663.200.343	1.111.718.421	551.481.922	50%
Mercado monetário interbancário	69.092.160	43.914.129	25.178.031	57%
Conta Única do Tesouro	1.674.192.946	1.380.718.438	293.474.508	21%
Outras responsabilidades internas	317.784.824	222.105.792	95.679.032	0%
Outras responsabilidades extenas	826.779.948	103.081.220	723.698.728	702%
Outros valores passivos	126.036.750	71.047.652	54.989.098	77%
CAPITAIS PRÓPRIOS	856.469.675	622.251.210	234.218.465	38%

Fonte: BNA

Em 31 de Dezembro de 2016, o Activo do Banco apresenta um saldo de Kz 6.039.562.260 Mil, traduzindo um acréscimo de Kz 1.965.137.502 Mil comparativamente a 31 de Dezembro de 2015. Esta variação de 48,0% deve-se, essencialmente, à reavaliação cambial dos investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira, decorrente da desvalorização de 18,0% do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos, sendo igualmente explicada pelos seguintes factores:

- Aumento de Kz 27.766.454 Mil do “Ouro” (33,0%), explicado pela desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos e pela valorização em cerca de 8,2% da cotação de mercado do Ouro de 1.060,8 USD em 31 de Dezembro de 2015 para 1.147,5 USD em 31 de Dezembro de 2016;
- Aumento de 24,0% dos “Activos sobre o exterior”, explicado, essencialmente, pelo aumento em Kz 367.640.549 Mil das aplicações em instituições de crédito e pelo aumento em Kz 239.426.678 Mil dos activos financeiros disponíveis para venda;
- Aumento de 245,0% dos “Activos internos” associado, essencialmente, ao registo de Títulos em moeda nacional, Títulos em moeda estrangeira e Contractos de financiamento, todos estes afectos ao cumprimento de Reservas Obrigatórias, nos montantes de Kz 394.258.467 Mil, Kz 243.303.193 Mil e Kz 15.378.928 Mil, respectivamente, em linha com a decisão de política monetária que resultou no Instrutivo nº 2 e 4/2016.

Por outro lado, o Passivo do Banco apresenta um saldo de Kz 5.183.092.585 Mil que se traduz num acréscimo de Kz 1.730.919.037 Mil (50,0%), face a 31 de Dezembro de 2015, sendo justificado maioritariamente pelas Reservas Bancárias dos bancos comerciais e os valores à guarda da CUT. As principais variações no Passivo são explicadas pelos seguintes factos:

- Aumento de 50,0% das Reservas Bancárias, decorrido, sobretudo, pela contabilização das Obrigações do Tesouro e Contractos de financiamento entregues pelos bancos comerciais para cumprimento de Reservas Obrigatórias em MN e ME, em linha com a decisão da política monetária que resultou no instrutivo nº 2 e 4/2016;
- Aumento de 57,0% do MMI, decorrente do aumento de aplicações junto do BNA por parte dos bancos comerciais devido à entrada no mercado de um novo instrumento (aplicações de curto prazo – FAL7) substituindo as facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez overnight;
- Aumento de Kz 293.474.508 Mil do saldo da CUT (21,0%), explicada, substancialmente, pelo efeito da actualização cambial das posições em ME, tendo este efeito sido parcialmente compensado pela redução destas posições decorrente dos pagamentos efectuados em nome do Tesouro e pelo aumento significativo de Kz 104.767.633 Mil em MN, essencialmente justificado pelo financiamento concedido pelo BNA de Kz 190.000.000 Mil;
- Aumento de 702,0% das “Outras responsabilidades externas”, explicado maioritariamente pelo aumento de Kz 583.495.588 Mil de financiamentos obtidos por entidades externas em operações de venda com acordo de recompra colateralizados por títulos da carteira própria (REPO);
- Aumento de 77,0% dos “Outros valores passivos”, no montante de Kz 54.989.098 Mil, resultante, essencialmente, pelo registo das “Responsabilidades o fundo habitacional” no montante total de Kz 28.767.580 Mil e do adiantamento referente à constituição do Banco da China no montante de Kz 8.399.907.405 Mil.

Já os Capitais próprios aumentaram 38% em resultado das diferenças de reavaliação ainda por força da variação cambial potencial. Este incremento dos capitais próprios é, principalmente, explicado por:

- Aumento das diferenças de reavaliação cambial em Kz 236.103.820 Mil, bem como das diferenças de justo valor do Ouro e dos Títulos de dívida soberana estrangeira em Kz 6.430.729 Mil;
- Resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2016 de Kz 4.521.341 Mil;
- Resultados transitados no montante de Kz 5.067.619 Mil, resultante da correcção de um erro relativo a exercícios anteriores, identificado na rubrica “Notas e moedas em circulação”.

Evolução dos resultados

No exercício de 2016, os principais indicadores da conta de resultados evoluíram como é apresentado no quadro abaixo.

Quadro 17: Posição Económica

Valores em milhares de KZ	2016	2015	Variação	
			Montante	%
Margem financeira	88.000.384	59.628.806	28.371.578	48%
Comissões líquidas	3.617.489	7.231.527	(3.614.038)	-50%
Resultados em operações financeiras	7.970.568	11.329.911	(3.359.343)	-30%
Resultados operacionais	181.162.085	78.284.798	102.877.287	131%
Resultados de exploração	(276.229.185)	(143.525.358)	(132.703.827)	92%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.521.341	12.949.684	(8.428.343)	-65%

Fonte: BNA

O resultado do exercício de 2016 ascende a Kz 4.521.341 Mil, sendo a variação face ao exercício anterior explicada, essencialmente, por:

- Aumento de 48,0% da “Margem financeira” decorrente, essencialmente, do aumento dos juros de operações de redesconto e dos juros dos Títulos de dívida soberana estrangeira.
- Diminuição de 50,0% das “Comissões líquidas” explicada, sobretudo, pelo aumento de Kz 3.374.838 Mil das comissões pagas pelas aplicações geridas por entidades externas;
- Diminuição de 30,0% dos “Resultados em operações financeiras” resultante, essencialmente, da menos valia de Kz 3.480.578 Mil das aplicações geridas por entidades externas;
- Aumento de 131,0% dos “Resultados operacionais” resultante, principalmente, do aumento de Kz 107.918.417 Mil dos ganhos cambiais, justificado pela desvalorização cambial do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos;
- Aumento de 92,0% dos “Resultados de exploração” explicada essencialmente por:
 - Aumento de Kz 25.908.354 Mil na rubrica “Custos com pessoal” explicado, essencialmente, pelo aumento dos “Encargos sociais facultativos e obrigatórios” no montante de Kz 21.363.391 Mil. Estes encargos são em parte justificados pelo aumento do quadro efectivo de colaboradores;
 - Aumento de Kz 41.875.780 Mil na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações” em resultado das provisões de mercado, de risco sistémico do sector bancário e responsabilidades para com o fundo habitacional;
 - Aumento de Kz 60.699.480 Mil na rubrica “Perdas por imparidade líquidas de reversões” em resultado das imparidades registadas com uma aplicação a prazo no país, por operações de redesconto e cedência de liquidez a Bancos comerciais.

Balancos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

ACTIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	Notas	2016	2015
Ouro	3	112.872.696	85.106.242	Notas e moedas em circulação	13	506.005.614	519.587.896
Activos sobre o exterior				Responsabilidades para com instituições de crédito			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	4	160.334.290	245.764.198	nacionais relacionadas com operações de política monetária			
Aplicações em instituições de crédito	5	1.586.214.698	1.218.574.149	Reservas bancárias	14	1.663.200.343	1.111.718.421
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	880.881.575	724.121.967	Mercado monetário interbancário	14	69.092.160	43.914.129
Activos financeiros disponíveis para venda	7	1.394.681.535	1.155.254.857	Responsabilidades internas para com outras entidades			
Fundo Monetário Internacional	8	227.640.067	79.165.716	Conta Única do Tesouro	15	1.674.192.946	1.380.718.438
		<u>4.249.752.165</u>	<u>3.422.880.887</u>	Outras responsabilidades	15	103.844	137.973
Activos internos				Responsabilidades externas para com outras entidades			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	4	16.047.801	14.893.516	Fundo Monetário Internacional	8	243.284.360	103.081.220
Aplicações em instituições de crédito	5	-	13.170.660	Operações de venda com acordo de recompra	16	583.495.588	-
Operações às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	6	1.069.001.961	205.147.525	Responsabilidades com pensões e outros benefícios	17	191.729.652	143.033.493
Investimentos detidos até à maturidade	7	70.203.243	56.581.424	Provisões	18	125.951.328	78.934.326
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	7	174.440.000	174.440.000	Outros valores passivos	19	126.036.750	71.047.652
Activos financeiros concedidos ao Estado	9	272.951.500	-	Total do Passivo		<u>5.183.092.585</u>	<u>3.452.173.548</u>
Investimentos em associadas e outras entidades	10	359.969	395.823	Capital	20	270.000.000	270.000.000
		<u>1.603.004.474</u>	<u>464.628.948</u>	Diferenças de reavaliação	21	545.015.139	302.480.590
Activos tangíveis	11	35.345.408	31.072.715	Outras reservas	22	42.000.814	36.820.936
Activos intangíveis	11	1.829.104	654.745	Resultado transitado	22	(5.067.619)	-
Outros valores activos	12	36.758.413	70.081.221	Resultado do exercício		<u>4.521.341</u>	<u>12.949.684</u>
Total do Activo		<u>6.039.562.260</u>	<u>4.074.424.758</u>	Total dos Capitais Próprios		<u>856.469.675</u>	<u>622.251.210</u>
				Total do Passivo e Capitais Próprios		<u>6.039.562.260</u>	<u>4.074.424.758</u>

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

Valter Filipe Duarte da Silva
Governador

Maria J.C.V. de Fontes Pereira
Directora do DCF

Samora Machel Januário da Silva
Administrador do Pelouro Financeiro

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	24	121.484.468	67.803.818
Juros e encargos similares	25	(33.484.084)	(8.175.012)
Margem financeira		88.000.384	59.628.806
Rendimentos de serviços e comissões	26	9.568.545	10.169.726
Encargos com serviços e comissões	27	(5.951.056)	(2.938.199)
Comissões líquidas		3.617.489	7.231.527
Resultados de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	28	8.200.768	11.681.346
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	(230.200)	-
Resultados de investimentos em associadas e outras entidades	30	-	(351.435)
Resultados em operações financeiras		7.970.568	11.329.911
Resultados cambiais	31	188.511.190	80.592.773
Custos relativos à emissão de notas e moedas	32	(2.574.113)	(1.961.527)
Resultados de alienação de outros activos	33	13.214	4.047
Outros resultados operacionais	34	(4.788.206)	(350.495)
Resultados operacionais		181.162.085	78.284.798
Custos com pessoal	35	(80.832.329)	(54.923.975)
Fornecimentos e serviços de terceiros	36	(12.937.173)	(9.160.299)
Amortizações do exercício	11	(2.150.760)	(1.707.421)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18 e 19	(80.054.561)	(38.178.781)
Perdas por imparidade líquidas de reversões	5 e 6	(100.254.362)	(39.554.882)
Resultados de exploração		(276.229.185)	(143.525.358)
Resultado do exercício		4.521.341	12.949.684

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	4.521.341	12.949.684
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados		
Variações da diferença de reavaliação de justo valor de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	9.420.700	604.937
Ouro	(2.989.971)	(19.756.264)
Variações da diferença de reavaliação cambial	236.103.820	328.668.528
Rendimento / (gasto) reconhecido directamente nos Capitais Próprios	242.534.549	309.517.201
Rendimento integral do exercício	247.055.890	322.466.885

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações das alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Valores em milhares de Kz

	Capital	Reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Diferenças de reavaliação		Outras reservas				
		Justo valor	Cambial	Reserva legal	Reserva livre			
Saldos em 31-12-2014	270.000.000	(36.306.308)	29.269.697	15.553.803	15.442.269	-	14.562.159	308.521.620
Transferência de resultados de 2014	-	-	-	2.912.432	2.912.432	-	(5.824.864)	-
Distribuição de resultados de 2014	-	-	-	-	-	-	(8.737.295)	(8.737.295)
Rendimento integral do exercício	-	(19.151.327)	328.668.528	-	-	-	12.949.684	322.466.885
Saldos em 31-12-2015	270.000.000	(55.457.635)	357.938.225	18.466.235	18.354.701	-	12.949.684	622.251.210
Transferência de resultados de 2015	-	-	-	2.589.939	2.589.939	-	(5.179.878)	-
Distribuição de resultados de 2015	-	-	-	-	-	-	(7.769.806)	(7.769.806)
Outros movimentos nos capitais próprios	-	-	-	-	-	(5.067.619)	-	(5.067.619)
Rendimento integral do exercício	-	6.430.729	236.103.820	-	-	-	4.521.341	247.055.890
Saldos em 31-12-2016	270.000.000	(49.026.906)	594.042.045	21.056.174	20.944.640	(5.067.619)	4.521.341	856.469.675

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações dos fluxos de caixa das operações em moeda estrangeira para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o agregado “Caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira” apresenta a seguinte composição:

Valores em milhares de Kz

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2016		
	2016	2015
Actividades Operacionais		
Proveitos de títulos e valores mobiliários	25.750.170	17.220.384
Proveitos de aplicações de liquidez	14.291.910	9.416.979
Carta de crédito em moeda estrangeira com instituições financeiras	(47.304.340)	-
Acordo de conversão monetária com o Banco da Namíbia	(13.271.540)	(5.415.770)
Pagamentos de custos administrativos	(12.156.925)	(3.031.472)
Despesas de produção de notas e moedas	(1.829.534)	(601.046)
Outros pagamentos e recebimentos	1.987.682	(42.069)
Fluxos de caixa de actividades operacionais	(32.532.577)	17.547.006
Actividades de Investimento		
Investimentos em:		
Aplicações geridas por entidades externas	12.242.139	14.951.230
Operações cambiais	(720.064.885)	(24.209.665)
Títulos de dívida soberana estrangeira	(22.293.927)	82.308.616
Obrigações do Tesouro	(829.460)	-
Aquisições e alienações de imobilizado	(133.249)	(17.773)
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(731.079.382)	73.032.408
Actividades de Financiamento		
Diminuições (aumentos) de depósitos de residentes:		
Tesouro Nacional	178.445.920	(162.411.026)
Instituições Financeiras - Reservas bancárias	12.241.078	(87.219.497)
Operações com acordo de recompra	580.635.697	-
Fundo Monetário Internacional	(20.314.617)	(41.495.338)
Aumentos (diminuições) de notas e moedas estrangeiras	(2.304.225)	13.468.717
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	748.703.853	(277.657.144)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	301.627.641	340.016.192
Variação de caixa e seus equivalentes	286.719.535	152.938.462
Caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira no início do exercício	1.496.981.793	1.344.043.331
Caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira no fim do exercício	1.783.701.327	1.496.981.793

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o agregado “Caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira” apresenta a seguinte composição:

Caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira	2016	2015
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito (Nota 4)		
Notas e moedas em moeda estrangeira em caixa	14.336.787	13.561.014
Depósitos à ordem em moeda estrangeira:		
No exterior	160.334.290	245.764.198
No país	1.697.816	1.326.419
Aplicações em instituições de crédito (Nota 5)		
Depósitos a prazo		
No exterior	1.583.110.596	1.216.574.172
No país	24.221.838	19.755.990
	1.783.701.327	1.496.981.793



PARTE VI – NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

1. Introdução

A origem do Banco Nacional de Angola remonta a 14 de Agosto de 1926, data da criação do Banco de Angola, com sede em Lisboa. Até 1957, o Banco de Angola deteve, em exclusivo, o comércio bancário, altura em que surgiu no mercado o Banco Comercial de Angola, de direito estritamente Angolano, representando um novo marco na história do país. No panorama das transformações político-económicas que se sucederam até à década de 80, e tendo em atenção a importância do sistema monetário e financeiro do país, foi desenvolvido em Agosto de 1975 o chamado processo da tomada da Banca, que levou ao confisco do activo e passivo do Banco de Angola e à criação do Banco Nacional de Angola, um ano após a independência nacional, através da Lei n.º 69/76, publicada no Diário da República N.º 266 – 1ª Série, de 10 de Novembro de 1976.

A partir de 1978 e através da Lei n.º 4/78, de 25 de Fevereiro, a actividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado, na medida em que foram formalmente encerrados os bancos comerciais privados, facilitando assim a extensão da rede de balcões do BNA por todo o território nacional.

Em 1991 e com base na Lei n.º 5/91, de 20 de Abril - Lei das Instituições Financeiras, iniciou-se um novo passo na implementação de um sistema bancário de dois níveis, pelo que o BNA passou a exercer a função de Banco Central consagrado como autoridade monetária e agente da autoridade cambial, retirando-se assim das funções comerciais que exercia até então.

Neste momento, o BNA está presente no país, através das suas delegações regionais localizadas nas províncias de (i) Cabinda; (ii) Huíla; (iii) Benguela; (iv) Malange; e (v) Huambo.

De acordo com a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho – Lei do Banco Nacional de Angola, que estabelece a sua Lei Orgânica, as suas funções passaram a ter dois vectores principais: i) assegurar a preservação do valor da moeda nacional e, ii) como Banco Central:

- a) Actuar como banqueiro único do Estado;
- b) Aconselhar o Estado nos domínios monetários, financeiro e cambial;
- c) Colaborar na definição e executar a política cambial bem como o respectivo mercado;
- d) Gerir as disponibilidades externas do país ou as que lhe sejam cometidas;
- e) Agir como intermediário nas relações monetárias internacionais do Estado;
- f) Zelar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, assegurando, com essa finalidade, a função de financiador de última instância;
- g) Garantir e assegurar um sistema de informação, compilação e tratamento das estatísticas monetárias, financeira e cambiais e demais documentação, nos domínios da sua actividade de forma a servir como instrumento eficiente de coordenação, gestão e controlo;
- h) Elaborar e manter actualizado o registo completo da dívida externa do país, assim como efectuar a sua gestão; e
- i) Elaborar a balança de pagamentos externos do país.

O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela definição das políticas de gestão e administração do BNA, é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras e das demais informações constantes do presente relatório, zelando pela sua integralidade e objectividade, de forma a garantir que as operações e transacções decorrentes da sua missão sejam realizadas e processadas de acordo com o estabelecido nas normas e procedimentos em vigor.

2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do BNA para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base no novo plano de contas aprovado pelo Conselho de Administração no exercício de 2013. Este novo plano de contas considera na sua globalidade, as orientações técnicas e os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com as derrogações descritas na alínea b) abaixo.

O Banco adoptou o novo plano de contas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, considerando para o efeito os termos da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as quais foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A Lei Orgânica do Banco não determina a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras que o Banco deve adoptar. Desta forma, cabe ao Conselho de Administração do BNA decidir sobre a aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) nas demonstrações financeiras, tendo em consideração a sua Lei Orgânica e as suas funções enquanto entidade operadora das políticas monetária, financeira e cambial do país.

2.1.1. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

2.1.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da excepção de consolidação as alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor. Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor. As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

Conforme mencionado na secção Derrogações de normas e interpretações, o Banco não apresenta demonstrações financeiras consolidadas mantendo as suas participações valorizadas ao custo de aquisição com reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, independentemente do controlo e/ou influência significativa que possa ter sobre as entidades participadas. Neste contexto as revisões acima apresentadas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

- IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separada: O objectivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures a associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.
- Conforme mencionado na secção Derrogações de normas e interpretações, o Banco não apresenta demonstrações financeiras consolidadas mantendo as suas participações valorizadas ao custo de aquisição com reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, independentemente do controlo e/ou influência significativa que possa ter sobre as entidades participadas. Neste contexto as revisões acima apresentadas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
- Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados: Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Emendas à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e à IAS 38 – Activos intangíveis relativos aos métodos de depreciação aceitáveis: Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quando o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012): Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos; IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014): Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2.1.3. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que o Banco não adoptou antecipadamente são as seguintes:

IFRS 9 Instrumentos financeiros:

Classificação e mensuração de activos financeiros

- Todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transacção no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transacção, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objectivo de deter os activos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objectivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de activos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os activos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).
- Classificação e mensuração dos passivos financeiros
- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas as restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de

garantia financeira, (iv) aos activos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve reflectir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospectivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80,0% - 125,0%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

IFRS 15 – Rédito de contractos com clientes:

Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contractos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contractos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 requiere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas excepções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o activo que representa o direito a usar o activo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “right-of-use” ou ROU). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento actual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”.

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projecto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com actividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados). As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017. É permitida a aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

O BNA não procedeu à aplicação antecipada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, não sendo estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

2.1.4. Derrogações de normas e interpretações

À data de transição, e considerando as especificidades da sua actividade enquanto regulador do sistema financeiro e responsável pela execução das políticas monetária e cambial do país, bem como pela gestão das reservas internacionais, o Banco decidiu não adoptar as seguintes normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC):

- IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio: O Banco manteve inalterado o tratamento contabilístico dado às variações cambiais decorrentes da actualização dos activos e passivos expressos em moeda externa às taxas de câmbio em vigor, sendo as valias cambiais potenciais reconhecidas numa rubrica de capitais próprios denominada “Reservas de reavaliação cambial” e apenas registadas como resultados quando realizadas. Face a grande volatilidade dessas valias e a sua condição de potenciais, o Conselho de Administração considerou que a adopção da norma poderia traduzir-se numa possível alteração dos princípios de capitalização do Banco e em interferência na gestão da política monetária, considerando que a distribuição de dividendos ou a cobertura de prejuízos daí resultantes, afectariam directamente a magnitude da base monetária com eventuais efeitos inflacionistas, para além de gerar fluxos financeiros entre o Tesouro e o Banco Central com base em resultados não efectivos.
- IFRS 10, IAS 28, IAS 27, IFRS 12 – Demonstrações financeiras consolidadas: O Banco decidiu não apresentar demonstrações financeiras consolidadas, mantendo as suas participações valorizadas ao custo de aquisição com reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, independentemente do controlo e/ou influência significativa que possa ter sobre as entidades participadas.

Estas derrogações de normas e interpretações continuaram a ser aplicadas nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Adicionalmente, o Banco decidiu adoptar parcialmente as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC:

- IAS 39 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e mensuração: As obrigações do Tesouro recebidas no âmbito da realização do aumento de capital social aprovado pela Lei do BNA, bem como os activos financeiros recebidos do Estado foram registadas no reconhecimento inicial, pelo seu valor nominal, mais uma vez tendo em consideração o impacto da adopção desta norma na capitalização do Banco e da sua consequente interferência na gestão da política monetária do país. Relativamente aos “títulos afectos para cumprimento de reserva obrigatória” que correspondem a Obrigações do Tesouro entregues pelos bancos comerciais para cumprimento de reservas obrigatórias em moeda nacional e moeda estrangeira, de acordo com o previsto no Instrutivo nº4/2016, estando de igual modo contabilizadas na rubrica “Reservas bancárias”, foram registadas no reconhecimento inicial, pelo seu valor nominal. Adicionalmente o Banco classifica na categoria activos financeiros ao justo valor através de resultados as aplicações geridas por entidades externas, que incluem uma diversidade de instrumentos financeiros, incluindo derivados, cuja posição destes instrumentos encontra-se compensada na mesma rubrica de balanço (incluindo o justo valor negativo de alguns instrumentos financeiros). A posição junto de cada um dos gestores é actualizada com base na valorização reportada no extracto enviado periodicamente pelas respectivas entidades externas. O Banco não tem modelos internos de valorização dos instrumentos financeiros não cotados utilizando como referência a valorização reportada pelos Gestores externos e nos casos dos fundos obtém as demonstrações financeiras auditadas.
- IAS 19 – Benefícios a empregados: O Banco encontra-se a aplicar a IAS 19 para todos os benefícios a empregados, excepto em relação ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego. Para apurar estas responsabilidades, o Banco solicita anualmente um estudo actuarial a um perito independente, o qual tem por base pressupostos actuariais e financeiros que melhor se adaptam à população e à realidade do Banco. Todas as responsabilidades com pensões de reforma são registadas por contrapartida de resultados. Com a constituição do fundo de pensões, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, conforme Despacho nº 335/15, de 27 de Outubro de 2015, I Série – Nº 147 do Diário da República, é caracter voluntário para os trabalhadores do Banco no activo, que terão o direito de receber os benefícios previstos no contrato divulgado. Assim, de acordo com o artigo nº88 da Lei Orgânica do Banco as dotações para o fundo de pensões são registadas em resultado do exercício.

As demonstrações financeiras do BNA em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se expressas em Milhares de Kwanzas, tendo os activos e os passivos denominados em outras divisas sido convertidos para a MN, com base nas taxas de câmbio médias indicativas que se seguem:

Moedas	2016	2015
1 Dólar dos Estados Unidos (USD)	165,9030	135,3150
1 Euro (EUR)	185,3790	147,8320
1 Dólar Canadiano (CAD)	122,9640	97,5350
1 Rand da África do Sul (RAD)	12,1670	14,2060
1 Libra Esterlina (GBP)	202,9730	200,3000
1 Yuan Renmimbi da China (CNY)	23,8530	20,8460
1 Direito Especial de Saque (DES)	0,0043	0,0065

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

Além dos princípios contabilísticos aplicáveis a certas rubricas das demonstrações financeiras, descritos especificamente ao longo do presente anexo, de uma forma geral o BNA utiliza na preparação das suas demonstrações financeiras os seguintes princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

2.2.1. Especialização de exercícios

O Banco Nacional de Angola adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Deste modo, os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

2.2.2. Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Kwanzas.

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo os princípios do sistema “multi currency”, isto é, registadas nas respectivas moedas de denominação, sendo convertidas para Kwanzas com base nas taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas mediante a utilização da taxa de câmbio média publicada pelo Banco na data de relato financeiro.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais potenciais são registados numa rubrica específica de capital próprio denominada “Diferenças de reavaliação cambial”, sendo as diferenças cambiais efectivamente realizadas, quer sejam negativas ou positivas, registadas na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, nas respectivas rubricas de “Perdas e ganhos associados a diferenças cambiais” (Notas 21 e 31).

2.2.3. Instrumentos financeiros

1. Reconhecimento inicial

Os activos e passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor excepto para as obrigações do Tesouro emitidas para a realização do capital social, sendo os custos directamente imputados à transacção acrescidos ao valor da posição em balanço.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

2. Classificação de instrumentos financeiros

12.a. Activos financeiros

Os activos financeiros, com excepção dos activos mencionados no ponto 1 anterior, são reconhecidos e valorizados de acordo com a IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação e a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Investimentos detidos até à maturidade; e
- Activos financeiros recebidos do Estado.

A classificação e mensuração destes activos financeiros reflecte a intenção do Banco relativamente a cada investimento, tendo presente que a classificação inicial é, salvo algumas excepções, irrevogável e visa, nos termos da IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a ser mantida até ao reembolso ou venda do activo.

4.a.i. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem:

- Títulos de rendimento fixo e variável que o Banco tenha optado, no seu reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;
- Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (incluindo os embutidos em activos).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo as valias potenciais resultantes da valorização subsequente registadas em resultados, na rubrica de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O Banco classifica nesta categoria as aplicações geridas por entidades externas. A posição junto de cada um dos gestores é actualizada com base na valorização reportada no extracto enviado periodicamente pelas respectivas entidades externas. O Banco não tem modelos internos de valorização dos instrumentos financeiros não cotados utilizando como referência a valorização reportada pelos Gestores externos e nos casos dos fundos obtém as demonstrações financeiras auditadas.

O montante dos compromissos de capital remanescente, assumidos junto dos gestores externos, está registado numa rubrica extrapatrimonial, sendo actualizado simultaneamente sempre que é paga uma chamada de capital e aumentada a posição de investimento junto da entidade em questão.

4.a.ii. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem títulos de rendimento fixo que não se encontrem classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas directamente em capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, até à maturidade ou venda do título, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido em capitais próprios é reconhecido em resultados. Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados na rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, adicionalmente são relevados em contas extrapatrimoniais.

Os juros corridos de títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Com referência à data de relato financeiro, o Banco avalia a existência de situações de evidência objectiva em que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a situação dos mercados e a informação disponível sobre os emitentes.

De acordo com a IAS 39, a evidência objectiva que um activo financeiro disponível para venda se encontra com imparidade inclui dados observáveis acerca dos seguintes eventos de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- Probabilidade de falência do emitente;
- Desaparecimento de um mercado activo para o activo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente.

Para além dos eventos referidos, o Banco considera como evidência objectiva de imparidade uma diminuição significativa e prolongada do justo valor dos activos financeiros.

Quando existe evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está com imparidade, a eventual perda é registada em resultados após o desreconhecimento das menos valias potenciais reconhecidas em reservas de reavaliação de justo valor.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo são revertidas através de resultados, sempre que houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos de rendimento fixo ou variável para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

4.a.iii. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade incluem os activos financeiros com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada relativamente aos quais tenha a intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui proveitos e custos directamente atribuíveis à transacção. Posteriormente, os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade.

Os juros corridos de títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, na rubrica “Juros e rendimentos similares”, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as indexadas ao índice de preços do consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação dos respectivos indexantes. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre.

Quando existe evidência objectiva de que um investimento detido até à maturidade está com imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e o valor de actualização dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo o efeito de eventos futuros), descontados à taxa de juro efectiva

original calculada no reconhecimento inicial, devendo a mesma ser registada por contrapartida de resultados. Se num período subsequente o montante da perda diminui e essa diminuição puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados.

4.a.iv. Activos financeiros recebidos do Estado

As obrigações do Tesouro nacional recebidas no âmbito da liquidação da conta corrente do Ministério das Finanças prevista na Lei do Banco são reconhecidas em balanço pelo seu valor nominal, conforme referido na alínea b) do ponto 3.

4.a.v. Operações activas de mercado aberto

As operações de cedência de liquidez às instituições financeiras bancárias são suportadas por títulos públicos em moeda nacional. Estes títulos são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal. Os fundos cedidos são registados na rubrica de activo “Aplicações em instituições de crédito”, sendo periodificados os respectivos juros a receber.

4.a.vi. Activos financeiros recebidos em aumento de capital

As obrigações do Tesouro Nacional recebidas no âmbito da realização do aumento de capital social do Banco são reconhecidas em balanço pelo seu valor nominal, conforme referido na alínea b) do ponto 3.

4.a.vii. Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações e política monetária

Conforme previsto na Lei do Banco Nacional de Angola, o Banco pode conceder empréstimos às instituições financeiras, empréstimos por um prazo não inferior a três meses. Os mesmos podem ser concedidos com dispensa de garantia, desde que, na opinião do Conselho de Administração, estejam em causa exigências de liquidez da instituição de crédito devedora e do interesse público.

Estes financiamentos são registados inicialmente pelo valor nominal. A cada data de balanço o Conselho de Administração analisa os indícios objectivos de imparidade. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício na rubrica “Perdas por imparidade líquidas de reversão”.

As instituições financeiras detidas a 100% pelo Estado Angolano, não são sujeitas a perdas por imparidade.

12.b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras instituições, títulos emitidos pelo Banco Central, outros instrumentos no âmbito da política monetária e financiamentos obtidos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração dos resultados durante a vida do passivo através do método da taxa efectiva.

2.b.i. Notas e moedas em circulação

As notas e moedas em circulação são registadas pelo seu valor de emissão (valor facial) na rubrica de “Emissões de notas e moedas”. Os encargos com a sua produção são reconhecidos linearmente como gastos ao longo do período de vida útil das notas e moedas, na rubrica “Outros encargos e gastos – emissão de notas e moedas”, actualmente estimada em 5 anos.

2.b.ii. Títulos emitidos pelo Banco Central

As emissões de Títulos do Banco Central (TBC) encontravam-se registadas na rubrica de passivo “Dívida emitida – Títulos do Banco Central” até a data de maturidade. Na data de emissão, os títulos são reconhecidos pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Actualmente, o BNA não possui em sua carteira Títulos do Banco Central.

2.b.iii Operações passivas de mercado aberto

Os fundos captados das instituições financeiras, decorrentes das operações de absorção de liquidez são registados na rubrica de passivo “Responsabilidades para com instituições de crédito – Mercado monetário interbancário”, sendo os respectivos juros a pagar reconhecidos de forma linear durante a vigência do prazo das operações.

2.b.iv Fundo Monetário Internacional

O reconhecimento das transacções e saldos com o FMI segue as indicações dadas por esta instituição, que consideram as características específicas das relações financeiras dos países membros com o Fundo.

As posições junto do FMI são denominadas em Direitos de Saque Especiais (DSE) e convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio à data de referência, sendo os activos e passivos registados separadamente. Adicionalmente, todas as variações cambiais potenciais das posições junto do FMI são reconhecidas na rubrica de Capitais Próprios “Reserva de reavaliação cambial”, ao invés dos juros e comissões pagas, decorrentes da relação mantida com esta entidade, que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.b.v Reservas Bancárias

As reservas bancárias do Banco encontram-se constituídas por reservas líquidas. Com o instrutivo nº 2 e 4, de 2016, os bancos comerciais podem constituir parte das reservas obrigatórias com títulos e contratos de financiamento. Estes são registados na linha de balanço das reservas bancárias com reflexo na linha do balanço operações às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária.

3. Método de valorização

Activo	Método de avaliação / Fonte de informação
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	Valor nominal
Aplicações em instituições de crédito	Valor nominal
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Justo valor com base nos extractos das entidades externas
Activos financeiros disponíveis para venda	Justo valor com base no terminal financeiro da <i>bloomberg</i>
Fundo monetário internacional	Valor nominal
Investimentos detidos até à maturidade	Custo amortizado
Activos financeiros recebidos no aumento de capital	Valor nominal
Investimentos em associadas e outras entidades	Custo de aquisição
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	Valor nominal
Activos financeiros recebidos do Estado	Valor nominal
Passivo	Método de avaliação / Fonte de informação
Notas e moedas em circulação	Valor facial
Títulos do Banco Central	Custo amortizado
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária	Valor nominal
Fundo monetário internacional	Valor nominal
Operações de venda com acordo de recompra	Valor nominal
Responsabilidades internas para com outras entidades	Custo amortizado

3.a. Justo valor

Os instrumentos financeiros registados nas categorias de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos ou passivos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

3.b. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva. Para as obrigações do Tesouro adquiridas no âmbito da realização do aumento de capital do Banco que não têm qualquer remuneração associada, considerou-se uma taxa efectiva nula pelo que as mesmas se encontram registadas no balanço do Banco pelo respectivo valor nominal.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado por forma a reflectir os seus fluxos de caixa revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos fluxos de caixa futuros revistos à taxa de juro efectiva ajustada do instrumento financeiro. Este ajustamento no custo amortizado é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

4. Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a IAS 39, é possível reclassificar alguns activos financeiros classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros, se forem

cumpridos alguns requisitos, não sendo contudo permitidas reclassificações para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível.

12.a. Ouro

O ouro é valorizado em Dólares dos Estados Unidos ao preço de fecho diário disponível na bolsa de Nova Iorque. As valias potenciais provenientes da valorização ao justo valor e da reavaliação cambial são registadas em contas distintas de “Reservas de reavaliação”. As valias efectivas são registadas na demonstração dos resultados, no momento da alienação das posições de ouro detidas. As valias efectivas resultantes do justo valor são registadas nas rubricas “Ganhos em activos não financeiros” ou “Perdas em activos não financeiros”, consoante se tratem de mais ou menos valias, respectivamente. As valias efectivas resultantes da reavaliação cambial são registadas nas rubricas “Ganhos associados a diferenças cambiais” ou “Perdas associadas a diferenças cambiais”, consoante se tratem de mais ou menos valias, respectivamente.

Com referência à data de relato financeiro, o Banco avalia a existência de situações de evidência objectiva de imparidade, considerando para o efeito um declínio prolongado e significativo do seu valor ao longo do tempo.

Quando existem indícios objectivos de que o ouro está com imparidade, a perda potencial acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é desreconhecida do capital próprio e registada nos resultados do período, sendo que posteriores variações potenciais negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As perdas por imparidade registadas em ouro são revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

12.b. Participações financeiras

As participações financeiras são registadas ao custo de aquisição, sendo os recebimentos decorrentes das distribuições de lucros reconhecidos em resultados.

Adicionalmente, são efectuados testes de imparidade em cada data de relato financeiro, de forma a avaliar a recuperabilidade do investimento de acordo com o previsto na IAS 36 – Imparidade de activos, sendo registada imparidade quando existem perdas de carácter permanente.

12.c. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 6/96, de 26 de Janeiro, de modo a reflectir o efeito da desvalorização da moeda nacional, sendo deduzido das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas posteriores ao reconhecimento inicial, associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo do exercício. Os custos incorridos com benfeitorias que permitam um acréscimo dos benefícios económicos futuros estimados inicialmente, bem como um aumento da vida útil do bem, deverão ser capitalizados no valor do activo.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e de acordo com a vida útil estimada, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	10
Equipamento informático	3 a 10
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	3 a 10
Outro equipamento	10
Obras em imóveis arrendados	3 a 5
Sistemas de tratamento automático de dados	3

No âmbito do processo de implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) como referencial contabilístico, o BNA realizou uma revisão das políticas contabilísticas, nomeadamente a referente aos activos tangíveis, classificados na categoria de imóveis.

Esta revisão consubstanciou-se na aprovação do novo manual de políticas contabilísticas pelo Conselho de Administração. De acordo com a norma IAS 16 – “Activos Fixos Tangíveis”, o Banco deve escolher entre dois métodos possíveis para mensurar os activos fixos tangíveis, sendo estes o método do custo e o método de revalorização. A política contabilística deve ser aplicada a uma classe inteira de activos fixos tangíveis, neste caso os imóveis de uso próprio. Atendendo aos requisitos da norma e à realidade específica do Banco, o Conselho de Administração aprovou o método do custo como política contabilística a aplicar, sendo que os principais aspectos que suportam esta decisão são os seguintes:

- As anteriores políticas contabilísticas do Banco, que previam o modelo do custo como método de mensuração dos imóveis de uso próprio, cumpriam a maior parte dos requisitos das IAS 16, não tendo sido identificada a necessidade de alterar este método de mensuração.
- O modelo de revalorização acresce complexidade aos registos contabilísticos associados a estes activos, criando necessidades de alteração de procedimentos internos e de parametrizações do sistema informático, decorrentes dos ajustamentos de justo valor e consequentes (i) reexpressão ou eliminação das depreciações acumuladas e (ii) reestimativa das amortizações do exercício. Importa referir que a norma prevê que quando um item do activo fixo tangível for revalorizado, toda a classe do activo fixo tangível à qual pertença esse activo deve ser revalorizada.
- Conforme exposto na norma, o justo valor de edifícios deve ser determinado com base em avaliações realizadas por peritos independentes e profissionalmente qualificados. De acordo com a IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor, o justo valor corresponde ao valor que seria recebido na venda de um activo numa transacção entre entidades de mercado não relacionadas entre si. Contudo, não é possível determinar o justo valor destes imóveis de forma fiável, dado que em Angola não existem transacções de mercado com activos comparáveis.
- Adicionalmente, existe uma dificuldade acrescida na avaliação de alguns dos imóveis de uso próprio do Banco, tendo em consideração as características muito específicas desses imóveis, nomeadamente no caso do edifício sede que em 1995 foi elevado a património histórico-cultural. A este respeito, importa ainda

- salientar que os imóveis do Banco não se destinam à venda, mas ao uso no decurso das suas operações, pelo que um valor de mercado teórico sem referência a transacções comparáveis apenas traria volatilidade acrescida aos capitais próprios do Banco.
- No âmbito da análise de benchmarking efectuada foram analisados os relatórios e contas dos bancos centrais dos países de língua portuguesa, tendo verificado que todos eles optaram pelo modelo do custo, como método de mensuração dos activos fixos tangíveis.

Por último, importa salientar que a norma IAS 16 prevê que os valores de balanço dos activos fixos tangíveis, incluindo imóveis de uso próprio, devem ser deduzidos de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Neste sentido, deverá ser definida uma periodicidade para avaliação de indícios de imparidade nos activos fixos tangíveis do Banco, o que não implica a realização de avaliações de mercado, mas sim o consumo do imóvel pelas operações pelo Banco.

Os terrenos e o património artístico detidos pelo Banco não são objecto de depreciação.

As despesas com obras em imóveis arrendados são depreciadas por um período compatível com o da sua utilidade esperada ou do contracto de arrendamento.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidência de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total das despesas já facturadas ao Banco, sendo transferido para imobilizado firme quando começa a ser efectivamente utilizado, iniciando-se então a sua amortização.

12.d. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição de sistemas de tratamento de dados utilizados no desenvolvimento da actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade. As depreciações são registadas pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimada dos activos, o qual corresponde a um período de três anos. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos intangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”.

5. Benefícios dos empregados

12.a. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo tais como os salários, os subsídios de natal, férias e do 14 de Agosto são reflectidos em resultados na rubrica de “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

12.b. Benefícios pós-emprego

O Banco estabeleceu um plano de benefícios definidos, assegurando aos seus empregados, ou às suas famílias, o pagamento de um complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, relativamente às pensões a que os trabalhadores têm direito pelo facto de estarem inscritos no regime da Segurança Social.

O Banco assegura aos reformados e respectivo cônjuge bem como aos empregados com doenças crónicas (não abrangidas pelo seguro de saúde) o pagamento das despesas com assistência médica e medicamentosa. Adicionalmente, o Banco oferece anualmente aos seus reformados cabazes de Natal.

O valor total das responsabilidades com pensões e compensação de reforma, por serviços passados relativos ao plano de benefício definido é determinado por actuários independentes, utilizando o método do crédito unitário projectado e registado integralmente na rubrica do passivo “Responsabilidades com pensões e outros benefícios”.

O valor total das responsabilidades com assistência médica e medicamentosa e com cabazes de Natal é estimado pelo Conselho de Administração, sendo reconhecido na rubrica do passivo “Responsabilidades com pensões e outros benefícios”.

Durante o exercício de 2015, mediante a publicação do despacho nº 335/15 de 27 de Outubro, foi constituído o fundo de pensões dos trabalhadores do BNA, sendo que o Conselho de Administração deliberou um aporte financeiro inicial sob a forma de contribuição extraordinária a cada trabalhador que aderiu ao plano de pensões, de forma proporcional ao tempo de serviço que cada um dedicou ao BNA, desde a sua admissão no Banco, com a finalidade de estimular a adesão ao fundo de pensões, bem como retribuir a contribuição dada por cada trabalhador ao desenvolvimento e consolidação da instituição. O montante do aporte financeiro inicial é calculado com base num estudo actuarial. As contribuições terão início a 1 de Janeiro de 2016 e prevê alterações nos actuais benefícios pós-emprego. Na sequência da entrada em vigor da nova lei Geral do Trabalho relativamente ao artigo 262 - Compensação de reforma o Conselho de Administração deliberou a 27 de Dezembro de 2016, a continuação deste benefício para todos os trabalhadores admitidos antes de 13 de Setembro de 2015.

6. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Banco, o Conselho de Administração pode criar outras reservas e provisões destinadas a cobrir riscos de depreciação ou prejuízos a que determinadas naturezas de activos ou operações estejam particularmente sujeitas.

De acordo com a decisão definida e aprovada pelo Banco em 2013, a provisão para riscos de mercado poderá corresponder até 5% do valor de balanço das posições em activos sobre o exterior, tendo uma natureza equivalente a uma reserva, dado que apresenta um carácter de permanência, destinando-se a cobrir riscos potenciais de balanço numa perspectiva de médio e longo prazo, considerando evoluções inesperadas dos mercados financeiros, assim como o agravamento generalizado do risco de crédito. Os seus reforços e reposições são efectuados por contrapartida de resultados, conforme definido no artigo 88.º da Lei Orgânica do Banco.

A rubrica “Provisão para riscos diversos” inclui provisões para cobrir potenciais responsabilidades de natureza específica, nomeadamente execução de garantias prestadas ou outros compromissos, abertura de contingências relativas a questões cambiais e outras responsabilidades ou contingências legais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

No âmbito do seu papel de supervisor, o Banco Nacional de Angola deve sempre avaliar o risco sistémico a que o sistema financeiro nacional está sujeito. Adicionalmente, tendo em consideração o contexto macroeconómico actual, a supervisão do Banco Nacional tem-se revelado cada vez mais necessária junto do sistema financeiro.

Assim, de forma a espelhar nas demonstrações financeiras do BNA esta preocupação, dever-se-á registar uma provisão do risco sistémico do sector financeiro. Neste sentido, o seu apuramento assenta num modelo de scoring que visa essencialmente avaliar a exposição das instituições financeiras bancárias ao risco e considera na sua base de cálculo o total dos passivos financeiros, deduzido das disponibilidades líquidas das instituições financeiras bancárias. De salientar que o scoring é efectuado tendo em consideração os seguintes riscos:

- Rácio de solvabilidade regulamentar;
- Concentração da carteira de crédito;
- Rácio de transformação (rácio de liquidez);
- Risco cambial; e
- Outros riscos regulamentares.

7. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos reconhecidos em resultados ao longo do período de vida das operações.

8. Impostos

Considerando as alterações regulamentares em sede de imposto de consumo que ocorreram durante o exercício de 2014, através da aprovação do Decreto-Legislativo Presidencial n.º 3-A/14, de 21 de Outubro de 2014, bem como as alterações que já haviam sido introduzidas pelo Decreto Presidencial n.º 7/11, de 30 de Dezembro, o Banco Nacional de Angola encontra-se a analisar o enquadramento da isenção prevista no artigo 92º da Lei n.º 16/2010, de 15 de julho à luz do referido Decreto-Legislativo Presidencial. Até à presente data ainda não foram concluídos os trabalhos de enquadramento, porém apenas foram identificadas possíveis contingências não mensuradas. Verificou-se durante o exercício de 2015, tal como no passado, o pagamento de direitos alfandegários e inerentes sobre a importação de mercadorias e de outros impostos que não se inserem no âmbito da isenção prevista na sua Lei Orgânica.

9. Capital social

Os aumentos de capital são reconhecidos na rubrica do capital próprio de “Capital”, no momento em que são subscritos. O montante não realizado é registado numa rubrica de “Devedores por capital não realizado”.

10. Reservas e resultados transitados

As reservas do Banco são constituídas e movimentadas de acordo com o estabelecido no artigo 89º da Lei Orgânica do Banco e dividem-se entre (i) a reserva legal e (ii) outras reservas que o Conselho de Administração delibere.

Os resultados transitados representam resultados de períodos anteriores que se encontram a aguardar aplicação por parte do Conselho de Administração.

11. Demonstrações dos fluxos de caixa das operações em moeda estrangeira

Para efeitos da preparação das demonstrações dos fluxos de caixa das operações em moeda estrangeira, o Banco considera como caixa e seus equivalentes em moeda estrangeira todos os depósitos à ordem e todos os depósitos a prazo, partes integrantes das rubricas “Caixa e disponibilidades em instituições de crédito” (Nota 4) e “Aplicações em instituições de crédito” (Nota 5).

12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e valores futuros esperados. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

12.a. Pensões de reforma e sobrevivência e compensação por reforma

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e por compensação de reforma são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos. Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Não obstante a Lei Geral do Trabalho de 7/15, de 15 de Junho que revoga a Lei nº 2/2000, de 11 de Fevereiro, extinguir as responsabilidades com a compensação de reforma aos trabalhadores, relativamente ao artigo 262 - Compensação de reforma o Conselho de Administração deliberou a 27 de Dezembro de 2016, a continuidade deste benefício para todos os trabalhadores admitidos antes de 13 de Setembro de 2015 conforme informação nº20 Ref.ª DRH/DIR/2016.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração quanto ao comportamento futuro das referidas variáveis.

12.b. Responsabilidades com cabazes e assistência médica e medicamentosa dos reformados

As responsabilidades com cabazes de Natal e assistência médica e medicamentosa dos reformados são estimadas pelo Banco, tendo por base pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação e as tábuas de mortalidade.

O Banco considera que as responsabilidades registadas nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

12.c. Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com os requisitos de valorização destes activos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respectivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida de reservas de reavaliação de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na reserva de reavaliação de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

12.d. Determinação de perdas por imparidade em operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária

As perdas por imparidade sobre as operações às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária têm em consideração critérios de prudência, tendo em vista a cobertura de riscos e contingências futuras. Os pressupostos adoptados para a determinação das perdas de imparidade correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração. Adicionalmente, é de realçar que o Conselho de Administração considera que o estado Angolano não apresenta indícios de imparidade.

12.e. Provisões para riscos de mercado e riscos diversos

O plano de contas do Banco prevê a existência de uma provisão para riscos de mercado e uma provisão para riscos diversos. Estas provisões possuem uma natureza equivalente a uma reserva, embora os seus reforços e reposições sejam efectuados directamente por contrapartida da demonstração de resultados. A definição do montante da provisão para riscos de mercado tem em consideração os critérios de prudência de gestão apropriados no contexto dos investimentos do Banco em activos financeiros nos mercados internacionais. A provisão para riscos diversos tem em vista a cobertura de outros riscos e contingências futuras, sendo os montantes apurados com base em critérios de prudência para os outros elementos patrimoniais e extrapatrimoniais.

12.f. Provisões para risco sistémico do sector bancário

No âmbito do seu papel de supervisor, o Banco Nacional de Angola deve avaliar o risco sistémico a que o sistema financeiro nacional está sujeito. A provisão para risco sistémico assenta num modelo de *scoring* que visa essencialmente avaliar a exposição das instituições financeiras bancárias ao risco considerando o total dos seus passivos financeiros deduzido das disponibilidades líquidas das instituições financeiras bancárias.

12.g. Responsabilidades para o fundo habitacional e fundo social

De acordo com a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho artigo n.º 81.º e 82.º – Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola, o BNA pode adquirir ou construir imóveis, destinados a habitação própria dos seus trabalhadores, nos termos e condições a estabelecer pelo Conselho de Administração. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para financiar investimentos imobiliários de cariz social na data do balanço.

Adicionalmente, de acordo com o Regulamento do Fundo Social, aprovado pelo Despacho N.º 008/2014, de 31 de Janeiro, anualmente é definido pelo Conselho de Administração um montante de recursos financeiros a afectar ao Fundo Social, por altura da aprovação das contas do exercício do Banco, este é apurado de acordo com pressupostos assumidos anualmente, atendendo ao contexto social na data de balanço, assim o montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar esta responsabilidade na data do balanço.

12.h. Provisão para dívida dos empréstimos aos trabalhadores

No âmbito do seu papel de actuação social, o Banco Nacional de Angola de modo a reduzir os impactos dos descontos dos empréstimos aos trabalhadores, optou por comprar a dívida destes junto dos bancos comerciais cuja amortização se encontram indexadas ao dólar. A provisão constituída representa 50% do montante que os trabalhadores do BNA teriam de pagar após a entrada na Reforma.

3. Ouro

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2016		2015	
Oz (*)	Montante	Oz (*)	Montante
592 901	112 872 696	592 901	85 106 242

(*) 1 onça de ouro fino = 31,103481 gramas de ouro fino.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém 592.901 onças de ouro (Oz) a um preço médio de 1.679,1 USD, sendo o seu valor de mercado nestas datas de 1.147,5 USD e 1.060,8 USD, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferenças de reavaliação de justo valor” referente à posição de ouro, regista uma mais-valia potencial que ascende a Kz 53.943.804 Mil e Kz 50.953.833 Mil, respectivamente (Nota 21).

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o Banco registou na rubrica “Diferenças de reavaliação de justo valor” as mais ou menos valias potenciais resultantes da valorização deste activo. Apesar de ter havido indícios de imparidade em 31,7%, em 31 de Dezembro de 2016, o Banco não reconheceu perdas por imparidade do ouro no exercício de 2016, uma vez que foi verificado no âmbito das análises de imparidade realizadas no início de 2017, que o justo valor estava acima do limite definido pela política contabilística de perda potencial de 30,0%, isto é, perdas potenciais de 27,9% e 25,2% nos períodos findos em 31 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2017, respectivamente.

4. Caixa e disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
No exterior		
Depósitos à ordem	160.334.290	245.764.198
No país		
Depósitos à ordem		
Em moeda estrangeira	1.699.882	1.326.419
Em moeda nacional	3.145	651
Notas e moedas em caixa		
Em moeda estrangeira	14.336.787	13.561.014
Fundo de maneo		
Em moeda nacional	7.987	5.432
	16.047.801	14.893.516
	176.382.091	260.657.714

Durante o exercício de 2016, a rubrica de “Depósitos à ordem no exterior” registou uma diminuição de Kz 85.429.908 Mil face a 31 de Dezembro de 2015 representando uma variação negativa de 35,0%. Esta diminuição é essencialmente explicada pela aplicação de depósitos a prazo, gerando assim uma diminuição nas disponibilidades junto de instituições financeiras estrangeiras.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos apresentados na rubrica “No país – Notas e moedas em caixa – Em moeda estrangeira” encontram-se maioritariamente denominados em Dólares dos Estados Unidos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, fazem parte da rubrica “No país – Notas e moedas em caixa – Fundo de maneo”, os meios físicos existentes nas tesourarias de Luanda e de cada uma das delegações regionais, sendo o seu controlo efectuado regularmente por meio de inventários físicos.

5. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
No exterior		
Depósitos a prazo		
Valor aplicado	1.583.110.596	1.216.574.172
Juros a receber	3.104.102	1.999.977
	1.586.214.698	1.218.574.149
No país		
Depósitos a prazo		
Valor aplicado	24.221.838	19.755.990
Perdas por imparidade	(24.221.838)	(6.585.330)
	-	13.170.660
	1.586.214.698	1.231.744.809

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica “Depósitos a prazo – Valor aplicado” em termos de prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:

	2016				
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Mais 6 meses	Total
Depósitos a prazo (valor aplicado)					
No exterior	623 974 258	195 213 867	234 830 369	529 092 102	1 583 110 596
No país	-	24 221 839	-	-	24 221 839
	623 974 258	219 435 706	234 830 369	529 092 102	1 607 332 435
	2015				
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Mais 6 meses	Total
Depósitos a prazo (valor aplicado)					
No exterior	355 896 318	286 423 490	252 613 251	321 641 113	1 216 574 172
No país	-	19 755 990	-	-	19 755 990
	355 896 318	306 179 480	252 613 251	321 641 113	1 236 330 162

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “No exterior – Depósitos a prazo” representa as aplicações do BNA em bancos internacionais, com prazos máximos até um ano e remuneradas a uma taxa média anual de 1,0% e 0,8%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “No país – Depósitos a prazo” corresponde integralmente a uma aplicação detida junto de uma instituição financeira bancária nacional, denominada em Dólares dos Estados Unidos, no montante de USD 146.000 Mil.

No exercício de 2016, o Banco registou uma perda por imparidade de Kz 24.221.838 Mil, relativa ao risco de crédito implícito nas suas aplicações a prazo. Esta perda por imparidade equivale a 100% do referido valor aplicado, uma vez que corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à recuperabilidade deste activo. No exercício de 2015, o Banco tinha registado perdas por imparidade de Kz 6.585.330 Mil para a mesma aplicação.

6. Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Mercado monetário interbancário		
Operações de redesconto		
Valor aplicado	312.724.112	238.117.077
Perdas por imparidade	(84.050.374)	(32.969.552)
Juros a receber	2.189.550	-
Operações ocasionais de cedência de liquidez		-
Valor aplicado	160.335.132	
Juros a receber	6.643.098	-
Facilidades de cedência de liquidez	2.453.703	-
Títulos e contratos afectos para cumprimento de reserva obrigatória		
Títulos afectos para cumprimento de RO-M.N.	394.258.467	-
Títulos afectos para cumprimento de RO-M.E.	243.303.193	-
Contratos de financiamento MINFIN	15.378.928	-
Cedência de liquidez		
Valor cedido	47.303.183	-
Perdas por imparidade	(31.537.032)	-
	1.069.001.961	205.147.525

Esta rubrica inclui as operações activas realizadas em mercado aberto, nomeadamente, operações de redesconto, títulos e contratos afectos para cumprimento de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, depósitos overnight (Facilidade de Cedência de Liquidez overnight) e cedência de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Operações de redesconto” apresenta a seguinte distribuição por instituição financeira:

Instituição financeira	2016				2015			
	Valor cedido	Rendimentos a receber	Imparidade Acumulada	Valor líquido de Balanço	Valor cedido	Rendimentos a receber	Imparidade Acumulada	Valor líquido de Balanço
Banco Económico	181.624.950	1.326.578	(75.261.067)	107.690.461	143.706.722	-	(28.954.410)	114.752.312
Banco de Poupança e Crédito	118.099.163	764.775	-	118.863.938	81.410.355	-	-	81.410.355
Banco Angolano de Negócios e Crédito	13.000.000	98.196	(8.789.307)	4.308.889	13.000.000	-	(4.015.142)	8.984.858
	312.724.112	2.189.550	(84.050.374)	230.863.288	238.117.077	-	(32.969.552)	205.147.525

Em 31 de Dezembro de 2016, os colaterais inerentes às “Operações de redesconto” referentes ao Banco Económico e ao Banco de Poupança e Crédito, ascendem a Kz 173.858.994 Mil e Kz 71.299.905 Mil, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as operações de redesconto têm prazos de 29 e 30 dias respectivamente, e são remuneradas a uma taxa média anual de 20,0% e 15,0%, respectivamente.

As operações de redesconto visam ceder liquidez por prazo mais alargado às instituições financeiras bancárias, na qualidade de prestamista de última instância. Estas operações são concedidas a exclusivo critério do BNA, mediante solicitação formal da instituição financeira, sendo realizadas com o compromisso de recompra dos activos dados em garantia. No exercício de 2016, o Banco registou uma perda por imparidade no montante de Kz 84.050.374 Mil, equivalente a 66,7% do valor de balanço deduzido dos colaterais inerentes às “Operações de redesconto”, uma vez que corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à exposição ao risco de mercado e de crédito das referidas posições activas.

Relativamente ao Banco de Poupança e Crédito é importante salientar que é uma entidade Estatal que não apresenta eventos de default a 31 de Dezembro de 2016 e consequentemente o Conselho de Administração considera que não existe a necessidade de contabilizar perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Títulos e contratos afectos para cumprimento de reserva obrigatória” corresponde Obrigações do Tesouro entregues pelos bancos comerciais para cumprimento de reservas obrigatórias em moeda nacional e moeda estrangeira, de acordo com o previsto no Instrutivo nº2 e 4/2016, estando de igual modo contabilizadas na rubrica “Reservas bancárias” (Nota 14) e encontram-se registadas pelo valor nominal.

Instituição financeira	2016		
	Valor cedido	Rendimentos a receber	Valor líquido de Balanço
Banco de Poupança e Crédito	160 335 132	6 643 098	166 978 230
	160 335 132	6 643 098	166 978 230

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “operações ocasionais de cedência de liquidez” apresenta a seguinte distribuição:

Instituição financeira	2016	
	Valor cedido	Valor líquido de Balanço
Banco Sol	2 453 703	2 453 703
	2 453 703	2 453 703

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Facilidade de Cedência de Liquidez – depósitos *overnight*” apresenta a seguinte distribuição:

Os depósitos *overnight* são disponibilizados pelo Banco Nacional de Angola, sendo executados por iniciativa directa das instituições financeiras bancárias e são remunerados a uma taxa de 20,0%.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Cedência de liquidez” corresponde a cedência de liquidez em moeda estrangeira a uma instituição financeira bancária nacional para servir de colateral a abertura de uma carta de crédito para operações de importação de bens alimentares. No exercício de 2016, o Banco registou perdas por imparidade de Kz 31.537.032 Mil para as operações de cedência de liquidez a bancos comerciais.

Durante o exercício de 2016 mantiveram-se um conjunto de operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária, que não foram totalmente cobertas através dos respectivos colaterais. Por esta razão, e atendendo a que estas operações têm prazos específicos que não foram totalmente cumpridos, o Banco optou por uma abordagem mais conservadora tendo em consideração a cobertura de riscos e contingências futuras. Neste contexto, o Banco decidiu aumentar as suas perdas por imparidade para estas operações bem como para as recentes operações de cedência de crédito em moeda estrangeira passando as mesmas a corresponder a 66,7% do valor de balanço deduzido dos colaterais inerentes às operações de redesconto, bem como a 100% do valor aplicado em instituições de crédito.

7. Activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de instrumentos financeiros apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Activos sobre o exterior		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Aplicações geridas por entidades externas	880.881.575	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida soberana estrangeira		
Emissores públicos estrangeiros		
Valor nominal	622.347.927	843.563.046
Variações de justo valor (Nota 20)	5.370.734	(3.862.817)
Rendimentos a receber	6.369.217	12.772.063
Operações de venda com acordo de recompra		
Valor nominal	610.918.536	-
Variações de justo valor (Nota 20)	(203.512)	-
Rendimentos a receber	(3.750.176)	-
Organismos financeiros internacionais		
Valor nominal	153.310.085	302.132.280
Variações de justo valor (Nota 20)	(250.323)	(640.984)
Rendimentos a receber	569.047	1.291.269
	1.394.681.535	1.155.254.857
	2.275.563.110	1.879.376.824
Activos internos		
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações do Tesouro		
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	69.553.127	56.053.142
Juros a receber	650.116	528.282
	70.203.243	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital		
Obrigações do Tesouro	174.440.000	174.440.000
	244.643.243	231.021.424
	2.520.206.353	2.110.398.248

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a desagregação da rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados – Aplicações geridas por entidades externas” por tipologia de instrumento financeiro é a seguinte:

	2016	2015
Aplicações geridas por entidades externas		
Instrumentos de dívida:		
Dívida pública e <i>corporate</i>	499 444 441	295 106 088
Dívida estruturada com capital garantido	57 545 549	47 235 220
Instrumentos de capital:		
Fundos de capital de risco	84 684 557	79 376 842
Fundos de investimento mobiliário	-	28 830 709
Fundos de investimento imobiliário	85 633 243	65 299 702
Fundos de investimento alternativo (<i>hedge funds</i>)	25 782 258	13 285 161
Outros instrumentos de capital	13 507 326	(5 371 870)
Depósitos e outros activos monetários	114 269 473	200 360 114
	880 881 575	724 121 967

A rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados – Aplicações geridas por entidades externas” diz respeito a investimentos em activos de carteira discricionária. As responsabilidades futuras assumidas pelo BNA para chamadas de capital decorrentes de investimentos em fundos de investimento alternativo junto de dois gestores externos, registadas em contas extrapatrimoniais, ascendiam em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a aproximadamente Kz 19.000.862 Mil e Kz 15.606.019 Mil, respectivamente (Nota 23).

Os resultados da valorização destas aplicações ao seu justo valor são reflectidos na rubrica da demonstração de resultados “Resultados de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados” (Nota 28).

A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados – Aplicações geridas por entidades externas” inclui o montante de Kz 66.293.528 Mil correspondente ao justo valor negativo de instrumentos derivados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica “Títulos de dívida soberana estrangeira – Valor nominal” em termos de prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:

2016					
	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Títulos de dívida soberana estrangeira					
Emissores públicos estrangeiros	180.595.126	269.126.744	79.198.382	93.427.675	622.347.927
Organismos financeiros internacionais	125.643.950	8.295.150	2.780.685	16.590.300	153.310.085
Operações de venda com acordo de recompra	49.770.900	206.694.068	211.776.988	142.676.580	610.918.536
	356.009.976	484.115.962	293.756.055	252.694.555	1.386.576.548
2015					
	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Títulos de dívida soberana estrangeira					
Emissores públicos estrangeiros	78.114.178	322.517.837	352.964.576	89.966.455	843.563.046
Organismos financeiros internacionais	48.161.450	204.393.100	13.531.500	36.046.230	302.132.280
	126.275.628	526.910.937	366.496.076	126.012.685	1.145.695.326

Os resultados potenciais da valorização dos títulos de dívida soberana estrangeira ao seu justo valor são reflectidos nos Capitais Próprios na rubrica “Diferenças de reavaliação de justo valor” (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os títulos de dívida soberana estrangeira são remunerados a uma taxa média anual de 2,1% e 1,6%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a desagregação por prazos residuais das Obrigações do Tesouro classificadas nas rubricas de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Activos financeiros recebidos em aumento de capital” é a seguinte:

2016					
	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade					
Indexadas à taxa de câmbio do					
Dólar dos Estados Unidos	-	68.723.612	-	829.515	69.553.127
Activos financeiros recebidos em aumento de capital					
Obrigações do Tesouro	-	-	-	174.440.000	174.440.000
2015					
	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade					
Indexadas à taxa de câmbio do					
Dólar dos Estados Unidos	-	56.053.142	-	-	56.053.142
Activos financeiros recebidos em aumento de capital					
Obrigações do Tesouro	-	-	-	174.440.000	174.440.000

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as Obrigações do Tesouro classificadas na categoria de investimentos detidos até à maturidade são remuneradas a uma taxa média anual de 7%.

As valias associadas à variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro indexadas a taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos são reconhecidas pelo método da taxa efectiva na rubrica da demonstração dos resultados “Juros e rendimentos similares” (Nota 23).

O saldo da rubrica “Activos financeiros recebidos no aumento de capital” diz respeito a Obrigações do Tesouro emitidas pelo Ministério das Finanças para realização de parte do capital social subscrito no exercício de 2011, tal como definido na Lei n.º16/10 de 15 de Junho, Lei do BNA. Estes títulos caracterizam-se por não apresentarem remuneração associada e possuírem uma maturidade de 20 anos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco não detinha quaisquer activos financeiros em incumprimento nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade.

8. Fundo Monetário Internacional

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as posições activas e passivas junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) têm a seguinte composição:

	2016	2015
Activos sobre o exterior		
Quota FMI	174 004 429	44 007 563
Direitos de saque especiais	53 635 638	35 158 153
	227 640 067	79 165 716
Responsabilidades externas		
Contas nº1 / nº2	109 891 966	6 590 750
Atribuição de direitos de saque especiais	64 193 513	41 998 438
Conta títulos	37 439 101	37 439 101
FMI Reserva de tranche	26 711 395	-
Standby Arrangement	5 048 385	17 052 931
	243 284 360	103 081 220

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Activos sobre o exterior – Quota FMI” da República de Angola, é equivalente a 740.100.000 DSE (Kz 174.004.000 Mil) e 286.300.000 DSE (Kz 44.007.000 Mil), respectivamente, correspondendo a um incremento da quota em cerca de 159,0%.

A rubrica “Responsabilidades externas – Standby Arrangement” representa as responsabilidades assumidas pela República de Angola referentes a financiamentos obtidos junto do FMI, sendo estes denominados em DSE. O reembolso do empréstimo obtido iniciou-se em Fevereiro de 2013, tendo sido liquidados nos exercícios de 2016 e 2015 os montantes de 89.469 mDSE e 246.934 mDSE, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a taxa de câmbio de Kz para DSE corresponde a aproximadamente 0,004 253 34 e 0,000 650 570, respectivamente.

9. Activos financeiros concedidos ao estado

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016
Activos financeiros concedidos ao Estado	
Activos financeiros titulados	190.000.000
Activos financeiros não titulados	82.951.500
	272.951.500

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Activos financeiros concedidos ao Estado" inclui Obrigações do Tesouro do Estado Angolano, que foram emitidas através do Decreto presidencial nº 129/16 de 13 de Junho, para liquidação da conta corrente contraída pelo Estado junto do BNA, no valor de Kz 190.000.000 Mil. Estas obrigações apresentam um prazo de reembolso de 10 anos e não apresentam juros de cupão. O Conselho de Administração aguarda esclarecimentos por parte do Ministério das Finanças no sentido de clarificar o enquadramento destas obrigações face aos requisitos previstos no n.º 2 do art.º 39 da Lei nº 16/10 de 15 de Julho.

Os Activos financeiros não titulados dizem respeito a um financiamento obtido junto da Gemcorp, pelo montante total de USD 500.000 Mil, tendo sido repassada para o Ministério das Finanças. O acordo de repasse de dívida prevê uma taxa de juro anual de 2,6% e um reembolso faseado nas seguintes datas: 3 de Novembro de 2017, 5 de Novembro de 2018 e 4 de Novembro de 2019. Nos termos da Lei n.º 16/10 de 15 de Julho, o BNA pode conceder ao Estado um crédito em conta corrente até ao limite equivalente 10,0% das receitas correntes cobradas no último ano, sendo que o valor da conta corrente deve ser liquidado até 31 de Dezembro do ano a que respeite e os respectivos juros.

10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
No país		
EMIS, SARL	359 969	395 823

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o BNA detém uma participação de 37,0% e 41,0% do capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços S.A., respectivamente, registada ao custo de aquisição, cujo objectivo social é a gestão da rede Multicaixa e a consolidação do sistema de pagamentos de retalho de Angola. Conforme estabelecido no mandato que autoriza esta participação social, o BNA tem vindo a reduzir a sua participação, tendo passado de uma participação maioritária de 51,0% para os actuais 37,0%, estando em curso um conjunto de acções que visam a progressiva redução dessa participação.

11. Activos tangíveis e intangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso durante os exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	Saldos em 31-12-2015			Movimentos decorridos no exercício de 2016					Saldos em 31-12-2016		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates		Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
						Valor Bruto	(Amortizações)				
Activos tangíveis											
Imóveis	22 732 623	(4 723 598)	18 009 025	528 598	(634 514)	-	-	5 416 013	28 677 234	(5 358 112)	23 319 122
Equipamento	6 785 357	(3 102 509)	3 682 848	1 319 356	(1 000 556)	(1 730)	1 577	7 023	8 110 006	(4 101 488)	4 008 518
Património artístico	51 647	225	51 872	-	-	-	-	-	51 647	225	51 872
Activos tangíveis em curso	9 328 970	-	9 328 970	4 059 962	-	-	-	(5 423 036)	7 965 896	-	7 965 896
	38 898 597	(7 825 882)	31 072 715	5 907 916	(1 635 070)	(1 730)	1 577	-	44 804 783	(9 459 375)	35 345 408
Activos intangíveis											
Software	3 130 197	(2 475 452)	654 745	1 690 050	(515 690)	-	-	-	4 820 250	(2 991 146)	1 829 104
	42 028 794	(10 301 334)	31 727 460	7 597 966	(2 150 760)	(1 730)	1 577	-	49 625 033	(12 450 521)	37 174 512
	Saldos em 31-12-2014			Movimentos decorridos no exercício de 2015					Saldos em 31-12-2015		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates		Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
						Valor Bruto	(Amortizações)				
Activos tangíveis											
Imóveis	19 015 270	(4 229 512)	14 785 758	787 772	(494 086)	-	-	2 929 581	22 732 623	(4 723 598)	18 009 025
Equipamento	5 845 751	(2 411 336)	3 434 415	978 714	(719 232)	(39 108)	28 059	-	6 785 357	(3 102 509)	3 682 848
Património artístico	51 968	-	51 968	-	-	(321)	225	-	51 647	225	51 872
Activos tangíveis em curso	7 782 112	-	7 782 112	4 476 440	-	-	-	(2 929 581)	9 328 970	-	9 328 970
	32 695 101	(6 640 848)	26 054 252	6 242 926	(1 213 318)	(39 429)	28 284	-	38 898 597	(7 825 882)	31 072 715
Activos intangíveis											
Software	2 712 718	(1 981 351)	731 367	417 479	(494 103)	-	-	-	3 130 197	(2 475 452)	654 745
	35 407 819	(8 622 199)	26 785 619	6 660 405	(1 707 421)	(39 429)	28 284	-	42 028 794	(10 301 334)	31 727 460

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Activos tangíveis em curso” refere-se às seguintes obras em curso, por delegação:

	2016	2015
Luanda	6 474 406	8 569 963
Moxico	935 803	541 225
Soyo	260 135	-
Huambo	140 173	-
Cabinda	122 404	65 784
Huila	32 975	-
Cuando-Cubango	-	151 998
	7 965 896	9 328 970

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Luanda” inclui, essencialmente a transferência do imobilizado em curso para firme (Museu da moeda).

Em 31 de Dezembro de 2016, o aumento verificado na rubrica “Moxico” é explicado essencialmente pela reabilitação do edifício desta delegação regional.

12 – Outros valores activos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores e outras aplicações		
Devedores por capital não realizado	13.027.113	13.027.112
Pessoal	7.674.815	3.670.094
Adiantamentos a fornecedores	1.705.453	129.058
Devedores diversos	1.460.489	25.958.716
Valores a receber ao abrigo do Acordo de Conversão		
Monetária com o Banco da Namíbia	(278)	13.539.567
Despesas com encargo diferido		
Emissões de notas e moedas	7.479.419	8.753.146
Fornecimentos e serviços de terceiros	82.031	11.247
Outros activos		
Depósitos de transgressões cambiais	4.243.496	3.327.617
Economato	723.412	428.795
Contas de regularização	362.463	1.235.869
	36.758.413	70.081.221

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores por capital não realizado” corresponde ao valor que se encontra por realizar pelo Ministério das Finanças, referente ao aumento de capital social que visa cumprir com o artigo n.º 4 da Lei Orgânica do BNA.

Nos exercícios de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a variação no saldo desta rubrica decorre dos seguintes movimentos:

Saldo em 2014	21 764 407
Reduções do exercício de 2015	
Afectação de dividendos a distribuir relativo ao exercício de 2014	
Exercício de 2014	8 737 295
Saldo em 2015	13 027 112
Reduções do exercício de 2016	
Afectação de dividendos a distribuir relativo ao exercício de 2015	
Exercício de 2015	-
Saldo em 2016	13 027 112

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações - Pessoal” pode ser detalhado da seguinte forma:

	2016	2015
Empréstimos aos empregados	4 141 111	-
Projectos habitacionais	3 170 827	3 311 679
Fundo social	362 877	358 415
	7 674 815	3 670 094

No âmbito da política social vigente no BNA e por forma a prestar apoio na obtenção de habitação própria, o Conselho de Administração decidiu adquirir lotes de habitações para atribuição aos seus colaboradores na modalidade de renda resolúvel. Neste contexto, o saldo das rubricas “Empréstimos aos empregados” e “Projectos habitacionais” representa o montante em dívida não subsidiado pelo BNA que será reembolsado pelos trabalhadores.

A rubrica “Empréstimos aos empregados” corresponde à compra da dívida dos trabalhadores junto das instituições financeiras bancárias, devendo este montante ser amortizado periodicamente pelos trabalhadores a favor do Banco.

A rubrica “Fundo social” diz respeito ao montante a receber referente a ajudas extraordinárias concedidas pelo Banco aos seus colaboradores para pagamento de despesas pontuais de cariz pessoal. Estes valores são posteriormente cobrados aos respectivos beneficiários, juntamente com o processamento salarial.

A rubrica “Devedores e outras aplicações – Adiantamentos a fornecedores” corresponde integralmente aos montantes adiantados à empresa produtora de notas e moedas nacionais.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos” apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Suprimentos EMIS	103.614	103.614
Operações pendentes de regularização	1.343.337	25.848.219
Cauções a receber	13.538	6.883
	1.460.489	25.958.716

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Operações pendentes de regularização” corresponde a operações diversas do final deste exercício e regularizada no exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações – Valores a receber ao abrigo do Acordo de Conversão Monetária com o Banco da Namíbia” corresponde essencialmente aos valores em Kwanzas, a serem repatriados para Angola no âmbito do Acordo de Conversão Monetária com o Banco da Namíbia, celebrado em 22 de Setembro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Emissões de notas e moedas” corresponde as despesas associadas à produção de notas e moedas de Kwanza. Os custos incorridos com a sua produção são inicialmente registados nesta rubrica e depois reconhecidos linearmente em resultados, ao longo do período de vida útil das mesmas, actualmente estimado em 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as despesas com produção de notas e moedas apresentam a seguinte distribuição:

	2016	2015
Notas	6 354 562	7 468 469
Moedas	1 124 857	1 284 677
	7 479 419	8 753 146

13 – Notas e moedas em circulação

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Emissão monetária		
Notas emitidas	715 753 959	698 307 468
Moedas emitidas	3 634 507	1 799 507
Notas e moedas para circulação		
Notas	(212 616 145)	(180 222 506)
Moedas	(766 707)	(296 573)
	506 005 614	519 587 896

Esta rubrica representa a emissão de notas e moedas que o Banco Nacional de Angola colocou no mercado como instrumento de facilitação das transacções comerciais do país, deduzido dos valores faciais que o BNA detém e que aguardam a entrada em circulação no mercado.

Os custos associados à depreciação anual das notas estão reflectidos na rubrica “Outros valores activos – Despesas com encargo diferido” (Nota 12), os quais são reconhecidos linearmente em resultados do exercício, após entrada em circulação, ao longo da vida útil estimada das notas, estabelecido actualmente em 5 anos.

Considerando que desde 30 de Junho de 2015, deixou de ser possível depositar notas e moedas da antiga família do Kwanza junto dos bancos comerciais, o volume em circulação das referidas notas deixou de ser relevante na rubrica “Notas e moedas em circulação”. Deste modo, no exercício de 2016, o Banco Nacional de Angola procedeu à regularização dos saldos residuais relacionados com a antiga família no valor de Kz 5.067.619 Mil e Kz 4.559.202 Mil com impactos positivos na rubrica “Resultados Transitados” e “Outros Resultados Operacionais”, respetivamente.

Adicionalmente, e conforme previsto na IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, o BNA não procedeu à reexpressão retrospectiva dos saldos pela impossibilidade de determinar a quantia referente ao exercício de 2015 e antecedentes.

14 – Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Reservas bancárias		
Em moeda nacional		
Reserva líquida	835.946.076	979.987.436
Títulos	394.258.467	-
Contratos de financiamento	15.378.928	-
Em moeda estrangeira		
Reserva líquida	174.313.679	131.730.985
Títulos	243.303.193	-
	1.663.200.343	1.111.718.421
Mercado monetário interbancário		
Valor absorvido FAL7	42.200.000	-
Operações ocasionais de absorção de liquidez		
Valor absorvido	26.686.600	24.850.000
Encargos a pagar	205.560	83.131
Operações permanentes de absorção de liquidez	-	18.980.998
	69.092.160	43.914.129
	1.732.292.503	1.155.632.550

A rubrica “Reservas bancárias” representa os depósitos em moeda nacional e moeda estrangeira efectuados pelas instituições financeiras bancárias nacionais, visando satisfazer as exigências legais relativas aos níveis mínimos de reservas obrigatórias definidos pelo Banco Central, os quais não são remunerados, Obrigações do Tesouro e Contratos de Financiamento entregues pelos bancos comerciais para cumprimento de reservas obrigatórias em moeda nacional e moeda estrangeira, de acordo aos Instrutivos nº 2 e 4/2016, estando de igual modo contabilizadas na rubrica “Operações às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária” (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o coeficiente considerado para o apuramento das reservas bancárias em moeda nacional ascende a 30,0% e 25,0%, respectivamente, sobre a base de incidência.

A rubrica “Mercado monetário interbancário” inclui todas as operações de absorção de liquidez, realizadas em moeda nacional, destinadas a gerir a liquidez do sistema bancário nacional.

De acordo com a Directiva nº 13/DMA/15, de 28 de Dezembro as operações permanentes de absorção de liquidez overnight, cuja taxa de remuneração está fixada em 0%, foram substituídas pelas operações de absorção com duração de sete dias (FAL 7) cuja taxa inicial de remuneração era 1,8%. Em 31 de Dezembro de 2016, a taxa de remuneração destas operações passou para 7,3%.

Em 31 de Dezembro de 2016, as operações de absorção com duração de sete dias (FAL 7) apresentam a seguinte distribuição por instituição financeira:

Instituição financeira	2016
	Valor absorvido
Banco de Negócios Internacional	17 200 000
Banco VTB Africa	10 000 000
Banco Internacional Crédito	7 000 000
Standard Chartered Bank Angola, S.A	6 000 000
Finibanco Angola SA	2 000 000
	42 200 000

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades do BNA pela realização de “Operações ocasionais de absorção de liquidez” em mercado aberto apresentam a seguinte distribuição por instituição financeira:

Instituição financeira	2016			2015		
	Valor absorvido	Encargos a pagar	Total	Valor absorvido	Encargos a pagar	Total
Standard Chartered Bank de Angola	14 641 600	132 826	14 774 426	3 050 000	9 503	3 059 503
Banco de Negócios Internacional	6 500 000	47 292	6 547 292	500 000	179	500 179
Banco Internacional de Crédito	5 500 000	24 795	5 524 795	-	-	-
Banco YETU	45 000	647	45 647	-	-	-
Banco de Fomento de Angola	-	-	-	9 000 000	35 808	9 035 808
Banco Kwanza Invest	-	-	-	4 800 000	28 337	4 828 337
Banco Angolano de Investimentos	-	-	-	4 000 000	2 106	4 002 106
Banco de Comércio e Indústria	-	-	-	2 000 000	3 576	2 003 576
Banco de Crédito do Sul	-	-	-	1 000 000	3 066	1 003 066
Banco Regional do Keve	-	-	-	500 000	556	500 556
	26 686 600	205 560	26 892 160	24 850 000	83 131	24 933 131

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica “Operações ocasionais de absorção de liquidez – Valor absorvido” em termos de prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:

Instituição financeira	2016		
	Até 1 mês	Entre 1 mês a 3 meses	Total
Standard Chartered Bank de Angola	6 950 000	7 691 600	14 641 600
Banco de Negócios Internacional	5 800 000	700 000	6 500 000
Banco Internacional de Crédito	2 500 000	3 000 000	5 500 000
Banco Yetu	25 000	20 000	45 000
	15 275 000	3 720 000	26 686 600

Instituição financeira	2015		
	Até 1 mês	Entre 1 mês a 3 meses	Total
Banco de Fomento de Angola	6 500 000	2 500 000	9 000 000
Banco Kwanza Invest	3 000 000	1 800 000	4 800 000
Banco Angolano de Investimentos	-	4 000 000	4 000 000
Standard Chartered Bank de Angola	3 050 000	-	3 050 000
Banco de Comércio e Indústria	2 000 000	-	2 000 000
Banco de Credito do Sul	1 000 000	-	1 000 000
Banco Regional do Keve	500 000	-	500 000
Banco de Negócios Internacional	500 000	-	500 000
	16 550 000	8 300 000	24 850 000

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a taxa média de remuneração das “Operações ocasionais de absorção de liquidez” é de 12,0% e 8,5%, respectivamente.

15 – Responsabilidades internas para com outras entidades

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Conta Única do Tesouro		
Em moeda estrangeira	1.549.001.598	1.337.114.906
Em moeda nacional	121.018.687	16.251.054
Valores a devolver a CUT	4.172.661	27.352.478
	1.674.192.946	1.380.718.438
Outras responsabilidades	103.844	137.973

A rubrica “Conta Única do Tesouro” está inserida no âmbito do protocolo celebrado em 2002 com o Ministério das Finanças, referente à gestão da Política Fiscal e Monetária, na qual o Tesouro deposita, entre outras receitas, as resultantes dos impostos da exploração de petróleo e dos financiamentos obtidos. A remuneração desta conta apesar de prevista no protocolo nunca foi implementada, sendo convicção do Conselho de Administração do Banco que a referida remuneração referente ao exercício de 2015 e exercícios anteriores não seja exigível, dado que o protocolo se encontra actualmente em revisão.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Conta única do Tesouro” sofreu um aumento, explicado pelo aumento das suas disponibilidades em moeda estrangeira devido a desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos e ao aumento das disponibilidades em moeda nacional, justificado essencialmente, pelo financiamento concedido pelo BNA em Kz 190.000.000 Mil (Nota 9). Adicionalmente, a data de 31 de Dezembro de 2016 rubrica Conta Única do Tesouro - em Moeda nacional inclui garantia no montante de Kz. 70.095.118 Mil conforme previsto o Instrutivo nº 06/2016, de 26 de Maio do Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Outras responsabilidades” corresponde ao valor em dívida referente ao contrato de leasing financeiro celebrado com uma instituição financeira, em Agosto de 2015, para aquisição de viaturas ligeiras.

16 – Operações de venda com acordo de recompra

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” diz respeito a um financiamento obtido junto de duas entidades externas, a Gemcorp e o ICBC Standard Bank, pelo montante total de USD 3.500 milhões, tendo cedido como garantias títulos de dívida soberana estrangeira no montante de USD 3.659 milhões de (Nota7).

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	2016		
	Financiamento Obtido	Encargos a pagar	Total
GemCorp	248.854.500	2.618.126	251.472.626
ICBC Standard Bank	331.806.000	216.962	332.022.962
	580.660.500	2.835.088	583.495.588

Entidade	Financiamento	Moeda	Data de início (Desembolso)	Data de maturidade (reembolso)	Periodicidade de pagamento de juros	Taxa de juros	Financiamento MN	Acrescimo de juros ME	Valor a pagar ME	Valor a pagar MN
GEMCORP	500.000	USD	30-06-2016	30-06-2018	Anual	1,85%	82.951.500	4.663,01	504.663	83.725.108
GEMCORP	500.000	USD	02-09-2016	02-09-2018	Anual	2,20%	82.951.500	3.596,73	503.597	83.548.208
ICBC Standard Bank	1.000.000	USD	27-10-2016	27-10-2021	Trimestral	2,70%	165.903.000	4.875,00	1.004.875	166.711.777
ICBC Standard Bank	1.000.000	USD	09-12-2016	09-12-2021	Trimestral	3,09%	165.903.000	1.888,33	1.001.888	166.216.280
GEMCORP	500.000	USD	09-11-2016	09-11-2019	Anual	2,60%	82.951.500	2.065,75	502.666	83.294.215
	3.500.000						580.660.500	17.089	3.517.689	583.495.588

Em 31 de Dezembro de 2016, a taxa média de remuneração das “Operações de venda com acordo de recompra” é de 2,3%.

17 – Responsabilidades com pensões e outros benefícios

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estimativa das responsabilidades por serviços prestados relativamente aos reformados e à população activa do Banco elegível ascende a:

	2016	2015
Reformados		
Pensões de reforma e sobrevivência	104 394 239	73 352 187
Assistência médica e medicamentosa	16 361 074	10 085 926
Cabazes de Natal	5 712 067	3 199 752
Subsídio por morte	2 131 175	-
Trabalhadores no activo		
Pensões de reforma e sobrevivência	55 080 893	51 139 349
Compensação de reforma	4 554 508	2 923 801
Cabazes de Natal	3 495 696	2 332 478
	191 729 652	143 033 493

O Banco assumiu o compromisso, a título voluntário, de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência aos seus trabalhadores. Neste sentido, as responsabilidades com pensões e outros benefícios consistem em provisões que o Conselho de Administração decidiu constituir a partir do exercício de 2010, com o objectivo de cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a pensões por velhice, reforma antecipada e de sobrevivência dos seus colaboradores, com base num plano de benefícios definido. As mesmas são calculadas através da aplicação de 60,0% sobre o valor do salário pensionável dos participantes elegíveis.

Durante o exercício de 2015, foi constituído o fundo de pensões dos trabalhadores do BNA, mediante a publicação do Despacho n.º 335/15 de 27 de Outubro. As contribuições para o fundo de pensões tiveram início a 1 de Janeiro de 2016, sendo que o Conselho de Administração deliberou um aporte financeiro inicial sob a forma de contribuição extraordinária a cada trabalhador que aderiu ao plano de pensões, de forma proporcional ao tempo de serviço no Banco, desde a sua admissão, com a finalidade de estimular a adesão ao fundo de pensões, bem como retribuir a contribuição dada por cada trabalhador ao desenvolvimento e consolidação da instituição. O valor do aporte inicial ascende a Kz 55.080.893 Mil.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios definido (plano de pensões) é apresentado no quadro seguinte:

Número de participantes	2016	2015
Activos	1.894	1.827
Reformados e pré-reformados	1.594	1.534
	3.488	3.361

As responsabilidades decorrentes do plano de pensões foram determinadas com base em estudos actuariais com referência 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tendo sido utilizado o método do crédito unitário projectado.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros são os seguintes:

Pressupostos actuariais e financeiros	2016	2015
Taxa de juro	2,50%	2,50%
Taxa esperada de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Data de retroatividade	01.01.1986	01.01.1985
Data de corte	31.12.2016	31.12.2015
Tábua de mortalidade/sobrevivência	PF-60/64	PF-60/64
Momento de atribuição da pensão de reforma	60 anos de idade com mínimo de 5 anos de serviço	60 anos de idade com mínimo de 5 anos de serviço
Moeda de referência e cálculo	Kz (Kwanzas)	Kz (Kwanzas)

As responsabilidades com compensação de reforma correspondem ao montante a pagar aos colaboradores que atingem a reforma, conforme disposto na Lei n.º 2/2000 e os artigos n.º 218 e 262 da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.2. h). Não obstante a Lei Geral do Trabalho de 7/15, de 15 de Junho que revoga a Lei n.º 2/2000, de 11 de Fevereiro, extinguir as responsabilidades com a compensação de reforma aos trabalhadores, relativamente ao artigo 262 - Compensação de reforma o Conselho de Administração deliberou a 27 de Dezembro de 2016, a continuidade deste benefício para todos os trabalhadores admitidos antes de 13 de Setembro de 2015 conforme informação nº20 Refª DRH/DIR/2016.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco reconheceu responsabilidades por serviços passados referentes à obrigação construtiva associada à assistência médica e medicamentosa dos reformados e às despesas com os cabazes de Natal dos reformados e dos trabalhadores activos (Nota 35).

18 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Provisões ascende a:

	2016	2015
Para riscos de mercado	94 775 288	76 501 916
Para risco sistémico do sector bancário	28 190 807	-
Para riscos diversos	1 834 151	2 432 410
Para risco de amortização da dívida de trabalhadores	1 151 082	-
	125 951 328	78 934 326

Nos exercícios de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica de provisões foram os seguintes:

	Saldo em 31-12-2014	Reforços	Utilizações	Regularizações	Saldo em 31-12-2015	Reforços	Utilizações	Regularizações	Saldo em 31-12-2016
Provisão para riscos de mercado	39 323 135	37 178 781	-	-	76 501 916	18 273 372	-	-	94 775 288
Provisão para risco sistémico do sector bancário	-	-	-	-	-	28 190 807	-	-	28 190 807
Provisão para riscos diversos	1 286 348	1 000 000	(12 744)	158 806	2 432 410	-	-	(598 259)	1 834 151
Provisão para riscos de amortização de dívida de trabalhadores	-	-	-	-	-	1 151 082	-	-	1 151 082
	40 609 483	38 178 781	(12 744)	158 806	78 934 326	46 464 179	-	(598 259)	125 951 328

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a provisão para riscos de mercado corresponde a 2,5% do valor de balanço dos títulos de dívida soberana estrangeira, a 5,0% do valor de balanço das aplicações geridas por entidades externas e a 1,0% do valor de balanço dos depósitos a prazo, uma vez que corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à exposição ao risco de mercado das referidas posições activas. Em 31 de Dezembro de 2015, esta provisão correspondeu a mesma estimativa.

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão para riscos sistémicos do sector bancário corresponde a exposição das instituições financeiras bancárias ao risco e considera na sua base de cálculo o total dos passivos financeiros deduzidos das disponibilidades líquidas das instituições financeiras bancárias, uma vez que corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração relativamente à exposição ao risco de falência de algumas instituições financeiras bancárias nacionais.

O saldo da rubrica “Provisão para riscos diversos” corresponde ao montante estimado para cobertura de potenciais responsabilidades de natureza específica, nomeadamente execução de garantias prestadas ou outros compromissos, abertura de contingências relativas a questões cambiais e outras responsabilidades ou contingências legais, sendo que em 31 de Dezembro de 2016 ascende a Kz 1.834.151 Mil.

O saldo da rubrica “Provisão para risco de amortização da dívida dos trabalhadores” corresponde ao montante estimado para cobertura de potenciais inadimplências, decorrentes do não pagamento das dívidas contraídas pelos funcionários junto do Fundo Social do Banco, sendo que em 31 de Dezembro de 2016 ascende a Kz 1.151.082 Mil.

19 – Outros valores passivos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Credores e outros recursos		
Valores a pagar ao abrigo do Acordo de Conversão		
Monetária com o Banco da Namíbia	50.821.107	52.275.943
Credores diversos	17.199.949	10.829.784
Fundo habitacional	28.767.580	4.059.451
Adiantamentos dos Bancos Comerciais	8.775.717	44.488
Dividendos a entregar ao Tesouro	7.769.810	-
Impostos a pagar	4.015.335	1.106.646
Fundo social	3.935.000	-
Banco Mundial	631.753	80.498
Encargos a pagar	3.798.549	2.449.724
Contas de regularização	321.950	201.118
	126.036.750	71.047.652

A rubrica “Credores e outros recursos – Valores a pagar ao abrigo do acordo monetário com o Banco da Namíbia” representa os montantes em Kwanzas repatriados pelo Banco da Namíbia (BoN) e que serão posteriormente liquidados em Dólares dos Estados Unidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA), no âmbito do acordo de conversão monetária celebrado entre os dois Bancos Centrais.

A rubrica “Credores e outros recursos – Credores diversos” apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Fornecedores	11.733.667	6.464.350
Depósitos de transgressões cambiais (Nota 12)	4.243.290	3.327.617
Cauções de empresas	1.222.992	1.037.817
	17.199.949	10.829.784

A rubrica “Credores e outros recursos – Fundo habitacional” corresponde à estimativa do Conselho de Administração para financiar investimentos imobiliários de cariz social, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Banco. Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco registou a provisão para fundo habitacional no montante de Kz 28.504.299 Mil, uma vez que corresponde à nossa melhor estimativa para financiar investimentos imobiliários de cariz social.

A rubrica “Credores e outros recursos – Adiantamentos dos Bancos Comerciais” corresponde aos depósitos adiantados de instituições financeiras bancárias para realização de parte do Capital Social.

O saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Dividendos a entregar ao Tesouro” corresponde ao montante de 60% do resultado líquido de 2015, proposto pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos ao Estado.

A rubrica “Credores e outros recursos - Impostos a pagar” corresponde essencialmente aos montantes retidos de impostos sobre aplicações de capitais nas operações de mercado monetário interbancário, sobre prestação de serviços e imposto predial durante o exercício de 2016.

A rubrica “Credores e outros recursos – Fundo social” corresponde ao montante de recursos financeiros que o Banco aprovisionou em 31 de Dezembro de 2016 a título de empréstimo aos trabalhadores.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Banco Mundial” corresponde integralmente ao valor recebido para aprovisionamento da conta BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Encargos a pagar” corresponde essencialmente à especialização do subsídio de férias, de natal e do prémio de desempenho a atribuir ao pessoal e aos órgãos de gestão.

Considerando que o montante de subsídio de férias atribuído em determinado exercício são um direito adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor deste subsídio e respectivos encargos sociais entregáveis no ano seguinte.

Os prémios de desempenho a pagar ao pessoal e aos órgãos de gestão atribuídos são registados como custo no exercício a que se referem, embora sejam pagos apenas no exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Contas de Regularização” corresponde integralmente aos valores de sobras de caixa.

20 – Capital

O capital do BNA é de Kz 270.000.000 Mil, podendo ser aumentado por incorporação de reservas, deliberadas pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Titular do Poder Executivo (Lei n.º 16/10 de 15 de Junho).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o “capital subscrito e não realizado” é de mAOA 13.027.110. Não foi registada qualquer variação pelo facto de até ao momento não se ter verificado a realização do capital, por via da incorporação dos dividendos distribuídos, com referência a 31 de Dezembro de 2015 (Nota 12). O Ministério das Finanças deverá autorizar a realização do “capital subscrito e não realizado” via distribuição de resultados de 31 de Dezembro de 2015 ou liquidação/amortização do valor a ser realizado via conta única do Tesouro.

21 – Diferenças de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Diferenças de reavaliação de justo valor		
Activos financeiros disponíveis para venda	4 916 899	(4 503 801)
Ouro	(53 943 804)	(50 953 833)
	(49 026 905)	(55 457 634)
 Diferenças de reavaliação cambial	 594 042 044	 357 938 224
	545 015 139	302 480 590

O aumento verificado nas “Diferenças de Reavaliação” é justificado pelo reflexo da desvalorização cambial do Kwanza em cerca de 18,0% nas posições denominadas em moeda estrangeira e pelo aumento do justo valor do ouro e dos títulos de dívida soberana estrangeira.

22 – Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outras reservas		
Reserva legal	21 056 174	18 466 235
Reserva livre	20 944 640	18 354 701
	42 000 814	36 820 936
Resultados transitados	(5 067 619)	-

O aumento verificado nas “Outras Reservas” decorre integralmente da aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Administração referente ao resultado líquido apurado em 2015, no montante de Kz 12.949.684 Mil.

O saldo da rubrica “Resultados Transitados” diz respeito à correcção de um erro relativo a exercícios anteriores relacionado com a rubrica Notas e Moedas em Circulação.”.

23 – Contas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Responsabilidades por prestação de serviços	4 123 756 603	2 862 855 973
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	1 922 108 793	1 523 577 042
Notas e moedas fora de circulação	564 924 967	714 413 624
Compromissos perante terceiros		
Residentes	29 869 882	31 813 469
Não residentes	17 966 465	15 606 019
Garantias recebidas	5 403 009	4 695 914
Serviços prestados por terceiros	664 854	664 854
	6 664 694 573	5 153 626 895

Na rubrica “Responsabilidades por prestação de serviços” encontram-se registadas as responsabilidades do BNA actuando enquanto custodiante dos títulos emitidos pelo Ministério das Finanças. Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2016	2015
Responsabilidades por prestação de serviços		
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	2 695 729 722	1 934 210 948
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	480 030 376	488 303 307
Bilhetes do Tesouro	941 358 979	421 822 485
Outros valores depositados	6 636 120	18 517 826
Valores administrados pela instituição	1 406	1 406
	4 123 756 603	2 862 855 973

A rubrica “Garantias prestadas e outros passivos eventuais” refere-se essencialmente a garantias e avals prestados e a promissórias assumidas pelo BNA, perante entidades estrangeiras, as quais se encontram garantidas pelo Ministério das Finanças. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é decomposta em:

	2016	2015
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias institucionais prestadas		
Financiamento da China	1 206 807 804	974 246 933
	1 206 807 804	974 246 933
Promissórias		
Promissórias definitivas da linha Brasil	616 131 944	502 533 975
Promissórias a favor de outros	99 169 044	46 796 133
	715 300 988	549 330 108
	1 922 108 793	1 523 577 042

Estas responsabilidades encontram-se suportadas pelo Protocolo sobre a Gestão da Política Fiscal e Monetária celebrado com o Ministério das Finanças. Este protocolo identifica o Ministério como o responsável pelo seu pagamento, sendo o BNA o garante da dívida em caso de incumprimento por parte do Ministério das Finanças.

A rubrica “Notas e moedas fora de circulação” é constituída integralmente pelas notas e moedas da nova família de Kwanzas que se encontram prontas para emissão, bem como pelas notas deterioradas que aguardam destruição.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Compromissos perante terceiros – Não Residentes” corresponde aos compromissos futuros assumidos pelo Banco para chamadas de capital decorrentes de investimentos em fundos de investimento alternativo junto das entidades externas onde o BNA detém carteiras de gestão discricionária, que ascendem ao montante de Kz 17.966.456 Mil e Kz 15.606.019 Mil, respectivamente.

24 – Juros e rendimentos similares

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito		
Operações de redesconto	42 674 325	14 695 611
Depósito a prazo	12 129 365	7 839 939
Operações ocasionais de cedência de liquidez	6 643 098	-
Operações overnight	3 087 738	6 125 854
Activos financeiros disponíveis para venda	35 963 945	13 506 018
Investimentos detidos até à maturidade	18 138 583	17 663 447
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 847 414	357 111
Juros de crédito interno	-	7 615 833
Devedores e outras aplicações	-	5
	121 484 468	67 803 818

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” diz respeito essencialmente aos ganhos obtidos com juros de depósitos a prazo e juros de operações de cedência de liquidez realizadas pelo BNA.

As rubricas “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda” representam os ganhos obtidos com os juros de cupão e os rendimentos resultantes do reconhecimento pelo método da taxa efectiva das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) das obrigações do Tesouro Nacional e dos títulos de dívida soberana estrangeira detidos em carteira, respectivamente.

25 – Juros e encargos similares

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Encargo de activos financeiros disponíveis para venda	22.398.016	-
Recursos de instituições de crédito	10.926.583	2.613.756
Juros de empréstimos	147.044	5.531.003
Outros juros e encargos similares	12.441	30.253
	33.484.084	8.175.012

Nos exercícios de 2016 a rubrica “Encargos financeiros disponíveis para venda” diz respeito a menos valia obtida na venda de títulos de dívida soberana estrangeira e aos juros decorrentes das “Operações de venda com acordo de recompra” realizadas com a Gemcorp e ICBC Standard Bank.

A rubrica “Recursos de instituições de crédito” diz respeito aos custos incorridos com os juros das operações de absorção de liquidez realizadas pelo BNA.

Os juros referentes a “Operações de venda com acordo de recompra realizadas com a Gemcorp e ICBC” ascendem a Kz 2.835.088 Mil, conforme ilustrado abaixo:

Entidade	Financiamento	Moeda	Data de inicio (Desembolso)	Data de maturidade (reembolso)	Juros a pagar MN
GEMCORP	500.000	USD	30-06-2016	30-06-2018	773.607,96
GEMCORP	500.000	USD	02-09-2016	02-09-2018	596.708,34
ICBC Standard Bank	1.000.000	USD	27-10-2016	27-10-2021	808.777,13
ICBC Standard Bank	1.000.000	USD	09-12-2016	09-12-2021	313.280,16
GEMCORP	500.000	USD	09-11-2016	09-11-2019	342.714,69
	3.500.000				2.835.088

26 – Rendimentos de serviços e comissões

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Comissões recebidas por operações realizadas por conta de terceiros		
Ministério das Finanças	9 515 907	10 080 991
Comissões recebidas por serviços prestados		
Sistema de Pagamentos em Tempo Real	52 638	88 735
	9 568 545	10 169 726

A rubrica “Comissões recebidas por operações realizadas por conta de terceiros” refere-se integralmente a comissões arrecadadas em consequência das transferências bancárias efectuadas em nome do Tesouro Nacional, nos termos do protocolo celebrado entre o BNA e o Ministério das Finanças.

27 – Encargos com serviços e comissões

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica ascende a Kz 5.951.056 Mil e Kz 2.938.199 Mil, respectivamente, dizendo respeito ao reconhecimento das comissões cobradas pelas entidades externas onde o BNA detém carteiras de gestão discricionária, comissões de custódia dos títulos de dívida soberana estrangeira, comissões pagas decorrentes das relações mantidas com o FMI e a comissões de manutenção de contas à ordem.

	2016	2015
Comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros		
Instrumentos financeiros	5 945 732	2 570 894
Comissões diversas	3 077	-
Por operações realizadas por terceiros	2 247	2 241
Despesas e comissões cobradas pelo FMI	-	365 064
	5 951 056	2 938 199

28 – Resultados de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica ascende a Kz 8.200.768 Mil e Kz 11.681.346 Mil, respectivamente, representando o resultado líquido das mais e menos valias potenciais de justo valor associadas às posições das carteiras geridas por entidades externas.

	2016	2015
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Aplicações geridas por entidades externas	83.450.312	46.663.758
	83.450.312	46.663.758
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Aplicações geridas por entidades externas	75.249.544	34.982.412
	75.249.544	34.982.412
	8.200.768	11.681.346

29 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica ascende a uma perda de Kz 230.200 Mil, representando as menos-valias obtidas com a alienação de títulos de dívida soberana estrangeira, classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

	2016	2015
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida soberana estrangeira	233 987	-
	233 987	-
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida soberana estrangeira	(464 187)	-
	(464 187)	-
	(230 200)	-

30 – Resultados de investimentos em associadas e outras entidades

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o saldo desta rubrica corresponde integralmente à perda de Kz 351.435 Mil, decorrente do desreconhecimento das posições activas e passivas mantidas junto do Afreximbank (Nota 9), o que justifica o saldo nulo desta rubrica no exercício de 2016.

	2016	2015
Perdas de investimentos em associadas e outras entidades		
Valorizados ao custo histórico	-	351 435
	-	351 435

31 – Resultados cambiais

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos cambiais		
Ganhos associados a diferenças cambiais	141 878 010	56 938 635
Ganhos em operações cambiais	71 177 350	35 087 507
	213 055 360	92 026 142
Perdas cambiais		
Perdas em operações cambiais	24 544 170	10 786 615
Perdas associadas a diferenças cambiais	-	646 754
	24 544 170	11 433 369
	188 511 190	80 592 773

A partir de 31 de Dezembro de 2007, e tendo como base a deliberação constante da acta nº 08/A/2008 de 26 de Julho do Conselho de Administração, apenas as variações cambiais realizadas são reflectidas nas rubricas “Ganhos associados a diferenças cambiais” e “Perdas associadas a diferenças cambiais” da demonstração dos resultados dos exercícios em que ocorrem. As diferenças cambiais potenciais são reconhecidas na rubrica “Diferenças de reavaliação cambial” nos Capitais Próprios (Nota 21).

A variação ocorrida nos “Resultados cambiais”, entre os exercícios 2016 e 2015, resulta essencialmente (i) da desvalorização cambial do Kwanza que se verificou neste período e (ii) pela alteração dos pressupostos inerentes ao método de cálculo do coeficiente cambial (periodicidade de calculo foi reduzida de mensal para diária).

Descrição	USD	EUR	GBP	JPY	RND	Ganhos associados a diferenças cambiais mAOA
Leilão de divisas + venda directa	882.070.134	9.368.365.106	-	-	-	129.892.578
Compras às empresas petrolíferas	(6.774.023.081)	-	-	-	-	-
Pagamentos de divisas	408.051.972	7.142.867	716.185	-	-	11.306.044
Despesas e comissões	16.182.090	8.137.317	2.516	155.379	465	679.388
	(5.467.718.885)	9.383.645.290	718.701	155.379	465	141.878.010

32 – Custos relativos à emissão de notas e moedas

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica ascende a Kz 2.574.113 Mil e Kz 1.961.527 Mil, respectivamente, sendo composta pela especialização dos custos relativos à emissão de notas e moedas.

33 – Resultados de alienação de outros activos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos com alienação de outros activos		
Ganhos em activos não financeiros	13 367	15 193
Perdas com alienação de outros activos		
Perdas em activos não financeiros	153	11 146
	153	11 146
	13 214	4 047

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo das rubricas “Ganhos em activos não financeiros” e “Perdas com alienação de outros activos” correspondem aos ganhos e perdas com a alienação de activos tangíveis, respectivamente.

34 – Outros resultados operacionais

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos e receitas		
Supervisão		
Multas e penalidades	807.723	466.906
Outros	139.043	242.025
	946.766	708.931
Outros encargos e gastos		
Rendas de locação operacional	681.009	573.987
Quotizações e donativos	374.952	319.713
Outros encargos e gastos diversos	4.584.509	146.434
Impostos		
Impostos aduaneiros	94.502	19.292
	5.734.972	1.059.426
	(4.788.206)	(350.495)

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Supervisão – Multas e penalidades” corresponde às coimas aplicadas pelo BNA às instituições financeiras pelo incumprimento das disposições legais em vigor.

A rubrica “Encargos e Gastos” diversos é explicada, essencialmente, pelo saldo devedor da antiga família que ascende ao montante de Kz. 4.559.202 Mil, e que foi regularizada como um custo no exercício de 2016.

Não obstante, o Banco no geral estar isento do pagamento de impostos, verificaram-se nos exercícios de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o pagamento de direitos alfandegários e inerentes sobre a importação de mercadorias e de outros impostos que não se inserem no âmbito da isenção prevista na sua Lei Orgânica.

35 – Custos com pessoal

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Encargos sociais obrigatórios	45 922 959	33 059 060
Encargos sociais facultativos	16 146 315	7 646 823
Remuneração de empregados	17 598 005	13 411 377
Outros	599 911	379 591
Remuneração dos órgãos de gestão	565 139	427 124
	80 832 329	54 923 975

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Encargos sociais obrigatórios” é constituída essencialmente pelos reforços efectuados nas estimativas das responsabilidades por serviços prestados referentes a pensões de reforma e sobrevivência e Subsídio de funeral e luto cujo saldo ascende a Kz 2.521.404 Mil (Nota17).

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Encargos sociais facultativos” inclui o reconhecimento das responsabilidades por serviços passados referentes a assistência médica e medicamentosa dos reformados e às responsabilidades com cabazes de Natal (Nota 17).

36 – Fornecimentos e serviços de terceiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecimentos		
Outros fornecimentos de terceiros	309 050	293 195
Água, energia e combustíveis	251 388	168 636
Material de consumo corrente	213 860	102 230
Material para assistência e reparação	110 368	84 727
Material de higiene e limpeza	24 313	21 979
Publicações	10 725	43 071
Material de decoração e conforto	12 268	15 775
Serviços		
Serviços especializados	6 992 453	5 294 224
Conservação e reparação	1 552 731	929 053
Rendas e alugueres	975 099	732 176
Publicidade e edição de publicações	871 812	321 958
Deslocações, estadas e representação	643 695	454 922
Comunicações	599 149	336 503
Transportes	329 115	316 167
Seguros	41 143	45 601
Outros serviços não especializados	4	82
	12 937 173	9 160 299

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Serviços – Serviços especializados” apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Consultoria e auditoria	4 581 586	3 156 157
Licença de utilização de usuários	715 808	395 391
Outros custos com trabalho independente	433 930	330 458
Informática	302 028	470 027
Avenças e honorários	238 463	261 702
Limpeza	225 834	192 675
Outros serviços especializados	220 674	258 987
Segurança e vigilância	117 678	132 944
Recrutamento de Pessoal	66 207	2 322
Mão-de-obra eventual	27 812	24 558
Jardinagem	18 510	20 870
Avaliadores externos	17 289	9 120
Judiciais	14 361	29 728
Desinfestação de instalações	9 197	9 285
Serviços Bancários	3 076	-
	6 992 453	5 294 224

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Consultoria e auditoria” regista essencialmente os custos relativos a serviços prestados no âmbito de projectos de consultoria, bem como de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras do Banco.

37 – Partes relacionadas

As entidades relacionadas do Banco com as quais manteve saldos ou transacções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

37.1 – Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças (MINFIN) representa o Estado enquanto único accionista do BNA, constituindo a principal entidade relacionada do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos ou transacções mantidas com esta entidade podem ser apresentados da seguinte forma:

	2016	2015
Activo		
Investimentos detidos até à maturidade (Nota 7)	70.203.243	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital (Nota 7)	174.440.000	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado (Nota 9)	272.951.500	-
Devedores por capital não realizado (Nota 12)	13.027.113	13.027.112
Total do Activo	530.621.856	244.048.536
Passivo		
Ajustamentos do FMI a regularizar (Nota 8)	-	-
Conta Única do Tesouro (Nota 15)		
Em moeda estrangeira	1.549.001.598	1.337.114.906
Em moeda nacional	121.018.687	16.251.054
Valores a devolver à CUT	4.172.661	27.352.478
Total do Passivo	1.674.192.946	1.380.718.438
Capital próprio		
Capital (Nota 20)	270.000.000	270.000.000
Total dos Capitais Próprios	270.000.000	270.000.000
Valor líquido de balanço	(1.413.571.090)	(1.406.669.902)
Resultados		
Juros de investimentos detidos até à maturidade (Nota 24)	18.138.583	17.663.447
Comissões recebidas (Nota 26)	9.515.907	10.080.991
Impostos (Nota 34)	(94.502)	(19.292)
Total dos Resultados	27.559.988	27.725.146
Extrapatrimoniais (Nota 23)		
Responsabilidades por prestação de serviços		
Custódia de títulos emitidos pelo Tesouro		
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	2.695.729.722	1.934.210.948
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	480.030.376	488.303.307
Bilhetes do Tesouro	941.358.979	421.822.485
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias institucionais prestadas	1.206.807.804	974.246.933
Promissórias	715.300.988	549.330.108
Total das Extrapatrimoniais	6.039.227.869	4.367.913.781

37.2 – Empresa Interbancária de Angola (EMIS)

Trata-se do processador e operador de referência do sistema de pagamentos a nível nacional.

O BNA constitui o maior accionista, sendo que a participação maioritária de 51,0% tem vindo a ser gradualmente reduzida, apresentando em 31 de Dezembro de 2016 uma participação de 37,0% no capital social da entidade, na sequência da constituição de dois Bancos Comerciais (Banco de Investimento Rural e Banco Credisul). Esta participação que visou assegurar a promoção do desenvolvimento do sistema de pagamentos de Angola, vai continuar a ser reduzida até a sua completa extinção, tal como previsto na lei que a autorizou.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos activos do BNA para com a EMIS incluem a participação no capital social que ascende a Kz 359.969 Mil e Kz 395.823 Mil, respectivamente, que representa 359.969 acções e 395.823 acções, respectivamente, com o valor nominal unitário de AOA 1.000.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco apresenta suprimentos junto da EMIS no valor de Kz 103.614 Mil (Nota 10).

37.3 – Conselho de Administração do Banco

Representa o órgão com o poder exclusivo de tomada de decisão no Banco, sendo actualmente composto por sete membros.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as remunerações atribuídas ao Conselho de Administração do Banco, bem como outros benefícios atribuídos, nos termos do respectivo regulamento, ascenderam a Kz 565.139 Mil e Kz 427.124 Mil, respectivamente (Nota 35).

38 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do BNA

Gestão das reservas internacionais

O Banco Nacional de Angola está exposto a risco financeiros na sua actividade. A gestão dos riscos financeiros relacionados com as reservas internacionais é assegurada pelo Departamento de Gestão das Reservas, enquanto o Departamento de Gestão de Risco - Unidade Independente – é responsável pelo monitoramento e reporte destes riscos.

A avaliação e controlo do risco de crédito, liquidez, mercado e operacional são efectuados de acordo com as directrizes de investimento e perfil de risco espelhadas na Política de Investimento e Linhas Mestres aprovados pelo Conselho de Administração, que têm como objectivo primordial a preservação do capital.

No âmbito da prossecução desse objectivo, a gestão de reservas deverá ter em consideração a liquidez necessária para fazer face aos compromissos do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola, bem como a maximização da rentabilidade, com base na tolerância ao risco definida.

Considerando a necessidade de otimizar o desempenho e concretizar os objectivos estratégicos do BNA, a Política de Investimento e as Linhas Mestres têm promovido o desenvolvimento do sistema vigente, definindo limites e restrições relativamente à exposição das reservas internacionais, dos quais se destacam:

- Definição de limites por tipo de instrumento financeiro;
- Definição de limites por contraparte, atendendo à sua qualidade creditícia;
- Definição de limites por moeda;
- Definição de prazos médios de investimento;
- Definição de benchmarks de rentabilidade e de limites de flutuação face à carteira de referência definida (stop-loss);
- Definição de uma delegação de competências para os investimentos sob gestão.

Gestão da política monetária e cambial

Para a execução da política monetária durante o exercício de 31 de Dezembro de 2016, o Banco Nacional de Angola manteve intervenções regulares de absorção de liquidez no mercado monetário, através da realização de operações

de mercado aberto (OMA), instrumento previsto no seu quadro operacional de política monetária. O BNA utilizou os demais instrumentos regulamentares, com particularidade para as facilidades permanente de liquidez Overnight (FCO e FAO), tendo sido criada em Dezembro de 2015 a facilidade de absorção de liquidez a 7 dias (FAL7) e as reservas obrigatórias.

As operações de mercado aberto realizadas pelo Banco Nacional de Angola tiveram como suporte a sua carteira própria de títulos, tendo a magnitude das suas intervenções sido adequadas à sazonalidade dos factores condicionantes da sua variação, tendo em vista a persecução dos objectivos de regulação de liquidez e variação da base monetária.

O exercício da função de autoridade monetária e estabilizador do sistema financeiro, pelo Banco Nacional de Angola, visou igualmente a criação de referências remuneratórias para as aplicações de recursos financeiros. Assim, ao longo do exercício de 2016, a Taxa Básica do Banco Nacional de Angola (a Taxa BNA), foi aumentada por decisão do Comité de Política Monetária em momentos distintos do exercício, assim como as taxas das facilidades de liquidez, que também foram alteradas, como forma de transmitir ao mercado a direcção para a curva de juros do dinheiro. Como reflexo de um exercício rigoroso de gestão da liquidez a LUIBOR, taxa de juro das operações interbancárias de cedência de liquidez, descreveu uma tendência de aumento, fundamentalmente observando-se, no mercado interbancário, oportunidades de financiamento de curto prazo a custos significativamente elevados.

Do ponto de vista da estabilidade cambial, o Banco Nacional de Angola manteve, de igual modo, regulares as suas intervenções no mercado cambial primário, alocando recursos para o suprimento de necessidades do sector produtivo de acordo com os programas dirigidos do executivo e outras operações de carácter prioritário e de pagamentos externos da economia, assim como para o exercício da regulação de liquidez, no âmbito da gestão operacional coordenada de políticas monetária e fiscal.

Nessa perspectiva, a gestão da política cambial visou a estabilidade das taxas de câmbio dos mercados, em todos os seus segmentos, formal e informal, que permitiram a variação da taxa de câmbio em níveis confortáveis com a estabilidade de preços.

No contexto descrito acima, apresentam-se de seguida as divulgações requeridas pelas normas IFRS 7 e IFRS 13 para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros e o ouro apresentam o seguinte valor de balanço, por metodologia de valorização:

	2016			2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo						
Ouro	112.872.696	-	112.872.696	85.106.242	-	85.106.242
Activos sobre o exterior						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	160.334.290	160.334.290	-	245.764.198	245.764.198
Aplicações em instituições de crédito	-	1.586.214.698	1.586.214.698	-	1.218.574.149	1.218.574.149
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	880.881.575	-	880.881.575	724.121.967	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	1.394.681.535	-	1.394.681.535	1.155.254.857	-	1.155.254.857
Fundo Monetário Internacional	-	227.640.067	227.640.067	-	79.165.716	79.165.716
Activos internos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	16.047.801	16.047.801	-	14.893.516	14.893.516
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	13.170.660	13.170.660
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	-	1.069.001.961	1.069.001.961	-	205.147.525	205.147.525
Investimentos detidos até à maturidade	-	70.203.243	70.203.243	-	56.581.424	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	174.440.000	174.440.000	-	174.440.000	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado	-	272.951.500	272.951.500	-	-	-
Investimentos em associadas e outras entidades	-	359.969	359.969	-	395.823	395.823
Total	2.388.435.806	3.577.193.529	5.965.629.335	1.964.483.066	2.008.133.011	3.972.616.077
Passivo						
Notas e moedas em circulação	-	506.005.614	506.005.614	-	519.587.896	519.587.896
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária						
Reservas bancárias	-	1.663.200.343	1.663.200.343	-	1.111.718.421	1.111.718.421
Mercado monetário interbancário	-	69.092.160	69.092.160	-	43.914.129	43.914.129
Responsabilidades internas para com outras entidades						
Conta Única do Tesouro	-	1.674.192.946	1.674.192.946	-	1.380.718.438	1.380.718.438
Outras responsabilidades	-	103.844	103.844	-	137.973	137.973
Responsabilidades externas para com outras entidades						
Fundo Monetário Internacional	-	243.284.360	243.284.360	-	103.081.220	103.081.220
Operações de venda com acordo de recompra	-	583.495.588	583.495.588	-	-	-
Total	-	4.739.374.855	4.739.374.855	-	3.159.158.077	3.159.158.077

Justo valor para os activos e passivos financeiros não reconhecidos em balanço ao justo valor

	2016			2015		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activo						
Activos sobre o exterior						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	160.334.290	160.334.290	-	245.764.198	245.764.198	-
Aplicações em instituições de crédito	1.586.214.698	1.615.602.738	29.388.040	1.218.574.149	1.212.153.910	(6.420.239)
Fundo Monetário Internacional	227.640.067	227.640.067	-	79.165.716	79.165.716	-
Activos internos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	16.047.801	16.047.801	-	14.893.516	14.893.516	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	13.170.660	13.170.660	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	1.069.001.961	1.069.001.961	-	205.147.525	205.147.525	-
Investimentos detidos até à maturidade	70.203.243	70.229.635	26.392	56.581.424	56.850.206	268.782
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	174.440.000	52.482.624	(121.957.376)	174.440.000	48.543.753	(125.896.247)
Activos financeiros concedidos ao Estado	272.951.500	176.074.631	(96.876.869)	-	-	-
Investimentos em associadas e outras entidades	359.969	613.551	253.582	395.823	636.862	241.039
Total	3.577.193.529	3.388.027.298	(189.166.231)	2.008.133.011	1.876.326.346	(131.806.665)
Passivo						
Notas e moedas em circulação	506.005.614	506.005.614	-	519.587.896	519.587.896	-
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária						
Reservas bancárias	1.663.200.343	1.663.200.343	-	1.111.718.421	1.111.718.421	-
Mercado monetário interbancário	69.092.160	69.075.091	(17.069)	43.914.129	43.902.064	(12.065)
Responsabilidades internas para com outras entidades						
Conta Única do Tesouro	1.674.192.946	1.674.192.946	-	1.380.718.438	1.380.718.438	-
Outras responsabilidades	103.844	103.844	-	137.973	137.973	-
Responsabilidades externas para com outras entidades						
Fundo Monetário Internacional	243.284.360	243.284.360	-	103.081.220	103.081.220	-
Operações de venda com acordo de recompra	583.495.588	583.495.588	-	-	-	-
Total	4.739.374.855	4.739.357.786	(17.069)	3.159.158.077	3.159.146.012	(12.065)

No apuramento do justo valor apresentado no quadro anterior, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor das “Aplicações em instituições de crédito” foram descontados os fluxos de caixa futuros a taxas de mercado de acordo com as moedas e prazos residuais das aplicações,

adicionadas de um spread de risco representado pelas curvas CDS (credit default swaps) das respectivas contrapartes;

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos “Investimentos em associadas e outras entidades” foi considerado o método da equivalência patrimonial, tendo por base a situação líquida das entidades à data das últimas demonstrações financeiras disponíveis e auditadas e na percentagem de participação detida pelo Banco;
- Para os instrumentos classificados na categoria “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros recebidos no aumento de capital” foi apurado com base nos fluxos de caixa previsionais futuros, sendo que a taxa de actualização utilizada corresponde à média da taxa nominal de juro das últimas emissões de títulos do tesouro colocada pelo BNA no mercado primário, com prazos residuais equivalentes aos das emissões constantes em carteira. Os fluxos de caixa previsionais foram apurados mediante a fixação do valor nominal a cada data de relato financeiro;
- Para as posições activas e passivas junto do “Fundo Monetário Internacional” foi considerada como aproximação ao justo valor as posições divulgadas por esta entidade;
- Para as restantes rubricas considera-se que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, por representarem investimentos e financiamentos de curto prazo (inferiores a 1 ano);
- Para as operações de venda com acordo de recompra o justo valor é igual ao valor de balanço. Subjacentes a este financiamento de USD 3.500, foram cedidos como garantias títulos de dívida soberana estrangeira no montante de USD 3.659 Milhões;
- Para as operações de financiamento às instituições de crédito o valor que se encontra colateralizado com Obrigações do tesouro do Estado Angolano é de Kz 245.158.899 Mil.

Justo valor para os activos financeiros reconhecidos em balanço ao justo valor

	2016			2015		
	Custo de aquisição	Justo valor	Valia potencial	Custo de aquisição	Justo valor	Valia potencial
Activo						
Ouro	166.816.500	112.872.696	(53.943.804)	136.060.075	85.106.242	(50.953.833)
Activos sobre o exterior						
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	794.712.297	880.881.575	86.169.278	762.273.611	724.121.967	(38.151.644)
Activos financeiros disponíveis para venda	1.389.764.636	1.394.681.535	4.916.899	1.159.758.658	1.155.254.857	(4.503.801)
Total	2.351.293.433	2.388.435.806	37.142.373	2.058.092.344	1.964.483.066	(93.609.278)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros e do ouro, reconhecidos em balanço ao justo valor, apresenta o seguinte detalhe por hierarquia de valorização ao justo valor:

2016				
Técnicas de valorização				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	Cotações de	Inputs observáveis	Outras técnicas	
	mercado	de mercado	de valorização	Total
Activo				
Ouro	112.872.696	-	-	112.872.696
Activos sobre o exterior				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	796.197.018	84.684.557	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	1.394.681.535	-	-	1.394.681.535
Total	1.507.554.231	796.197.018	84.684.557	2.388.435.806

2015				
Técnicas de valorização				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	Cotações de	Inputs observáveis	Outras técnicas	
	mercado	de mercado	de valorização	Total
Activo				
Ouro	85.106.242	-	-	85.106.242
Activos sobre o exterior				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	644.745.125	79.376.842	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	1.155.254.857	-	-	1.155.254.857
Total	1.240.361.099	644.745.125	79.376.842	1.964.483.066

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros registados ao justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos a que o Banco tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;
- Nível 2 - Instrumentos financeiros registados ao justo valor mediante a utilização de dados observáveis directa ou indirectamente em mercados activos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base avaliações fornecidas por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - Os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentado nos quadros anteriores, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Tratando-se de um activo líquido transaccionado em mercado de activo, o justo valor do ouro corresponde ao produto da multiplicação da quantidade de ouro detida pelo BNA pela cotação da Onça emitida por uma entidade especializada (Golds Gold Spot), extraída do terminal financeiro da bloomberg. Para o apuramento do custo de aquisição considerou-se a taxa de câmbio em vigor nas respectivas datas de transacção, pelo que, as valias potenciais apuradas incluem igualmente uma componente de valia cambial.
- O justo valor dos instrumentos classificados na categoria “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” corresponde à valorização evidenciada nos reportes periódicos enviados pelas contrapartes. Este

justo valor é atribuído pelas próprias contrapartes, através do recurso a cotações de mercado e/ou modelos de valorização interna.

- O justo valor da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” foi apurado com base nos preços de mercado dos títulos de dívida soberana estrangeira detidos em carteira. Para o efeito, considerou-se o preço “bid” dado pelo contribuidor BGN, extraído do terminal financeiro da Bloomberg, bem como as taxas de câmbio em vigor na data de relato financeiro. Para o apuramento do custo de aquisição consideraram-se as taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de transacção, pelo que, as valias potenciais apuradas incluem igualmente uma componente de valia cambial.

Risco de crédito

A gestão de risco de crédito é assegurada pelas áreas de negócio do Banco, nomeadamente pelo Departamento de Gestão de Reservas (DGR) e Departamento de Mercados de Activos (DMA), sendo as mesmas responsáveis pela segmentação do risco em função das características dos produtos e dos seus emitentes.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito inerente a transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados, e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, compra e venda de títulos e a contratação de operações de venda com acordo de recompra.

Na gestão e aplicação das reservas internacionais e dos activos internos, o DGR e o DMA assumem na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito. Estes departamentos de negócio regulam de forma criteriosa e prudente a exposição ao risco de crédito, estabelecendo limites de concentração de risco, que são revistos periodicamente.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito pode detalhar-se da seguinte forma:

	2016	Colat. Receb.	2015
Activo			
Activos sobre o exterior			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	160.334.290	-	245.764.198
Aplicações em instituições de crédito	1.586.214.698	-	1.218.574.149
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	880.881.575	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	1.394.681.535	-	1.155.254.857
Fundo Monetário Internacional	227.640.067	-	79.165.716
Activos internos			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	16.047.801	-	14.893.516
Aplicações em instituições de crédito	-	-	13.170.660
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	1.069.001.961	245.158.899	205.147.525
Investimentos detidos até à maturidade	70.203.243	-	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	174.440.000	-	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado	272.951.500	-	-
Investimentos em associadas e outras entidades	359.969	-	395.823
Total	5.852.756.639		3.887.509.835
Posições fora de balanço	1.922.108.793		1.523.577.042

Qualidade de crédito dos activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de crédito por rating de contraparte, pode detalhar-se da seguinte forma:

Activo	2016							
	Rating externo							
	AAA a AA-	AA+ a AA	A+ a A-	BBB+ a BBB-	BB+ a BB-	B+ a B-	Inferior a B-	Sem Rating
Activo								
Activos sobre o exterior								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	14.847.885	-	137.399.069	(4.696.392)	1.595.947	42	6.070	11.181.670
Aplicações em instituições de crédito	67.147.471	-	905.621.108	173.767.324	334.712.334	32.973.588	-	71.992.873
Activos financeiros ao justo valor através de resultado	-	-	-	-	-	-	-	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	1.271.005.757	-	41.096.129	61.291.335	21.288.314	-	-	-
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	227.640.067
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	16.047.801
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	-	-	-	-	-	-	-	1.069.001.961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	70.203.243	-	70.203.243
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	174.440.000	-	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado	-	-	-	-	-	272.951.500	-	272.951.500
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	359.969
Total	1.353.001.113	-	1.084.116.306	230.362.268	357.596.595	550.568.373	6.070	2.277.105.916
								5.852.756.639
Activo	2015							
	Rating externo							
	AAA a AA-	AA+ a AA	A+ a A-	BBB+ a BBB-	BB+ a BB-	B+ a B-	Inferior a B-	Sem Rating
Activo								
Activos sobre o exterior								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	384.555	-	51.772.859	197.898.786	415.455	1.632	1.568	(4.710.657)
Aplicações em instituições de crédito	-	-	495.310.349	288.865.033	271.755.759	47.010.167	-	115.632.841
Activos financeiros ao justo valor através de resultado	-	-	-	-	-	-	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	828.894.313	-	-	12.210.923	31.291.936	-	-	282.857.685
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	79.165.716
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	14.893.516
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	13.170.660
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	-	-	-	-	-	-	-	205.147.525
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	56.581.424	-	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	174.440.000	-	174.440.000
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	395.823
Total	829.278.868	-	547.083.208	498.974.742	303.463.150	278.033.223	1.568	1.430.675.076
								3.887.509.835

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- O rating considerado para as contrapartes é extraído do terminal financeiro da *Bloomberg*, através das notações atribuídas entre a Standard & Poors e Moody's ou equivalente.
- Para as entidades Federal Reserve System (FED) e Bank for International Settlements (BIS) considerou-se a atribuição de rating AAA por representarem uma instituição central e internacional, respectivamente, que visam a estabilidade monetária e financeira.
- Para os instrumentos financeiros das rubricas “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros recebidos no aumento de capital” considerou-se o *rating* da República de Angola, por representarem instrumentos financeiros emitidos pelo Estado.
- Tendo em consideração a informação insuficiente divulgada pelas entidades externas sobre os títulos detidos nas várias carteiras discricionárias classificadas na categoria “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”, não é possível divulgar a qualidade creditícia destas aplicações.
- Para as posições activas e junto do FMI e de entidades nacionais não existe informação de *rating* disponível.

Concentração de risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição a risco de crédito, por região geográfica detalha-se da seguinte forma:

Activo	2016						
	Área Geográfica						Total
	Europa	América	África	Ásia	Oceânia	Supranacionais	
Activos sobre o exterior							
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	(31.235.315)	190.633.402	102	936.102	-	-	160.334.290
Aplicações em instituições de crédito	1.348.141.970	-	-	238.072.728	-	-	1.586.214.698
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	687.641.013	193.240.562	-	-	-	-	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	370.212.645	777.331.928	12.744.999	64.186.927	19.599.491	150.605.546	1.394.681.535
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	227.640.067	227.640.067
Activos internos							
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	16.047.801	-	-	-	16.047.801
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	-	-	1.069.001.961	-	-	-	1.069.001.961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	70.203.243	-	-	-	70.203.243
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	174.440.000	-	-	-	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado	-	-	272.951.500	-	-	-	272.951.500
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	359.969	-	-	-	359.969
Total	2.374.760.313	1.161.205.892	1.615.749.575	303.195.757	19.599.491	378.245.613	5.852.756.639

Activo	2015						
	Área Geográfica						Total
	Europa	América	África	Ásia	Oceânia	Supranacionais	
Activos sobre o exterior							
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	133.434.485	87.810.036	-	24.519.677	-	-	245.764.198
Aplicações em instituições de crédito	1.101.829.565	-	-	116.744.584	-	-	1.218.574.149
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	582.070.335	142.051.632	-	-	-	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	350.967.995	426.236.909	19.927.802	55.826.801	16.563.300	285.732.050	1.155.254.857
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	79.165.716	79.165.716
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
Activos internos							
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	14.893.516	-	-	-	14.893.516
Aplicações em instituições de crédito	-	-	13.170.660	-	-	-	13.170.660
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	-	-	205.147.525	-	-	-	205.147.525
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	56.581.424	-	-	-	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	174.440.000	-	-	-	174.440.000
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	395.823	-	-	-	395.823
Total	2.168.302.380	656.098.577	689.704.275	197.091.062	16.563.300	364.897.766	4.092.657.360

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

O Conselho de Administração do Banco define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente, sendo responsabilidade do Departamento de Mercados de Activos (DMA) e do Departamento de Gestão de Reservas (DGR) verificar, numa base diária, o cumprimento dos limites.

De seguida apresentam-se os mapas referentes ao risco de liquidez, considerando a totalidade dos fluxos de caixa contratuais não descontados dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

2016								
Prazos residuais								
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Total								
Activo								
Activos sobre o exterior								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	160.334.290	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	624.232.001	195.553.442	235.665.001	530.764.254	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	21.250.004	54.984.750	140.215.076	145.836.994	514.846.620	301.356.723	264.961.663	-
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	227.640.067
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	16.047.801	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	24.221.838	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	1.069.001.961	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	71.493.294	20.738	82.952	82.952	365.310.991	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	-	174.440.000	-
Activos financeiros concedidos ao Estado	-	-	-	-	82.951.500	-	190.000.000	-
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	359.969
Total	1.890.866.057	274.760.030	447.373.372	676.621.986	597.881.071	301.439.674	994.712.654	1.108.881.611
Passivo								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	-	506.005.614
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária								
Reservas bancárias	-	-	-	-	-	-	-	1.663.200.343
Mercado monetário interbancário	57.701.704	11.654.887	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades								
Conta Única do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	1.674.192.946
Outras responsabilidades	-	13.839	14.803	29.605	92.065	-	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades								
Fundo Monetário Internacional	2.524.193	2.540.772	10.066	-	-	-	-	238.235.974
Operações de venda com acordo de recompra	4.479.381	5.126.403	-	5.516.275	273.582.342	175.508.784	165.903.000	-
Total	64.705.278	19.335.901	24.869	5.545.880	273.674.407	175.508.784	165.903.000	4.081.634.877
Liquidez ajustada	1.826.160.779	255.424.129	447.348.503	671.076.106	324.206.664	125.930.890	828.809.654	(2.972.753.266)
Liquidez acumulada	1.826.160.779	2.081.584.908	2.528.933.411	3.200.009.517	3.524.216.181	3.650.147.072	4.478.956.725	1.506.203.459
2015								
Prazos residuais								
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Total								
Activo								
Activos sobre o exterior								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	245.764.198	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	356.230.646	286.921.021	254.232.995	325.442.096	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	976.198	66.388.384	31.338.442	46.633.342	517.524.517	447.000.767	166.779.177	-
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	79.165.716
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	14.893.516	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	13.170.660	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	240.783.988	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	2.242.126	2.242.126	58.295.268	-	-	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	-	174.440.000	-
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	395.823
Total	858.648.546	366.480.065	287.813.563	374.317.564	575.819.785	447.000.767	341.219.177	803.683.506
Passivo								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	-	519.587.896
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária								
Reservas bancárias	-	-	-	-	-	-	-	1.111.718.421
Mercado monetário interbancário	35.683.850	8.436.227	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades								
Conta Única do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	1.380.718.438
Outras responsabilidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades								
Fundo Monetário Internacional	2.248.508	3.300.567	3.333.708	6.642.750	1.660.805	-	-	86.028.290
Total	37.932.358	11.736.794	3.333.708	6.642.750	1.660.805	-	-	3.098.053.045
Liquidez ajustada	820.716.188	354.743.271	284.479.855	367.674.814	574.158.980	447.000.767	341.219.177	(2.294.369.539)
Liquidez acumulada	820.716.188	1.175.459.459	1.459.939.314	1.827.614.128	2.401.773.108	2.848.773.875	3.189.993.052	895.623.513

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os juros dependentes de indexantes de mercado ou outros referenciais, apenas determináveis em data futura (por exemplo os juros das Obrigações do Tesouro Nacional indexadas à taxa de câmbio ou ao índice de preços do consumidor) foram apurados com base em estimativas quanto ao valor futuro desses referenciais, baseadas no último valor conhecido.
- Não são considerados eventuais incumprimentos ou reembolsos antecipados.
- Os depósitos à ordem (incluindo juros) e as participações detidas em carteira no activo, são considerados activos e passivos à vista, pelo que se encontram contemplados na coluna “Até 1 mês”.
- Para os restantes activos financeiros foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”, assim como as notas e moedas em circulação, reservas bancárias e Conta Única do Tesouro que embora sejam passivos financeiros exigíveis à vista não é expectável que tenham esse prazo de liquidação.

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou nos capitais próprios, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

Risco cambial

Traduz-se na probabilidade do valor de um instrumento financeiro se alterar devido à flutuação da taxa de câmbio da moeda estrangeira associada ao instrumento.

A política de investimentos em moeda externa é definida por uma das áreas de negócio do Banco, designadamente o Departamento de Gestão de Reservas (DGR). As disponibilidades, aplicações e recursos em instituições de crédito, os títulos detidos em carteiras geridas interna e externamente, bem como os financiamentos expõem o Banco a risco cambial, ainda que o mesmo seja gerido com a definição de limites de exposição por cada moeda, à composição das Reservas Internacionais. Estes limites são definidos pelo DGR e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco. Decorrente da política contabilística descrita na alínea b) da Nota 2.1.4, o Banco regista todos os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais potenciais numa rubrica de capitais próprios, não tendo qualquer impacto na demonstração dos resultados do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros, por moeda nacional e estrangeira, apresentam o seguinte: detalhe:

	2016					
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Libras Esterlinas	Yuan Renminbi	Outros
Activo						
Ouro	-	112.872.696	-	-	-	112.872.696
Activos externos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	152.108.565	4.533.078	819.601	1.883.203	989.843
Aplicações em instituições de crédito	-	1.397.222.465	37.885.661	151.106.572	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	705.092.714	175.788.861	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	977.468.266	161.873.907	163.972.400	64.186.927	27.180.034
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	227.640.067
Activos internos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	8.172	16.033.345	(88)	-	-	6.371
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	754.179.250	314.513.013	309.697	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	69.199.362	1.003.881	-	-	-	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	174.440.000	-	-	-	-	-
Activos financeiros concedidos ao Estado	190.000.000	82.951.500	-	-	-	-
Investimentos em associadas e outras entidades	359.969	-	-	-	-	-
Total	1.188.186.753	3.759.266.445	380.391.117	315.898.574	66.070.130	255.816.315
Passivo						
Notas e moedas em circulação	506.005.614	-	-	-	-	506.005.614
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária						
Reservas bancárias	1.245.583.471	395.367.261	22.249.611	-	-	-
Mercado monetário interbancário	69.092.160	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades						
Conta Única do Tesouro	125.191.348	1.549.001.598	-	-	-	-
Outras responsabilidades	103.844	-	-	-	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades						
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	243.284.360
Operações de venda com acordo de recompra	-	583.495.588	-	-	-	-
Total	1.945.976.437	2.527.864.448	22.249.611	-	-	243.284.360

	2015					
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Libras Esterlinas	Yuan Renminbi	Outros
Activo						
Ouro	-	85.106.242	-	-	-	85.106.242
Activos externos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	272.588.601	(71.893.780)	19.946.910	24.511.800	610.666
Aplicações em instituições de crédito	-	1.002.014.737	44.095.292	147.982.373	23.782.873	698.874
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	581.708.299	142.413.668	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	765.504.322	146.205.293	162.725.703	55.826.801	24.992.738
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	79.165.716
Activos internos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	6.084	14.887.432	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	13.170.660	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	205.147.525	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	56.581.424	-	-	-	-	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	174.440.000	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e outras entidades	395.823	-	-	-	-	-
Total	436.570.856	2.734.980.293	260.820.473	330.654.986	104.121.474	105.467.994
Passivo						
Notas e moedas em circulação	519.587.896	-	-	-	-	519.587.896
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária						
Reservas bancárias	979.987.435	131.730.985	-	-	-	-
Mercado monetário interbancário	43.914.129	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades						
Conta Única do Tesouro	43.603.532	1.337.114.906	-	-	-	-
Outras responsabilidades	137.973	-	-	-	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades						
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	103.081.220
Total	1.587.230.965	1.468.845.891	-	-	-	103.081.220

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial dos activos e passivos do Banco. Este risco decorre essencialmente da existência de diferentes prazos

de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros, por tipo de taxa de juro, apresentam o seguinte detalhe:

2016				
Exposição				
	Sujeito a taxa de juro		Não sujeito a taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Ouro	-	-	112.872.696	112.872.696
Activos externos				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	72.577.814	87.756.476	-	160.334.290
Aplicações em instituições de crédito	1.586.214.698	-	-	1.586.214.698
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	880.881.575	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	1.394.681.535	-	-	1.394.681.535
Fundo Monetário Internacional	-	-	227.640.067	227.640.067
Activos internos				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	16.047.801	16.047.801
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	1.069.001.961	-	-	1.069.001.961
Investimentos detidos até à maturidade	70.203.243	-	-	70.203.243
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	174.440.000	174.440.000
Activos financeiros concedidos ao Estado	272.951.500	-	-	272.951.500
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	359.969	359.969
Total	4.465.630.751	87.756.476	1.412.242.108	5.965.629.335
Passivo				
Notas e moedas em circulação	-	-	506.005.614	506.005.614
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária				
Reservas bancárias	-	-	1.663.200.343	1.663.200.343
Mercado monetário interbancário	69.092.160	-	-	69.092.160
Responsabilidades internas para com outras entidades				
Conta Única do Tesouro	-	-	1.674.192.946	1.674.192.946
Outras responsabilidades	-	-	103.844	103.844
Responsabilidades externas para com outras entidades				
Fundo Monetário Internacional	243.284.360	-	-	243.284.360
Operações de venda com acordo de recompra	583.495.588	-	-	583.495.588
Total	895.872.108	-	3.843.502.747	4.739.374.855
2015				
Exposição				
	Sujeito a taxa de juro		Não sujeito a taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Ouro	-	-	85.106.242	85.106.242
Activos externos				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	54.426.221	191.337.977	245.764.198
Aplicações em instituições de crédito	1.218.574.149	-	-	1.218.574.149
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	724.121.967	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	1.155.254.857	-	-	1.155.254.857
Fundo Monetário Internacional	-	-	79.165.716	79.165.716
Activos internos				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	-	14.893.516	14.893.516
Aplicações em instituições de crédito	13.170.660	-	-	13.170.660
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	205.147.525	-	-	205.147.525
Investimentos detidos até à maturidade	56.581.424	-	-	56.581.424
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	174.440.000	174.440.000
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	395.823	395.823
Total	2.648.728.615	54.426.221	1.269.461.241	3.972.616.077
Passivo				
Notas e moedas em circulação	-	-	519.587.896	519.587.896
Titulos do Banco Central	-	-	-	-
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária				
Reservas bancárias	-	-	1.111.718.421	1.111.718.421
Mercado monetário interbancário	43.914.129	-	-	43.914.129
Responsabilidades internas para com outras entidades				
Conta Única do Tesouro	-	-	1.380.718.438	1.380.718.438
Outras responsabilidades	-	-	137.973	137.973
Responsabilidades externas para com outras entidades				
Fundo Monetário Internacional	103.081.220	-	-	103.081.220
Total	146.995.349	-	3.012.162.728	3.159.158.077

Para efeitos da elaboração dos quadros anteriores, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Na rubrica “Caixa e disponibilidades em instituições de crédito” foram distinguidos os montantes de depósitos à ordem regulares em instituições de crédito, não sujeitos a taxa de juro, dos que se encontram sujeitos a taxa de juro variável, nomeadamente os depósitos com aplicações overnight contratadas.
- Tendo em consideração a informação insuficiente divulgada pelas entidades externas sobre os títulos detidos nas várias carteiras discricionárias classificadas na categoria “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”, não é possível divulgar a exposição por tipo de taxa de juro destas aplicações.
- Apesar do cupão pago pelas obrigações do Tesouro Nacional, classificadas na categoria “Investimentos detidos até à maturidade”, ser variável devido à flutuação do valor nominal em função da taxa de câmbio da data de liquidação, a taxa de cupão associada a cada título é fixa.

É de realçar que existem investimentos realizados por Gestores Externos que têm exposição ao risco de taxa de juro, porém, o Banco enquadra globalmente este risco como sendo de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros por data de maturidade ou prazo de refixação de taxa, apresentam o seguinte detalhe:

	2016							
	Datas de refixação							
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo								
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	112.872.696
Activos externos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	160.334.290	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	624.232.001	195.553.442	235.665.001	530.764.254	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	880.881.575
Activos financeiros disponíveis para venda	20.952.387	54.923.753	139.643.355	142.501.329	492.005.409	292.161.399	252.493.904	-
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	227.640.067
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	16.047.801	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	1.069.001.961	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	69.371.309	-	831.934	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	-	174.440.000	-
Activos financeiros concedidos ao Estado	-	-	-	-	-	-	190.000.000	82.951.500
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	359.969
Total	1.890.568.440	250.477.195	375.308.356	673.265.583	561.376.718	292.161.399	617.765.838	1.304.705.807
Passivo								
Notas e moedas em circulação	506.005.614	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária								
Reservas bancárias	1.663.200.343	-	-	-	-	-	-	-
Mercado monetário interbancário	57.628.431	11.463.729	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades								
Conta Única do Tesouro	1.674.192.946	-	-	-	-	-	-	-
Outras responsabilidades	-	8.109	9.299	19.300	67.136	-	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades								
Fundo Monetário Internacional	2.524.193	2.524.193	-	-	-	-	-	238.235.974
Operações de venda com acordo de recompra	808.777	313.280	-	1.713.031	248.854.500	165.903.000	165.903.000	-
Total	3.904.360.304	14.309.311	9.299	1.732.331	248.921.636	165.903.000	165.903.000	238.235.974

	2015							
	Datas de refixação							
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo								
Ouro	-	-	-	-	-	-	-	85.106.242
Activos externos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	245.764.198	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	356.056.187	286.659.247	253.332.917	322.525.798	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	724.121.967
Activos financeiros disponíveis para venda	-	62.445.017	27.193.035	26.244.587	540.485.191	370.736.662	128.150.365	-
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	79.165.716
Activos internos								
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	14.893.516	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	13.170.660	-	-	-	-	-	-
Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária	205.147.525	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	56.581.424	-	-	-
Activos financeiros recebidos em aumento de capital	-	-	-	-	-	-	174.440.000	-
Investimentos em associadas e outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	395.823
Total	821.861.426	362.274.924	280.525.952	348.770.385	597.066.615	370.736.662	302.590.365	888.789.748
Passivo								
Notas e moedas em circulação	519.587.896	-	-	-	-	-	-	-
Títulos do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades para com instituições de crédito nacionais relacionadas com operações de política monetária								
Reservas bancárias	1.111.718.421	-	-	-	-	-	-	-
Mercado monetário interbancário	35.602.758	8.311.371	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades internas para com outras entidades								
Conta Única do Tesouro	1.380.718.438	-	-	-	-	-	-	-
Outras responsabilidades	-	7.255	8.424	17.486	79.255	25.553	-	-
Responsabilidades externas para com outras entidades								
Fundo Monetário Internacional	-	-	-	-	-	-	-	103.081.220
Total	3.047.627.513	8.318.626	8.424	17.486	79.255	25.553	-	103.081.220

39 - Responsabilidades contingentes

Devido às alterações regulamentares em sede de imposto consumo que ocorreram durante o exercício de 2014, através da aprovação do Decreto-Legislativo Presidencial n.º 3-A/14, de 21 de Outubro de 2014, bem como as alterações que já haviam sido introduzidas pelo Decreto Presidencial n.º 7/11, de 30 de Dezembro, o Banco Nacional de Angola está analisar o enquadramento da isenção prevista no art.92º da Lei nº 16/2010 de 15 de Julho Lei do Banco Nacional de Angola, à luz do referido Decreto-Legislativo Presidencial. Até à presente data ainda não foram concluídos os trabalhos de enquadramento, apenas foram identificadas possíveis contingências não mensuradas.

40 – Eventos subsequentes a data de referência

Em 19 de Junho de 2017, o Banco de Negócios Internacional, S.A. (“BNI”) e a RECREDIT – Gestão de Activos (SU), S.A. (“RECREDIT”) assinaram um “Acordo de Assunção de Dívida” relativamente a uma linha de crédito especial (Nota 5) no valor de KZ 24.221.838 mil, no qual a RECREDIT assumiu a obrigação de reembolsar o valor em dívida ao BNA.

Em 29 de Março de 2017, o Banco Económico transmitiu ao BNA direitos de crédito a receber do Grupo ENSA Investimentos e Participações EP no montante de KZ 256.962.619 mil, resultantes da venda de activos e contractos de créditos (detidos pelo Banco Económico e transmitidos ao Grupo ENSA em 15 de Julho de 2016 pelo Decreto Presidencial 196/15), bem como uma carteira de Obrigações do Tesouro com valor nominal de KZ 14.662.330 mil, para pagamento do financiamento contraído pelo Banco Económico junto do BNA (Nota 6) no valor de KZ 181.624.950 mil. É convicção da Administração do Banco que os eventos mencionados não alteram a posição financeira do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2016.

41 – Afectação do resultado de 2016

Tendo em consideração que o resultado apurado no exercício foi, de Kz 4.521.341 Mil, o Conselho de Administração deliberou no dia 13 de Julho de 2017, no sentido de se proceder à seguinte distribuição daquele resultado, nos termos do disposto no artigo 89.º da Lei do BNA:

- 20%, ou seja Kz 904.268 Mil para Reserva legal;
- 20%, ou seja Kz 904.268 Mil para Reserva livre; e
- 60%, ou seja Kz 2.712.805 Mil para o Tesouro Nacional, a título de dividendos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em sessão realizada em 13 de Julho de 2017, pelo que são assinadas pelos seus membros.

Luanda, 13 de Julho de 2017.

Válter Filipe Duarte da Silva (Governador)

Manuel António Tiago Dias (Vice-Governador)

Suzana Maria de Fatima Camacho Monteiro (Vice-Governador)

António Manuel Ramos da Cruz (Administrador)

Gilberto Moisés Moma Capeça (Administrador)

Samora Machel Januário Silva (Administrador)

Ana Paula Patrocínio Rodrigues (Administradora)



PARTE VII – CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO DE AUDITORIA



BNA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Conselho de Auditoria

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA EXERCÍCIO DE 2016

1. INTRODUÇÃO

- O presente documento resulta do estabelecido na alínea b) do Art.º 68.º da Lei 16/10 de 15 de Julho, conhecida como Lei Orgânica do BNA.
- Para emissão deste documento, socorremo-nos da documentação que nos foi presente pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola, pelos diversos Departamentos dos quais damos relevo ao de Contabilidade e Finanças, Auditoria Interna e o de Risco. Assinalamos também os relatórios e pareceres dos auditores externos bem como toda a documentação que foi produzida por este Conselho de Auditoria durante o Exercício de 2016.
- No âmbito das suas competências e dos poderes consignados na Lei, o Conselho de Auditoria, a fim de poder acompanhar o funcionamento do BNA, participou, quando convidado, das reuniões ordinárias do Conselho de Administração.
- No desempenho das suas funções, o Conselho de Auditoria emitiu pareceres e recomendações sempre que lhe foi solicitado ou entendeu oportuno. Estes documentos estão apensos às treze actas das reuniões do Conselho de Auditoria.
- Durante o ano, e nos termos do estabelecido na alínea c) do artigo 68º da Lei Orgânica do BNA o Conselho de Auditoria, acompanhou presencialmente as contagens possíveis, ou as acompanhou através dos relatórios produzidos pela documentação produzida pelo Departamento de Auditoria Interna. De um modo geral as contagens efectuadas por amostragem, automática ou manualmente, proporcionaram uma base sólida e credível de avaliação de tais bens e valores, o que foi registado em Actas.
- O Conselho de Auditoria acompanhou em 2016 a emissão de notas e moedas em circulação da série de 2012 que substituíram as de 2009. Sobre esta matéria observou-se que o volume de notas de maior valor facial - 2.000,

1.000, 500 e 200, excediam em 5.067,6 milhões o valor do total da emissão da série. Assim, considerando que o processo de recolha e substituição das notas e moedas em circulação da série de 2016 tem vindo a decorrer com normalidade, que este processo irá decorrer até 31 de Julho de 2019 e que o excesso atrás apontado representa menos de 1% do total emitido, observada a análise solicitada por este Conselho efectuada pelo DRI - Departamento de Gestão de Risco do BNA, este Órgão Social validou o registo em conta de Exercício de Anos Anteriores a diferença atrás apontada.

- Usando da faculdade que nos é atribuído pelo Artº 69 e dado o referido na alínea a) do Artº 68, da Lei do BNA, para uma melhor opinião, o Conselho de Auditoria solicitou interna e externamente, durante o exercício, assessoria jurídica quando disso necessitou. As opiniões expressas em capítulo próprio deste relatório refletem o nosso entendimento dessas opiniões.
- Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola relativamente à recuperação e manutenção dos sistemas de guarda de valores em que se incluem as casas fortes, salas de contagem, recontagem e destruição de cédulas, continuou em 2016 a não ter os resultados desejáveis.

2. RESPONSABILIDADES

- É da responsabilidade do Conselho de Administração apresentar de forma verdadeira e apropriada o Relatório de Actividades, as Demonstrações Financeiras, que inclui o Balanço, os Fluxos de Caixa, a Demonstração de Resultados e a proposta da sua aplicação, bem como todos os outros documentos obrigatórios, anexos às Demonstrações Financeiras conforme aprovado pelo Conselho de Administração.
- A responsabilidade do Conselho de Auditoria é certificar as Demonstrações Financeiras e respectivos anexos, o que se entende como tratar de expressar uma opinião consciente, imparcial, independente e profissional alicerçada no plasmado na Lei, que contenha uma apreciação do grau de fiabilidade daqueles documentos e da observância das normas e obrigações legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.
- Estamos convictos que as observações e verificações efectuadas foram suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

3. BASES PARA ESCUSA DE OPINIÃO

O Conselho de Auditoria observou o Relato e as Demonstrações Financeiras, acompanhou o planeamento e a execução dos movimentos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro. Observou os movimentos de regularização, encerramento das contas e escrituração contabilística do exercício de 2016, à luz da normalização contabilística aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Artº. 73 da Lei do BNA.

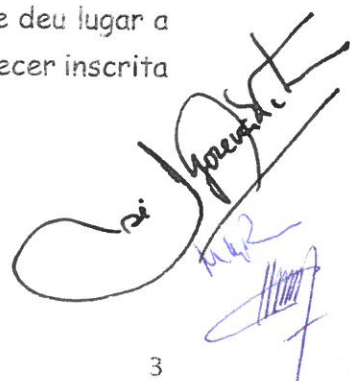
3.1 Relatório dos Auditores Externos

Da análise que foi prestada ao Relatório dos Auditores Externos o Conselho de Auditoria expressa que valida e subscreve parcialmente a reserva constante do Ponto 6 e totalmente ao do ponto 7.

3.1.1 Consideramos inválida e inadequada a reserva expressa no primeiro paragrafo do ponto 6 do referido Relatório uma vez que conforme Nota 23 do Anexo ali referido, o montante de 1.922.108.793 m AOA está escriturado em Contas Extrapatrimoniais que se divulgam apenas para espelhar os efeitos de acompanhamento e controlo que, conforme a Lei 16/10 de 15 de Julho, o BNA exerce sobre a Gestão da Política Monetária e Crédito. Assim, tal montante não teve nem poderia ter qualquer impacto sobre o exercício de 2016 o que se constata aliás, em observação da ausência da referida Nota 23 e do valor correspondente no Balanço.

3.2 Efeitos da derrogação das IFRS/IAS 21

Ainda que com desacordo textual expresso e em todas as reuniões do Conselho de Administração onde o Conselho de Auditoria se fez presente e em que tal matéria foi discutida no âmbito do processo de convergência para as IFRS, o Conselho de Administração aprovou a derrogação das regras referentes a variações cambiais e participações financeiras, que deu lugar a uma rubrica designada "reserva de reavaliação" que deveria aparecer inscrita no balanço do BNA na conta capital próprio.

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a blue circular stamp. The stamp contains the text 'BNA' and some illegible text. Below the signature, there is a blue rectangular stamp with the number '142' and a signature.

Nas Notas às Contas expressando a execução da aprovação pelo Conselho de Administração atrás mencionada refere-se que: "O tratamento contabilístico das variações cambiais encontra-se previsto na norma IAS 21 - "Efeito das variações das taxas de câmbio", que determina que as valias potenciais decorrentes da actualização das taxas de câmbio sejam regra geral registadas por contrapartida de resultados.

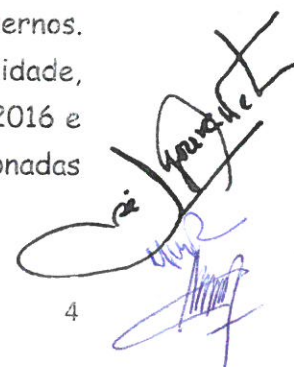
A adopção daquela norma traduzir-se-ia numa possível descapitalização do BNA e em interferências na gestão da política monetária considerando que a distribuição de dividendos pelo Banco Central implica um aumento da base monetária e impactos inflacionistas. Como tal, o Conselho de Administração definiu o reconhecimento das valias potenciais decorrentes das variações cambiais numa rubrica específica de capitais próprios denominada "Reserva de Reavaliação Financeira" o que implica a derrogação desta norma. Deste modo é proposta a ratificação desta decisão, considerando que é a que melhor se adequa à realidade do BNA."

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo desta conta havia já atingido o montante de AOA: 302.480 milhões. Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo destas Reservas inscritas em "Diferenças de reavaliação" atinge o montante de AOA: 545.015 milhões de Kwanzas, superior a todo o volume de moeda em circulação nessa data.

A nossa discordância sobre tal derrogação da IAS-21 resulta do facto de que uma tal medida afectando a conta de Resultados do Banco Nacional de Angola e consequentemente a distribuição de dividendos ao Estado, antes mesmo da Aprovação pelo Conselho de Administração de uma tal medida, se deveria obter do Estado a anuência não só sobre a derrogação desta norma, mas também sobre os procedimentos contabilísticos a utilizar, atendendo a maturidade dos títulos sobre entidades externas, bem como estabelecer ou não, eventuais limites de impacto no Capital Próprio que uma tal decisão pode ou deve acarretar. Este Conselho de Auditoria não está capaz de determinar os impactos que uma tal medida teria nos Resultados do Exercício do BNA e na Conta do Estado, caso tal derrogação não tivesse ocorrido.

3.3 Matérias Legalmente Relevantes para a Auditoria

A presente matéria foi já referida em Ênfase pelos Auditores Externos. Dadas as responsabilidades que nos estão atribuídas pela Lei, a materialidade, relevância e os impactos que tais operações tiveram no Exercício de 2016 e terão em exercícios futuros, consideramos que elas devem ser reposicionadas



em Reservas e não podem ser consideradas como uma mera chamada de atenção. Assim,

De acordo com a Lei do BNA, ao Conselho de Auditoria compete "acompanhar o funcionamento do Banco Nacional de Angola e o cumprimento das leis e dos regulamentos que lhe são aplicáveis" (artigo 68, alínea a)). Nestes termos:

3.3.1 Operação de repasse de financiamento ao Estado

Conforme nota 9 das Demonstrações financeiras, os "Activos financeiros não titulados, no valor de KZ 82.951.500 mil, dizem respeito a um financiamento obtido junto da Gemcorp, pelo montante total de USD 500.000 mil, tendo sido repassada para o Ministério das Finanças. O acordo de repasse de dívida celebrado a 30 de Junho de 2016, prevê uma taxa de juro anual de 2,6% e um reembolso faseado nas seguintes datas: 3 de Novembro de 2017, 5 de Novembro de 2018 e 4 de Novembro de 2019. Nos termos da Lei n.º 16/10 de 15 de Julho, o BNA pode abrir, ao Estado, um crédito em conta corrente até ao limite equivalente 10% das receitas correntes cobradas no último ano, sendo que o valor da conta corrente deve ser liquidado até 31 de Dezembro do ano a que respeite e os respectivos juros."

Em nossa opinião esta operação não é permitida pela Lei do BNA tendo em conta o estabelecido no artigo 32 segundo o qual, salvo as excepções previstas no número 1 do artigo 29 (que exige que o valor concedido a título de crédito e os respectivos juros sejam liquidados até 31 de Dezembro do ano a que respeite), nem na excepção prevista no artigo 30 (operações relacionadas com organismos internacionais....) o BNA não pode conceder, directa ou indirectamente, crédito ao Estado e seus serviços e fundos personalizados bem como a pessoas colectivas. Consideramos que a operação em causa não se enquadra em nenhuma das excepções.

3.3.2 Operações de Redesconto

De acordo com o artigo 23 da Lei do BNA e observado o conteúdo dos artigos 123º e 124 da Lei de Bases das Instituições Financeiras (Lei nº 12/15, de 17 de Junho) e ainda o Aviso 11/11 de 20 de Outubro, o BNA tem a capacidade de conceder empréstimos aos bancos comerciais com um prazo máximo de 90 dias, desde que entre outras condições o banco comercial apresente garantias e um plano de reestruturação. Excepcionalmente, o Conselho de Administração pode autorizar a concessão de empréstimos sem garantia sempre que esteja em causa

o interesse público, mantendo-se as outras condições inalteradas. Analisada a documentação que nos foi disponibilizada, constatou-se que até 31 de Dezembro de 2016, foram concedidos em sede de empréstimos (redescontos) o montante total de KZ\$ 2.286.123.036.032,95, beneficiando três instituições financeiras. Os saldos destas operações em 31 de Dezembro de 2016 conforme registo contabilístico é de KZ\$ 312.724.112.509,99. Porém só nos foi apresentada documentação que justifica um saldo de 291.035.304.245,50.

De acordo com os documentos que nos foram presentes, constatou-se também que nenhum dos três bancos comerciais em causa apresentou plano de reestruturação nem sequer demonstração das necessidades de caixa projectadas para o período da operação, como exige o Aviso 11/11 de 20 de Outubro e, um numero elevado de operações foram executadas sem garantia e nenhuma operação foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião em que o Conselho de Auditoria estivesse presente conforme prevê o artigo 70 de Lei do BNA. Deste modo não nos é possível determinar o impacto que tais operações teriam nas contas do BNA caso a Lei e o Aviso acima referidos tivessem sido rigorosamente observados

Constatou-se ainda que, três dos oito documentos que nos foram enviados do processo de um dos bancos, referiam que visavam colmatar insuficiência dos fundos de responsabilidade do Ministério das Finanças, configurando assim que o BNA procedeu a financiamento indirecto ao Estado, o que está vedado pelo artigo 32 da Lei do BNA. Neste caso, o processo não permite quantificar os montantes destinados às operações do Tesouro e as da necessidade de liquidez. Noutro caso, o financiamento do BNA foi solicitado e concedido para além das necessidades de liquidez, para aquisição de divisas destinadas ao reembolso de uma dívida externa (capital e juros) desse banco, no valor equivalente a USD 228.879.789,59.

4. ÊNFASE

Sem prejuízo do descrito em 3, somos a dar relevo que :

- 4.1 Embora tenhamos tido conhecimento officioso da aprovação oficial da nossa carta de recomendações anexa ao nosso Relatório de 2015, chamamos a atenção que nenhuma das referidas recomendações, onde se inclui o atrás referido em 3.2, foram implementadas no exercício findo a 31 de Dezembro de 2016, nem mesmo até à data em que este relatório é assinado e entregue.

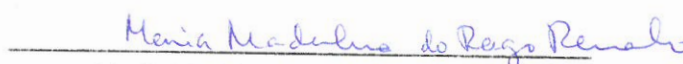
- 4.2 Considera-se que a Chamada de Atenção referida em Ponto 9. do Relatório dos Auditores Externos não responde a uma preocupação efectiva que deva ser considerada pelo BNA e pelo Estado uma vez que de acordo com parecer por nós solicitado e obtido sobre o risco de impacto subjacente à retirada de circulação das notas referentes à emissão de 1999, "são materialmente irrelevantes e representam menos de 1% do total emitido".

5. ESCUSA DE OPINIÃO

Face ao descrito em todo o expresso em Ponto 3. e 4. do presente Relatório, à sua relevância, densidade e materialidade, o Conselho de Auditoria expressa que não está capaz de emitir e não emitirá qualquer opinião sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola sobre o Exercício de 2016 nem sobre as demonstrações financeiras anexas apresentadas.

O Conselho de Auditoria


José Luiz Rodrigues de Gouveia Neto
Presidente
Perito Contabilista
Inscrito na OCPCA Cédula 19940003


Maria Madalena do Rego Ramalho
Vogal


Alberto António Manuel Alfredo
Vogal



PARTE VIII – RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



BNA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Relatório do Auditor Independente

(Valores expressos em milhares de kwanzas - "mAOA")

Ao Conselho de Administração
do Banco Nacional de Angola

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Nacional de Angola (doravante designado por "Banco" ou "BNA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.039.562.260 mAOA e um total de Capital próprio de 856.469.675 mAOA, incluindo um Resultado líquido de 4.521.341 mAOA), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento Integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos das operações em moeda estrangeira, relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas anexas às demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas constantes do Plano de Contas do BNA (Nota 2.1. às demonstrações financeiras) e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do BNA. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. A resposta do Ministério das Finanças ao nosso pedido de confirmação directa de saldos e outras informações e os resultados dos procedimentos alternativos realizados foram insuficientes para podermos concluir sobre a adequação dos seguintes saldos e divulgações nas Notas às demonstrações financeiras:
 - ▶ Saldos divulgados na Nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras relativos ao Protocolo sobre a Gestão da Política Fiscal e Monetária, através do qual o Banco Nacional de Angola é o garante dos financiamentos contraídos pelo Ministério das Finanças junto de outros países, no montante de 1.922.108.793 mAOA (garantias institucionais prestadas e promissórias);
 - ▶ Confirmação de ausência de remuneração do Financiamento ao Ministério das Finanças ao abrigo do artigo 29º da Lei do Banco Nacional de Angola, liquidado em 2016 com recurso a títulos de dívida pública não remunerados no valor de 190.000.000 mAOA (Nota 9);



- ▶ Financiamento ao Ministério das Finanças no valor de 82.951.500 mAOA, correspondente a USD 500 milhões (Nota 9);
- ▶ Saldo no montante de 7.769.810 mAOA referente a dividendos a entregar ao Tesouro, que corresponde ao montante de 60% do resultado líquido de 2015, proposto pelo Conselho de Administração que ainda não foi devidamente aprovado pelo Ministério das Finanças (Nota 19);
- ▶ Saldos da rubrica do Passivo "Valores a devolver à CUT" no valor de 4.172.661 mAOA (Nota 15).

Adicionalmente, a rubrica de balanço "Activos sobre o exterior - Caixa e Disponibilidades em Instituições de Crédito" inclui saldos no total de 40.021.576 mAOA, relativos a depósitos junto de uma instituição financeira no estrangeiro da qual não obtivemos a confirmação directa dos mesmos. Os resultados dos procedimentos alternativos realizados não nos permitiram concluir quanto à plenitude das posições ativas e passivas com a referida entidade, nem sobre os impactos noutras rubricas das demonstrações decorrentes da regularização dos movimentos pendentes nas reconciliações bancárias, que apresentam um valor líquido de 1.019.675 mAOA superior na contabilidade do BNA em relação à posição constante dos extractos da referida instituição financeira, com referência a 31 de dezembro de 2016.

7. Conforme referido no capítulo 6. do Relatório de Gestão, as vendas de divisas no exercício foram predominantemente realizadas na forma de vendas directas, com incremento significativo do volume de operações o que originou insuficiências na documentação de suporte e nos procedimentos de monitorização e controlo. Assim, não nos foi possível concluir, com um nível de segurança razoável, sobre a inexistência de eventuais erros ou omissões materialmente relevantes nas operações subjacentes aos resultados cambiais apresentados na Demonstração de Resultados e se as mesmas foram adequadamente executadas e registadas nos sistemas operacionais e contabilístico.

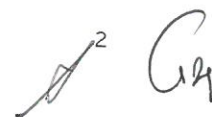
Opinião com Reservas

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 e 7 das "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Banco Nacional de Angola, em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios e práticas contabilísticas constantes do Plano de Contas do BNA, os quais se encontram resumidos nas Notas às demonstrações financeiras (Nota 2).

Ênfases

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos atenção para os seguintes assuntos:

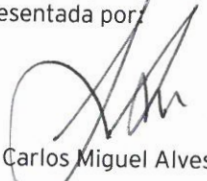
9. O nosso relatório de auditoria emitido a 22 de Julho de 2016 continha uma reserva relacionada com os procedimentos de controlo sobre a emissão e destruição de notas e moedas da antiga família de notas que à data não se encontravam totalmente finalizados. Durante o exercício de 2016, considerando que deixou de ser possível depositar desde 30 de Junho de 2015 notas e moedas da antiga família junto dos bancos comerciais, o volume em circulação da antiga família deixou de ser relevante na rubrica "Notas e moedas em circulação". Assim, o Banco procedeu à regularização dos saldos residuais relacionados com antiga família no valor de 9.626.821 mAOA, com impactos positivos na rubrica Resultados transitados no valor de de 5.067.619 mAOA e no resultado líquido do período de 4.559.202 mAOA. Nos termos do artigo 10º da Lei nº 16/10 de 15 de Julho, até 31 de Dezembro de 2019, o BNA tem a obrigação de receber e trocar as notas e moedas da antiga família (Nota 13).
10. De acordo com os Instrutivos n.º 2 e 4/2016 do BNA são elegíveis para a constituição das reservas obrigatórias as Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria das instituições financeiras registadas no Sistema de Gestão de Mercados de Activos (SIGMA) e os desembolsos dos contratos de financiamento celebrados com o Ministério das Finanças. Assim, conforme divulgado nas notas 14 e 6, encontram-se contabilizados nas rubricas "Reservas Bancárias" e "Operações de financiamento às instituições de crédito relacionadas com operações de política monetária" o valor de 652.940.588 mAOA, correspondente aos respetivos valores nominais.
11. Conforme mencionado na nota 2. do anexo às demonstrações financeiras, os activos e passivos monetários denominados em outras divisas foram convertidos para a moeda nacional, com base nas taxas de câmbio médias publicadas pelo BNA. Devido a actual conjuntura económica e à política monetária estabelecida, a taxa de câmbio do Kwanza face às restantes divisas foi fixada e monitorizada sem variações significativas desde meados de 2016 até 31 de Dezembro de 2017. Alterações nesta política, conforme as verificadas no início do



- exercício de 2018, podem originar desvalorizações na taxa câmbio da Kwanza face às restantes divisas, as quais originando impactos significativos nas demonstrações financeiras do BNA.
12. Nos termos do artigo 23 da Lei n.º 16/10 de 15 de julho, os empréstimos concedidos a instituições financeiras não podem ter um prazo superior a três meses. Não obstante, devido às dificuldades de liquidez das instituições de crédito, as operações de redesconto e outros financiamentos com determinadas instituições de crédito têm sido sucessivamente renovadas. Consequentemente, conforme referido nas notas 5 e 6 das demonstrações financeiras, o BNA reforçou a imparidade afecta às linhas de financiamento concedidas às Instituições de Crédito. É convicção da Administração do BNA, que os eventos subsequentes relacionados com estas operações, apresentados na nota 40, não alteram a posição financeira do BNA com referência a 31 de Dezembro de 2016.
13. Conforme divulgado na nota 38 - Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros - Justo Valor de Activos Financeiros, as rubricas de "Activos financeiros recebidos em aumento de capital" e "Activos Financeiros concedidos ao Estado" registados ao valor nominal nas demonstrações financeiras, têm implícito um justo valor negativo no montante de 218.834.245 mAOA.

Luanda, 2 de Março de 2018

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



João Carlos Miguel Alves
Perito contabilista n.º 2012081



Ana Salcedas
Partner



PARTE IX – ANEXOS



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

1. Decisões do Comité de Política Monetária ao longo de 2016

<i>Data</i>	<i>Data</i>	<i>Data</i>	<i>Data</i>	<i>Data</i>
jan /16	0,00%	1,75%	12,00%	14,00%
fev /16	0,00%	1,75%	12,00%	14,00%
mar /16	0,00%	2,25%	14,00%	16,00%
abr /16	0,00%	2,25%	14,00%	16,00%
mai /16	0,00%	3,25%	14,00%	16,00%
jun /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
jul /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
ago /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
set /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
out /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
nov /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%
dez /16	0,00%	7,25%	16,00%	20,00%

Obs.: FAO - Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez Overnight; FCO - Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez Overnight

2. Documentos normativos emitidos pelo BNA no decurso do ano de 2016

AVISOS	
Aviso n.º 01/2016, de 12. Abril de 16, DR- I Série, n.º 57	Política Cambial - Limites de saída e entrada de moeda. Estabelece os termos e condições a que deve obedecer a entrada e saída de moeda nacional e estrangeira, na posse de pessoas singulares residentes e não-residentes cambiais – Revoga - Aviso n.º 1/2012, de 16 de Janeiro, Aviso n.º 28/2012, de 01 de Novembro e o artigo 4.º do Aviso n.º 12/15, de 28 de Dezembro.
Aviso n.º 02/2016, de 15 de Junho. 16, DR- I Série, n.º 102	Fundos Próprios Regulamentares - visa regular a metodologia de calculo, estabelecer o valor mínimo do rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) e definir o âmbito e as características dos elementos integrantes dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). – Revoga - Aviso n.º 05/2007, de 26 de Setembro
Aviso n.º 03/2016, de 16 de Junho de 16, DR- I Série, n.º 98	Requisito de Fundos Próprios - Regulamentares para Risco de Crédito - e Risco de Crédito de Contraparte. Estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as Instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco de crédito e risco de crédito de contraparte, de acordo com o disposto na alínea a) do número 4 do artigo 4º do Aviso n.º 02/2016, sobre FPR.
Aviso n.º 04/2016, de 22 de Junho de 16, DR- I Série, n.º 102	Requisito de Fundos Próprios-Regulamentares para Risco de Mercado e Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação. Estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as Instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco de mercado e de crédito de contraparte na carteira de negociação, de acordo com o disposto na alínea b) do número 4 artigo 4.º do Aviso n.º 02/2016, sobre fundos próprios regulamentares. - Revoga – Instrutivo n.º 06/2007, de 26 de Setembro.

AVISOS	
Aviso n.º 05/2016, de 22 Junho de 16, DR- I Série, n.º 102	Requisito de Fundos Próprios-Regulamentares para Risco Operacional. Estabelece o requisito de fundos próprios regulamentares que as Instituições financeiras devem considerar no âmbito do risco operacional, de acordo com o disposto na alínea c) do número 4 do artigo 4.º do Aviso n.º 02/2016, sobre FPR. Revoga - Aviso n.º 05/2007, de 26 de Setembro, com efeitos a partir de 18 (dezoito) meses a contar da data de publicação.
Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho 16, DR- I Série, n.º 102	Adopção Plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro. Estabelece os princípios gerais a serem observados, no exercício de 2016, pelas Instituições Financeiras Bancárias, no âmbito da adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro, adiante abreviadamente designadas por IAS/IFRS.
Aviso n.º 07/2016, de 22 de Junho 16, DR- I Série, n.º 102	Governança do Risco. Estabelece os requisitos e princípios pelos quais se devem reger os sistemas internos de governança do risco das Instituições financeiras.
Aviso n.º 08/2016, de 22 de Junho 16, DR- I Série, n.º 102	Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária. Estabelece os requisitos de análise a observar pelas Instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito do risco de taxa de juro na carteira bancária.
Aviso n.º 09/2016, de 22 de Junho 16, DR- I Série, n.º 102	Limites Prudenciais aos Grandes Riscos. Estabelece limites aos grandes riscos nos termos do artigo 6.º, e à detenção de participações em empresas não financeiras nos termos do artigo 7.º, ambos do presente Aviso.
Aviso n.º 10/2016, de 05.09.16, DR- I Série, n.º 150	Abertura Movimentação e Encerramento de Contas de Depósito Bancário. Estabelece os termos e as condições gerais de abertura, movimentação e encerramento de contas de depósito bancário, doravante designadas por contas de depósito.
Aviso n.º 11/2016, de 05.09.16, DR- I Série, n.º 150	Abertura e Encerramento de Agências e Dependências. Tem como objecto definir os procedimentos e requisitos de informação acerca da abertura e encerramento de Agências e Dependências a serem reportados ao Banco Nacional de Angola.
Aviso n.º 12/2016, de 05.09.16, DR- I Série, n.º 150	Protecção dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros. Estabelece as regras e procedimentos a serem observados na comercialização de produtos e serviços financeiros.
Aviso n.º 13/2016, de 05.09.16, DR- I Série, n.º 150	Deveres de Informação no Âmbito dos Depósitos Bancários. Estabelece deveres de informação a observar no âmbito da actividade de recepção de depósitos por parte das Instituições Financeiras Bancárias e não Bancárias nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 4 do artigo 7.º, respectivamente, ambos da lei de bases das Instituições Financeiras
Aviso n.º 14/2016, de 07.09.16, DR- I Série, n.º 152	Deveres de Informação no Âmbito dos Contratos de Crédito. Estabelece os deveres de informação a observar no âmbito da actividade de concessão de crédito por parte das Instituições Financeiras, os deveres do cliente e a possibilidade para a reestruturação do crédito no caso de dificuldades financeiras.

INSTRUTIVOS	
Instrutivo n.º 01/2016, 22 de Janeiro	Sistemas de Pagamento de Angola - Regulamentação dos Subsistemas de Compensação e Liquidação. Visa dispor normas sobre a regulamentação dos subsistemas de compensação e de liquidação do Sistema de Pagamentos de Angola. Revoga - Instrutivo n.º 02/09, de 24 de Março.
Instrutivo n.º 02/2016, de 11 de Abril	Política Monetária-Reservas Obrigatórias. Visa ajustar as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica. Revoga-Instrutivo n.º 19/2015 de 02 de Dezembro.
Instrutivo n.º 03/2016, de 25 de Abril	Sistema de Pagamentos de Angola – Câmara de Compensação Automatizada de Angola-Garantias para liquidação de saldos. Visa dispor normas sobre a regulamentação dos Subsistemas de Compensação e de Liquidação de saldo do Sistema de Pagamento de Angola. Revoga - Instrutivo n.º 02/09, de 24 de Março.
Instrutivo n.º 04/2016, de 13 de Maio	Política Monetária - Reservas Obrigatórias. Visa alterar a redacção do ponto nº 8.1, e do número 15 do Instrutivo nº 02/2016 de 11 de Abril, sobre a Política Monetária - Reservas Obrigatórias. Revoga - Instrutivo n.º 08/2009, de 21 de Maio.
Instrutivo n.º 05/2016, de 08 de Agosto	Perdas por Imparidade para Carteira de Crédito - estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar para o apuramento de perdas por Imparidade para Carteira de Crédito concedido a clientes de acordo com Normas Internacionais de Contabilidade.
Instrutivo n.º 06/2016, de 08 de Agosto	Divulgação de Instrumentos Financeiros -Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar na elaboração das divulgações sobre instrumentos financeiros, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 7.
Instrutivo n.º 07/2016, de 08 de Agosto	Método da Taxa de Juro Efectiva no Reconhecimento de Rendimentos e Gastos de Instrumentos Financeiros - Estabelece os procedimentos a serem observados pelas Instituições Financeiras Bancárias na aplicação do método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos associados aos instrumentos financeiros.
Instrutivo n.º 08/2016, de 08 de Agosto	Locações - Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeira Bancárias devem observar na aplicação das políticas contabilísticas e divulgações apropriadas às locações de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 17.
Instrutivo n.º 09/2016, de 08 de Agosto	Títulos de Valores Mobiliários - Estabelece um conjunto de procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no reconhecimento e mensuração de títulos e valores mobiliários, nos termos da Normas Internacional de Contabilidade 19.
Instrutivo n.º 10/2016, de 08 de Agosto	Benefícios dos Empregados - Estabelece um conjunto de procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no âmbito do reconhecimento, mensuração e divulgação de benefícios dos empregados, nos termos previstos pela Normas Internacional de Contabilidade 19.
Instrutivo n.º 11/2016, de 08 de Agosto	Tratamentos das Perdas na Carteira de Crédito- Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no tratamento contabilístico e prudencial das perdas na carteira de crédito concedido aos clientes.

INSTRUTIVOS	
Instrutivo n.º 12/2016, de 08 de Agosto	Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte - Visa regulamentar as especificidades técnicas sobre o requisito de fundos próprios regulamentares previstas no Aviso n.º 03/2016, de 16 de Junho, sobre requisito de fundos próprios regulamentares para risco de crédito e risco de crédito de contraparte.
Instrutivo n.º 13/2016, de 08 de Agosto	Prestação de Informação Sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte - Visa regulamentar o envio da informação ao BNA por parte das Instituições Financeiras.
Instrutivo n.º 14/2016, de 08 de Agosto	Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação - Visa regulamentar as especificidades técnicas sobre o requisito de fundos próprios regulamentares previstas no Aviso n.º 04/2016, de 22 de Junho.
Instrutivo n.º 15/2016, de 08 de Agosto	Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação - Visa regulamentar as especificidades técnicas sobre o requisito de fundos próprios regulamentares previstas no Aviso n.º 04/2016, de 22 de Junho.
Instrutivo n.º 16/2016, de 08 de Agosto	Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional-Regulamenta as especificidades técnicas sobre o requisito de fundos próprios regulamentares previstas no Aviso n.º 05/2016, de 22 de Junho.
Instrutivo n.º 17/2016, de 08 de Agosto	Prestação de Informação Sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional - Regulamenta o envio de informação ao Banco Nacional de Angola por parte das Instituições Financeiras, no âmbito das disposições constantes do Aviso n.º 05/2016, de 22 de Junho
Instrutivo n.º 18/2016, de 08 de Agosto	Prestação de Informação Sobre a Composição dos Fundos Próprios e Rácios de Solvabilidade - Regulamenta o envio de informação a ser prestada pelas Instituições Financeiras ao Banco Nacional de Angola, no âmbito das disposições sobre a composição dos fundos próprios previstas no Aviso n.º 02/2016, de 15 de Junho, sobre fundos próprios regulamentares
Instrutivo n.º 19/2016, de 08 de Agosto	Risco de Liquidez - Estabelece os requisitos de análise quantitativa a efectuar pelas Instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, no âmbito da gestão do risco de liquidez.
Instrutivo n.º 20/2016, de 06 de Setembro	Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - Estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar na adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 1.
Instrutivo n.º 21/2016, de 06 de Setembro	Casas de Câmbio Regras Operacionais - Visa a adequação das regras operacionais das casas de câmbio, ao efectivo monitoramento do fluxo das operações de compra e venda de moeda estrangeira ou cheques de viagem.
Instrutivo n.º 22/2016, de 06 de Setembro	Serviço de Remessas de Valores Regras Operacionais - Visa adequação das regras operacionais das sociedades de remessas de valores, ao efectivo monitoramento do fluxo das operações de remessas de valores.

INSTRUTIVOS	
Instrutivo n.º 23/2016, de 05 de Outubro	Suspensão de Operações no BPC no período da Vacatura - Visa salvaguardar os interesses e confiança dos depositantes e do Estado, bem como a estabilidade do Sistema Financeiro.
Instrutivo n.º 24/2016, de 20 de Dezembro	Deveres de Diligência Reforçada - Estabelece os deveres de identificação e de diligência reforçada aplicáveis às pessoas de perfil de risco elevado.
Instrutivo n.º 25/2016, de 20 de Dezembro	Governança Risco Crédito - Instituições Financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de crédito.
Instrutivo n.º 26/2016, de 20 de Dezembro	Governança Risco de Liquidez - Estabelece que as Instituições Financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de liquidez.
Instrutivo n.º 27/2016, de 20 de Dezembro	Governança Risco de Mercado - Estabelece que as Instituições Financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco de mercado.
Instrutivo n.º 28/2016, de 20 de Dezembro	Governança Risco Operacional - Estabelece que as Instituições financeiras devem adoptar funções, políticas e processos de gestão de risco para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre o risco operacional.

Fonte: BNA

3. Relação das Actividades de Âmbito Internacional realizadas pelo BNA no decurso do ano 2016

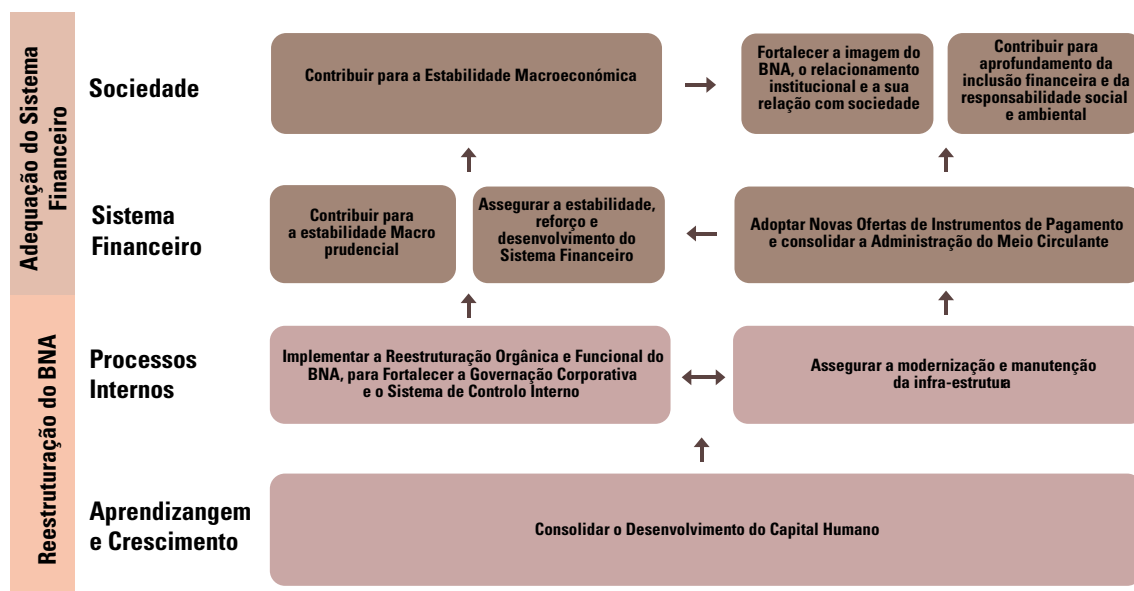
Instituição	Evento	Local	Data
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	Reunião do Subcomité de Mercados Financeiros	Dar-es-Salam, Tanzânia	3 a 5 de Fevereiro
	XXI Conferência Anual do Subcomité de Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais da SADC	Harare, Zimbabwe	22 a 26 de Fevereiro
	Encontro Anual de Alto Nível de Supervisão Bancária	Ilhas Seychelles	29 de Fevereiro a 2 de Março
	Workshop do Projecto de integração e aspectos jurídicos do Subcomité de Sistema de Pagamentos	Victoria Falls, Zimbabwe	9 a 10 de Março
	Reunião do Subcomité de Recursos Humanos do CCBG	Joanesburgo, África do Sul	16 a 17 de Março
	Reunião do Subcomité Macroeconómico do CCBG	Gaberone, Botswana	21 e 22 de Março
	42ª Reunião do CCBG	Gaberone, Botswana	29 de Março a 2 de Abril
	9º Encontro do Comité de Oversight do Sistema de Pagamentos da SADC	Pretória, África do Sul	5 e 6 de Maio
	Reunião do Subcomité Legal do CCBG	Ilhas Maurícias	5 a 6 de Maio
	Fórum sobre Pagamentos Móveis, organizado pela Associação Bancária da SADC (SADCBA) em Parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates	Joanesburgo, África do Sul	17 a 19 de Maio de 2016
	Seminário sobre Questões Relevantes de Estabilidade Financeira para África	Joanesburgo, África do Sul	25 a 27 de Maio
	Conferência Anual dos Sistemas de Pagamento da SADC	Luanda, Angola	20 a 21 de Junho
	43ª Reunião do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC (CCBG)	Dar-Es-Salaam, Tanzânia	20 a 22 de Junho
	3º Encontro da Subcomissão de IT Governance e BCM do Subcomité Tecnologias de Informação e Comunicação	Maseru, Lesoto	21 a 24 de Junho
	Reunião do Painel de Avaliação Pelos Pares da Convergência Macroeconómica (PRP)	Gaberone, Botswana	3 a 8 de Julho
	Workshop sobre Pagamentos Móveis	Luanda, Angola	14 de Setembro
Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Austral e do Leste (MEFMI)	Seminário de Recursos Humanos	Luanda, Angola	11 de Abril
	Retiro para os Directores de Sistemas de Pagamento dos Estados Membros	Luanda, Angola	12 a 14 de Abril
	Fórum de Governadores do MEFMI	Dar-Es-Salaam, Tanzânia	20 de Junho
	Fórum dos Governadores	Dar-Es-Salaam, Tanzânia	21 de Junho
	20ª Reunião do Conselho de Governadores	Washington, EUA	3 de Outubro
	Fórum Executivo Conjunto	Washington, EUA	4 de Outubro

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Reunião Anual	Lusaka, Zâmbia	24 a 25 de Maio
	Seminário do Departamento de Finanças do FMI e do Instituto de Desenvolvimento Africano do BAD	Pretória, África do Sul	11 a 15 de Julho
Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Austral e Oriental (ESAAMLG)	Seminário sobre o Branqueamento de capitais e Financiamento ao Terrorismo	Dar-es Salam, Tanzânia	14 a 16 de Março
	Reunião do Grupo de Trabalho para Avaliação da Eficiência do ESAAMLG	Dar-es-Salaam, Tanzânia	6 a 10 de Junho
Banco da Namíbia	Reunião sobre o Acordo de Conversão Monetária entre o BNA e o Banco da Namíbia	Windhoek, Namíbia	8 a 11 de Junho
Reserve Bank da África do Sul (SARB)	Visita de Delegação do BNA ao SARB	Pretória, África do Sul	23 de Setembro
Estados Unidos da América	Visita de Delegação do BNA e Bancos Comerciais aos EUA	Washington, DC	7 a 15 de Outubro
República da Itália e Vaticano	Visita de Delegação do BNA e Bancos Comerciais à Itália e à Santa Sé	Roma e Vaticano	28 de Novembro a 2 de Dezembro
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Visita de Delegação do BNA e Bancos Comerciais ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Londres, Inglaterra	5 a 9 de Dezembro
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	5º Encontro de Emissão e Tesouraria	Lisboa, Portugal	4 a 6 de Maio
	XVIII Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação	Maputo, Moçambique	23 a 28 de Maio
	Reunião de Pontos Focais do Projecto “Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor Leste”	Lisboa, Portugal	22 de Junho
	Sessão do Comité Permanente dos Embaixadores dos Estados Membros da CPLP	Lisboa, Portugal	28 de Junho
	6º Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais da CPLP (BCPLP)	São Tomé, São Tomé e Príncipe	6 a 10 de Setembro
	9º Encontro de Estatística dos BCPLP	Dili, Timor-Leste	8 a 14 de Setembro
	XVI Encontro de Juristas dos BCPLP	São Tomé, São Tomé e Príncipe	14 a 18 de Setembro
	4º Encontro de Supervisão Bancária	Cabo Verde	20 a 23 de Setembro
	XV Conferência do Banco de Portugal sobre Auditoria, Risco e Governance	Lisboa, Portugal	23 de Setembro
	2º Encontro sobre Plano de Continuidade de Negócios dos BCPLP	Lisboa, Portugal	29 e 30 de Setembro
	XXVI Encontro de Lisboa	Lisboa, Portugal	3 de Outubro
	7º Encontro de Sistemas de Pagamento dos BCPLP	Brasil	16 a 19 Novembro

SWIFT – Society for Worldwide International Financial Telecommunications	4.ª Mesa Redonda anual dos líderes da iniciativa política para os serviços financeiros móveis em África	Dakar, Senegal	02 a 05 de Fevereiro
	Sessão do Programa Estratégia de Inclusão Financeira e o Fórum sobre o Reforço dos Compromissos assumidos da Declaração de Maya	Kuala Lumpur, Malásia	23 a 27 de Maio
	Reunião Plenária,	Busan, Coreia do Sul.	18 a 24 de Junho
	Conferência Africana Regional	Balaclava, Ilhas Maurícias	17 a 19 de Maio
Fundo Monetário Internacional (FMI) e Grupo Banco Mundial (GBM)	Reunião da Primavera	Washington, Estados Unidos da América	15 a 17 de Abril
	Reunião do Caucus Africano	Cotonou, Benin	4 a 5 de Agosto
	Workshop sobre indexação do portfólio (RAMP) sob a égide do Banco Mundial	Windhoek, Namíbia	08 a 12 de Fevereiro
	Reuniões Anuais	Washington, Estados Unidos da América	3 a 7 de Outubro
Banco Internacional de Pagamentos (BIS)	Encontro Anual de Alto nível	Cape Town, África do Sul	04 a 05 de Fevereiro
AFRITAC SOUTH – Africa Regional Technical Assistance Centre	Seminário sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo	Ilhas Maurícias.	16 a 20 de Maio

Fonte: BNA

4. Mapa estratégico – Organização dos Objectivos por Perspectivas



Glossário

ATM: Automatic Teller Machine
 BAD: Banco Africano de Desenvolvimento
 BAI: Banco Angolano de Investimentos, S.A.
 BANC: Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.
 BCA: Banco Comercial Angolano, S.A.R.L.
 BCE: Banco Central Europeu
 BCGTA: Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.R.L.
 BCH: Banco Comercial do Huambo, S.A.
 BCI: Banco de Comércio e Indústria, S.A.R.L.
 BDA: Banco de Desenvolvimento de Angola
 BESA: Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.
 BFA: Banco de Fomento Angola, S.A.R.L.
 BI: Bilhete de Identidade
 BIC: Banco BIC, S.A.
 BIS: Banco Internacional de Pagamentos
 BKI: Banco Kwanza Investimento, S.A.
 BM: Base Monetária
 BMA: Banco Millennium Angola, S.A.
 BMF: Banco BAI Micro Finanças, S.A.
 BMMN: Base Monetária em Moeda Nacional
 BNA: Banco Nacional de Angola
 BNI: Banco de Negócios Internacional, S.A.
 BPA: Banco Privado do Atlântico, S.A.
 BPC: Banco de Poupança e Crédito, S.A.R.L.
 BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
 BT: Bilhetes do Tesouro
 BVB: Banco Valor, S.A.
 CCAA: Câmara de Compensação Automatizada de Angola
 CCBG: Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC
 CI: Comité de Investimentos
 CMA: Zona Monetária Comum
 COMEF: Comité de Estabilidade Financeira
 CPM: Comité de Política Monetária
 CTSPA: Conselho Técnico do Sistema de Pagamento Angolano
 CUA: Comissão da União Africana
 DEE: Departamento de Estudos Económicos
 DES: Departamento de Estatística
 DJU: Departamento Jurídico
 DMA: Departamento de Mercados de Activos
 DPS: Departamento de Património e Serviços
 DRI: Departamento de Gestão de Risco
 DSC: Departamento de Supervisão Comportamental
 DSI: Departamento de Supervisão Prudencial das Instituições Financeiras
 DSP: Departamento de Sistemas de Pagamento
 EMIS: Empresa Interbancária de Serviços
 EUA: Estados Unidos da América
 FAO: Facilidade de Absorção de Liquidez

FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
 FCO: Facilidade de Cedência de Liquidez
 FMI: Fundo Monetário Internacional
 FNB: Finibanco Angola
 GCI: Gabinete de Comunicação Institucional
 ICE: Indicador de Clima Económico
 INE: Instituto Nacional de Estatística
 Inf: Inflação
 INF_IR: Componente Irregular Presente na Inflação
 INF_SA: Inflação Ajustada da Componente Sazonal
 INF_SF: Componente Sazonal Presente na Inflação
 INF_TC: Componente Tendencial e Cíclica
 IPC: Índice de Preços ao Consumidor
 IPI: Índice de Produção Industrial
 KEVE: Banco Keve, S.A.R.L.
 LUIBOR: Luanda Interbank Offered Rate
 MCX: Multicaixa
 MEFMI: Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Austral e do Leste
 MT102 e MT103: São mensagens que transferem os pagamentos realizados pelos bancos em nome de clientes e os pagamentos a clientes de bancos realizados pelo BNA em seu nome próprio ou do Tesouro Nacional.
 MT202: São mensagens que transferem os pagamentos feitos pelos bancos em nome próprio a outro banco.
 OGE: Orçamento Geral do Estado
 OMA: Operações de Mercado Aberto
 OT: Obrigações do Tesouro
 PERT: Projecto Executivo para a Reforma Tributária
 PIB: Produto Interno Bruto
 PRP: Painel de Revisão de Estudos
 ROA: Rendibilidade do Activo
 ROE: Rendibilidade dos Capitais
 SADC: Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral



Av. 4 de Fevereiro, nº 151 - Luanda, Angola
Caixa Postal 1243
Tel: (+244) 222 679 200 - Fax: (+244) 222 339 125
www.bna.ao